

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MICHELE CAROLINE TORINELLI

**A MÁSCARA E A MULTIDÃO:
ENQUADRAMENTOS DOS ANONYMOUS NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE
2013 NO BRASIL**



CURITIBA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MICHELE CAROLINE TORINELLI

A MÁSCARA E A MULTIDÃO:
ENQUADRAMENTOS DOS ANONYMOUS NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO
DE 2013 NO BRASIL

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, no Curso de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Luisa Fayet Sallas.

CURITIBA

2015

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Torinelli, Michele Caroline

A máscara e a multidão: enquadramentos dos anonymous nas manifestações de junho de 2013 no Brasil / Michele Caroline Torinelli – Curitiba, 2015.

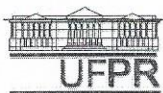
219 f.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Luisa Fayet Sallas

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Movimentos sociais - Brasil - História. 2. Participação política – Brasil - História. 3. Comunicação de massa - Aspectos sociais. 4. Política e cultura.
I. Título.

CDD 306.0981




ATA DE SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata da Sessão Pública de defesa de dissertação para obtenção do Título de Mestre em Sociologia. No dia 31 de março de 2015, às 14:00 horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, composta pelo Professor Doutor Ângelo José da Silva – UFPR, e pelas Professoras Doutoras Kelly Prudêncio – UFPR e Ana Luisa Fayet Sallas - UFPR (Orientadora e Presidente da Banca Examinadora), com a finalidade de julgar a dissertação da candidata **Michele Caroline Torinelli**, intitulada "A MÁSCARA E A MULTIDÃO: ENQUADRAMENTOS DOS ANONYMOUS NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL", para obtenção do grau de mestre em Sociologia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feita pela orientadora. Após haver analisado o referido trabalho e argüido a candidata, os membros da banca examinadora deliberaram pela ".....*A PROVAÇÃO*....." da acadêmica, habilitando-a ao título de Mestre em Sociologia, linha de pesquisa "Cultura e Sociabilidades" da área de concentração em SOCIOLOGIA, desde que apresente a versão definitiva da dissertação conforme regimento interno do programa. Curitiba, 31 de março de 2015. *A banca recomenda a publicação.*


Prof. Dr. Ângelo José da Silva


Prof.ª Dr.ª Kelly Cristina de Souza Prudêncio


Prof.ª Dr.ª Ana Luisa Fayet Sallas
Orientadora e presidente da banca examinadora

AGRADECIMENTOS

“Gracias a la vida, que me ha dado tanto”

Violeta Parra

Há muito o que agradecer na vida. Ela, em si, um milagre na amplidão do universo. Como disse Carl Sagan, “diante da imensidão do tempo e da vastidão do espaço, é um prazer dividir um planeta e uma vida com você”. Gracias à Pachamama, Mãe Terra, que conecta toda a cadeia da vida e da morte e nos nutre; gracias ao Pai Sol, que nos ilumina e aquece, e às sabedorias ancestrais que ainda ensinam a reconhecê-los e conversar com eles. Mas uma estranhez me toma quando se trata de agradecer por esse trabalho específico – um grãozinho de areia em meio a tantos grãosinhos de areia. De qualquer maneira, foi um intenso aprendizado que não seria possível sem a colaboração de várias pessoas.

Sei que é o privilégio – que deveria ser direito – que me abre as portas para a produção do conhecimento científico. Por isso, meu agradecimento vai, antes de tudo, a todas e todos protagonistas das lutas sociais que, ao longo da história, têm se dedicado a transformar a realidade, movidos por noções de igualdade, liberdade, justiça e sentimentos de amor.

Agradeço à minha orientadora, Ana Luisa Fayet Sallas, pela imensa generosidade e compreensão e por tantas vezes me fazer repensar o meu olhar sobre o que eu estava fazendo. Também sou grata aos integrantes da banca, Ângelo Silva e Kelly Prudêncio, que deram valiosas contribuições na fase de qualificação e disponibilizaram seu tempo e atenção. Importante lembrar que nenhuma produção simbólica seria possível sem a base material que a sustenta. Por isso, muito obrigada aos funcionários da Universidade Federal do Paraná, que limpam, cozinham, administram e não têm o devido reconhecimento por isso, enfrentando a precarização e o desrespeito aos seus direitos. Um salve especial à coordenação da pós-graduação em Sociologia, aos professores e aos colegas de turma, por tantas ajudas e trocas.

Agradeço especialmente aos entrevistados, André Feiges, Sati e “Morgana”, que com muita solicitude e atenção compartilharam suas experiências de vida e de luta comigo. Cabe também um agradecimento a todos os sonhadores e sonhadoras que caminharam ao meu lado, pertinho ou à distância, pelas ruas das cidades em junho de

2013 e em tantas outras batalhas, que se dedicam à construção desse outro mundo que não só é possível, mas urgentemente necessário.

Aos amigos e amigas queridas, a família que escolhi, agradeço pelo incentivo, pelas conversas, pela compreensão, pelas ajudas, pelos abrigos nessa reta final; aos que emprestaram livros, deram pitacos ou simplesmente tiveram interesse e paciência de me ouvir. Obrigada a Rachel Bragatto, companheira de lutas e sonhos no Coletivo Soylocoporti, que me ajudou na escolha de qual trilha seguir e sem a qual dificilmente eu teria ingressado no mestrado em Sociologia na UFPR. Grata à Mariana Marino, minha “mãe”, que além de me dar muito carinho me ajudou nas traduções e transcrições. Gracias à Gi Logullo e ao Fábio Nunes, que me receberam em sua casinha gostosa nesses últimos dias, de onde escrevo esses agradecimentos, e à Juliana Deslandes e ao Wagner Diniz, que também me abrigaram.

Gracias aos meus pais, que além de me darem a vida e muito amor, me ensinaram que é preciso saber lidar com os conflitos e diferenças. Sou imensamente grata pela impressionante doação de que são capazes, e também por me abrigarem e entenderem meu recolhimento no período final deste trabalho.

Finalmente, agradeço a todos que contribuíram para que essa pesquisa fosse construída *em rede*, por meio das centenas de colaborações e debates presenciais e nas redes digitais. A *pesquisa em rede* é movida por uma noção de cultura que enfrenta o *copyright* e cria o *copyleft*, que entende a pirataria como multiplicação, não como roubo, e que encara a internet, mais do que como um novo espaço de produção, venda e compra de produtos e serviços (científicos, no caso), como uma rede que amplifica exponencialmente a possibilidade de produção e compartilhamento de conhecimento. Grata a todas e todos que colocam esses ideais em prática, disponibilizando conhecimento e favorecendo sua multiplicação – até mesmo sacrificando sua vida por isso, como o fez Aaron Swartz.

Sigamos, com amor e coragem.

RESUMO

As manifestações de junho de 2013 no Brasil e a rede Anonymous apresentam inovações em relação à ação política: são articuladas em rede, não contam com lideranças explícitas e nem com uma pauta que as defina. A máscara popularizada mundialmente pelo filme *V de Vingança* e adotada informalmente como símbolo pelos Anonymous foi apropriada pela multidão de manifestantes em junho de 2013. O artefato sintetiza esse modo de fazer política protagonizado por jovens que irrompe e desafia as organizações políticas tradicionais. Durante as manifestações de junho, tanto o confronto político em si quanto a Anonymous, por sua abrangência simbólica, passaram a ser disputados por distintos enquadramentos, o que colocou em xeque o significado de ambos. Esta dupla disputa é analisada a partir de conflitos simbólicos em torno da máscara durante o período. O caso revela transformações na cultura da ação política que dizem respeito à contestação das mediações tradicionais no âmbito da política e da comunicação a partir da dinâmica de redes distribuídas. Considera-se que esses dois processos, na cultura de comunicação e na cultura política, não somente são simultâneos, mas dialógicos: uma outra forma de se comunicar implica numa outra forma de se fazer política – e vice-versa.

Palavras-chave: Anonymous; Manifestações de Junho; Ativismo Político em Rede; Disputa de Enquadramento; Cultura Política; Significado Sociopolítico.

ABSTRACT

The June 2013 manifestations in Brazil and the Anonymous network present innovations relating to political action: they are articulated in a network, without explicit leaderships nor one agenda that defines them. The worldwide famous mask from the movie V for Vendetta, informally adopted as symbol by the Anonymous, was appropriated by the multitude in June 2013. This artifact synthesizes that way of acting politically, led by youths that break in and defy traditional political organizations. During the June manifestations, not only this political contest itself, but also Anonymous, due to their symbolical scope, were disputed through different framings, thus jeopardizing the meanings of both. This twofold dispute is analyzed through the symbolical conflicts around the mask during that period. This case reveals transformations in political action culture referring to the contestation, through the dynamics of distributed networks, of traditional mediation in politics and communication. These two processes are considered, both in communication and political culture, as not only simultaneous but also dialogical: a new way of communicating implies a new way of acting politically – and vice-versa.

Keywords: Anonymous; June Manifestations; Networked Political Activism; Frame dispute; Political culture; Sociopolitical meaning.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – A MÁSCARA E A MULTIDÃO. FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.....	25
IMAGEM 2 – V DE VINAGRE. FONTE: arquivo pessoal, 21 de julho de 2013.....	45
IMAGEM 3 – A PAUTA DO TRANSPORTE NO PROTESTO DO DIA 17. FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.....	50
IMAGEM 4 – DIVERSIDADE DE CARTAZES NO PROTESTO DO DIA 17. FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.....	53
IMAGEM 5 – GRÁFICO DE PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE PROTESTOS EM CURITIBA. FONTE: arquivo pessoal, 30 de junho de 2013.....	57
IMAGEM 6 – MANIFESTANTE PORTANDO MÁSCARA SE COLOCA ENTRE CÂMERA E REPÓRTERES DURANTE O ATO DO DIA 17. FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.....	58
IMAGEM 7 – COBERTURA EM REDE NO ATO DO DIA 17. Manifestantes registram as falas e imagens de ativistas na praça Rui Barbosa com seus celulares, enquanto os ônibus permanecem parados. FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.....	60
IMAGEM 8 – CARTAZ DE MANIFESTANTE COM A LOGOMARCA DA REDE GLOBO. FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.....	64
IMAGEM 9 – CARTAZ DIGITAL A PARTIR DOS PROTESTOS DOS ANONYMOUS CONTRA A IGREJA DE CIENTOLOGIA EM 2008. FONTE: arquivo pessoal, 6 de agosto de 2014.....	70
IMAGEM 10 – CAPTURA DE TELA DA AÇÃO DE <i>HACKING</i> DA ANONYMOUS NA CONTA DO G1 NO TWITTER. FONTE: Arquivo pessoal, 22 de julho de 2013.....	76
IMAGEM 11 – CAPTURA DE TELA DA AÇÃO DE <i>HACKING</i> DA ANONYMOUS NA CONTA DA VEJA NO TWITTER [1]. FONTE: Arquivo pessoal, 17 de junho de 2013.....	77
IMAGEM 12 – CAPTURA DE TELA DA AÇÃO DE <i>HACKING</i> DA ANONYMOUS NA CONTA DA VEJA NO TWITTER [2]. FONTE: Arquivo pessoal, 17 de junho de 2013.....	78
IMAGEM 13 – GRÁFICO REVELA PRINCIPAIS MOBILIZADORES NO FACEBOOK NO DIA 13 DE JUNHO. FONTE: SILVEIRA, PIMENTEL (2013a), 11 de julho de 2013....	80
IMAGEM 14 – CARTAZ DIGITAL COMPARA PROTESTOS DE 2013 E 1984. FONTE: arquivo pessoal, 20 de maio de 2014.....	87

IMAGEM 15 – MARCHA DA LIBERDADE EM CURITIBA. FONTE: a autora, 18 de junho de 2011.....	93
IMAGEM 16 – CARTAZ “EU ESCOLHO O CAMINHO DO MEIO”. FONTE: arquivo pessoal, 27 de julho de 2013.....	98
IMAGEM 17 – APOIO INTERNACIONAL AOS PROTESTOS NO BRASIL. FONTE: arquivo pessoal, 23 de maio de 2014.....	105
IMAGEM 18 – A MÁSCARA E A ESTÉTICA DA MULTIDÃO. FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.....	138
IMAGEM 19 – PROTESTO E CARNAVAL EM JUNHO DE 2013 EM CURITIBA. FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.....	153
IMAGEM 20 – ALDEIA MARACANÃ VESTE A MÁSCARA. FONTE: arquivo pessoal, 18 de outubro de 2013.....	161
IMAGEM 21 – MASCARADO PEDE INTERVENÇÃO MILITAR. FONTE: arquivo pessoal, 10 de julho de 2013.....	161
IMAGEM 22 – MÁSCARA DE GUY FAWKES ENTRE BLACK BLOC. FONTE: arquivo pessoal, 7 de outubro de 2013.....	161
IMAGEM 23 – ARTE GRÁFICA DA ANONYMOUSBRASIL EM SOLIDARIEDADE À ALDEIA MARACANÃ. FONTE: arquivo pessoal, outubro de 2013.....	162
IMAGEM 24 – CARTAZ QUESTIONA AMBIGUIDADES DE MANIFESTANTES, ENTRE ELAS O USO DA MÁSCARA. FONTE: arquivo pessoal, 24 de junho de 2013....	167
IMAGEM 25 – DISCURSO DE GUY FAWKES. FONTE: V DE VINGANÇA, 2006.....	176
IMAGEM 26 – VÍDEO-COMUNICADO: VINHETA. FONTE: ANONYMOUSBRASIL, 2013a.....	180
IMAGEM 27 – VÍDEO-COMUNICADO: ÂNCORA 1, MULTIDÃO E FACEBOOK. FONTE: ANONYMOUSBRASIL, 2013a.....	180
IMAGEM 28 – VÍDEO-COMUNICADO: MANIFESTANTES E GIGANTE. FONTE: ANONYMOUSBRASIL, 2013a.....	180
IMAGEM 29 – VÍDEO-COMUNICADO: ÂNCORA ENCAPUZADO E MULTIDÃO. FONTE: ANONYMOUSBRASIL, 2013a.....	180
IMAGEM 30 – VÍDEO-COMUNICADO: APRESENTADOR NO COMPUTADOR E MANIFESTANTE DANÇANDO. FONTE: ANONYMOUSBRASIL, 2013a.....	180
IMAGEM 31 – VÍDEO-COMUNICADO: CARTAZ. FONTE: ANONYMOUSBRASIL, 2013a.....	180

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. ANONYMOUS E AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL.....	25
1.1. Confronto político e mediações culturais em rede: perspectiva analítica da disputa de enquadramentos entre os Anonymous e a multidão em junho de 2013 no Brasil.....	27
1.1.1. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia na América Latina.....	28
1.1.2. Das mediações à teoria da mobilização política.....	30
1.1.3. A multidão conectada em rede.....	34
1.1.4. Categorias analíticas da teoria da mobilização política aplicadas à multidão de junho de 2013.....	37
1.1.5. Enquadramentos dos Anonymous em junho de 2013: a máscara e a multidão.....	43
1.2. V de Vinagre: trajetória e disputas simbólicas das manifestações de junho no Brasil.....	45
1.2.1. Curitiba, junho de 2013.....	50
1.2.2. Relato a partir de observação-participante.....	49
1.2.3. Declínio das manifestações e saldo político.....	55
1.2.4. Disputa de enquadramentos entre noticiários, redes e ruas.....	58
1.2.5. A “virada da mídia”.....	66
1.3. Anonymous: do <i>4chan</i> às ruas do Brasil.....	69
1.3.1. Atuação dos Anonymous nas redes digitais durante as manifestações de junho.....	74
2. A MULTIDÃO EM REDE: CONTEXTOS E PROBLEMÁTICAS.....	83
2.1. O 'texto' em contexto: antecedentes e continuidades de junho de 2013.....	84
2.1.1. Mobilizações sociopolíticas no Brasil: das Diretas Já para além dos 20 centavos.....	86
2.1.2. Lutas sociais em redes globais.....	100
2.2. Política, cultura e comunicação em rede: o significado de democracia em disputa.....	106
2.2.1. Cultura de rede, política em rede.....	107
2.2.2. Rede e democracia.....	112

3. ENQUADRAMENTO DE PESQUISA: TEORIAS E MÉTODOS.....	117
3.1. O debate teórico acerca dos movimentos sociais e da ação coletiva.....	118
3.2. O desafio de abordar uma <i>ideia</i> e uma <i>multidão</i>	123
3.2.1. Cultura de comunicação, cultura política, cultura de juventude: uma convergência.....	124
3.3. Mapa noturno: tateando abordagens e métodos.....	129
3.3.1. Etnografia digital.....	130
3.3.2. O sentido da imagem na pesquisa sociológica.....	132
3.3.2. Entrevista.....	138
 4. A MÁSCARA E A MULTIDÃO: O SIGNIFICADO DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO E DOS ANONYMOUS EM DISPUTA.....	 139
4.1. Anonymous, anonimato e identidade coletiva.....	140
4.2. Imaginário e ação política: origens, versões e significados da máscara.....	143
4.3. A máscara como alegoria política: apropriações e significados em junho de 2013.....	153
4.4. Disputas de enquadramento entre os Anonymous e a multidão.....	169
4.4.1. Considerações sobre análise de enquadramento e proposta de aplicação.....	171
4.4.2. Quadro de referência: o discurso televisivo de V.....	176
4.4.3. Vídeo-comunicado: enquadramento da AnonymousBrasil sobre as manifestações.....	179
4.4.4. Enquadramentos da multidão sobre os Anonymous: a máscara em xeque.....	187
4.4.5. Ação coletiva, imaginário e disputas de enquadramento: o discurso de V, o vídeo-comunicado e os comentários da multidão.....	191
4.5. A máscara e a disputa do sentido da ação coletiva.....	197
 EM BUSCA DO SIGNIFICADO DAS DISPUTAS DE SIGNIFICADO.....	 202
 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	 213

*“Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo:
Raiva e tenacidade. Ciência e indignação.
A iniciativa rápida, a reflexão longa,
A paciência fria e a infinita perseverança,
A compreensão do caso particular e a compreensão do conjunto.
Apenas as lições da realidade podem nos ensinar como transformar a realidade.”*

Bertolt Brecht

INTRODUÇÃO

Meu ponto de partida rumo aos desafios da pesquisa sociológica, como comunicadora que possui um diploma de jornalista mas sempre atuou com movimentos sociais e ativismo nos âmbitos da democratização da comunicação, cultura digital e educomunicação, foi a vivência nas ruas, nas redes e o intenso debate que tem permeado encontros como Fórum de Mídia Livre e Fórum Social Mundial desde 2011.

Levantes no norte da África, Occupy Wall Street, 15M, mobilizações protagonizadas por jovens tanto no Chile como no México e outras revoltas populares que surgiram em diversos países trouxeram à tona a insatisfação de jovens integrados às tecnologias digitais e seu poder de mobilização (também) por meio delas, construindo (e *des*construindo) discursos e ocupando espaços públicos. A temática de pesquisa, que emerge de observação e debates acerca dos levantes, esteve clara desde então: a dinâmica do ativismo político em rede no cenário atual de mobilizações protagonizadas por jovens.

Mas, após uma certeza, seguiram-se muitas dúvidas – dentre elas, o próximo desafio: a definição do “objeto”. Como estabelecer um recorte nessa intrincada rede de relações digitais e presenciais, inserida num cenário recente e globalizado, que permitisse abordar a problemática desejada de forma factível? Cogitei pesquisar o movimento espanhol 15M, mas a distância e a falta de afinidade com o ambiente sócio-histórico me desestimularam; outra possibilidade seria fazer uma comparação entre Brasil e Espanha, mas o mesmo problema se colocava. O interesse em relação ao país ibérico vinha da intensidade das mobilizações que lá se davam, sua relativa longevidade e também por eu ter estado em Madri e Barcelona semanas antes das manifestações explodirem, o que me possibilitou conhecer, num momento em que já era possível sentir o clima do que estava por vir, pessoas e iniciativas que se integrariam aos chamados “indignados”.

Mas a contingência para a realização da pesquisa fizeram do pragmatismo um imperativo. Sendo assim, o limite do espaço geográfico a ser estudado estava definido: Brasil – apesar de ser cada vez mais difícil delimitar mobilizações de acordo com fronteiras político-geográficas, o que demanda abarcar, complementarmente à problemática local, a perspectiva global. O novo desafio foi descobrir como abordar uma situação que parecia não haver chegado ao país: algumas marchas e “ocupas” relacionadas a esse momento mundial ousaram colocar-se nas ruas a partir de 2011 – como Marcha da Liberdade, Marcha das Vadias e acampamentos em praças de algumas cidades do país –, mas não pareciam dialogar com amplas camadas da população.

O problema que eu me propunha (ou que se insinuava), dadas as circunstâncias, era estudar porque essa onda global de revolta *não* havia explodido no Brasil: seria pelo crescimento econômico aliado a políticas sociais, fatores que permitiram construir uma imagem de desenvolvimento que o país assumia e exportava com sucesso para o exterior? Ou seria pela crença na imagem em si?

Dessa forma, a solução encontrada seria pesquisar porque o Brasil, um país de extrema desigualdade social e no qual os jovens se apropriam das novas tecnologias de comunicação de forma notável, não entrou no roteiro mundial de manifestações multitudinárias protagonizadas por jovens articulados em redes digitais que tomam as ruas com seus difusos protestos. Inicialmente, cogitei estudar esse fenômeno por meio da Marcha da Liberdade, realizada em 2011 em diversas cidades do país. Contudo, um fato foi chamando cada vez mais minha atenção: uma máscara parecia onipresente em todas essas manifestações contemporâneas ao redor do mundo. Era o símbolo dos Anonymous: *Nós Somos Legião* é o seu lema. Assisti ao documentário com esse título (WE ARE LEGION, 2012) e ao filme *V de Vingança* (2006), inspiração da simbologia da máscara.

A relação entre a falta de hierarquia explícita nessas mobilizações, sua articulação em redes digitais e, por outro lado, o anonimato que a máscara perpetua nas ruas e o fato de os Anonymous se definirem como uma *ideia*, e não um movimento, carecendo de lideranças assumidas e pautas específicas para além de poucos (e controversos) princípios básicos, me levaram à final decisão de adotá-los como “objeto” de pesquisa, por entender que a análise desse ator me permitiria investigar os jovens que tomam as ruas para expressar seu descontentamento – e o fazem, no âmbito comunicacional e organizacional, com inovações, em formato de rede.

Semanas após essa decisão ter sido tomada, explodem manifestações por todo o Brasil. Nas ruas, na mídia de massa, nas redes digitais, nos círculos de convivência, até mesmo na aula de Teoria Sociológica Clássica – não se falava de outra coisa. As maiores manifestações populares que esse país já viu em muito tempo (há quem diga que desde os protestos dos caras-pintadas em 1992 [BRASILINO, GODÓI, NAVARRO, 2013]). As desigualdades desse país onde a riqueza e a miséria convivem cotidianamente de forma violenta – e no qual o desenvolvimento econômico atropela os direitos humanos – vieram à tona abruptamente (SANTOS, 2013). O aumento da tarifa do transporte foi a pauta inicial, que abriu passagem para que as demais fossem defendidas nas ruas em cartazes aparentemente desconexos. Tal onda de manifestações culminou no dia 20 de junho, quando

mais de 2 milhões de pessoas saíram às ruas em pelo menos 438 cidades do país (LEAL, 2013).

A partir do acompanhamento dos protestos por meio das redes digitais e da observação participante nas ruas – com foco nos enquadramentos dos Anonymous¹ e das distintas apropriações da máscara durante o período –, construiu-se o recorte teórico e metodológico da pesquisa, como detalharemos ao longo do texto. A investigação passou a ser guiada pela seguinte pergunta: qual é o significado da disputa simbólica em torno da máscara-símbolo da rede Anonymous durante as manifestações de junho?

Entendemos que essa problemática se insere num processo que envolve transformações culturais nos âmbitos de juventude, comunicação e política – aspectos que dialogam entre si e convergem na aplicação do conceito de rede à situação pesquisada. Partimos, assim, da hipótese de que as disputas em torno da máscara durante as manifestações de junho revelam uma transformação na cultura da ação política, protagonizada por jovens, que diz respeito à contestação das mediações tradicionais no âmbito da política e da comunicação a partir da dinâmica de rede. Consideramos que esses dois processos, na cultura de comunicação e na cultura política, não somente são simultâneos, mas dialógicos, ou seja, estão inter-relacionados. Uma outra forma de se comunicar implica numa outra forma de se fazer política – e vice-versa.

Abre-se assim ao debate um novo horizonte de problemas, no qual estão redefinidos os sentidos tanto da cultura quanto da política, e do qual a problemática da comunicação não participa apenas a título temático e quantitativo – os enormes interesses econômicos que movem as empresas de comunicação – mas também qualitativo: na redefinição da cultura, é fundamental *a compreensão de sua natureza comunicativa*. Isto é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor. (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 299).

E isso se complexifica exponencialmente com a comunicação nas redes digitais. As brechas se expandem – apesar de ainda serem *brechas*. Uma outra forma de se comunicar se engendra, em que o esquema emissor-receptor é subvertido – todos são emissores em potencial. A grande diferença está, ainda, no poder real de alcance e no grau de legitimidade dos discursos. Mas a dinâmica de rede, definitivamente, impõe cada vez mais desafios à lógica da comunicação de massa – o que ficou evidente nos protestos de junho de 2013 – e

¹ Esclarecemos que por “enquadramentos dos Anonymous” designamos tanto os enquadramentos que os Anonymous construíram sobre as manifestações quanto aqueles que a multidão atribuiu a eles. Ou seja, enquadramentos *desde* os Anonymous e *sobre* os Anonymous.

aos modelos tradicionais de ação coletiva. Descentraliza-se a comunicação social e a luta política, o que implica em outros arranjos e outros conflitos. Liderança e representatividade entram na mira.

Tais processos na cultura de comunicação e na cultura política também dizem respeito a transformações na linguagem, na estética, no imaginário, nos valores e até mesmo na ética da ação coletiva (MARTÍN-BARBERO, 2003; SZANIECKI, 2007, 2013). A política se carnavaliza radicalmente, e mais do que a defesa de um programa de ações, ou da construção de uma determinada liderança, ao contrário dos movimentos sociais tradicionais, trata-se de uma outra forma de se estar no mundo, em que as regras do cotidiano são temporariamente subvertidas e desafiadas. A máscara é artefato que se destaca nessa dinâmica, com seu tom lúdico e intrépido, que sobrepõe às identidades individuais um *imaginário* – no caso dos Anonymous, uma *ideia*, como eles sugerem.

Trata-se de uma rede que surgiu entre os jovens no meio digital e que assumiu caráter político a partir de ameaças à sua liberdade pelas normas e pelos valores vigentes. Sua cultura de rede desafiava as regras do “sistema”. Assim, o que inicialmente dizia respeito à diversão transformou-se em luta por justiça – aplicada a diferentes situações de diversas maneiras em lugares espalhados pelo mundo. Uma máscara transformou-se espontaneamente em símbolo da rede, a partir da cultura comum desses jovens: a máscara de Guy Fawkes, personagem de *V de Vingança* (2006; MOORE, LLOYD, 2011). Símbolo de rebeldia, ela se destacou nas manifestações de junho tanto nas ruas quanto nas redes digitais.

Não poderia haver “objeto” mais apropriado para a análise da problemática de pesquisa que se construía: os conflitos na ação coletiva que surgem das transformações na cultura política e de comunicação a partir da dinâmica de rede. E um imenso fractal desenhou-se: redes multitudinárias que tomaram as ruas de junho, que apropriaram-se da máscara símbolo de uma rede, a Anonymous, que, por si mesma, é constituída por uma infinidade de redes. Sem líderes. Sem uma pauta clara e unificadora. Mas com um sentimento comum: a revolta.

A partir de Martín-Barbero (2003, p. 297), entendemos que essas transformações na ação política implicam numa *redescoberta do popular*, que passa pela “revalorização das articulações e mediações da sociedade civil”, pelo “sentido social dos conflitos para além de sua formulação e síntese política” e pelo “reconhecimento de experiências coletivas não enquadradas nas formas partidárias”. Tal postura analítica envolve uma “valorização profundamente nova do *cultural*” e do entendimento de que ocorre uma “formação de novos sujeitos [...] e formas de rebeldia e resistência” que se dão “na conflitividade e na criatividade

atuais” (ibid., p. 297, grifo do autor). A atualidade do pensamento do autor fascina, mas agregamos dois elementos contemporâneos que nos permitem implementá-lo na nossa análise: os conceitos de rede (HARDT, NEGRI, 2005; CASTELLS, 2009, 2013) e de multidão (HARDT NEGRI, 2005; SZANIECKI, 2007).

A partir de Castells (2009, p. 19-20), entendemos que uma rede consiste numa determinada conexão de nós, e quanto mais informação relevante um determinado nó for capaz de absorver e mais eficientemente conseguir processá-la, mais importante será para a rede; contudo, o nó nunca existe de forma independente da rede. Construídas em torno de determinadas metas, as redes processam os fluxos de comunicação que circulam pelos nós. Possuem, ao mesmo tempo, unidade em torno de um propósito comum e flexibilidade de adaptação.

Já a multidão (HARDT, NEGRI, 2005) é um novo sujeito político que, num mundo onde o poder se articula em redes (centralizadas), é o contrapoder que também se articula em redes (descentralizadas). Ela se engendra em meio à diversidade, de modo que os diferentes atores agem independentemente, mas confluem no que têm em comum. Sendo assim, as redes de contrapoder se articulam em torno de determinados “nós comuns”, que se desfazem e se rearticulam a partir da constante reconfiguração desse “comum”.

Nosso objetivo é investigar o *significado sociopolítico* (GOHN, 2013; BRINGEL, ECHART, 2008; MARTIN-BARBERO, 2003) do conflito entre a Anonymous e a multidão (HARDT, NEGRI, 2005) nas manifestações de junho a partir das *disputas de enquadramento* (TARROW, 2009; BENFORD, 1993) que envolveram essa *ideia* durante o período, principalmente por meio das distintas apropriações de seu símbolo e síntese: a máscara. A partir disso, delimitamos alguns objetivos específicos, que implicaram nas análises das seguintes questões: a dinâmica das disputas de significado durante as manifestações de junho, com ênfase na relação entre ruas, mídia de massa e mídia digital (espaços onde as disputas ocorrem); a atuação dos Anonymous durante as manifestações de junho; a trajetória simbólica da máscara; as disputas de enquadramento entre os Anonymous e a multidão no que diz respeito ao significado da máscara.

Cabe esclarecer que entendemos os Anonymous como parte dessa multidão; portanto, podemos dizer de maneira figurativa que se trata de uma disputa da “parte” em meio ao “todo”. Justamente os inúmeros conflitos em meio à diversidade que compõem a multidão nos interessam – pois a democracia é o grande desafio da multidão que, para Hardt e Negri (2005), é o único sujeito capaz de construí-la na contemporaneidade. Suas interações calcadas na cooperação e no compartilhamento são um laboratório democrático, mas, segundo os

autores, a multidão precisa de um projeto político para consolidar-se. Um projeto político que destrua a soberania a nível mundial – ao contrário de outras revoluções do século XX, que derrubaram Estados considerados então o lugar primordial da soberania, mas criaram outros Estados soberanos – e construa *novas estruturas institucionais democráticas baseadas nas condições vigentes* (ibid, p. 442). Os conflitos em meio à multidão de junho de 2013 no Brasil são uma amostra do tamanho do desafio que tal projeto representa, mas somente sua análise nos permitirá vislumbrá-lo.

As manifestações de junho de 2013 no Brasil serão indicadas neste trabalho apenas como “manifestações de junho” ou “protestos de junho”, optando por manter o nome pelo qual elas são popularmente designadas²; outras denominações surgiram, tais como “Jornadas de Junho” (MALINI, 2013b; MARICATO et al, 2013; MORAES, et al., 2015) e “levante de junho” (BRINGEL, 2013). Apesar do termo selecionado remeter a eventos, entendemos que tais manifestações são a culminação de um processo que já vinha sendo construído e que tem continuidade de forma ramificada. As manifestações de junho foram seguidas de protestos em relação à Copa, ocupações, marchas relacionadas a questões locais e inclusive ao transporte público. Utilizaremos na análise alguns materiais de eventos que sucedem junho, mas que se inserem dentro da mesma problemática e dinâmica de ação coletiva. Sendo assim, quando nos referimos às “manifestações de junho” ou aos “protestos de junho” estamos nos referindo a um *processo* que *culminou* nesse mês de 2013 e que se desdobra.

Já o termo *enquadramento* diz respeito ao conceito de “quadro interpretativo de ações coletivas”, desenvolvido por Snow e Benford (1986, 2000) a partir do conceito de “quadro interpretativo” de Goffman, que referia-se à construção de significados por parte do indivíduo; Snow e Benford, por sua vez, aplicam-no à ação coletiva. “A cultura de ação coletiva é feita de quadros interpretativos e de emoções que visam tirar as pessoas de sua submissão, mobilizando-as para a ação em cenários conflituosos”, explica Tarrow (2009, p. 146-7). Os enquadramentos são construídos em constante interação uns com os outros, numa *disputa simbólica* acerca dos significados que dão sentido às relações sociais. A disputa ocorre quando diferentes atores tentam imprimir distintos significados a um mesmo quadro (BENFORD, 1993) – como ocorreu durante as manifestações de junho. Os Anonymous foram importantes elementos desse conflito: a disputa em torno da máscara traz à tona vários embates que dizem respeito ao momento sociopolítico que vivemos e aos desafios que se impõem à ação coletiva.

² Agradeço essa reflexão ao ativista entrevistado para essa pesquisa André Feiges.

Propomos, portanto, uma abordagem da ação coletiva de confronto com enfoque cultural. Defendemos que, “além do marco das 'democracias realmente existentes', é necessário observar em que medida os movimentos sociais adotam referências, geram discursos e criam práticas espaciais de resistência, nas quais a democracia aparece *como uma criação coletiva*, como a instituição de um novo imaginário, de tensão permanente entre projetos e territorialidades” (BRINGEL, ECHART, 2008, p. 467, grifo dos autores), e estendemos essa leitura para outros atores coletivos, tais como a rede Anonymous e a multidão que emergiu em junho de 2013 no Brasil.

Começaremos explicitando, no primeiro capítulo, nossa perspectiva teórica e os conceitos que serão utilizados ao longo do trabalho. Utilizamos três principais abordagens: o conceito de *mediações culturais* de Jesús Martín-Barbero (2003); o conceito de *multidão* de Hardt e Negri (2005); e a teoria da mobilização política a partir de Sidney Tarrow (2009). Apesar de bastante divergentes entre si, elas convergem em um sentido: a importância das disputas simbólicas e dos processos comunicacionais na dinâmica social contemporânea. Martín-Barbero (2003) nos ajuda a compreender esses processos por meio da trama entre cultura, comunicação e política e do conceito de *hegemonia*; Hardt e Negri (2005) apresentam esse novo sujeito político, que emerge de uma sociedade cada vez mais articulada em *rede* – a *multidão*; já Sidney Tarrow (2009) propõe que, ao invés de nos focarmos nos sujeitos políticos isoladamente, estendamos nossa análise às interações que se dão na *ação coletiva de confronto*, levando em consideração as *oportunidades políticas*, as *estruturas de mobilização*, os *repertórios* e, o que mais nos interessa aqui, a *dinâmica simbólica por meio da construção e das disputas de enquadramento*.

Seguiremos, ainda no primeiro capítulo, com o relato da trajetória das manifestações de junho e a problematização das disputas em torno do seu significado nas mídias, redes e ruas. A narrativa foi construída por meio da observação e da participação em meio às manifestações, condensadas em registros fotográficos e anotações, assim como por um processo de etnografia digital e relatos colhidos com ativistas em entrevistas posteriores. Esse percurso de aproximação do “objeto” de pesquisa e recolhimento de material foi fundamental para a construção da investigação, que, por tratar-se de um tema recente e controverso, exige uma especial atenção à sua contextualização. Também nos utilizamos de análises realizadas no calor do momento (GOHN, 2013; CHAUI, 2013; PIMENTEL, SILVEIRA, 2013; MALINI, 2013a, 2013b; PELBART, 2013) e produções disponibilizadas na sequência (MARICATO et al., 2013).

Continuaremos com a análise da relação *protesto – mídia de massa – mídias digitais*. Entendemos que, cada vez mais, a produção e a contestação de significados estão no centro da ação coletiva de confronto, pois dizem respeito ao *sentido* atribuído às lutas sociais e à realidade como um todo (MARTÍN-BARBERO, 2003; TARROW, 2009; HARDT, NEGRI, 2005). Por isso, nos concentramos na dinâmica das disputas de enquadramento que se deram durante as manifestações de junho e a relação “redes e ruas”, ou seja, entre as marchas e as interações nas redes digitais (LIMA, LOOSE, 2014; MARICATO et al., 2013; PIMENTEL, SILVEIRA, 2013a, 2013b). Além disso, o enfoque dado às tecnologias digitais, muitas vezes colocadas como *causa* dos protestos, demanda que nos dediquemos cuidadosamente à análise dessa relação, para evitar a vala-comum em que a tecnologia é entendida não só como causa, mas solução dos problemas sociais – como alerta Martín-Barbero (2003). Finalizaremos esta primeira parte com uma breve apresentação dos Anonymous (COLEMAN, 2011, 2014; WE ARE LEGION, 2012; MACHADO, 2013) e uma análise da sua atuação nas redes digitais durante as manifestações de junho. Consideraremos atividades de *hacking* realizadas em nome da rede e sua influência na mobilização ativista (para além do *hacking*) no meio digital durante a escalada dos protestos (PIMENTEL, SILVEIRA, 2013a, 2013b).

No segundo capítulo, a situação pesquisada será inserida em seu contexto histórico, nacional e global, com o propósito de identificar as principais problemáticas que emergem – e que dizem respeito às disputas que se deram durante as manifestações de junho: a dinâmica de rede e a construção democrática. No que tange ao cenário nacional de ativismo político, partiremos das Diretas Já, passando pelo Fora Collor, os movimentos sociais da década de 1990 até chegar às recentes marchas que já anunciavam o modelo de protesto que estava por explodir (NOBRE, 2013; GOHN, 2011, 2013; LELO, MAIA, 2013). Continuaremos considerando o impacto já perceptível das manifestações de junho de 2013 na dinâmica das lutas sociais no país (NOBRE, 2013; GOHN, 2013; CHAUI, 2013), para depois inserir a recente trajetória brasileira numa perspectiva global de ativismo político articulado em rede (CASTELLS, 2013, BRINGEL, ECHART, 2008, 2010; PRUDENCIO, 2006; CARNEIRO et al., 2012; MARICATO et al., 2013).

A análise desse histórico nacional e global coloca duas questões no centro da discussão da ação coletiva, que serão abordados: [1] o conceito de rede e sua relação com transformações na cultura política (CASTELLS, 2009, 2013; SILVEIRA, 2010; MACHADO, 2013; HARDT, NEGRI, 2005; BEY, 2004) e [2] suas implicações democráticas, destacando o papel da emoção, do conflito e das disputas simbólicas nas lutas sociais contemporâneas

(CASTELLS, 2013; SANTOS, 1989; MELUCCI, 1999; MOUFFE, 2003; BRINGEL, ECHART, 2008; TARROW, 2009).

No terceiro capítulo, será feito um balanço teórico no que diz respeito à ação coletiva (TARROW, 2009; MELUCCI, 1999), discutindo termos como *novos movimentos sociais* (TOURAINE, 1984, 1988; SANTOS, 2001), *movimentos sociais em rede* (CASTELLS, 2013) e nossa escolha de utilizar o conceito de *multidão* (HARDT, NEGRI, 2005). Na sequência, apresentaremos a concepção dos protestos de junho como um *processo* (e não simplesmente um “conjunto de eventos”) que envolve transformações culturais no âmbito da comunicação e da política especialmente entre os jovens (FEIXA, 2000; SALLAS, BEGA, 2006; SALLAS, 2009; PELBART, 2013, GOHN, 2013), o que também diz respeito à Anonymous, essa rede cultural e política que surgiu de interações predominantemente entre jovens no ambiente digital e se consolidou a partir de confrontos políticos e da atuação nas ruas. Finalizaremos essa etapa expondo nossas opções metodológicas: a etnografia digital, que permitiu a aproximação do “objeto”, a ambientação na problemática de pesquisa e o recolhimento de material de análise (HINE, 2004; MURILLO, 2006; CABRANES, 2006); o uso de imagens na pesquisa sociológica (GURAN, 2012; BARTHES, 1984) e suas contribuições para a investigação do *imaginário* sociopolítico por meio da máscara e da estética da multidão (SZANIEKI, 2007, 2013); e entrevistas complementares realizadas com ativistas.

Destaca-se de antemão que as imagens utilizadas ao longo do trabalho não são secundárias ao texto – afinal, a pesquisa parte da *imagem da máscara*. Elas não poderiam de modo algum ser apresentadas em anexo, pois compõem o *corpo* da pesquisa. Assim como o texto complementa a imagem, estabelecendo relações que lhe escapam, a imagem revela elementos e sensações que somente a contemplação curiosa pode constatar – postura que, presente ao longo da investigação, torna-se importante para sua leitura.

No quarto e último capítulo, nos voltaremos para a análise da interação dos Anonymous em meio à multidão durante as manifestações de junho a partir da sua máscara-símbolo. Iniciaremos problematizando a dinâmica identitária da Anonymous, suas consequências e os desafios que impõe aos modelos tradicionais de ação coletiva (COLEMAN, 2014; MACHADO, 2013). Na sequência, será feita uma imersão no imaginário da máscara de Guy Fawkes por meio de uma comparação narrativa entre a HQ e o filme *V de Vingança* (2006; MOORE, LLOYD, 2012), aplicada aos Anonymous e às manifestações de junho a partir da sua influência simbólica, tanto ideológica quanto mitológica (MARTÍN-BARBERO, 2003).

Continuaremos a partir de uma abordagem carnavalesca do confronto político, em

que a tomada das ruas pelo riso e pela máscara é entendida como elemento de subversão da ordem vigente, como um momento em que as regras são temporariamente desafiadas e as paródias do discurso oficial permitem criar uma linguagem, uma estética e uma ética da multidão, caracterizadas pela chacota, pelo desafio e pela ambivalência (BAKHTIN, 1987; MARTÍN-BARBERO, 2003; SZANIECKI, 2007, 2013). Partindo dessa dinâmica carnavalesca, será feita a análise de imagens que revelam a ambiguidade das apropriações que a máscara de Guy Fawkes sofreu durante as manifestações de junho (e na sua sequência). Sua *elasticidade simbólica* (COLEMAN, 2014) permitiu vestir posturas políticas distintas e até mesmo opostas, o que, por um lado, reflete a diversidade inerente à multidão e os conflitos que a permearam e, por outro, implica na disputa do sentido da própria rede Anonymous.

Finalmente, analisaremos os conflitos simbólicos em torno da máscara a partir da análise de enquadramento de uma micromobilização (PRUDENCIO, SANTOS, 2011; SILVA JUNIOR, 2014; SNOW, BENFORD, 1986, 2000; BENFORD, 1993). Trata-se do vídeo-comunicado *Copa das Manifestações 2013 #ManifestationsCup – Anonymous*, lançado em 20 de junho pela célula AnonymousBrasil (2013a), que alcançou centenas de milhares de acessos em poucos dias. Como nosso foco está na *relação entre a máscara e a multidão*, entre os Anonymous e a diversidade de manifestantes engajados, analisaremos também os comentários publicados sobre o vídeo e seus múltiplos enquadramentos – destacadamente no que diz respeito à utilização política da máscara.

Também levaremos em consideração o modo como o imaginário de *V de Vingança* (2006) e, conseqüentemente, a máscara de Guy Fawkes, dialogou com essa disputa de enquadramentos. Para isso, analisaremos o discurso mobilizador que o protagonista do filme faz para a população na TV, o que permite avaliar as confluências e embates envolvidos na relação entre os Anonymous, o imaginário contido em *V de Vingança* (2006) e a multidão que saiu às ruas em junho de 2013 no Brasil, com destaque para a influência da máscara e as disputas em torno de seu significado.

Assim, essa máscara de sorriso irônico, tal como foi nossa guia em meio aos enredados caminhos da pesquisa, será a mestre de cerimônias dessa narrativa analítica em que buscamos identificar as diferentes linhas do conflito político envolvendo a máscara e a multidão e o modo com que elas se entramam, revelando os processos sociais por trás da aparência dos embates que se travaram durante as manifestações. Sob a perspectiva simbólica, pode-se identificar que o “padrão” que subjaz essa teia diz respeito às disputas em torno do sentido da ação coletiva. Por meio dos Anonymous, elas serão analisadas a partir dos desafios que os jovens impõem à moral e às práticas tradicionais da ação coletiva através de sua

cultura de comunicação – *que é também política*, e cuja síntese é a máscara.

Entendemos que o modelo de pesquisa precisa dialogar com a realidade analisada, o que nos motiva a encarar o desafio epistemológico, teórico e metodológico de empreender uma trama nada ortodoxa de análise. Nos inspiramos em Wright Mills (1982, p. 27), para quem a rigidez metodológica e o formalismo teórico devem ser superados em prol da *imaginação sociológica* à partir de problemas que interessam à sociedade, que dizem respeito às “questões públicas urgentes” e aos “problemas humanos insistentes” (ibid, p. 28).

Essa postura implica numa preocupação especial com a linguagem. Mills (op. cit.) não se faz de desentendido e denuncia o “sociologuês”, que serve para que investigadores perpetuem seu *status*, e defende que se escreva da maneira mais simples possível – ou seja, *que a ciência se faça entender* (op. cit., p. 234). Tanto as imagens quanto o texto que apresentamos trazem consigo essa tentativa de diálogo *para além* do campo científico – o que, entretanto, não significa desconsiderá-lo –, que parte do entendimento da ciência como elemento de um todo social que, os pesquisadores tendo consciência disso ou não, se alimenta do mundo e, em contrapartida, o retroalimenta. Como indica Boaventura de Souza Santos (1989, p. 13, grifo nosso), “trata-se de compreendê-la enquanto *prática social de conhecimento*, uma tarefa que se vai cumprindo *em diálogo com o mundo* e que é afinal fundada nas vicissitudes, nas opressões e nas lutas que o compõem e a nós, acomodados ou revoltados”.

Empreendemos uma tentativa, mesmo que em alguma medida frustrada e condicionada pelos vícios e clausuras do discurso científico – afinal, temos consciência que não se trata de um formato acessível a grandes parcelas da população –, de aprofundar reflexões que dizem respeito às lutas sociais, por meio do arcabouço teórico-metodológico e do potencial de problematização da realidade que a ciência oferece, de maneira que possa dialogar com os diversos agentes envolvidos em seus processos, suas dinâmicas e seus devires. Para isso, assumimos a *mestiçagem* enquanto lugar de fala, entendendo-a como “um modo próprio de perceber e narrar, contar e dar conta” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 271).

A partir desse conceito, em meio ao desencontro entre método e situação – que antecede e transcende as escolhas teóricas e reflete uma corrida cega por “mais conhecimento, na lógica da pura acumulação” – nos voltamos para o *re-conhecimento*, “segundo a lógica da diferença, de verdades culturais e sujeitos sociais”. Reconhecimento de uma mestiçagem que, na América Latina, “não remete a algo que passou, e sim àquilo mesmo que nos constitui, que não é só um *fato* social, e sim *razão* de ser, tecido de temporalidades e espaços, memórias e imaginários”.

Desse modo, a pesquisa científica se permite reconhecer o “surgimento de uma nova sensibilidade política, não instrumental nem finalista, aberta tanto à institucionalidade quanto à cotidianidade, à subjetivação dos atores sociais e à multiplicidade de solidariedades que operam simultaneamente em nossa sociedade” (ibid., p. 271), de maneira que as categorias disponíveis para a análise das problemáticas sociais, ou seja, as construções teóricas e metodológicas consolidadas ao longo da história da produção de conhecimento científico, auxiliem a problematizar a realidade – e não meramente encaixem as vivências sociais em conceitos que confirmam teorias, mas não dialogam com os desafios do real.

A ciência, como qualquer outro espaço social, está inserida num contexto de relações de poder – e, enquanto discurso, não é neutra, mas socialmente construída. A defesa de uma suposta neutralidade científica tem servido historicamente para legitimar como verdade as pesquisas que respondem aos interesses hegemônicos por meio da *tecnificação* do conhecimento. Para superar esse paradigma é preciso levar em conta (e dialogar com) os saberes subalternos (ou *subalternizados?*), as práticas de resistência que se entrelaçam, enquanto dança e enquanto luta – tal como a capoeira, fruto de nossa mestiçagem –, no tecido social. E para tal nos inspiramos na noção de dupla ruptura epistemológica³ de Souza Santos (1989), que entende que a ciência deve não só romper com o senso comum, mas levá-lo em consideração, buscando *transformá-lo*.

Segundo o autor (ibid., p. 147), a partir do reconhecimento dos conflitos sociais e dos agentes que resistem, desde abaixo, à *homogeneização desde acima*, “deixou de ter sentido criar um conhecimento novo e autônomo em confronto com o senso comum (primeira ruptura) se esse conhecimento não se destinar a transformar o senso comum e a transformar-se nele (segunda ruptura)”. Trata-se, assim, de uma ciência pragmática, no sentido de que está voltada para a realidade em que se insere, não de maneira instrumental, mas *crítica*.

A proposta, portanto, não é negar o conhecimento científico, mas reconhecer as disputas nas quais se insere – e as quais reproduz – a partir de uma postura crítica que leva em consideração o *sentido* da sua produção, e que se propõe a dialogar não só com o campo científico – mas *também* –, de modo a transpor as barreiras artificiais, socialmente construídas, que separam a ciência da realidade pesquisada. Isso se dá não só por meio do esforço de tornar a linguagem científica acessível, mas de reconhecer os discursos dos “objetos” de pesquisa como a narrativa de sujeitos sociais que, longe de ser *verdade*, faz *sentido*, e resulta de uma concepção pragmática de mundo, assim como das disputas de poder

³ Entendemos epistemologia, esse termo tão distante do vocabulário cotidiano, como a reflexão em torno do sentido da produção de conhecimento científico.

que permeiam a realidade social. Portanto, de uma relação “eu-coisa”, parte-se para uma postura científica “eu-tu”, *entre sujeitos*. Tal postura, insistimos, não implica em negar o discurso científico, mas considerá-lo em relação com outros discursos, tal como de fato se dá, e que esses outros discursos também estão calcados em *racionalidades*, assim como a ciência em *subjetividades*. (SANTOS, 1989).

Portanto, em tentativa de reflexão e diálogo, convidamos à leitura dessa narrativa, elaborada a partir das recentes lutas sociais protagonizadas por jovens que chegaram com o pé na porta de uma sociedade atomizada, convidando a todos para ir às ruas questionar o sentido do trajeto do bonde da história. Afinal, quem é o motorista? Para onde nos leva? Quem definiu o caminho, a partir de quais interesses? As manifestações foram uma grande mistura de celebração e conflito, carnaval e luta – e depois que “a festa acabou”, parafraseando Carlos Drummond de Andrade, que se disseminou em milhares de processos mais discretos, em milhares de outras “festas”, continuamos marchando. Ainda cabe perguntar “para onde”?

1. ANONYMOUS E AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

*“O barulho é relativo ao silêncio que o precede.
Quanto mais absoluta a quietude, mais devastadoras as palmas.
Nossos governantes não ouvem a voz do povo há gerações, Evey...
E ela é muito mais alta do que eles se recordam.”*

V em diálogo com Evey em V de Vingança, de Alan Moore e David Lloyd

IMAGEM 1 – A MÁSCARA E A MULTIDÃO



A máscara de Guy Fawkes, símbolo dos Anonymous, passou a ser também um símbolo das manifestações. Em frente à marcha, carregando a faixa, vemos um manifestante usando a máscara ao centro. Atrás, há uma multidão com diversos cartazes, numa dinâmica corporal que remete à estética do carnaval. O grito “Vem, vem, vem pra rua vem, CONTRA O AUMENTO” ecoava pelas ruas ao redor. Curitiba, 17 de junho de 2013. FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.

Em junho de 2013, milhões de pessoas saíram às ruas em mais de 400 cidades do Brasil ocupando o espaço público com muitos cartazes e indignação coletiva. Nessas manifestações, bem como em suas repercussões em fotos e vídeos na mídia de massa e nas redes digitais, um elemento destacou-se: a máscara de Guy Fawkes, adereço emblemático da

História em Quadrinhos (HQ) *V de Vingança* (MOORE, LLOYD, 2012), posteriormente transformada em filme homônimo (2006)⁴. A quase onipresente máscara também é símbolo dos Anonymous. Similarmente às manifestações, eles não possuem líderes explícitos ou pautas específicas. Aliás, nem se denominam um movimento, mas uma *ideia*⁵, um conceito (ANONYMOUS). Seu universo de organização é majoritariamente digital e seu papel se destaca não só no Brasil, mas em ações de *hacktivismo*⁶ e manifestações ao redor do mundo (MACHADO, 2013; COLEMAN, 2014).

Durante os protestos de junho de 2013, a multidão apropriou-se da máscara – que passou a simbolizar as próprias manifestações –, atribuindo-lhe distintos significados: entrou em jogo não só o significado dos protestos, mas da própria rede Anonymous. Nessa disputa, os ativistas competiam com poderosos adversários, tais como a mídia de massa e as autoridades políticas, num movimento de vai e vem, em que os discursos se influenciaram mutuamente. A mídia de massa pautou a multidão e a multidão pautou a mídia de massa, e o mesmo se deu com as autoridades, que, ao serem pressionadas a assumir posicionamentos, selecionaram os grupos e as pautas com os quais dialogariam, enquanto acusaram ou ignoraram outros.

O eixo de nossa análise é a disputa do sentido das manifestações de junho a partir das apropriações da máscara-símbolo dos Anonymous. Neste capítulo, contextualizaremos o confronto e apresentaremos as principais disputas de enquadramento que se deram durante o período, envolvendo manifestantes, autoridades e mídia de massa. Em seguida veremos a origem e trajetória dos Anonymous, essa rede ativista difusa e descentralizada composta, como o próprio nome indica, por participantes anônimos (ibid., COLEMAN, 2011, 2014; WE ARE LEGION, 2012), e o papel que assumiu na disputa simbólica das manifestações de junho a partir de sua atuação nas redes digitais durante o período.

Mas, antes de tudo, é preciso esclarecer a trama teórica que sustenta esta análise, na qual os fatores simbólico-culturais da ação política assumem o primeiro plano. Nessa tentativa de integrar comunicação, cultura e política sob um viés sociológico, mesclamos três abordagens que em alguma medida dialogam entre si mas que, sobretudo, se complementam:

⁴ O filme baseou-se na HQ (ou *graphic novel* – em tradução literal, “novela gráfica”, como também é chamado esse tipo de HQ) desenvolvida por Alan Moore e David Lloyd (2006) na década de 1980, que por sua vez inspirou-se na trajetória de Guy Fawkes, católico inglês que tentou explodir o parlamento de seu país em 1605, com o rei James I dentro, no que ficou conhecido como “Conspiração da Pólvora”. Ele foi impedido e condenado à forca. (FEBBRO, 2012).

⁵ “Seu lema tornou-se realidade: ‘somos legião’. Neste sentido, Frédéric Bardeau destaca que os Anonymous não se enquadram em nenhum rótulo. ‘Não são nem anarquistas, nem sindicalistas revolucionários, nem marxistas. É um movimento pós-moderno, anônimo, planetário, descentralizado.’” (FEBBRO, 2012).

⁶ Trata-se de ações de *hacking* com objetivo político.

a perspectiva das mediações (MARTÍN-BARBERO, 2003), a teoria da mobilização política (TARROW, 2009) e o conceito de multidão (HARDT, NEGRI, 2005). A primeira, que integra os chamados *estudos culturais latino-americanos*, enfoca as lutas sociais a partir do papel que a comunicação assume nas disputas sociais de significado; a segunda oferece um ferramental teórico que vai além da análise isolada de determinado movimento social a partir do conceito de *confronto político*, que coloca em destaque as *interações* entre os distintos atores que compõem determinado conflito; já a terceira apresenta esse sujeito político difuso que tem se destacado em lutas sociais em rede ao redor do mundo e se distingue dos movimentos sociais por não possuir lideranças e ter objetivos múltiplos e dispersos: a *multidão*.

1.1. CONFRONTO POLÍTICO E MEDIAÇÕES CULTURAIS EM REDE: PERSPECTIVA ANALÍTICA DA DISPUTA DE ENQUADRAMENTOS ENTRE OS ANONYMOUS E A MULTIDÃO EM JUNHO DE 2013 NO BRASIL

A proposta de investigar o *significado sociopolítico* da atuação dos Anonymous nas manifestações de junho levou a duas abordagens distintas que têm em comum o foco nas *disputas de sentido que envolvem as lutas sociais*: a perspectiva das *mediações*, de Jesús Martín-Barbero (2003), e a teoria da mobilização política, sintetizada por Sidney Tarrow (2009). Enquanto a última oferece categorias de análise propícias para a investigação do “objeto” e do contexto desta pesquisa, a primeira considera as complexidades e ambiguidades das disputas em torno dos significados da vida social e o papel que as lutas sociais desempenham nesse processo.

Além desses, um terceiro conceito constituirá a base de nossa investigação: o de *multidão* (HARDT, NEGRI, 2005). As manifestações de junho evidenciaram, no Brasil, o surgimento desse novo sujeito político que transcende a noção de classe social, presente nos movimentos sociais tradicionais, e a perspectiva identitária, característica dos denominados “Novos Movimentos Sociais” das últimas décadas do século XX. Segundo Hardt e Negri, a multidão atua em rede e “é composta de diferenças e singularidades radicais que nunca podem ser sintetizadas numa identidade” (ibid., p. 444), o que se aplica à diversidade inerente ao levante de junho de 2013 no Brasil, assim como a outras experiências contemporâneas ao redor do mundo. O que essas três abordagens têm em comum é o enfoque na centralidade que as interações comunicativas têm na dinâmica social contemporânea.

Para esclarecer essa teia conceitual, partiremos de uma breve análise da obra *Dos meios às mediações* (MARTÍN-BARBERO, 2003) e traçaremos os pontos de convergência e

complementariedade desta abordagem com a teoria da mobilização política. As noções de *mediação* (ibid.) e *enquadramento* (TARROW, 2009) permitem estabelecer uma relação entre política e comunicação sob um viés cultural, levando em consideração as disputas em torno do *sentido* da ação política. Aplicaremos nossa perspectiva analítica à relação entre os Anonymous e as manifestações de junho de 2013, entendendo-os como parte dessa *multidão* que atua em *rede* (HARDT, NEGRI, 2005), e problematizaremos as categorias da teoria da mobilização política que serão utilizadas ao longo deste trabalho: *ação coletiva de confronto*, *repertório*, *oportunidade política*, *estrutura de mobilização* e *enquadramento interpretativo* (TARROW, 2009).

1.1.1. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia na América Latina

O eixo da obra de Martín-Barbero (2003) é a trama entre comunicação, cultura e política. Para explorar como esse entrelaçamento se deu na América Latina, ele parte dos sujeitos políticos subordinados no subcontinente (dos vários *povos*, à perspectiva unitária de *povo* em torno do conceito de nação, até chegar ao caráter uniforme da *massa*) e dos laços culturais que os constituem (abarcados pelo folclore, pela cultura tradicional, popular e de massa) através da comunicação (da cultura oral e presencial à imprensa e ao cinema, chegando ao rádio e à televisão). O autor aborda essas transições históricas como construção – e disputa – de hegemonia por meio da cultura, pois “pensar a política a partir da comunicação significa pôr em primeiro plano os ingredientes simbólicos e imaginários presentes nos processos de formação do poder” (ibid., 15). A partir dessa historicidade é que o autor chega na investigação da dinâmica pela qual as culturas subalternas (ou *subalternizadas*) dão sentido ao massivo no seu cotidiano e os conflitos que permeiam esse processo.

É importante esclarecer o que se entende por mediações. Elas são compreendidas aqui como processos sociais que organizam as subjetividades e dão sentido ao cotidiano. No âmbito da pesquisa em comunicação, o autor defende que “em vez de [...] partir da análise das *lógicas* de produção e recepção, para *depois* procurar suas relações de imbricação ou enfrentamento, propomos partir das *mediações*, isto é, dos lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural” (ibid., 304). Desloca-se o foco: o “objeto” de pesquisa é então o processo⁷.

⁷ De acordo com o autor, “foi necessário perder o 'objeto' para que encontrássemos o caminho do movimento social na comunicação, a comunicação em processo” (ibid.: 290).

Já no que tange às ciências sociais, de acordo com Martín-Barbero, o interesse dos pesquisadores pela cultura a partir da década de 1960 passa em boa parte pela descoberta de Gramsci (*descoberta* e não *releitura* porque tal abordagem foi reiteradamente ignorada, inclusive por grande parte dos marxistas). Segundo o autor, o conceito gramsciano de *hegemonia* permite

pensar o processo de dominação social já não como imposição a partir de um *exterior* e sem *sujeitos*, mas como um processo no qual uma classe hegemoniza, na medida em que representa seus interesses que também reconhecem de alguma maneira como seus as classes subalternas. E “na medida” significa aqui que não *há* hegemonia, mas sim que ela se faz e desfaz, se refaz permanentemente num “processo vivido”, feito não só de força mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução e de cumplicidade. (Ibid., 116).

Trata-se de reconhecer as *brechas na situação e as situações nas brechas* (ibid.) – o que transcende uma perspectiva dualista e purista, que, por sua desconexão com a complexidade do real, condena-se ao fatalismo. Compreende-se que assim como o massivo se constitui a partir do popular, muitas vezes *caricaturando-o* e *cooptando-o* (mas outras, inclusive, *potencializando-o*), o popular absorve o massivo – e o poder de resistência e subversão dos sujeitos populares vai depender da sua capacidade de *ressignificação*. Reconhece-se, assim, a “massa”, essa categoria homogeneizante, como *sujeito* da comunicação, capaz não só de assimilar e reproduzir, mas de interpretar, disputar e criar. Da mesma maneira, entende-se que a indústria cultural não esmagou todas as diferenças, até mesmo amplificou algumas – e no reconhecimento das diferenças é que está a grande brecha.

A cultura de massa não acaba com as culturas populares, mas as incorpora; da mesma maneira a comunicação massiva se dá em continuidade – e coexistência – aos modos de comunicar que a precederam e que se transformam com ela. Contudo, é relevante considerar o *sentido* predominantemente dado à comunicação de massa: ela é âmbito privilegiado de disputa porque viabiliza o monopólio do poder político e econômico por meio da projeção de valores e significados que sedimentam sua legitimidade. Na dinâmica massiva, tal como se consolidou, o discurso de poucos atinge a (quase) todos. Contudo, outros valores coexistem, e os sujeitos coletivos que os reivindicam – destacadamente os movimentos sociais – também utilizam-se da comunicação de massa para resistir, o que exige *ressignificar o uso social dos meios*.

O *sentido* dado historicamente aos meios de comunicação de massa é a exploração majoritariamente comercial – e não cidadã – de seu potencial. Segundo o modelo comercial, simplificada, algumas empresas produzem conteúdo, outras poucas veiculam (quando

não são as mesmas a cumprir esse duplo papel) e a imensa massa recebe, o que implica num esquema piramidal de comunicação em que poucos emitem e a grande maioria se limita ao outro lado da cadeia produtiva do mercado de bens simbólicos. O que Martín-Barbero problematiza é que mesmo esse modelo tão concentrado é permeado por posturas de resistência e apropriações subversivas – as *brechas na situação* –, e a recepção pode se dar de várias maneiras, sob distintas perspectivas, gerando outros sentidos que não aquele visado pelo emissor. Por outro lado, a comunicação contra-hegemônica, muitas vezes colocada em prática nas rádios comunitárias e jornais de bairro (e, atualmente, nas *redes digitais*), ao mesmo tempo em que frequentemente se contrapõe ao *status quo*, tende a reproduzir formatos, valores e atitudes hegemônicas – são as *situações na brecha*. Nesse cenário, a comunicação popular enfrenta desafios políticos, econômicos, culturais, técnicos e estéticos em que a própria contestação da hegemonia traz em si valores e práticas hegemônicas, que devem ser passíveis de auto-crítica e transformados por meio da criatividade para que de fato dispute sentido e não apenas reproduza o “discurso único” sob outra perspectiva.

1.1.2. Das mediações à teoria da mobilização política

A partir do conceito de *mediações* (MARTÍN-BARBERO, 2003) entende-se que a comunicação se insere numa intrincada trama social, cultural e política, o que coloca em primeiro plano as ambiguidades da disputa em torno do significado da realidade social empreendida por atores contestatórios: ao mesmo tempo que estes se deixam pautar pela mídia de massa, a denunciam; ao mesmo tempo que reproduzem valores hegemônicos, os contestam.

O aparente paradoxo reflete a dinâmica do real: para Martín-Barbero (2003) é impossível pensar a cultura de massa a partir de uma visão de manipulação vertical e total, aos moldes da teoria crítica, que denuncia a onipotência da indústria cultural no sistema capitalista-industrial em detrimento da cultura erudita – não havendo lugar nesse cenário analítico para as culturas populares e sua resistência. Diferentemente desta perspectiva, o autor aborda a relação da cultura de massa com a popular de forma dinâmica: a cultura de massa incorpora aspectos de resistência da cultura popular, disseminando-a mas ressignificando-a como elemento de seus produtos – e o contrário, a resistência da cultura popular incorpora elementos da cultura de massa, podendo subvertê-la, mas também, por outro lado, reproduzi-la.

De maneira similar, Sidney Tarrow (2009) entende que o maior desafio dos ativistas

é conciliar a contestação de valores predominantes (em grande medida reproduzidos pela cultura e pela mídia de massa) com a necessidade de dialogar com eles para mobilizar aliados e apoiadores. De acordo com o autor,

há um paradoxo na política simbólica dos movimentos: entre desenvolver símbolos dinâmicos que criam novas identidades e realizarão mudanças e oferecer símbolos que sejam familiares às pessoas e baseados em suas próprias culturas. [...] isso tem se tornado ainda mais complexo devido à barreira de informação que compete com as mensagens dos movimentos através de livros, jornais e especialmente a mídia. [...] O maior dilema simbólico dos movimentos sociais é fazer a *mediação* entre símbolos herdados que são familiares, mas levam à passividade, e os novos que são eletrizantes, mas podem ser estranhos demais para levar à ação. (Ibid., p. 140, grifo nosso).

Tanto Martín-Barbero quanto Tarrow entendem que os movimentos sociais atuam como *mediadores* dos significados da vida em sociedade; desde uma perspectiva contestatória, eles disputam com outros mediadores bem mais poderosos, tais como a mídia de massa e as autoridades políticas, o entendimento social acerca de determinadas questões. Tarrow destaca o papel da mídia e do Estado nesse embate:

Embora os organizadores de movimentos se engajem ativamente no trabalho de enquadramento interpretativo, *nem todos estes processos ocorrem sob seu controle*. Além de trabalhar sobre *entendimentos culturais herdados*, eles *competem com a mídia*, que transmite mensagens que os movimentos devem tentar moldar e influenciar. [...]

Os *estados* também estão constantemente enquadrando questões, tanto para ganhar apoio para suas políticas como para contestar os significados propostos pelos movimentos no espaço público. Na *luta pelos significados*, em que os movimentos estão sempre engajados, é raro não ficarem em desvantagem quando competem com os estados, que não apenas controlam os meios de repressão mas têm à sua disposição instrumentos importantes para a construção de significados. *A luta entre os estados e movimentos ocorre não apenas nas ruas, mas nas disputas pela significação*. (Ibid., 2009, p. 41, grifos nossos).

A diferença crucial entre as abordagens de Tarrow e Martín-Barbero em torno das disputas sociais de sentido está na maneira que compreendem essas mediações: enquanto o último entende que os limites entre inovação simbólica e reprodução de valores conservadores por parte dos movimentos sociais são ambíguos e permeáveis, pois os próprios movimentos estão inseridos dentro do contexto em que determinados valores são hegemônicos e, em alguma medida, também os perpetuam, Tarrow enfatiza o caráter *estratégico* dos movimentos sociais nessa dinâmica, reduzindo-a em grande medida a uma questão de *escolha* por parte de líderes. Segundo o autor, “de um reservatório cultural de símbolos possíveis, os organizadores de um movimento *escolhem* aqueles que supostamente farão a mediação entre o entendimento

cultural do grupo ao qual se dirigem, suas próprias crenças e aspirações e suas situações de luta” (2009, p. 143, grifo nosso).

As lutas sociais são confrontos entre atores que surgem de um mesmo contexto social – frequentemente em posições opostas – em torno de direitos, da distribuição de bens e, destacadamente, das maneiras de encarar, categorizar e narrar a vida em sociedade, o que dá sentido a ela. Grande parte do trabalho dos ativistas está em traduzir suas demandas de modo a legitimá-las, buscando apoio para suas denúncias acerca de determinadas relações sociais que consideram injustas. Para isso precisam enquadrar seu discurso de maneira que não só apresente suas opiniões contestatórias e suas reivindicações, mas dialogue com a visão de mundo daqueles que visam sensibilizar. Até aqui, compartilhamos da perspectiva de Tarrow – mas, a partir de Martín-Barbero, entendemos que a construção e a disputa de enquadramentos não são tão objetivas e conscientes como o primeiro autor faz parecer.

Entendemos que as restrições às possibilidades de ruptura simbólica de determinada luta social não estão somente fora, a partir da expectativa que se tem do que os outros vão achar, ou da necessidade de chamar a atenção da mídia de massa para que se faça ouvir, e que basta escolher estrategicamente para equilibrar tal equação simbólica – mas resultam, também, dos próprios condicionamentos e valores que tais atores reproduzem e das contingências das situações de luta. Em outras palavras, não se trata de mera questão de escolha e estratégia, mas da reprodução dos paradigmas dominantes até mesmo dentre as próprias lutas sociais – afinal, elas fazem parte desse mesmo mundo e reproduzem muitas de suas contradições – e da dificuldade e ambiguidade de lidar com diversos atores e seus fatores *psicológico-emotivos* nas situações extremas que costumam ser os confrontos políticos; há diversas limitações, improvisos e pré-condições em tal “escolha”. Tarrow (2009) aborda tais contingências de maneira objetiva por meio do conceito de *restrições políticas*, mas avaliamos que tais restrições também são subjetivas e simbólicas (GOODWIN, JASPER, 1999, p. 49-50).

A partir de Martín-Barbero (2003) entendemos que, além das possibilidades de *escolha estratégica*, a resistência é permeada de cumplicidade – e o confronto, de sedução. Há um movimento constante entre hegemonia e contra-hegemonia, *brechas na situação e situações nas brechas* – sendo, nesse caso, as lutas sociais aquelas que insistem em abrir *brechas*, enquanto a mídia e o Estado, respondendo frequentemente a interesses privados, costumam ser os principais mantenedores da *situação*. As elites, instituições e o mercado são forçados a assimilar valores insurgentes, muitas vezes descaracterizando seu potencial de transformação; por outro lado, os atores contestatórios enfrentam disputas internas de poder,

reproduzem valores conservadores e, muitas vezes, se deixam absorver pela *situação*.

Certamente há muito de estratégia nas ações coletivas de confronto – mas, como Martín-Barbero ilustra, a problemática é mais complexa, pois os embates políticos surgem de contextos sociais em que determinados valores e práticas são predominantemente aceitos; os indivíduos e grupos envolvidos nas lutas sociais emergem desse contexto e, mesmo que questionem alguns valores que identificam como opressores, trazem outros arraigados dentro de si, reproduzindo assim alguns de seus aspectos enquanto questionam outros. Além do mais, a construção dos discursos coletivos não pode ser encarada de maneira puramente objetiva; é preciso considerar os fatores subjetivos que permeiam as relações sociais: os imaginários, os padrões de comportamento, os valores predominantes que influenciam as ações individuais e coletivas, as disputas internas, e tantos outros elementos que se inter cruzam na criação das narrativas de luta (e na própria constituição e ação de seus protagonistas).

Portanto, a questão é mais ampla e complexa do que meramente estratégica: não se trata somente de os rebeldes tomarem as decisões certas, mas de todo um emaranhado social, político e cultural no qual hegemonia e contra-hegemonia se permeiam, se influenciam e se rearranjam constantemente. A ambiguidade dessa dinâmica é ainda mais acentuada quando não há lideranças explícitas entre os ativistas – como é o caso das manifestações de junho e também da rede Anonymous, que não só nega a liderança como a autoria individual: quem escolhe? Quem toma a “decisão estratégica”? Eis a complexidade da *multidão*, diferentemente do conceito clássico – e já complexo – de movimento social⁸.

De acordo com Goodwin e Jasper (1999, p. 53), que criticam o viés estruturalista do que denominam “teoria dos processos políticos”⁹ – sob a qual incluem Tilly, Tarrow, Snow, Benford, entre outros –, há dinâmicas culturais que fogem ao escopo do conceito de enquadramento interpretativo. Eles entendem que é necessário considerar o simbolismo dos eventos, coletivos e indivíduos, assim como a lógica das emoções, de princípios morais e intuições – perspectiva da qual compartilhamos. Acreditamos que a convergência da teoria da mobilização política com a abordagem de Martín-Barbero (2003) permite combinar o potencial analítico da primeira com a sensibilidade política da segunda.

⁸ A discussão sociológica em torno dos movimentos sociais e da ação coletiva de confronto será retomada adiante, mas podemos adiantar que, para Tarrow (2009), o que diferencia os movimentos sociais de outras formas de ação coletiva é, principalmente, sua capacidade de *sustentar* determinado confronto contra elites e autoridades.

⁹ Eles acreditam que uma teoria trans-histórica invariável, fixa e aplicável a todos os casos e contextos simplesmente não é possível e, acima de tudo, não deveria ser um objetivo de pesquisa – tal como o apresentou Tilly (GOODWIN, JASPER, 1999, p. 49). Melucci (1999) também critica a postura analítica de Tilly e seus seguidores no sentido de que está voltada para os *fatos*, não para os *processos*.

1.1.3. A multidão conectada em rede

Entendemos a soma dos atores conectados nas manifestações de junho como *redes de movimentos sociais, outras formas de ação coletiva e indivíduos* que juntos compõem uma *multidão*. O conceito de multidão (HARDT, NEGRI, 2005) se contrapõe aos de povo e massa, sendo que o primeiro prevê unidade; o segundo, indiferenciação; enquanto este abarca a diversidade. Também se contrapõe ao de classe operária, sendo uma revisão do conceito de classe proposto por Marx que considera somente o proletariado industrial e ignora os diversos outros aspectos da vida em sociedade. Acredita-se que a produção “deve ser encarada de maneira mais ampla como produção social – não apenas a produção de bens materiais, mas também a produção de comunicações, relações e formas de vida” (ibid., p. 13). A internet serve como modelo dinâmico dessa perspectiva de rede multitudinária, pois permite constantemente novas conexões e rearranjos.

Hardt e Negri (ibid., p. 10) se propõem a atualizar Marx e partem do reconhecimento de que “a ordem global contemporânea já não pode ser entendida adequadamente em termos de imperialismo”, como o era no século XIX, “com base essencialmente na soberania do Estado-nação ampliada para territórios estrangeiros”. O poder agora se articula em rede, sendo os Estados-nação dominantes seus pontos nodais, ou “nós de rede”¹⁰, juntamente com instituições supranacionais, grandes corporações e outras estruturas de poder. Essa dinâmica contemporânea da exploração é denominada *imperial* pelos autores – e não *imperialista*. Nela, os diversos pontos de rede precisam “cooperar para criar e preservar a atual ordem global, com todas as suas divisões e hierarquias internas” (ibid., p. 11).

O *Império* não é entendido como a única forma de exploração existente, mas como uma *tendência*, ou seja, considera-se que é a “única forma de poder que será capaz de preservar a atual ordem global de maneira duradoura” (ibid., p. 11). Sob esta ótica, a multidão é a outra face da globalização que se contrapõe ao Império: enquanto este “dissemina em caráter global sua rede de hierarquias e divisões que mantém a ordem através de novos mecanismos de controle e permanente conflito”, a multidão também se articula em rede – mas, ao contrário do poder imperial, constitui redes distribuídas e proporciona a *possibilidade* de que diferentes grupos e indivíduos encontrem pontos comuns através da comunicação, que reconheçam e preservem suas diferenças mas ajam a partir daquilo que os une – do que têm *em comum* (ibid., p. 12).

Segundo os autores (ibid., p. 130), a multidão atua como um enxame em que

¹⁰ Os nós são pontos que conectam elementos de uma rede; segundo Castells (2009), quanto mais informação um nó for capaz de processar, mais importante será para a rede.

“inúmeras forças independentes parecem atacar de todas as direções num ponto específico, voltando em seguida a desaparecer no ambiente”. Apesar de aparentar, da perspectiva externa, constituir uma interação espontânea, desorganizada e informe, para Hardt e Negri trata-se de uma lógica organizativa que atua a partir da *inteligência de enxame*. Essa expressão é utilizada por pesquisadores de inteligência artificial e métodos de informática para designar “técnicas coletivas e disseminadas de solução de problemas sem um controle centralizado ou o estabelecimento de um modelo global”, baseadas fundamentalmente na comunicação (ibid., p. 131). Contudo, esse conceito possui uma particularidade quando se trata de sociedades humanas:

O modelo do tipo enxame sugerido pelas sociedades animais e desenvolvido por esses pesquisadores presume que cada um dos agentes ou partículas do enxame é efetivamente o mesmo, e não muito criativo em si mesmo. Os enxames que vemos surgir nas novas organizações políticas em rede, em contrapartida, são compostos por uma multidão de diferentes agentes criativos. O que adiciona várias camadas de complexidade ao modelo. Os membros da multidão não precisam tornar-se o mesmo ou abdicar de sua criatividade para se comunicar e cooperar entre eles. Mantêm-se diferentes em termos de raça, sexo, sexualidade e assim por diante. O que precisamos entender, portanto, é a inteligência coletiva que *pode* surgir da comunicação e da cooperação dentro de uma multiplicidade tão variada. (Ibid., p. 132, grifo nosso).

A partir de uma lógica de comunicação distribuída, estruturada em rede, a multidão se organiza à sua maneira, independentemente de lideranças explícitas e estruturas verticalizadas. A estratégia se constrói no processo, a partir da interação entre os distintos grupos e indivíduos que a compõem. A perspectiva da decisão estratégica tomada por organizadores de movimentos não se aplica aqui: os líderes de diversos movimentos precisam disputar os rumos da multidão, junto a vários outros atores, à medida que o confronto entre, de um lado, contestadores, e, do outro, elites e autoridades, se desenrola e toma forma – e à medida que a própria multidão, tal como um enxame, se constitui em seu imprevisível movimento.

Por outro lado, segundo Hardt e Negri (2005), o potencial revolucionário da multidão reside na capacidade de transformar a realidade a partir das problemáticas impostas por nossa época histórica atual; para isso, necessita-se de *estratégia e realismo político*. Contudo, como construir estratégias realistas numa dinâmica de *enxame*, a partir de uma *inteligência coletiva difusa*? De acordo com os autores, seria preciso fazer a *mediação* (ibid., p. 445) entre realidade e possibilidade: ao mesmo tempo que alicerçada no real, a multidão deve se distanciar da situação imediata para que possa vislumbrar as bases de uma outra sociedade, abrindo mão de distintas táticas na continuidade da estratégia; nisso reside seu potencial

criativo e transformador da realidade. Essa capacidade de aliar contingência e transformação, realidade e possibilidade, dialoga com o desafio enfrentado pelas lutas sociais nos processos de enquadramento interpretativo: ao mesmo tempo em que se contesta a ordem dominante, faz-se necessário dialogar com os símbolos já assimilados e reproduzidos cotidianamente nas relações sociais (TARROW, 2009).

Hardt e Negri (2005) entendem que, assim como o Império, o agir comum da multidão não é algo dado, mas uma *tendência* na maneira das lutas resistirem à lógica da exploração imperial, que coexiste com várias outras formas de resistência. Entretanto, o enfrentamento ao poder em rede exige necessariamente que o contra-poder também se organize em rede – e, desse modo, a multidão conecta tanto movimentos sociais como indivíduos e outros tipos de coletivos.

Além da capacidade de resistir e enfrentar, a multidão possui uma faceta *constituente* que precisa ser desenvolvida para que a atual ordem global seja superada. Hardt e Negri reconhecem que “existe o abismo intransponível que separa o desejo de democracia, a produção do comum e os comportamentos rebeldes que os expressam do sistema global de soberania” (2005, 447). Apesar de reconhecermos o abismo que, em qualquer circunstância e especificamente nas lutas sociais em rede, separa o *potencial* e o *real*, o que questionamos na perspectiva de Hardt e Negri é se de fato é o *desejo por democracia* o denominador comum da multidão (e, até mesmo, o que se entende por democracia).

A perspectiva de Martín-Barbero (2003) nos ajuda, também aqui, a complexificar a abordagem: o conflito não envolve *somente* perspectivas antagônicas – a multidão com desejo de democracia e o Império dominador –, mas a própria multidão abarca desejos não só democráticos, mas também retrógrados e autoritários, e o Império é permeado de disputas e conflitos, inclusive em torno da democracia. Isso não significa neutralizar antagonismos nem ignorar que existe hegemonia e exploração, e que dessa relação desigual de forças é que surgem as lutas sociais – mas apenas reconhecer que, para que a ordem se sustente, além de coerção por meio da violência e da burocracia, precisa haver consentimento dos próprios explorados que, em maior ou menor medida, reproduzem valores conservadores, até mesmo quando confrontam tal ordem. A coerção também é cultural, e nesse aspecto a luta é permeada de cumplicidade: os valores dominantes são reproduzidos até por aqueles que contestam a atual ordem das coisas, muitas vezes inadvertidamente. São as *situações nas brechas*.

Durante as manifestações de junho, a multidão revelou seu potencial transformador e criativo, mas também a face conservadora que permeia sua natureza diversa. É essa ambiguidade que nos interessa nas diferentes apropriações que a multidão de junho de 2013

fez da máscara comumente utilizada por integrantes da rede Anonymous – que acabou se tornando um símbolo das próprias manifestações –, assim como o modo pelo qual ela se revela no enquadramento que os Anonymous fizeram da onda de protestos. Nesse processo de *disputa de sentido da ação coletiva* o significado das manifestações de junho e da própria rede Anonymous entraram em xeque.

De qualquer maneira, um elemento fundamental para a nossa análise, que está presente tanto na perspectiva de *multidão* quanto na teoria da mobilização política, é a abordagem relacional das lutas sociais: ao invés de focar em determinado movimento social, investiga-se as interações entre os distintos atores envolvidos nos conflitos – o que permite abarcar outros modelos de ativismo que não propriamente movimentos sociais, assim como a dinâmica de estratégia e contra-estratégia, de significações e ressignificações, entre os próprios atores contestatórios e destes com as elites ameaçadas pelo conflito.

1.1.4. Categorias analíticas da teoria da mobilização política aplicadas à multidão de junho de 2013

Ao invés de movimentos sociais isoladamente, a teoria da mobilização política propõe analisar *ações coletivas de confronto* (ibid., p. 19), que são enfrentamentos protagonizados por atores coletivos e indivíduos que juntam forças para se opor a elites, autoridades e adversários em torno de demandas suas ou daqueles que dizem representar. Partimos, portanto, da perspectiva do confronto político para analisar as disputas de enquadramento que envolveram a rede Anonymous durante as manifestações de junho de 2013 – tanto a apropriação que a multidão fez de sua máscara-símbolo quanto o significado que os Anonymous atribuíram à onda de protestos –, inseridas numa disputa mais ampla de enquadramentos entre os ativistas que compõem a multidão e destes com as autoridades, elites e a mídia de massa. Por ora, nos restringiremos à explanação geral das categorias que serão utilizadas e sua relação com os protestos de junho de 2013, para posteriormente nos dedicarmos especificamente às disputas de enquadramento envolvendo os Anonymous e a multidão.

De acordo com Tarrow (2009, p. 18, grifo nosso), “o *confronto político* é desencadeado quando *oportunidades e restrições* políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não têm recursos próprios. Eles agem através de *repertórios* de confronto conhecidos, expandindo-os ao criar inovações marginais”, e traduzem e disseminam suas demandas por meio dos seus *enquadramentos*. O confronto inicial que desencadeou as

revoltas de junho de 2013 foi protagonizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), que contestou, a partir do aumento da tarifa do transporte público em várias cidades do país, a lógica privatista do sistema de transporte e a subserviência das autoridades políticas aos interesses privados das concessionárias. Assim como a divulgação da repressão policial às manifestações convocadas pelo MPL se tornou uma *oportunidade política* para dar vazão ao discurso do movimento e mobilizar a população em torno de suas demandas, a comoção generalizada que o confronto em torno do transporte público e da violência oficial gerou foi uma *oportunidade* para diversos outros atores visibilizarem suas pautas e sentimentos – o que desencadeou as manifestações de junho de 2013.

Segundo o autor, as “mudanças nas oportunidades e nas restrições políticas criam os incentivos mais importantes para iniciar novas fases de confronto. Estas ações, por sua vez, criam novas oportunidades tanto para os insurgentes originais quanto para os retardatários e, eventualmente, para os opositores e detentores de poder” (p. 24) – como pudemos identificar em junho de 2013, quando manifestações iniciais em torno da tarifa do transporte transformaram-se em protestos multitudinários com abrangência nacional (gerando também repercussão e solidariedade internacional) em torno de diversas motivações, o que demandou que as autoridades se posicionassem a respeito, e fez com que até mesmo elites que disputam o poder buscassem se apropriar do discurso de revolta¹¹.

Outro importante elemento para compreender a dimensão que os protestos atingiram e o impacto que causaram está nas inovações que apresentaram quanto ao *repertório de confronto*. A partir da abordagem de Charles Tilly, que foca na *mobilização de recursos* por parte dos movimentos sociais, Tarrow define repertório como *modos de agir coletivamente em torno de interesses compartilhados*, e defende que “o repertório é um conceito ao mesmo tempo estrutural e cultural, envolvendo não apenas o que as pessoas *fazem* quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas *sabem sobre como fazer* e o que os outros esperam que façam” (2009, p. 51). Tarrow considera como repertórios tradicionais de confronto político, consolidados pelos movimentos sociais modernos, as *demonstrações públicas* (que chamamos aqui de *marchas, manifestações e protestos*), os *choques violentos* e as *rupturas criativas* – ou seja, *violência, ruptura e convenção* (ibid., p. 138).

Em junho de 2013, as manifestações contaram com esses três tipos de repertório de

¹¹ Interessante observar que, o que inicialmente configura uma restrição, como foi o caso da repressão policial aos protestos, pode-se transformar em oportunidade, a partir da comoção pública que tal violência gerou. O movimento inverso também ocorre; uma oportunidade pode transformar-se em restrição, de acordo com o *significado* que é dado à determinada ação social (o que é definido nos processos de disputa de *enquadramentos interpretativos*, como veremos adiante).

confronto: as convencionais marchas, as rupturas criativas nas ruas e nas redes digitais e a violência. No que tange a esta pesquisa, apesar de esse ser um aspecto fundamental da investigação, entendemos que a problemática das manifestações de junho, e de sua relação com os Anonymous particularmente, não se restringe às inovações relativas ao repertório, que é a face mais visível da *cultura* de atuação dos movimentos – o que identificamos como uma tendência em análises relativas ao tema. Como destacam Hardt e Negri (2005, p. 134) ao tratar dos *formatos* dos protestos multitudinários (ou, no léxico da teoria da mobilização política, dos *repertórios*), é preciso analisar não só a forma, mas o *conteúdo* dessas experiências, pois “examinar apenas a correspondência formal pode dar a impressão de que a inovação tecnológica é a força fundamental que impulsiona a mudança social”, o que faz necessário examinar “o conteúdo do que está sendo produzido, como e por quem”.

Concordamos com a afirmação de Tarrow de que, “do ponto de vista do repertório de política popular, os grandes eventos são frequentemente a culminação de mudanças estruturais que estavam germinando discretamente no corpo político”, que dizem respeito ao surgimento de *novas culturas políticas* (ibid., p. 64-5). Ao nos propormos a avaliar o *sentido* das disputas de enquadramento que envolveram os Anonymous e a multidão de junho de 2013, seria contraditório nos restringirmos aos repertórios; os significados só podem ser encontrados *por meio e em meio* a essa face performática das lutas sociais – e, para complexificar ainda mais, tais significados não são dados: estão permanentemente em construção e disputa.

Portanto, entendemos que a problemática de junho de 2013 não se resume a inovações nos repertórios de protestos – em que marchas ocorrem sem carro de som, há uma hibridez entre as ruas e as redes digitais, não há lideranças explícitas, várias pessoas usam máscaras e cada participante pode levantar, individualmente, um cartaz (que pode conter uma pauta objetiva ou até mesmo a manifestação de um sentimento, usualmente de revolta ou indignação); ou, ainda, que atuam sob a lógica de enxame (HARDT, NEGRI, 2005). Mais do que isso, esses protestos trouxeram à tona enfrentamentos acerca do *sentido da ação política* – que, evidentemente, se revelam nos repertórios durante as demonstrações públicas e trocas nas redes digitais, que por sua vez atualizam e ressignificam, constantemente, o próprio sentido do confronto político; é uma via de mão dupla. De maneira inesperada, a multidão confrontou a lógica das estruturas políticas convencionais, desde os aparatos representativos do Estado, chegando aos partidos políticos e até mesmo aos movimentos sociais tradicionais e ativismos previamente estruturados.

Nossa hipótese é que as manifestações de junho representam a culminação de um processo cultural que envolve juventude, comunicação e política no qual estruturas

verticalizadas e autoritárias, tanto políticas quanto comunicativas (Estado, partidos e mídia de massa) foram confrontadas pela dinâmica de rede dos ativistas – que, como não poderia deixar de ser sob a perspectiva das *situações na brecha* (MARTÍN-BARBERO, 2003), também é permeada de verticalidades, autoritarismos e posturas conservadoras.

Nos interessa tanto os enfrentamentos embutidos nos discursos dos ativistas (que se constroem em relação a outros discursos), quanto o modo de construção desse discurso – em *rede* –, que implica numa maneira de organização política que vai além das tradicionais estruturas verticalizadas predominantes em nossa sociedade (o que nos faz perceber que o *sentido* está diretamente conectado ao *repertório* e às *estruturas de mobilização*; as categorias de análise não são herméticas, mas se inter cruzam e interconstituem). A postura e as práticas dos Anonymous são exemplos desse enfrentamento, pois essencialmente negam a liderança por meio do anonimato e do uso da máscara e se organizam em redes distribuídas, tendo a internet como fundamental estrutura de mobilização.

O conceito do arcabouço teórico da teoria da mobilização política mais diretamente conectado à análise de processos de construção e disputa de significados é o de *enquadramento interpretativo*. Por meio dele, compreende-se que “uma oportunidade 'objetiva', por si só, não é suficiente para desencadear um confronto político. As pessoas precisam perceber essa oportunidade política e serem sensibilizadas pelas demandas coletivas que se apresentam. Essa percepção, junto ao engajamento emocional, gera solidariedade e leva-as a assumirem os possíveis riscos que o confronto implica” (TARROW, 2009, p. 22-3).

Sob essa perspectiva, o compartilhamento coletivo de significados se dá por meio de processos de construção e disputa de *quadros de significado da ação coletiva*. A noção de quadro, a partir de Goffman, diz respeito a uma “*schemata* interpretativa” que permite a indivíduos localizar, perceber, identificar e rotular ocorrências da vida cotidiana e do mundo como um todo. Podemos entendê-la como a condensação de uma determinada visão de mundo em um determinado discurso. A partir dessa releitura, a perspectiva de Goffman é estendida a atores coletivos e encarada como condição necessária para a mobilização política: para que haja luta coletiva é necessário que haja compartilhamento de significados, constituindo uma leitura comum da dinâmica social em jogo. (TARROW, 2009).

É por meio do processo de *alinhamento de quadros interpretativos* que os atores engajados nas lutas sociais se empenham em “nomear” descontentamentos, conectando-os a outros descontentamentos, para “construir quadros de significado mais amplos que farão sentido para as predisposições culturais de uma população” (TARROW, 2009, p. 144) – ou seja, fazem a *mediação* entre o enquadramento social predominante (que dialoga com a visão

de mundo da maioria das pessoas) e as rupturas simbólicas que visam difundir, convencendo os outros de que sua luta é legítima e necessária. Aliando a ótica de Martín-Barbero ao modelo analítico de Tarrow, entendemos que esse processo se dá em relação aos enquadramentos hegemônicos: enquanto os agentes interessados na manutenção do *status quo* tendem a capturar as revoltas, *absorvê-las* e *neutralizá-las*, a multidão rebelde tenta *hackeá-los*¹² para *potencializar* seus discursos contestatórios, inclusive através da cobertura dos meios de comunicação de massa. Mas essas “duas esferas” se permeiam e se interconstituem. Eis a dinâmica dos *alinhamentos de quadros* e *disputas de enquadramento* em que se definem quais narrativas e significados prevalecerão – e por meio da qual hegemonia e contra-hegemonia se influenciam mutuamente.

Ao longo deste trabalho, nos concentraremos na construção coletiva de significados durante as manifestações de junho por meio de processos de disputa de enquadramentos que envolvem os Anonymous e a multidão. O estabelecimento desse recorte analítico considera os confrontos com o Estado e as elites, destacadamente a midiática, pois entendemos que, necessariamente, “as formas contenciosas de ação coletiva [...] põem pessoas comuns em confronto com opositores, elites ou autoridades. *Elas têm poder porque desafiam os detentores de poder*” (TARROW, 2009, p. 19-20, grifo nosso).

Os significados que se criam, recriam e se disseminam em meio à multidão surgem em interação com os poderes estabelecidos. Mesmo que determinados atores neguem a política institucionalizada, essa exerce influência sobre sua ação, num “dueto de estratégia e contra-estratégia entre os ativistas e os detentores de poder” (ibid., p. 19). Diversos enquadramentos não só foram construídos durante as manifestações de junho, mas implicam na disputa do próprio significado dessa ação coletiva de confronto – e até mesmo do sentido da atuação dos sujeitos que participaram dessa disputa, como os Anonymous – e se constituem em interação mútua.

Mas, apesar de cruciais para sua constituição, nem só de fatores simbólico-interpretativos se fazem as lutas sociais. Confrontos políticos exigem, também, “reunir pessoas, formar coalizões, confrontar opositores e [no caso dos movimentos sociais] assegurar o seu próprio futuro depois da recreação do pico de mobilização”. Isso se dá por meio das *estruturas de mobilização*, que, como sintetizaram Prudêncio e Leite (2013), “são meios coletivos, formais e informais, pelos quais as pessoas se mobilizam e se engajam em ações

¹² Utilizamos esse termo de forma abrangente, a partir de uma perspectiva cultural que não está atrelada às habilidades técnicas no universo digital, segundo a qual “o verbo ‘hackear’ deve ser entendido como ‘reconfigurar’, explorar novas características, ir além do que os protocolos delimitaram, buscar a superação do controle” (SILVEIRA, 2010).

coletivas”. De acordo com Tarrow (2009, p. 159-60), elas podem ser entendidas sob três distintos aspectos: a interpretação mais comum remete à *organização hierárquica formal*; a expressão também pode ser entendida como *organização da ação coletiva para contato com opositores*; e seu terceiro significado, no qual nos focaremos, é o de *estruturas conectivas*.

A primeira é a menos visível quando analisamos as manifestações de junho, sendo inclusive um dos eixos dos conflitos entre os ativistas durante o período: a estrutura piramidal das organizações tradicionais, inclusive de esquerda, foi contundentemente (e, em alguns momentos, violentamente) contestada; negou-se a lógica da constituição de lideranças a partir de ideologias pré-estabelecidas. Enquanto a primeira diz respeito predominantemente à estrutura interna de movimentos, a segunda – *organização da ação coletiva para contato com opositores* – pode ser aplicada à formação de redes, frentes e coalizões em torno de um objetivo comum; ou seja, diz respeito à articulação organizada de distintos movimentos sociais e ativismos em torno de uma determinada luta – o que nos permitiria analisar as frentes que se aglutinaram sob o tema do transporte público e da mobilidade urbana em junho de 2013.

Mas é a terceira perspectiva que mais nos interessa: a de *estruturas conectivas*. É por meio dessas estruturas que os atores contestatórios constroem suas identidades, *repertórios* e *enquadramentos* (e aqui vemos, novamente, como as categorias se cruzam). Tal construção não se dá de forma isolada, mas em interação – tanto de diálogo quanto de disputa – com outros atores. Essas estruturas são latentes, se mantêm por laços informais e permitem a reconexão de ativistas quando uma oportunidade aparece. Atualmente as redes digitais contribuem tanto no que diz respeito às estruturas de mobilização formal, sendo elemento crucial na dinâmica organizativa das lutas sociais, quanto no aspecto informal, por facilitar o diálogo e a construção coletiva para além de limites presenciais e territoriais, assim como a divulgação viral de opiniões, convocações e acontecimentos.

A mobilização em redes digitais foi elemento constitutivo dos protestos de junho de 2013 no Brasil, destacadamente na divulgação das manifestações, na disputa de enquadramentos (que, em última instância, diz respeito ao *sentido* atribuído à onda de manifestações) e na organização interna dos ativistas. Portanto, as redes digitais são entendidas como uma importante *estrutura de mobilização* da multidão de junho de 2013, categoria que engloba também grupos face a face e redes sociais como um todo¹³. Cabe enfatizar, entretanto, que a atuação nas redes digitais se deu de maneira híbrida à atuação nas

¹³ Atualmente há uma tendência a associar o termo “redes sociais” às redes sociais digitais; contudo, ele é anterior a elas e mais abrangente, referindo-se às diversas redes conectivas que constituem a sociedade.

ruas – o que nos afasta de qualquer perspectiva causal, que coloca a tecnologia como *causa* da mobilização social. Por outro lado, não entendemos as tecnologias como exteriores e acessórias às lutas sociais, mas como elemento constituinte dos processos de construção das lutas coletivas, dos significados e da realidade social como um todo.

Voltando ao debate em torno das estruturas de mobilização, no que diz respeito a modelos informais, se de um lado eles permitem inovações na maneira das lutas sociais se organizarem e se comunicarem – e o próprio conceito de *multidão* é sintoma disso –, por outro, o foco em padrões organizativos flexíveis em detrimento da organização hierárquica formal tem suas debilidades. “Ao mesmo tempo em que incentivam a autonomia da base e revigoram os ativistas com sua aura de participação, eles permitem – de fato encorajam – uma falta de coordenação e de continuidade”, indica Tarrow (2009, p. 167). Para o autor, o desafio dos ativistas consiste em encontrar o delicado equilíbrio entre organização formal e autonomia; tal desafio “só pode ser superado por estruturas conectivas fortes, informais e não-hierárquicas” (ibid., 176).

Nos cabe questionar se é possível combinar a diversidade da multidão e sua dinâmica de enxame com estratégia e coordenação – em outras palavras, se trata-se do surgimento de outras formas de estratégia e coordenação. Sob os moldes com que se costumam analisar os movimentos sociais tradicionais, a resposta já está dada: certamente a multidão de junho pode ser compreendida então como efêmera, descordenada e informe. Mas, se encararmos a onda de protestos como parte de um *processo sociopolítico*, e não como eventos isolados, nos desvinculamos da busca por seus resultados objetivos a curto prazo. Nos interessa identificar as lógicas de rede que são desenvolvidas pela multidão, no que elas implicam – pois somente a partir de novas lentes analíticas poderemos investigar novas formas de ativismo político¹⁴ – e como essas inovações na dinâmica da ação coletiva de confronto se revelam nas disputas de enquadramento que se deram no período.

1.1.5. Enquadramentos dos Anonymous em junho de 2013: a máscara e a multidão

Anonymous é uma rede de coletivos e indivíduos que surgiu na última década a partir da interação nas redes digitais e de protestos presenciais em diversos lugares ao redor

¹⁴ A palavra “novo” é usada aqui considerando suas limitações: nada é totalmente novo, e os ativismos recentes, evidentemente, surgem de uma trajetória das lutas sociais e reproduzem vários de seus valores, enquadramentos e repertórios. Contudo, utilizamos o termo por compreender que as relações sociais se renovam e constituem distintos padrões ao longo do tempo, o que atualiza a dinâmica dos confrontos políticos e exige, necessariamente, atualizar as categorias para analisá-los.

do mundo. A rede se apresenta como uma ideia, adota o anonimato, rejeita lideranças e utiliza uma linguagem característica das interações nas redes digitais. *Hacking* de sites de governos e empresas, divulgação *online* de lutas sociais e participação em protestos presenciais são ações características da Anonymous – além de ações de pura zoeira na internet, faceta que permeia também as atividades políticas da rede.

O símbolo que representa o anonimato, tanto nas redes digitais quanto nas ruas, costuma ser a máscara – no caso dos Anonymous, a máscara popularizada pela história em quadrinhos e do filme *V de Vingança* (2006; MOORE, LLOYD, 2012). Durante as manifestações de junho, os Anonymous foram importantes *nós de rede* na mobilização *online*, além de terem tido seu símbolo adotado amplamente nos protestos nas ruas. Uma das características marcantes das marchas em junho de 2013 foi o hábito de muitos participantes encobrirem seus rostos – seja pelo uso de bandanas e camisetas amarradas ou de máscaras, entre elas a que tornou-se símbolo da rede.

Se por um lado os Anonymous foram importantes mediadores do significado das manifestações de junho, disputando seu sentido por meio de seus enquadramentos – divulgados em ações de *hacking*, em vídeo-comunicados e na disseminação desses feitos pelas redes sociais digitais –, a própria multidão passou a disputar o significado da rede Anonymous, atribuindo significações distintas à máscara. Tal processo simbólico se insere numa disputa maior que ganhou fôlego a partir de junho de 2013 no Brasil em torno do questionamento da legitimidade dos protestos, do uso político de máscaras de maneira geral e da validade do anonimato na ação política.

Nosso objetivo é investigar a dinâmica dessa disputa de significados entre os Anonymous e a multidão durante as manifestações de junho através desse símbolo, a máscara. Para isso, partiremos da contextualização das manifestações de junho e suas disputas simbólicas, para então chegarmos à atuação dos Anonymous nas redes digitais durante o período e as distintas apropriações que a máscara sofreu nas ruas – e como isso implica em múltiplas leituras do significado sobre a própria rede Anonymous. O que nos interessa é entender o *significado* de tal *disputa de significados* – ou seja, quais processos sociopolíticos essas relações simbólicas específicas em torno das manifestações de junho e dos Anonymous trazem à tona. Assim estabelecemos a ponte entre o caso específico e a estrutura, entre indivíduos e sociedade, evento e processo, local e global – dicotomias que a sociologia contemporânea tem buscado superar (MILLS, 1982).

1.2. V DE VINAGRE: TRAJETÓRIA E DISPUTAS SIMBÓLICAS DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO NO BRASIL

IMAGEM 2 – V DE VINAGRE



Cartaz que circulou na internet em referência à repressão aos atos contra o aumento na tarifa do transporte público na primeira quinzena de junho em São Paulo. FONTE: arquivo pessoal, 21 de julho de 2013.

Brasil, junho de 2013. A tarifa de ônibus sobe nas maiores cidades do país. O Movimento Passe Livre, que já contava com trajetória de quase uma década – tendo surgido nacionalmente no Fórum Social Mundial de 2005 em Porto Alegre e protagonizado manifestações em anos anteriores em Florianópolis e Salvador – convoca protestos ao redor do Brasil. A pauta imediata era a revogação da tarifa; o objetivo, a tarifa zero¹⁵; o princípio, o direito à cidade¹⁶; e o método, a ocupação do espaço público. Manifestações na cidade de São Paulo já alcançavam milhares de participantes na primeira dezena do mês, quando no dia 13 a brutalidade da Polícia Militar chocou o país.

Entre a multidão que fugia das bombas de gás lacrimogêneo lançadas pelas forças repressivas do Estado na capital paulista, usava-se panos nos rostos e compartilhava-se vinagre: era crença que ele atenuava os efeitos do gás. Num rasgo de surrealidade que revela a arbitrariedade da polícia, até a inofensiva substância foi criminalizada. Os frascos passaram a ser confiscados e, em casos extremos, manifestantes foram detidos, em flagrante, *por portar vinagre*. O abuso de autoridade virou mote de resistência. Surgia a primeira grande subversão de sentido que ia além da questão da tarifa e que criaria um sentimento de indignação coletiva contra os abusos das autoridades: declarava-se aberta a temporada da *Revolta do Vinagre*.

Mixando imagens de frascos de marcas de vinagre popularmente comercializados, de uma multidão de rebeldes (entre os quais alguns visivelmente utilizam a famosa máscara) e do protagonista de *V de Vingança* (2006), um cartaz se disseminou de forma viral na internet (imagem acima). A indignação se conectou em rede por meio da rebeldia, do humor e do poder de ressignificação: *V de Vingança* transformou-se em *V de Vinagre*. Assim, realizou-se o alinhamento entre velhos quadros interpretativos – no caso, o filme e a propaganda de vinagre – com novos e subversivos: o enfrentamento à repressão policial e às autoridades políticas para garantir os direitos à manifestação e de “ir e vir”, como defende o MPL ao conectar a pauta da tarifa zero ao direito à mobilidade. A ocupação do espaço público, por meio do transporte coletivo e da revolta popular, entrou na agenda do debate social.

A pauta dos ativistas foi traduzida de modo que amplas camadas da população foram sensibilizadas por ela; ao dialogar com esquemas compartilhados de interpretação da

¹⁵ De acordo com o MPL, “o acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo” (2013, p. 15): ou seja, a democratização do espaço público depende da democratização do transporte público – por isso, a defesa da tarifa zero.

¹⁶ Para David Harvey (2013, p. 28), que mescla geografia e ciências sociais, “a questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos.” O autor complementa que o direito à cidade não é abstrato, “mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes disso ou não”, sendo que “nós, individual e coletivamente, fazemos nossa cidade através de nossas ações diárias e de nossos engajamentos políticos” (ibid., p. 31).

realidade, mobilizando símbolos já conhecidos, foi possível despertar a solidariedade de pessoas normalmente alheias às lutas sociais. Cabe destacar que a mídia e a cultura de massa têm papel privilegiado na criação e divulgação de símbolos, hegemonizando a construção coletiva de significados, o que inclina as lutas sociais a ressignificarem símbolos da cultura de massa para dialogar com os mais variados nichos sociais e a buscarem estratégias para “virar notícia” na mídia de massa.

Mas os ativistas também fazem (e são) sua própria mídia. Por meio de cartazes digitais disseminados pelas redes sociais na internet (normalmente sem referência à autoria) e cartazes que tomavam as ruas nas mãos dos manifestantes, o deboche e a criatividade deram potência à indignação. A revolta se compartilhou em rede. As mídias digitais permitiram a rápida propagação da indignação: por meio delas as pessoas denunciavam o abuso de um aparato público que deveria proteger a população mas impedia violentamente o seu direito à manifestação. Por outro lado, a mídia de massa também teve papel decisivo para a adesão da população às manifestações: alguns profissionais de grandes veículos de comunicação do país foram feridos pela polícia enquanto cobriam a manifestação do dia 13 – e, assim, a brutalidade oficial virou capa de jornal. Foi o estopim. (GOHN, 2013; MARICATO et al, 2013; BRASILINO, GODOY, NAVARRO, 2013).

Desencadeou-se uma onda de manifestações multitudinárias, protagonizadas por jovens¹⁷, que extrapolaram a pauta do transporte. Com reivindicações difusas, mobilizadas digitalmente e divulgadas em tempo real pelas redes sociais digitais, os protestos surpreenderam os governantes, a imprensa e a população em geral devido à sua amplitude, intensidade e ao seu caráter de novidade. (GOHN, 2013; MARICATO et al, 2013; MALINI, 2013a).

O aumento da tarifa do transporte foi a pauta inicial que abriu passagem para que as demais fossem defendidas nas ruas em cartazes aparentemente desconexos. Manifestações contra a tarifa já haviam sido realizadas em Porto Alegre em março do mesmo ano; em maio foi a vez de Goiânia e Natal; no começo de junho ocorreram protestos no Rio de Janeiro e em São Paulo. O primeiro e o segundo ato contra o aumento da tarifa na capital paulista aconteceram nos dias seis e sete de junho, mobilizando cerca de 2 mil manifestantes em cada. O terceiro ato, no dia 11, contou com mais participação, mas nada fora do que se poderia esperar – assim como o quarto, no dia 13. O diferencial é que nesse último a violência da

¹⁷ Segundo pesquisa do Ibope realizada no dia 20 de junho, 63% dos manifestantes possuíam entre 14 e 29 anos. A pesquisa aponta também para a amplitude de reivindicações. (G1, 2013). Nas fotos que compõem esta pesquisa, também pode-se reparar na predominância de jovens entre os manifestantes e na multiplicidade de pautas.

repressão oficial ganhou dimensão nacional através dos meios de comunicação – tanto nos de massa quanto nas redes sociais digitais: a pauta dos protestos extrapolou o círculo dos engajados. No dia 17, estimativas da quantidade de pessoas presentes no quinto ato em São Paulo vão de 65 a 250 mil pessoas. No mesmo dia, manifestantes ocuparam a parte externa do Congresso em Brasília; também houve protestos em várias outras cidade do país, como Belém, Bauru, Salvador, Fortaleza, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Maceió, Recife e Curitiba. (SECCO, 2013).

Tal onda de manifestações culminou no dia 20 de junho, quando mais de 2 milhões de pessoas saíram às ruas em pelo menos 438 cidades do país (LEAL, 2013). Em algumas delas, a negação da política institucionalizada emergiu violentamente com a agressão a integrantes de partidos e de movimentos sociais que carregavam suas bandeiras nos protestos. Militantes que se identificam com a esquerda ficaram preocupados com os rumos que as manifestações estavam tomando – ainda mais com notícias acerca da infiltração de grupos fascistas e policiais à paisana nos protestos. Começou a pairar entre eles o fantasma da Marcha da Família com Deus pela Liberdade que antecedeu – e legitimou – o golpe de 1964; assim como a rejeição a bandeiras vermelhas, gritos de “Fora, Dilma” se multiplicavam.

Sob essa conjuntura, o conflito entre os que defendiam o direito à organização política, inclusive partidária, e aqueles que engrossavam o coro “sem partido” (que muitas vezes se autodenominavam “apartidários”, mas cujo discurso revela o antipartidarismo) tomou conta não só das ruas mas também dos debates nas mídias digitais. Segundo Secco (2013), “a mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes. O movimento que começara apartidário se tornava então *antipartidário*”. Revelou-se uma intensa disputa em torno do *sentido* dos protestos, inclusive na mídia de massa, a partir de vários *enquadramentos*. Questionava-se também a validade do uso da violência por parte dos manifestantes e quais eram suas demandas. A partir de então, uma crise se instalou entre a diversidade de participantes. A adesão aos protestos foi diminuindo e os manifestantes que seguiram engajados se descentralizaram em ações com pautas específicas, assembleias e ocupações. (SECCO, 2013; GOHN, 2013).

Se por um lado sua capacidade de transformação concreta foi questionada inclusive por renomadas intelectuais como Marilena Chauí (2013) e Maria da Conceição Tavares (2013), as manifestações implicaram em respostas rápidas do poder público a questões específicas que se destacaram nos protestos. Ainda em junho de 2013, “a Câmara dos deputados aprovou o projeto de lei que destina 75% dos royalties do petróleo para educação e os 25% restantes para saúde e transformou a corrupção em crime hediondo”, assim como “o

Ministério da Saúde anunciou a abertura de 35 mil vagas para a contratação de médicos no SUS até 2015, e a presidência da República propôs cinco pactos nacionais, envolvendo responsabilidade fiscal, plebiscito para formação de uma constituinte sobre a reforma política, saúde, educação e transporte” (ALDE, SANTOS, 2014, p. 2), além do aumento da tarifa do transporte público ter sido revogado ou reduzido em diversas cidades do país. Destaca-se também a aprovação em julho de 2013, em resposta aos protestos, do Estatuto da Juventude, que tramitava há dez anos no Congresso Nacional¹⁸. Segundo a União Nacional dos Estudantes, “foram anos de luta e pressão” até a aprovação, que “inaugura uma era de fortalecimento dos direitos e políticas públicas com um sistema nacional de juventude estruturado com secretarias, coordenadorias e conselhos nos estados e nos municípios”¹⁹.

Entretanto, ao mesmo tempo em que as autoridades políticas fizeram concessões no sentido de dialogar com as manifestações, a repressão foi violenta e autoritária, contando inclusive com participação das Forças Armadas. De qualquer maneira, não acreditamos que a avaliação da onda de protestos possa se resumir a medir conquistas no plano institucional; para Szaniecki (2013), “se existe algum discurso coletivo por todo o Brasil, trata-se menos de demanda por uma reforma política genérica e mais por uma escuta contínua sobre questões concretas e, em particular, aquelas que dizem respeito à gestão das cidades”. Trata-se de um desejo de querer fazer-se ouvir que se revela no grito, nos cartazes e nos compartilhamentos nas redes digitais.

Entendemos que mais do que uma *sequência de eventos*, as manifestações de junho são parte da *trajetória* do ativismo político e estão inseridas em contextos regionais, nacional, global e também locais, como veremos na sequência a partir de um exemplo específico: as manifestações de junho em Curitiba.

1.2.1. Curitiba, junho de 2013: relato a partir de observação-participante

¹⁸ Disponível em: <http://juventude.gov.br/estatuto#.VOyBgd-bF2M>.

¹⁹ Disponível em: <http://www.une.org.br/2013/07/une-comemora-aprovacao-do-estatuto-da-juventude-na-camara/>.

IMAGEM 3 – A PAUTA DO TRANSPORTE NO PROTESTO DO DIA 17



Manifestação em Curitiba no dia 17 de junho de 2013. É possível perceber a diversidade de pautas nos cartazes (mas, ainda, a centralidade da pauta do transporte público), os panos utilizados como máscara e a faixa carregada à frente da marcha. FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.

Curitiba, 17 de junho de 2013. Os militantes de partidos, movimentos e coletivos, que vinham ocupando as ruas com manifestações diversas ao longo dos últimos anos, e geralmente com adesão escassa da população, estavam surpresos. Anos e anos tentando mobilizar e, de repente, a multidão tomava as ruas. O sentimento era de comunhão. Milhares de pessoas gritavam juntas, em uníssono: “vem, vem, vem pra rua vem, CONTRA O AUMENTO!²⁰”. Mas não era “só por 20 centavos” – e em Curitiba, diferentemente de São Paulo, o aumento foi de 25 centavos, e efetuado já em março. Somava-se ao aumento da tarifa do transporte público o caos da mobilidade urbana, o descrédito em relação aos representantes políticos, a acusação de manipulação direcionada às mais consagradas empresas de

²⁰ Essa palavra de ordem inspira-se num comercial da Fiat com o mote da Copa das Confederações que “instiga as pessoas a saírem de casa e tomarem as ruas, ‘a maior arquibancada do Brasil’, ver o país ‘gigante’ e outras expressões semelhantes às palavras de ordem utilizadas durante os protestos” (ALDE, SANTOS, 2014): o “vem pra rua” foi ressignificado pela multidão. A Copa das Confederações, realizada sempre no país sede da Copa do Mundo um ano antes, ocorreu de 15 a 30 de junho de 2013 no Brasil. Diversos protestos nas cidades que receberam os jogos – o que não aconteceu em Curitiba, apesar de ser uma das cidades-sede da Copa do Mundo – destacaram o tema em meio às manifestações de junho e marcharam até os estádios, onde frequentemente sofreram repressão policial. O comercial está disponível aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=RCR68eAYrvk>.

comunicação do país, a decepção frente ao modo como os preparativos para a Copa do Mundo estavam sendo implementados – refletida na popular palavra de ordem “da Copa, da Copa, da Copa eu abro mão, eu quero transporte, saúde e educação” – , descontentamento frente às prioridades de investimento da verba pública em detrimento de direitos básicos, a privatização do espaço público e, principalmente, uma conclamação para que as pessoas levantessem, saíssem da passividade, assumam uma postura crítica e ativa e tomem as ruas.

Eu estava chegando sozinha pelo calçadão da rua XV, no centro da cidade. O ponto de saída divulgado era a Boca Maldita, no final do calçadão, local tradicional de manifestações políticas em Curitiba. Já dava para ver que tinha muita gente, muita gente mesmo, como eu nunca havia visto num protesto na cidade. Talvez, no mesmo local, somente os espetáculos de Natal em que crianças cantam das janelas de um prédio histórico – hoje sede do banco HSBC –, divulgados amplamente nos canais oficiais e comerciais, reúnam tal público. Ou os shows mais disputados da Virada Cultural.

A multidão à frente começou a andar em minha direção. Olhei para o lado oposto, de onde vim, e outra multidão também vinha em meu sentido. Eu estava no meio de duas multidões que caminhavam uma ao encontro da outra – impressionante e um pouco assustador. Em seguida pude perceber que eram duas partes da mesma multidão, pois estavam virando à esquerda no ponto onde se chocariam, rumo à praça Rui Barbosa, local que abriga diversas paradas de ônibus e propicia conexão entre as linhas. Um manifestante gritava que era pra ir pra lá, tentando coordenar minimamente a confusa multidão.

A rua que leva à praça, mais estreita que o calçadão, foi tomada pelos manifestantes. As pessoas que estavam nos estabelecimentos em volta pararam para olhar. Encontrei uma conhecida que tentava encontrar amigos em comum, um militante dos movimentos sociais, que me indicou que a batucada do Levante Popular da Juventude estava mais à frente, e outro militante filiado a um partido político e que atua no meio cultural: “eu vim representando a velha guarda pra dar uma força pra vocês, fiquei sabendo que tem gente da direita se infiltrando”, disse ele. Escapei de todos. Meu objetivo era ficar sozinha, circular. Fui fotografando, pela experiência sei que é um bom jeito de ir “entrando” na marcha, sentindo, imergindo. Subi numa padaria para tirar fotos de cima. Desci e fiquei circulando. Fui até o começo da marcha, para tirar fotos de frente. Segui andando pela lateral da Rui Barbosa. Muita gente. Muitos cartazes. Muitas pautas.

Os organizadores da manifestação – a galera da linha de frente – puxou uma pausa ali na praça. Em volta, vários ônibus parados e pessoas esperando para tomá-los. Com um megafone, alguém explicava a pauta, e os outros repetiam, para que aqueles que estavam mais

distantes pudessem ouvir também²¹. Ali se propagava a linha politicamente construída pelo grupo que organizou a manifestação. Ali se disputava sentido. Todos sentados no chão (com exceção de quem falava), no meio da rua, bem onde os ônibus passam, na Rui Barbosa²².

Na sequência, a linha de frente foi guiando a marcha, que atravessou a praça e pegou a rua André de Barros, pela qual desceria até a altura da rodoviária. Nessa rua, mais larga e comprida, dava pra ver a dimensão da multidão: muita gente, cantando junto, enchendo a rua até onde a vista alcançava. Assim como muitos outros que ali estavam, eu nunca tinha vivenciado isso. Havia muita emoção, um sentimento de força, de conexão entre as pessoas que normalmente transitam na cidade sozinhas ou em pequenos grupos, muitas vezes com medo, ou pelo menos receio, dos indivíduos e grupos desconhecidos que a co-habitam. Ali eram muitas, estavam juntas, por motivos diferentes, mas unidas por um sentimento comum. A palavra “revolução” deixou de ser de uso exclusivo dos militantes de esquerda e apareceu em gritos e cartazes – afinal, como denominar algo tão forte e inusitado?

À frente da manifestação havia um cordão de segurança, para dar uma certa organização à espontaneidade da marcha, no qual alguns usavam a máscara de Guy Fawkes, símbolo dos Anonymous, outros amarravam camisetas na cabeça. Havia também uma grande faixa, que dizia: “Lutar! Criar! Poder POPULAR. Pela gestão pública do transporte.” A maioria dos que estavam na manifestação era jovem. Aparentemente, predominava a classe média. Encontrei conhecidos que nunca vi em protestos ou se posicionando politicamente. Mas também tinha gente das periferias, movimentos sociais, punks, galera do rap. Em dado momento, quando caminhava em meio à multidão, alguns rapazes gritavam “Fora, Dilma!”. Um grupo ao lado deste começou a puxar outra palavra de ordem, relacionada ao transporte, angariando os que estavam à sua volta, inclusive aqueles que pediam a retirada da presidenta do poder segundos antes. Novamente, percebia-se que a pauta, e o sentido da manifestação, se disputavam (também) ali.

²¹ Essa tática de comunicação em multidão é denominada, dentre outras formas, de *jogral*, e foi bastante utilizada pelo movimento antiglobalização, assim como pelo Occupy Wall Street e marchas contemporâneas no Brasil. Mas trata-se de um repertório antigo, utilizado em lutas sociais anteriores.

²² Esse é outro repertório de protesto bastante difundido, cuja origem é comumente relacionada às lutas raciais em torno dos direitos civis nos Estados Unidos na década de 1960: os *sit ins*, uma forma de bloquear espaços públicos pacificamente e chamar a atenção para as pautas do movimento (TARROW, 2009).

IMAGEM 4 – DIVERSIDADE DE CARTAZES NO PROTESTO DO DIA 17



Máscaras, bandeiras do Brasil e cartazes relativos à Globo, à Copa e à política local foram elementos característicos da manifestação de 17 de junho em Curitiba. FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.

Durante o trajeto, via-se gente nas janelas dos prédios acompanhando a marcha. Na esquina da André de Barros com a Tibagi, onde a multidão fez a curva para chegar em frente à rodoviária, um manifestante pediu a alguém que acompanhava da janela para subir para fotografar – e eu fui na carona. Era um escritório de contabilidade, no qual estavam duas garotas (entre 18 e 25 anos) e um senhor (entre 50 e 65 anos). Elas falaram que queriam muito ir para a rua, mas tinham que terminar um relatório de auditoria. O senhor, que estava fotografando com seu celular, me deu licença para fotografar na janela. “Será que já teve tanta gente assim antes, na rua, em Curitiba?”, perguntei para ele, que me respondeu que sim, que havia visto uma manifestação ainda maior que esta nas Diretas Já. Lá de cima via-se a multidão, que subia a rua até perder de vista. “Vem, vem, vem pra rua vem, CONTRA O AUMENTO”, gritavam, juntos, os manifestantes, empunhando seus cartazes, tentando destacá-los em meio à multidão e ganhar um *flash* dos fotógrafos. Depois de tirar as fotos me despedi; uma das meninas largou o relatório de contabilidade e desceu também.

A marcha seguiu até a altura da rodoviária: no amplo cruzamento da avenida Sete de Setembro com a Mariano Torres, a multidão tomava conta de todo o perímetro. Muitos

sentaram, tentou-se a tática de alguns falarem e outros repetirem, mas dessa vez foi difícil difundir a mensagem entre tantas pessoas. Dali a marcha seguiu pela avenida Mariano Torres até a praça Santos Andrade, outro lugar onde comumente ocorrem protestos e no qual se localiza o prédio histórico da Universidade Federal do Paraná. Lá os manifestantes comemoraram que em Brasília, naquele momento, a parte externa do Congresso, símbolo da política nacional, era ocupada. A revolta se conectava em rede.

Viam-se muitas máscaras de Guy Fawkes, camisetas pretas e lenços diversos amarrados nos rostos, assim como muitas bandeiras do Brasil – elementos que não haviam se destacado no dia 14, na manifestação convocada na cidade em solidariedade à violência que ocorreu em São Paulo na véspera. Quando do aumento da tarifa na capital paranaense, em março, os grupos organizados em torno da pauta mobilizaram uma manifestação, que teve pouca adesão: o aumento prevaleceu. A comoção em torno da repressão policial em São Paulo no protesto contra o aumento da tarifa surgiu como uma *oportunidade política* para sensibilizar a população em torno da pauta e pressionar o poder público – mesmo que tardiamente. E funcionou.

Segundo os manifestantes, cerca de 2 mil pessoas compareceram ao ato do dia 14, a maioria militantes de outras pautas que se solidarizaram ou pessoas sensíveis às lutas populares. No dia 17, a coisa já mudou de figura e a adesão tomou proporções inesperadas. Muitos tiveram acesso a notícias sobre os protestos por meio da mídia de massa e foram para as ruas – alguns pela primeira vez. Manifestantes dizem que este ato em Curitiba reuniu 25 mil pessoas. Segundo a imprensa local, foram 10 mil. Era possível perceber, pela quantidade de repórteres presentes na manifestação do dia 17, que a cobertura da imprensa havia crescido exponencialmente de um protesto para o outro. A partir dessa mobilização, o aumento da tarifa não foi revogado, como reivindicava o movimento, mas reduzido de 25 para 10 centavos. Sintomático que a prefeitura contatou os organizadores da marcha, em busca de representantes com quem pudesse dialogar, por meio do evento que convocava para o ato no Facebook.

Somente quando cheguei em casa, já com a noite avançada, soube por publicações no Facebook que a marcha chegou a ir até a prefeitura, onde “teve confusão” (o que acabou virando senso comum é que os protestos, no final, degradingolam – “sempre acabam em quebradeira”). Também já se podia identificar indícios dos três grandes rachas que desmobilizariam as manifestações: as disputas em torno das pautas, dos partidos e da violência – ou, como se tornou comum denominar, “vandalismo”. Tais conflitos se tornariam

explícitos no ato seguinte, no dia 20, quando a marcha se dividiu em duas: a da “esquerda” e a dos “sem-partido” – a primeira vermelha e a segunda verde e amarela.

Nesse dia, estava frio e chovendo bastante. Mesmo assim havia milhares na manifestação. Chegando à Boca Maldita, fiquei impressionada com a quantidade de militantes e integrantes de movimentos sociais, assim como de camisetas e bandeiras vermelhas. Somente depois pude perceber que essa era só uma parte da marcha, que havia se desmembrado. “Aqui é a marcha dos sem partido, essa outra é a dos partidários”, me explicou sem rodeios uma moça enrolada numa bandeira do Brasil que percebeu a incompreensão de alguns manifestantes sobre o que estava acontecendo quando as duas marchas se cruzaram. Ambas se dirigiram à sede do governo estadual. Segui até lá com a marcha “vermelha”, que se diferenciava pelo tom politizado das palavras de ordem, como “ô Fruet, não sou otário, tem que tirar do bolso do empresário!”, dirigindo-se ao prefeito da cidade em relação à redução da tarifa, que se deu por meio de incentivo federal. A “marcha vermelha” foi na frente; quando a “verde e amarela” chegou, a primeira debandou.

Na sexta-feira, 21, a confusão foi tanta que a multidão inicial separou-se em pelo menos quatro grupos e houve conflitos entre manifestantes e a torcida organizada do Atlético Paranaense em frente ao estádio do time, e destes dois grupos com a Tropa de Choque. Os torcedores tinham intuito de proteger o estádio, que estava sendo reformado para a Copa, de uma suposta depredação por parte dos manifestantes. Segundo André Feiges, ativista da pauta do transporte que chegou a apanhar dos torcedores, alguns deles carregavam tacos de madeira e de ferro e dois portavam armas de fogo.

1.2.3. Declínio das manifestações e saldo político

Assim, com muita discussão – e disputas de enquadramento que envolveram manifestantes, mídia de massa e autoridades – em torno de vandalismo, da legitimidade ou não de partidos políticos e de quais seriam as verdadeiras pautas em questão, assim como de uma intensa e violenta repressão oficial, a grande onda de manifestações que tomou as ruas do Brasil em junho ensaiava seu fim em Curitiba – ou, sob uma perspectiva *processual*, a sua *continuidade*, incluindo outros formatos, outros atores e outras dinâmicas.

O que é consenso entre os que participaram da organização dos atos nesse período é que foi um processo intenso, difícil e de muito aprendizado. Apesar das disputas que racharam

o grupo que compunha a Frente de Luta pelo Transporte em Curitiba²³, Morgana²⁴, uma jovem de 18 anos que integra a Anonymous, explica que antes de junho de 2013 o coletivo no qual atua na cidade era contra a participação de partidos em protestos; depois da experiência das manifestações, devido à disputa que se deu em torno do tema, eles passaram a considerar a organização partidária legítima e a defender sua participação nos protestos – apesar de não se identificarem e fazerem críticas a esse modelo organizativo.

Ou seja, para além da continuidade concreta de protestos em Curitiba – e podemos citar a atuação do Comitê Popular da Copa e do movimento Não Vai Ter Copa (que não atuaram conjuntamente mas também não desencadearam uma disputa pública) e, entre outras greves, a dos funcionários do transporte público, que resultou na circulação de ônibus sem a cobrança de tarifa por um dia na cidade – houve uma interação entre ativistas de distintas idades e que atuam de formas diferentes, o que implicou em tensões que dizem respeito à disputa em torno do *sentido* da política. Podemos classificar essas faixas etárias, e suas respectivas perspectivas de lutas, em três: a mais jovem e recente, que engloba iniciativas como Anonymous, anarquistas e adeptos da tática *black bloc*²⁵; a intermediária, que em grande parte saiu do movimento estudantil ou atuava em coletivos culturais e já vinha puxando manifestações na cidade, como as Marchas da Liberdade, contra Belo Monte, das Vadias e da Maconha, assim como as Farofadas, eventos que se posicionavam contra a privatização do espaço público em Curitiba; e os mais experientes, participantes principalmente de movimentos sociais e partidos políticos.

Essas três categorias se mesclam: alguns ativistas que podem ser classificados como do segundo grupo possuem relações com o terceiro, atuando junto com movimentos sociais tradicionais em diversas pautas e participando de partidos políticos. Certamente, essa interação entre ativistas com diferentes experiências de confronto político e idades implica num processo pedagógico de organização de lutas sociais, assim como impõe desafios às velhas formas de organização coletiva.

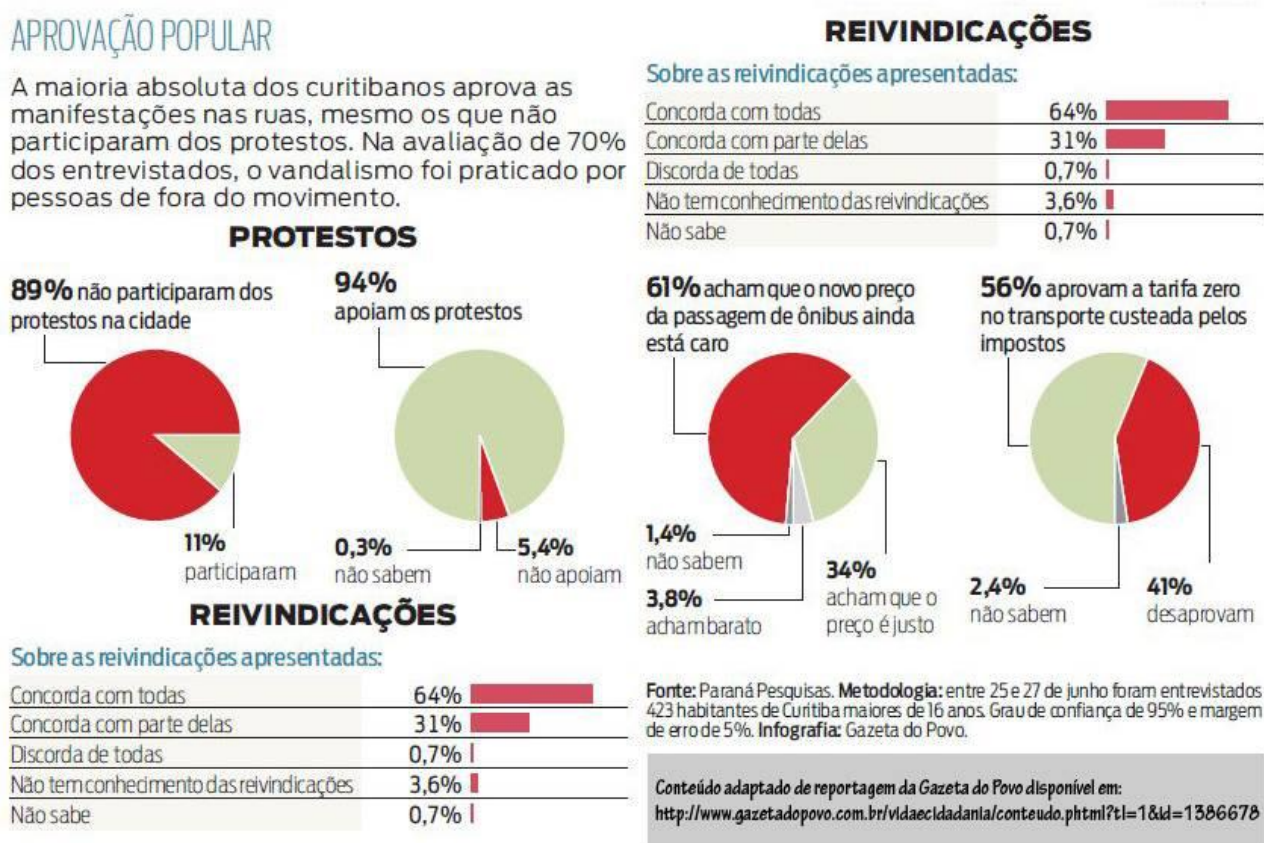
²³ Na cidade, o núcleo do Movimento Passe Livre não é reconhecido nacionalmente e a Frente formou-se em junho de 2013 a partir da reunião de distintos grupos e indivíduos que atuavam em prol da pauta.

²⁴ Nome fictício.

²⁵ *Black Bloc* é uma tática de protesto que surgiu entre autonomistas alemães na década de 1980 e que ficou conhecida no mundo por meio da apropriação que os protestos antiglobalização fizeram dela nos anos 1990, quando passou a ser utilizada, em grande parte, para chamar a atenção da mídia de massa e fazer com que o movimento virasse notícia. Essa forma de atuação ganhou novo fôlego na onda de manifestações globais que começou em 2011 e é bastante polêmica até mesmo entre a esquerda, pois questiona-se sua ética e sua eficácia. Durante os protestos de junho de 2013 a tática ganhou repercussão no Brasil, mas foi bastante distorcida e mal compreendida. (ORTELLADO, 2014).

Para além do âmbito organizativo, o principal impacto das manifestações de junho foi popularizar e pautar o debate político no país. Utilizamos Curitiba como exemplo: a pesquisa realizada de 25 a 27 de junho de 2013 na cidade, cujos resultados podem ser visualizados parcialmente abaixo, demonstrou o apoio quase unânime dos entrevistados às manifestações. Revela-se também a capacidade das iniciativas populares relativas à mobilidade urbana e ao direito à cidade de fazer circular o seu enquadramento a partir da oportunidade política que surgiu em junho de 2013 com a visibilidade gerada pela comoção em torno da violência policial: 56% diziam aprovar a tarifa zero no transporte custeada pelos impostos. Mas a cifra mais impressionante diz respeito à participação: 11% dizem ter comparecido aos protestos.

IMAGEM 5 – GRÁFICO DE PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE PROTESTOS EM CURITIBA.



FONTE: arquivo pessoal, 30 de junho de 2013.

Contudo, não só o discurso ativista ganhou destaque: a partir da ampla adesão às manifestações de junho, que contavam com uma multidão cada vez mais diversa até atingir seu ápice, o próprio significado dos protestos passou a ser disputado por vários

enquadramentos, num processo que envolveu ativistas, autoridades e, destacadamente, a mídia de massa.

1.2.4. Disputa de enquadramentos em noticiários, redes e ruas

IMAGEM 6 – MANIFESTANTE PORTANDO MÁSCARA SE COLOCA ENTRE CÂMERA E REPÓRTERES DURANTE O ATO DO DIA 17



Mais ao fundo, outros mascarados fazem um cordão de segurança e, atrás deles, um fotógrafo levanta sua câmera para fazer o registro. FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.

O mote das manifestações de junho foi a pauta do transporte. Seu estopim, que fez com que a revolta explodisse para além da questão da tarifa e tomasse proporção e abrangência multitudinária, foi a violência policial. Com a adesão de grande parcela da população, surgiram conflitos em torno do uso da violência por parte dos manifestantes, a participação ou não de partidos políticos e da multiplicidade e legitimidade das pautas. Abordaremos a disputa de enquadramentos que se deu nas (e sobre as) manifestações a partir dos discursos presentes na comunicação em rede e de massa – dois importantes ambientes da disputa que, muitas vezes, se interpermeiam. Esse processo de disputa de enquadramento será considerado em relação à dinâmica das ruas, pois cartazes e corpos *também* são meios de

comunicação – além do que a cobertura midiática, tanto massiva quanto em rede, se dá durante e a partir do evento, no espaço público, o que torna evidente a relação entre mídias e ruas.

Um fator que se destacou nesse processo é a cobertura em rede, propiciada por protagonistas ou testemunhas de eventos que postam seus conteúdos na internet e os compartilham nas redes sociais digitais (CASTELLS, 2013). A comunicação com *potencial* de amplo alcance é estendida a vários públicos com as mídias digitais, que se somam aos suportes e linguagens que as antecedem: por meio de mesclas e *remixes*, outros discursos e formatos se contrapõem à hegemonia dos veículos de comunicação de massa. Entretanto, apesar das *possibilidades* que se apresentam, o concreto oligopólio da radiodifusão e da mídia impressa no Brasil implica num gargalo à diversidade de discursos que compõem a realidade e revela um entrelaçamento entre elites midiáticas, políticas e econômicas (HERZ, OSÓRIO, GÖRGEN, 2002; LIMA, 2013; LIMA, LOOSE, 2014).

É necessário esclarecer as limitações do potencial emancipador da comunicação em redes digitais, distanciando-nos de um discurso utópico acerca da internet, mas entender que, mesmo assim, ela é apropriada por atores contestatórios como uma *brecha* pela qual é possível disseminar, criar, subverter, *remixar* e inclusive, muitas vezes inadvertidamente, *reproduzir* discursos. Como indica Martín-Barbero (2003, p. 271), existem *brechas na situação e situações nas brechas* – que, nesse caso, evidenciam-se no fato de a comunicação massiva também estar presente na comunicação em redes digitais e continuar tendo um alcance incomparável, principalmente por meio da televisão.

Segundo pesquisa realizada em 2014 pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 65% dos brasileiros assistem televisão diariamente por mais de três horas. A TV aberta chega a 91% dos lares brasileiros; a TV paga, a 31%. O uso da internet, apesar de ter crescido exponencialmente, sendo que começou a se popularizar na década de 1990, ainda está bastante abaixo do referente à TV: 53% dos brasileiros nunca acessaram ou não têm o hábito de acessar a internet. E há uma nítida divisão geracional nesse acesso: 77% dos entrevistados com menos de 25 anos acessam a internet; já entre aqueles com mais de 65 anos, somente 3% a utilizam. O estudo conclui que “o hábito de acessar a internet é mais comum entre a população mais jovem, nos maiores centros urbanos e nos estratos de maior renda e escolaridade” (ibid., p. 48), elementos que caracterizam também grande parte dos manifestantes de junho de 2013.

Outro fator a ser considerado é a influência da comunicação de massa nas interações nas redes digitais. Indivíduos e agentes coletivos compartilham material da imprensa e

produtos culturais massivos na internet, muitas vezes em concordância com a versão do material, mas outras justamente para criticar sua abordagem – o que revela um movimento de vai e vem entre discurso dominante e dominado, cooptação e resistência, numa dinâmica que envolve hibridizações e complexas disputas e construções de sentido. De qualquer maneira, muito do que é veiculado nas redes sociais digitais tem origem na mídia de massa – mas, por outro lado, as redes digitais também passaram a pautá-la.

IMAGEM 7 – COBERTURA EM REDE NO ATO DO DIA 17



Manifestantes registram as falas e imagens de ativistas na praça Rui Barbosa com seus celulares, enquanto os ônibus permanecem parados. FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.

Sendo assim, a possibilidade de veiculação de múltiplos discursos na internet, em diversos formatos, é entendido como uma *brecha*: seria um erro desprezar a relevância da comunicação em redes digitais nesse processo – assim como seria reducionista entendê-la como *causa*²⁶. As redes digitais são um importante aspecto desse momento político – pois, como já destacamos, para além de ser um *ambiente*, estão entremadas na dinâmica

²⁶ Nesse ponto, discorda-se de Manuel Castells (2013): colocar a estrutura técnica como *causa*, e não como parte de uma *dinâmica*, é adotar para si um discurso tecnicista (e hegemônico) que despe de sentido as interações sociais.

organizativa e na linguagem das manifestações – na estrutura de mobilização e nos repertórios –, assim como em suas disputas de enquadramento.

A adesão de tantas pessoas em torno das manifestações de junho deu-se devido a uma combinação entre *oportunidade política* e *enquadramentos* da mídia de massa e dos ativistas nas redes sociais digitais, o que permitiu mobilizar multidões para irem às ruas. Em junho de 2013, atores engajados conseguiram amplificar seu enquadramento – que, por consequência, sofreu vários outros reenquadramentos, inclusive por parte da imprensa, os quais também foram novamente reenquadrados nas ruas e nas redes digitais.

A relação dos protestos com as redes digitais pode ser percebida a partir do conceito de *estrutura do mobilização*, que diz respeito tanto à *divulgação* quanto à *organização* das manifestações. Alguns elementos observados durante a pesquisa ilustram o uso ativista de tecnologias digitais para esses fins: apesar da repressão ao ato em São Paulo ter repercutido na mídia de massa, eu soube da manifestação de 14 de junho em Curitiba por meio de um evento no Facebook. Esse ato do dia 14, por sua vez, já contou com divulgação posterior nos jornais e emissoras de TV locais, o que, junto à repercussão dos vários protestos disseminados pelo país, contribuiu para gerar uma grande adesão aos próximos atos na cidade. Ao mesmo tempo, um novo evento lançado no Facebook pela Frente de Luta pelo Transporte contava com milhares de confirmações de participação para o dia 17. Os organizadores dos atos de junho de 2013 em Curitiba, além de realizarem reuniões presenciais, se comunicavam via internet e celular para tomar e encaminhar decisões.

As coberturas ativistas feitas ao vivo nos protestos e a reverberação da indignação nas redes sociais digitais foram fundamentais para pautar a mídia de massa e para que uma grande quantidade de pessoas saíssem às ruas para se manifestar. Desde o começo de junho, acompanhei a violenta repressão aos protestos em São Paulo e no Rio de Janeiro por meio de contatos em redes sociais digitais. No dia 13, assisti à cobertura da manifestação na capital paulista ao vivo pelo programa de TV *Brasil Urgente* (transmitido na TV aberta e também *online*), ao mesmo tempo em que comentava o conteúdo televisivo e relatos que chegavam digitalmente em vários formatos – texto, imagem e audiovisual – por meio da minha rede de contatos no Twitter e no Facebook, selecionando informações relevantes para replicar.

A divulgação e a troca nas redes digitais acerca dos protestos foi intensa durante o mês de junho. Para além de indivíduos, coletivos midiativistas que já cobriam manifestações passaram a cobri-las sistematicamente, propiciando uma visão desde dentro, que se contrapõe ao aparente distanciamento que caracteriza a linguagem jornalística. Frente à instantaneidade das redes digitais e à proporção que os protestos tomaram, a imprensa passou a cobrir as

manifestações ao vivo – e, algumas vezes, a usar trechos da cobertura colaborativa da multidão em suas matérias editadas, como nos casos em que o Jornal Nacional, o noticiário televisivo com maior audiência no país, usou registros “amadores”, produzidos a partir de celulares por coletivos ativistas ou indivíduos que se somaram à multidão, que já haviam se disseminado nas redes sociais digitais.

A mídia de massa teve que se adaptar à velocidade e à multiplicidade de discursos das redes digitais – e assim como os enquadramentos da mídia de massa permearam as ruas, os enquadramentos da multidão *hackearam* a mídia de massa (mais um vez, *brechas na situação e situações nas brechas*). De acordo com Lima e Loose, a radicalidade do que denominam “mídias alternativas colaborativas”, que se destacaram nas redes digitais em junho de 2013,

colocaram a imprensa brasileira em xeque, promovendo surpresa, indecisão, alterações de rota na cobertura, produção de discursos sobre legitimidade e representatividade do jornalismo profissional, além de pautar, por sua cobertura de rua, plugada nas redes sociais em tempo real, o velho jornalismo impresso e televisionado. (2014, p. 43).

Por outro lado, evidencia-se que, mesmo contando com o potencial da comunicação em redes digitais, os ativistas não podem simplesmente desprezar a mídia de massa: dela depende sua visibilidade e, conseqüentemente, seu poder de enfrentamento ao poder público e/ou à iniciativa privada²⁷. Assim como a mídia de massa sofre interferências da dinâmica das redes digitais, coletivos e indivíduos politicamente engajados costumam levar em conta a cobertura da “grande mídia”²⁸, tentando mobilizá-la a seu favor – mesmo quando se tem uma postura crítica frente a ela. O aparente paradoxo revela-se no desenrolar dos fatos de junho de 2013: o auge dos protestos coaduna com o período em que a mídia de massa passou a mobilizá-los.

Concluimos que, apesar do papel cada vez mais importante da comunicação em redes digitais, a mídia de massa ainda possui relevante papel no agendamento da opinião pública

²⁷ No caso do aumento da tarifa, assim como em muitos outros (tal como o oligopólio dos meios de comunicação de massa no Brasil) ambos são “alvos”, pois critica-se a subserviência do poder público à iniciativa privada, sua promiscuidade e interdependência.

²⁸ Apesar de não se adotar aqui uma visão monolítica da mídia (o que justifica o uso das aspas por considerar a complexidade da relação interna ao campo, e deste com os demais campos), opta-se pelo uso dessa expressão para destacar a gritante concentração dos veículos de radiodifusão e de mídia impressa no Brasil (HERZ, OSÓRIO, GÖRGEN, 2002) e sua histórica disputa discursiva com os movimentos sociais e mobilizações contestatórias (LIMA, LOOSE, 2014). Diversos termos são utilizados para referir-se aos mesmo atores: “velha mídia” (LIMA, 2013), “imprensa tradicional” (LIMA, LOOSE, 2014) e simplesmente “mídia” (TARROW, 2009). Optamos, prioritariamente, por “mídia de massa”, entendendo o massivo não só como um adjetivo relativo ao alcance, mas a um determinado modelo de produção de bens simbólicos (MARTIN-BARBERO, 2003).

brasileira (BRASILINO, GODÓI, NAVARRO, 2013; SECCO, 2013; ALDE, SANTOS, 2014). Como explica o jornalista e sociólogo Venício Lima (2013, p. 90),

Apesar de “conectados” por essas redes e, portanto, de não se informarem, não se divertirem e não se expressarem (prioritariamente) por meio da velha mídia, os jovens que detonaram as manifestações ainda dependem dela para alcançar visibilidade pública, isto é, para serem incluídos no espaço formador da opinião pública.

Esse aparente paradoxo decorre do fato de que a velha mídia, sobretudo a televisão, (ainda) controla e detém o monopólio de “tornar as coisas públicas”. Além de dar visibilidade, ela é indispensável para “realimentar” o processo e permitir sua própria continuidade.

Cartazes dispersos nas manifestações revelaram que os jovens manifestantes se consideram “sem voz pública”, isto é, sem canais para se expressar e ter sua voz ouvida. Ou melhor, a voz deles não se expressa nem é ouvida publicamente. Vale dizer que as TICs²⁹ (sobretudo as redes sociais virtuais acessadas via telefone móvel) não garantem a inclusão de jovens – nem de vários outros segmentos da população brasileira – no debate público cujo monopólio é exercido pela velha mídia.

De fato, a mesma mídia de massa que levou milhares de pessoas às ruas foi hostilizada nas manifestações de junho, sendo a denúncia de manipulação midiática uma das pautas mais frequentes dos protestos (PIMENTEL, SILVEIRA, 2013b).

²⁹ Sigla para Tecnologias de Informação e de Comunicação.

IMAGEM 8 – CARTAZ DE MANIFESTANTE COM A LOGOMARCA DA REDE GLOBO



FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.

Evidentemente, a hegemonia discursiva dos meios de comunicação de massa não surge do nada. Eles se somaram aos diversos sujeitos e instituições protagonistas da mediação entre indivíduos e sociedade – tais como a escola, a igreja, a comunidade, o Estado, os movimentos sociais etc. Da mesma maneira, as linguagens audiovisual, fotográfica e digital vieram na sequência de formatos anteriores, como a linguagem verbal, corporal, escrita e imagética: as “novas” coexistem com as “antigas”, que passam a se interconstituir – a pintura muda com o surgimento da fotografia, a linguagem oral e escrita com a digital e assim por diante. (MARTÍN-BARBERO, 2003).

Os meios de comunicação de massa passaram a ter papel destacado nas mediações sociais, principalmente a partir do século XX, em especial no que tange ao agendamento da opinião pública, à consolidação de *hábitos* e *valores* e à mediação da representação política, devido ao seu largo alcance: um único discurso pode ser transmitido a toda uma nação pela TV – ou até a (quase) todo o planeta, como é o caso da Copa do Mundo. Os grandes veículos de comunicação de massa hegemonomizam a interlocução entre representantes e representados, entre mercado e consumidores – e, de uma forma geral, entre os diversos grupos e indivíduos que compõem a sociedade.

As autoridades políticas, que já possuem uma antiga tradição na mediação social – destacando-se historicamente na disputa pela atribuição de significados aos fatos e processos sociais –, assim como tiveram que se adaptar ao cenário dos meios de comunicação de massa no século XX, são pressionadas atualmente pela dinâmica do digital e das redes. A presidenta Dilma Rousseff, após os protestos de junho de 2013 terem tomado dimensão nacional e multitudinária, se viu pressionada a manifestar-se sobre o tema, e afirmou em pronunciamento em cadeia nacional *nos meios massivos* que os protestos *pacíficos* eram legítimos, assim como anunciou medidas em resposta à revolta popular; o ex-presidente Lula declarou *em sua página no Facebook* que os protestos não são caso de polícia, mas de negociação (LIMA, LOOSE, 2014, p. 47-8). Contudo, a repressão às manifestações, que contou com um robusto aparato militar durante a Copa do Mundo – para evitar que junho de 2013 se repetisse em junho de 2014 –, teve participação da esfera federal – inclusive do Exército e de setores de inteligência que passaram a perseguir suspeitos nas redes sociais digitais³⁰. Dezenas de manifestantes foram presos *preventivamente*. Percebemos aqui a estratégia de autoridades políticas de, simultaneamente, reprimir e dialogar com os ativistas (TARROW, 2009), selecionando os grupos com os quais faz uma ou outra coisa: no caso, os *pacíficos* e *institucionalizados* merecem diálogo; já aos *vândalos* cabe a repressão violenta.

Verifica-se que a comunicação em redes digitais apresenta novidades quanto às possibilidades de mediação – de acordo com Silveira (2010, p. 37), “o software tornou-se o intermediário indispensável e cada vez mais presente em boa parte das principais atividades humanas”³¹. Contudo, seria ingenuidade descartar o imenso poder que os meios de comunicação de massa consolidados no século passado e as autoridades políticas continuam tendo no agendamento social (poder de determinar o que é relevante ou não, o que merece ou não ser publicizado – e *como*, ou seja, sob qual *enquadramento*), na constituição do *imaginário social* e na interlocução política – utilizando-se, inclusive, das redes digitais para isso –, assim como é ingenuidade, ou fatalismo, não levar em conta as formas de resistência frente a eles, e até por meio deles, mesmo antes da popularização das tecnologias digitais³².

³⁰ Disponível em: <http://migre.me/oKurO>.

³¹ Destacamos o papel de *mediação* que os softwares desempenham por contrariar uma visão utópica segundo a qual a internet possibilitaria o fim da mediação na comunicação social, assim como mecanismos de democracia direta permitiriam o fim da representação política. Faz-se necessário refletir sobre o papel das mediações tanto na política quanto na comunicação – e em que medida seria possível e interessante superá-las, a partir de um ideal de relação direta, ou se seria o caso de construir *outras relações de mediação*. Para Chauí (2013) não se faz política numa sociedade democrática sem mediações institucionais; para Martín-Barbero, as novas tecnologias da comunicação pressupõem novas formas de mediação (2009).

³² Além disso, enfatiza-se que as redes digitais *também* são espaços de disputa por hegemonia. Segundo Secco (2013, p. 73) “a internet é também um espaço de interação entre indivíduos mediada pelo mercado de consumo e vigiada pela ‘inteligência dos governos’”.

Afinal, a rede Globo foi levada a cobrir as Diretas Já nos idos de 1984, bem antes da popularização da internet, a partir do momento em que milhares de pessoas tomaram as ruas do país e outras emissoras cobriram as manifestações em prol da redemocratização. São vários os elementos que interpermeiam a disputa discursiva em sociedade – e o caso específico das manifestações de junho é um exemplo contemporâneo dessa problemática.

1.2.5. A “virada da mídia”

A “grande mídia” brasileira passou a mobilizar as manifestações de junho a partir do momento em que ignorar os discursos que a permeavam contrariava seu *ethos* – baseado em critérios de noticiabilidade (também denominados *valores-notícia*), tais como objetividade, imparcialidade e alcance, que, junto a outros fatores, determinam *o que é e o que não é notícia*³³ (ALDE et al., 2005). A partir do momento em que um assunto se torna popular, ele é notícia – e a internet facilita que outros atores, por meio de mobilizações virais, possam ter influência nesse processo de agendamento da opinião pública. Mas além de difundir ou não determinada situação, importa *como* a “grande mídia” o faz – qual o seu *enquadramento*. A denominada “virada da mídia” – que se deu a partir do dia 13 de junho, quando profissionais de grandes veículos de comunicação foram diretamente atingidos pela violência policial e as manifestações já haviam ganhado ampla repercussão nas redes digitais – implicou numa intensificação da disputa de enquadramentos que atribuíam diferentes significados à revolta popular (LIMA, LOOSE, 2014).

A edição do dia 13 de junho do programa *Brasil Urgente* é um exemplo concreto de como a mídia disputou o enquadramento acerca dos protestos nesse período. “Rezava o *script* que manifestação só é legítima quando não atrapalha, do contrário é violência”, indica a socióloga Silvia Viana (2013, p. 53). O programa televisivo, conhecido por abordar assuntos policiaiscos de forma sensacionalista, transmitia ao vivo o protesto contra o aumento da tarifa³⁴. O apresentador José Luiz Datena afirmava que a população estava revoltada contra manifestações violentas e apresentou uma enquete. A pergunta era: “você é a favor desse tipo de protesto?”. Mas, como problematiza Viana (ibid., p. 54),

³³ Outros fatores relevantes nesse esquema são a concorrência entre os veículos e a rotina jornalística (ALDE et al., 2005).

³⁴ Uma importante pauta dessa manifestação, para além da tarifa do transporte, era a denúncia da violenta repressão já sofrida em atos anteriores. Tal violência intensificou a mobilização da manifestação e seu alcance – tanto que esse protesto foi transmitido ao vivo na TV aberta pela emissora Band. No dia 20, a Rede Globo também passaria a transmitir as manifestações ao vivo no horário nobre, como já fazia a Rede Record (ALDE, SANTOS, 2014).

Alguma coisa saiu do lugar quando os números apareceram de cabeça para baixo: “Até agora... a maioria... eu não sei se os caras entenderam bem... mas a maioria tá achando que esse protesto de quebrar tudo é legal...”. O riso irônico que então despontava foi prontamente recolhido: “Quer dizer... a opinião do povo prevalece, eu não quero aqui... eu dou a minha opinião, eu não sou a favor de quebra-quebra, protesto, porque eu acho que é vandalismo, acho que é vandalismo”. Seguiu-se a necessidade de retomar o que fora perdido mediante a autoridade de quem porta o microfone: “Esse tipo de protesto com baderna, eu sou contra, eu votaria no não, *eu* votaria no *não!*”. Contudo, “a voz do povo é a voz de Deus”, e esse seguia a sua recusa. Contra o sobrenatural, cabia ainda um último recurso: a correção científica. Para que hipótese e resultado permanecessem o mesmo, a pesquisa carecia de precisão conceitual: “Será que nós formulamos mal a pergunta? ‘Você é a favor de protesto *com baderna?*’ Eu acho que essa seria a pergunta. [...] Faça a pergunta do jeito que eu pedi, por favor [...] porque aí fica claro, que senão o cara não entende”. E então, o povão ou, mais precisamente, aquela audiência específica, habituada a temer fantasmas de Vândalos e Bandidos, se mostrou teimosa na resposta que, a essa altura, só poderia ser lida como uma reação irracional: “Já deu pra sentir: o povo tá tão pê da vida [...] que apoia qualquer tipo de protesto [...]. Fiz duas pesquisas, achei até que uma palavra poderia simplesmente não estar sendo entendida. [...] As pessoas estão apoiando o protesto porque não querem o aumento de passagem. Então pode tirar daqui”. Com um gesto de mão, Datena empurrou para o lado o quadro virtual que exibía o resultado da enquete.

O apresentador insistiu na tentativa de impor seu enquadramento frente a audiência: a pergunta foi formulada duas vezes – mas a aprovação da audiência aos protestos *com baderna* se revelou em ambas. Outra palavra estigmatizada durante o período foi *vandalismo*. Um vídeo postado no YouTube, que circulou nas redes sociais digitais, ironizava o recorrente – e até insistente – uso da palavra na imprensa televisiva³⁵. Cartazes nas ruas e no meio digital replicavam: “vândalo é o Estado”, em referência à violência policial. Um novo canto passou a ecoar nas manifestações Brasil afora: “Que coincidência! Não tem polícia, não tem violência!” (ROLNIK, 2013, p. 10). Ou seja, os manifestantes frequentemente reenquadraram o discurso que os acusava, subvertendo-o.

Logo na sequência da enquete realizada por Datena, pode-se acompanhar ao vivo³⁶, pelo mesmo programa, que a Tropa de Choque aguardava a manifestação na rua da Consolação (VIANA, 2013). Ali, as forças repressivas promoveram um espetáculo de violência contra manifestantes que não ofereciam resistência, transmitido ao vivo em rede nacional. Esse foi o episódio decisivo que comoveu o país e transformou o que inicialmente eram protestos restritos à pauta do transporte em uma mobilização nacional multitudinária.

³⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=04XYSEl2ln4>. O vídeo também mostra trechos do episódio relatado acerca do programa *Brasil Urgente* no dia 13 de junho.

³⁶ Coletivos e indivíduos midiativistas já estavam transmitindo, antes da mídia de massa, as manifestações ao vivo a partir de celular via internet móvel. Por meio de *streaming*, as transmissões popularizaram um formato característico das coberturas feitas com celulares em meio à multidão, em que um dos elementos marcantes é a câmera subjetiva acompanhada de comentários espontâneos de quem faz o registro.

De acordo com Lima e Loose (2014), o foco da mídia de massa na cobertura dos protestos recaiu predominantemente sobre depredação e violência até o dia 13; a partir de então, com a comoção nacional a partir da violência policial em São Paulo, que chegou a atingir diretamente profissionais da imprensa, a cobertura foi balanceada com declarações favoráveis aos protestos, que continuaram condenando o *vandalismo*, mas atribuindo-o a uma minoria não representativa da totalidade dos manifestantes. Os mascarados seriam o principal alvo dessa condenação: o termo *black bloc* passou a ser destacado em jornais, revistas e noticiários televisivos.

A partir do momento em que as manifestações ganharam legitimidade frente à “opinião pública”, a mídia de massa passou a mobilizá-la – contudo, frequentemente segundo outras pautas. São dois os exemplos nítidos da “virada midiática”: a mudança do discurso nos comentários de Arnaldo Jabor³⁷ no Jornal Nacional entre os dias 13 e 17 de junho e do editorial da Folha de São Paulo³⁸, jornal mais vendido no país, de 13 para 14 de junho (ibid.; VIANA, 2013). Tanto o editorial, o espaço da “opinião do jornal”, quanto o comentarista, o único a desempenhar essa função deliberadamente opinativa no noticiário de maior influência no país, deslegitimavam as manifestações e pediam firmeza do poder público no dia 13. Após a comoção nacional em favor delas, seus discursos mudaram radicalmente. Lima (2013, p. 92) explica essa “virada”:

A primeira reação foi de condenação pura e simples. As manifestações deveriam ser reprimidas com rigor ainda maior. À medida, no entanto, que o fenômeno se alastrou, a velha mídia alterou radicalmente sua avaliação inicial. Passou então a cobrir em tempo real os acontecimentos, como se fosse apenas uma observadora imparcial, que nada tivesse a ver com os fatos que desencadearam todo o processo. O que começou com veemente condenação transformou-se, da noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes.

Subverteu-se a pauta inicial das manifestações, dando origem a uma disputa simbólica entre enquadramentos na “grande mídia”, nas redes sociais digitais e nas ruas. Tal disputa discursiva coloca em xeque o significado das manifestações em si e, portanto, seu desenrolar, pois, segundo Zizek (2013, p. 103), “a luta pela interpretação dos protestos não é apenas 'epistemológica’”, mas “também uma luta 'ontológica', que diz respeito à coisa em si,

³⁷ Comentário de Arnaldo Jabor no Jornal Nacional, na Rede Globo, no dia 13 de junho de 2013 <https://www.youtube.com/watch?v=tZNkg26g-Ng>, e a mudança no dia 17 <https://www.youtube.com/watch?v=oR5Gcq4Q5Rw>.

³⁸ Editorial de 13 de junho: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>. Editorial de 14 de junho: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/113857-protestos-em-serie.shtml>. Note-se que o segundo é assinado; o primeiro, não.

que ocorre no centro dos próprios protestos. Há uma batalha acontecendo dentro dos protestos sobre o que eles próprios representam”.

Assim como as manifestações passaram a pautar a “grande mídia”, esta passou a disputar o sentido dos protestos. Apesar de ter sido forçada a realinhar seu enquadramento inicial, devido à amplitude e intensidade da mobilização popular nas redes e nas ruas, por outro lado seu enquadramento foi, em muitos casos, reproduzido – mas, em outros, subvertido e reenquadrado – por milhares de brasileiros que foram às ruas em junho. Afinal, “a voz das ruas não é uníssona. Trata-se de um concerto dissonante, múltiplo, com elementos progressistas e de liberdade, mas também de conservadorismo e brutalidade, aliás presentes na própria sociedade brasileira” (ROLNIK, 2013, p. 12).

As manifestações de junho se encontram, como toda iniciativa contra-hegemônica na atualidade, numa trama que necessariamente envolve *elementos da cultura de massa*³⁹; de acordo com Hardt e Negri (2005), em época de exploração imperial, não existe *fora*: o poder se alastra, globalmente, em rede. O que vai determinar o poder de resistência e confronto dos atores contestatórios é o modo como se apropriam desses elementos, que os *ressignificam* (MARTIN-BARBERO, 2003) por meio de seus *quadros interpretativos* (TARROW, 2009).

Ao mesmo tempo em que uma parcela de manifestantes propagaram nas ruas o discurso conservador presente na mídia de massa, o discurso ativista também passou a permear noticiários e jornais – e a comunicação nas redes sociais digitais foi fundamental nesse processo. A dinâmica das manifestações engloba enfrentamentos e amálgamas, afastamentos e aproximações, em que a contestação da ordem vigente envolve a reprodução de alguns de seus enquadramentos, que por sua vez capturam a revolta em prol da manutenção do *status quo* – sendo, contudo, forçado a assimilá-la. Um ator que se destacou nesse processo foram os Anonymous, uma rede globalmente distribuída cuja máscara-símbolo esteve presente em junho de 2013 nos protestos nas ruas e em cartazes de mobilização nas redes digitais.

³⁹ Entende-se que a globalização faz com que os produtos da cultura de massa, através dos meios de comunicação e da internet, cheguem a quase todos os rincões do planeta – e aqueles onde não chegam vivem à parte, relegados à invisibilidade, aquém de disputas com a civilização por estarem excluídos do cenário comunicativo global – ao menos até que sejam alvos da globalização capitalista. (CASTELLS, 2009; SANTOS, 2009).

1.3. ANONYMOUS: DO 4CHAN ÀS RUAS DO BRASIL

IMAGEM 9 – CARTAZ DIGITAL A PARTIR DOS PROTESTOS DOS ANONYMOUS CONTRA A IGREJA DE CIENTOLOGIA EM 2008.



“A internet está aqui”, diz a legenda no cartaz. FONTE: arquivo pessoal, 6 de agosto de 2014.

A rede Anonymous originou-se na primeira década do século XXI num fórum na internet⁴⁰ onde jovens compartilhavam bizarrices – parte do ambiente no qual também desenvolveu-se o que hoje conhecemos por *memes*⁴¹. A maioria dos usuários identificava-se simplesmente como anônimo, o que fazia parte da dinâmica de relacionamento no fórum – numa lógica completamente distinta da que impera em redes como o Facebook, que gira em torno da construção de uma imagem pessoal a partir de uma identidade real –, surgindo assim o nome Anonymous. No *4chan*, a proposta é chocar, muitas vezes a partir do grotesco – e o anonimato facilita essa postura. (WE ARE LEGION. 2012; COLEMAN, 2011, 2014).

Quando foram ameaçados em 2008 pela igreja de Cientologia por esgracharem, nas redes digitais, um vídeo com Tom Cruise falando das crenças da igreja (que a instituição

⁴⁰ Trata-se do fórum *b* do 4chan: <<https://boards.4chan.org/b/>>.

⁴¹ Imagens que são apropriadas por diferentes discursos, modificam-se ganhando distintas legendas e se espalham de modo viral nas redes sociais digitais.

afirmaria tratar de conteúdo interno), eles “derrubaram”⁴² seu site e aplicaram outros “trotes” que transbordam o ambiente digital, tais como efetuar ligações telefônicas em massa para interditar os canais de comunicação da igreja e protestar presencialmente em frente à sede da instituição. Na medida em que o vídeo se disseminou pela internet, a igreja conseguiu judicialmente que os sites que o publicaram fossem obrigados a retirá-lo – o que foi o mesmo que declarar guerra aos jovens desafiadores, que acreditavam que esse tipo de atitude vai contra a natureza de compartilhamento da internet. A partir disso os até então anônimos digitais encontraram-se presencialmente pela primeira vez para protestar em diversos locais ao redor do planeta contra a igreja e a “caça” que instaurou contra eles – muitos usando a máscara de Guy Fawkes para manter o anonimato que exerciam na internet também nas ruas. Assim, o que poderia ser mais um caso de zoeira na internet, devido à repressão sofrida, contribuiu decisivamente para a consolidação da rede sob uma perspectiva política. (MACHADO, 2013; COLEMAN, 2011, 2014; WE ARE LEGION, 2012).

Entre outras iniciativas dos Anonymous, destaca-se uma ação levada a cabo em 2011, quando foram responsáveis por “derrubar” as plataformas de pagamento *online* da Visa, Mastercard e Paypal em protesto contra a atitude dessas empresas de bloquear doações para o Wikileaks⁴³. Outra foi a “Operação Megaupload”, quando do fechamento do site de compartilhamento de arquivos e da prisão de seu criador. Nessa ocasião, os ataques orquestrados por Anonymous bloquearam os portais do Ministério da Justiça dos EUA, da Casa Branca, da Warner, da Universal, do FBI, do organismo que supervisiona a internet na França (Hadopi) e a estrutura que administra os direitos de autor no país. Anonymous conseguiu inclusive penetrar no portal da presidência francesa e modificar as mensagens de boas vindas. (FEBBRO, 2012). Essas ações implicaram na investigação, acusação e prisão de diversos ativistas envolvidos com a rede, em distintos países, mas de maneira destacadamente severa nos EUA (COLEMAN, 2014).

⁴² Costuma-se “derrubar” uma página digital por meio de ações distribuídas de negação de serviço (DDoS – Distributed Denial of Service), que consistem “em acessar repetidas vezes determinado servidor de maneira tal, que este acaba por não suportar a sobrecarga. Com isso, ele para de oferecer seus serviços.” (MACHADO, 2012a). “É preciso que se compreenda que o termo 'hacktivismo', ou ativismo hacker, está muito mais próximo da desobediência civil do que de ações ilícitas, terroristas. Nesse sentido, dizer que uma ação que envolve negação de serviço (DDoS) – que não implica roubo de senha, destruição de banco de dados ou qualquer outro ato 'ilícito' – é um 'ataque' pode nos colocar a serviço dessa visão pejorativa e preconceituosa” (MACHADO, SAVAZONI, SILVEIRA, 2012). Os autores defendem que trata-se de uma forma legítima de desobediência civil. Mas há controvérsias se no caso dos Anonymous trata-se de fato de ações DDoS (ROVAI, BIRUEL, 2013), pois são realizados por pessoas, não por “computadores zumbis”. “Pode parecer uma sutil diferença, mas é imensa. São cidadãos protestando, não máquinas operadas por uma única pessoa que invadiu uma série de outras para realizar o ataque” (ibid.).

⁴³ Wikileaks é uma organização fundada em 2006 com o objetivo de proporcionar um espaço seguro para disponibilizar informações secretas de interesse público coletadas por *hackers* e demais colaboradores ao redor do mundo (COLEMAN, 2014).

“Nós não somos uma organização e não temos líderes. Oficialmente nós não existimos e não queremos existir oficialmente. Nós não seguimos partidos políticos, orientações religiosas, interesses econômicos e nem ideologias de quaisquer espécies”, informa a página digital AnonymousBrasil (2013b). Mais do que um movimento, acredita-se tratar de uma *cultura* comum, que se forja principalmente no ambiente digital e entre jovens em escala mundial (WE ARE LEGION, 2012; COLEMAN, 2011, 2014; MACHADO, 2013).

De acordo com Coleman (2011), a cultura Anonymous surge em torno da *trollagem*⁴⁴, da zoeira no meio digital, em que a subversão se dá em nome da diversão – e só viria a assumir caráter político a partir da disputa com a Igreja de Cientologia em 2008. Desde então, além das práticas desagregadas em torno da cultura da *trollagem*, Anonymous tornou-se também uma forma de ação coletiva rizomática catalizada por uma série de eventos mundiais e intervenções políticas, desde denúncias acerca de abuso infantil a suporte às revoltas no Norte da África em 2011 – que ficaram conhecidas no ocidente como “Primavera Árabe” –, ao Occupy Wall Street em Nova York, aos demais “ocupas” nos EUA e ao 15M na Espanha (ibid., p. 4; WE ARE LEGION, 2012). Contudo, apesar de seu caráter difuso, podemos identificar uma questão central para os Anonymous, que frequentemente permeia seu engajamento nas diferentes causas: os direitos digitais e as liberdades civis na internet (COLEMAN, 2011). Assim como as operações em prol do Wikileaks e do Megaupload, o engajamento da rede nas revoltas populares na Tunísia e no Egito em 2011 está diretamente relacionado a essa questão.⁴⁵

Como relata Castells (2013, p. 53), o governo egípcio ousou fazer aquilo que nenhum outro ousara: “a grande desconexão, cortando o acesso à internet em todo o país,

⁴⁴ Segundo Coleman (2014, p. 12), *trollar* é uma atividade que procura arruinar a reputação de indivíduos e revelar informações pessoais e desconcertantes. Outra perspectiva de *trollagem* é o ato de deslegitimar e irritar outras pessoas em interações digitais, assim como implodir discussões, simplesmente por zoação.

⁴⁵ Contudo, nem isso pode ser considerado unânime entre os Anonymous, pois existem vários possíveis *enquadramentos* acerca do que de fato significam *direitos e liberdades*. A célula AnonymousBrasil, cujo vídeo-comunicado *Copa das Manifestações 2013 #ManifestationsCup – Anonymous* analisaremos no último capítulo, publicou um vídeo-comunicado em 2015 colocando-se contra o Marco Civil da Internet (disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7p_AW_P0AWU). Trata-se de uma lei cujo projeto passou por consulta pública e estava à disposição do Congresso Nacional desde 2011, mas só foi aprovada em 2014 devido à repercussão em torno das denúncias de Edward Snowden, ex-funcionário da Agência de Segurança dos Estados Unidos (NSA). Snowden revelou um suposto esquema de vigilância do governo de seu país que envolve o monitoramento das comunicações digitais não só de seus cidadãos, mas de vários países, inclusive da presidência da república brasileira. Após aprovado, o Marco Civil da Internet foi colocado novamente em consulta pública, tendo em vista sua regulamentação. O desenvolvimento da lei contou com o engajamento de ativistas da cultura digital e ela foi apontada como uma iniciativa importante para proteger a criptografia e o anonimato na internet por Julian Assange, porta-voz do Wikileaks (disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2015/02/22/exclusivo-assange-quer-mudar-sede-wikileaks-para-o-brasil/>). Entretanto, a célula AnonymousBrasil coloca-se contra qualquer forma de regulação da internet e lançou a #OpMarcoCivil, uma campanha contra a lei, sob a justificativa de que trata-se de uma tentativa de controle e vigilância por parte do governo brasileiro.

assim como as redes de telefonia celular”, justamente quando a comunicação em rede crescia em meio aos protestos. Foi então que uma comunidade global conectada via internet – “que inclui hackers, *techies*, empresas, defensores dos direitos humanos, redes militantes como a Anonymous e pessoas do mundo todo para as quais a internet se tornou tanto um direito fundamental quanto um modo de vida” (ibid., p. 54) – solidarizou-se e interveio. Essa comunidade ajudou a manter a conexão no país por meios alternativos, principalmente a partir de telefones fixos, além de promover ataques a sites oficiais. A renúncia do presidente Hosni Mubarak no Egito e de Ben Ali na Tunísia não foi uma vitória somente para a população desses países, mas também para os ativistas de outros lugares que contribuíram nessas lutas.

De forma geral, a atividade dos Anonymous está muito mais em promover ações diretas no âmbito digital, assim como provocar e mobilizar em prol de causas coletivas, do que em definir estratégias de lutas sociais ou implementar reformas. Ou seja, seu impacto recai predominante sobre o aspecto cultural em detrimento do institucional – mesmo que, muitas vezes, atuando ao lado de atores que cumprem esse outro papel. Segundo Coleman (2013, p. 3), o poder dos Anons reside na capacidade de atrair a imprensa (devido ao característico apelo da mídia de massa ao sensacionalismo); em sua estética inconfundível; em sua abertura participativa; na falta de informação a respeito do que se trata de fato; e, principalmente, sua imprevisibilidade. Como qualquer um pode se apropriar da *ideia*, é impossível saber onde ocorrerá a próxima operação sob “a marca” Anonymous, nem qual será seu alvo. E é justamente essa espontaneidade – e, evidentemente, a proteção que o anonimato implica – que os previne de serem assimilados ou neutralizados por atores institucionalmente estabelecidos (ibid., p. 16).

A rede Anonymous propõe não possuir lideranças, estrutura hierárquica ou qualquer epicentro geográfico. Coleman (2011, 2014) acredita que uma de suas mais interessantes e prevalecentes características é sua ética anti-líder e anti-celebridade, que restringe, mesmo que não elimine totalmente, a concentração de poder. Segundo a antropóloga (2011), não se trata apenas de um preceito filosófico, mas de uma maneira de atuar coletivamente. E a máscara é, ao mesmo tempo, símbolo e síntese dessa postura.

Durante as manifestações de junho, eles “derrubaram” páginas virtuais, entre elas as do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo; ocuparam contas em mídias sociais – da presidenta Dilma Rousseff, da Globo e da revista Veja, identificando-se como Anonymous ou Anons e incitando os protestos –; e vazaram documentos da Polícia Militar e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Uma cartografia digital acerca das manifestações, que partiu das mensagens publicadas sobre

a temática no Facebook no dia 13 de junho, identificou que das cinco páginas na rede digital que mais geraram repercussão nessa data, três estão relacionadas aos Anonymous (PIMENTEL, SILVERA, 2013a).

A partir disso, é preciso levar em conta em que medida a atuação dos Anonymous nas manifestações de junho pode ser classificada como *hacktivismo* ou, por outro lado, como *ativismo online* (entendido como sinônimo de *ciberativismo*) – que consiste em “disseminação de informações, publicação de cartas-protesto, envio em massa de e-mails, blogagem coletiva, que raramente envolve as habilidades presentes no *hacking* de computador” (MACHADO, 2013, p. 44) –, sendo que, além de empreender ações de *hacking*, os Anons destacaram-se como mobilizadores dos protestos e divulgadores de informações relativas ao tema.

O enfoque desta pesquisa não se centrará no aspecto *hacker* (apesar de ser impossível ignorá-lo, por fazer parte da constituição e da atuação dos Anonymous), mas no papel de mediação e símbolo que assumiram durante as manifestações de junho e no modo em que sua atuação digital se combinou com a dinâmica das ruas – ou seja, no seu aspecto ativista como um todo, não só no que tange ao *hacking*, mas também sua influência no que diz respeito à mobilização nas redes digitais, assim como nas ruas por meio da apropriação deste importante símbolo da rede, a máscara. Começaremos pela sua atuação no meio digital para, no último capítulo, analisarmos detalhadamente sua influência direta nas ruas e no imaginário dos protestos.

1.3.1. Atuação dos Anonymous nas redes digitais durante as manifestações de junho

Ao analisar a trajetória da rede no Brasil, Machado (2013, p. 29) sugere que os Anonymous se engajam politicamente de quatro formas principais: “promovendo o anonimato; evangelizando; formando redes distribuídas; exibindo e possibilitando várias formas de ações políticas”. Avaliaremos em que medida isso se aplica à atuação dos Anons nas redes digitais durante as manifestações de junho, começando com uma breve contextualização de como a rede surgiu no país.

Segundo relato de Morgana e Sati, jovem *hacktivista* que atuou em prol da ideia Anonymous até meados de 2013, a rede se fortaleceu no Brasil a partir de 2011 em torno do Dia do Basta (uma mobilização articulada nacionalmente contra a corrupção), das ocupações inspiradas no *Occupy Wall Street* e do combate à pedofilia por meio de denúncias, que resultaram em algumas prisões. Como conta Sati, “quando começou as ocupações *Wall Street*,

quando começaram a fazer os 'ocupas' no Brasil, a gente já se interessou e tal... Foi quando surgiu o Anonymous [no Brasil] também, né. Que explodiu a ideia. A primeira vez que eu tive contato com o ativismo, tipo *anarco-hacktivismo*, foi um vídeo que eu vi da Anonymous, a *Fase 1*". O Ocupa Curitiba aconteceu em janeiro de 2012, com poucas barracas armadas na praça Santos Andrade.

A partir do relato de Sati, podemos compreender a diferença entre *hacking* e *hacktivismo*:

eu já curtia *hacktivismo* – *hacktivismo* não, *hacking*, tipo *hackear* alguém pra zoar, pra estudar, pra fazer uma coisa diferente. Daí que eu conheci o ***hacktivismo, que é tipo você hackear em prol de uma ideia***. Aí eu fui mais pra esse lado, assim. Mas eu atuava na rua também, ajudava no Ocupa Curitiba, fazia *flyer*, ajudava a entregar panfleto... tipo coisa *cozinha*. Coisa básica. Comecei assim. (Grifo nosso).

Apesar de nosso foco se centrar na faceta mobilizadora dos Anonymous, é impossível separá-la totalmente do aspecto *hacktivista* – tanto pela origem da rede quanto por sua atuação. Isso porque a faceta *hacker*, muitas vezes, *tem como fim a mobilização*. Como no caso em que, na sequência das manifestações de junho, em 22 de julho de 2013, a célula AnonManifest, conectada à Anonymous, *hackeou* a conta de notícias da Rede Globo no Twitter, que possui milhões de seguidores.

IMAGEM 10 – CAPTURA DE TELA DA AÇÃO DE *HACKING* DA ANONYMOUS NA CONTA DO G1 NO TWITTER



Como descrição de perfil, colocou-se a seguinte frase, atribuída a Malcom X: “Se você não for cuidadoso, os jornais farão você odiar as pessoas que estão sendo oprimidas, e amar as pessoas que estão oprimindo”⁴⁶. FONTE: Arquivo pessoal, 22 de julho de 2013.

Podemos perceber nas mensagens tuitadas por Anonymous na conta do portal G1 no Twitter: (1) a denúncia de manipulação jornalística, (2) a defesa da democratização da comunicação no país, (3) a convocação para ir à luta e (4) a atribuição da autoria do *hacking*

⁴⁶ Disponível em: <http://info.abril.com.br/noticias/seguranca/2013/07/anonymous-brasil-invade-twitter-do-site-g1.shtml>.

aos Anonymous. A imagem utilizada como avatar também revela a sensação, comumente expressada por ativistas, de que o povo não tem voz e nem pode olhar com seus próprios olhos, cegados e calados pelas grandes empresas que exercem o oligopólio da comunicação de massa no país.

Já a conta da revista Veja, a mais vendida no Brasil, foi *hackeada* no dia 17 de junho, no qual as manifestações explodiram tanto em quantidade de cidades quanto de manifestantes. Apesar de o conteúdo das mensagens ser parecido ao do exemplo anterior, nesse caso o *hacker* coloca-se à disposição para divulgar vídeos e fotos referentes às manifestações – o que está de acordo com o teor *colaborativo* e *mobilizador* do *hacktivismo*, assim como sua dinâmica de *rede*.

IMAGEM 11 – CAPTURA DE TELA DA AÇÃO DE HACKING DA ANONYMOUS NA CONTA DA VEJA NO TWITTER [1]



FONTE: arquivo pessoal, 17 de junho de 2013.

No quadro abaixo, podemos ver a transição, de baixo para cima, dos tuítes efetuados de fato pela Veja para aqueles resultados do *hacking*:

IMAGEM 12 – CAPTURA DE TELA DA AÇÃO DE HACKING DA ANONYMOUS NA CONTA DA VEJA NO TWITTER [2]



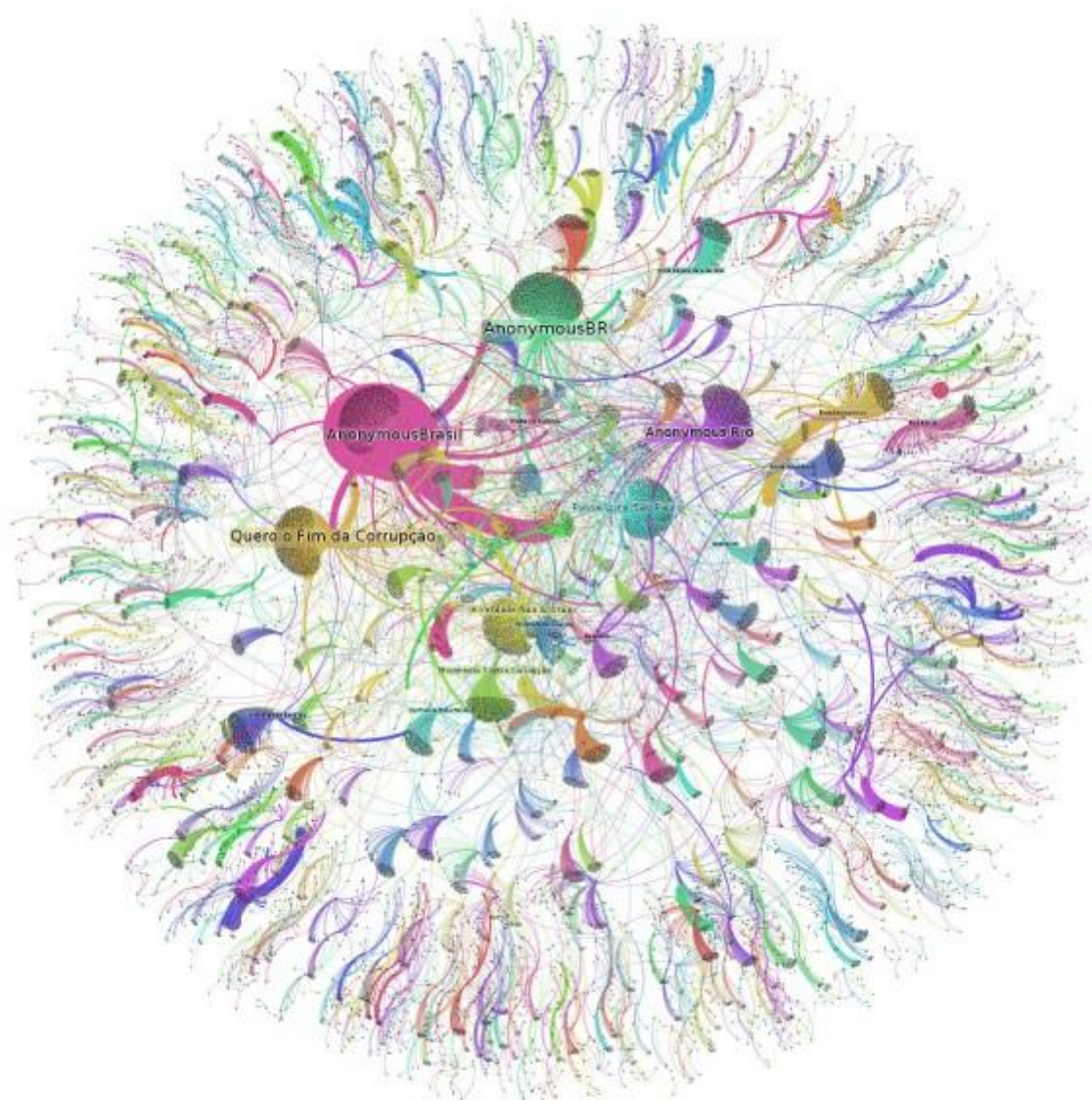
FONTE: Arquivo pessoal, 17 de junho de 2013.

A diferença não só no conteúdo, como no *formato* do discurso, na linguagem, é gritante – o que diz respeito à relação entre *cultura digital* e *cultura dos jovens* (FEIXA, 2000). Interessante notar que a convocação para desligar a TV e ir para as ruas protestar é

direcionada *aos mais velhos*: pressupõe-se que os jovens não estão se informando pela TV e já estão nas ruas. Outro ponto a se considerar é que essas atividades de *hacking* não estão voltadas para acessar e divulgar informações restritas, como acontece quando *hacktivistas* vazam documentos, mas (1) para mostrar que o poder das elites está ameaçado por jovens que dominam a estrutura que hoje, em grande medida, o sustenta; (2) para mobilizar para as manifestações e para o engajamento popular; (3) para denunciar a concentração dos meios de comunicação de massa no país e seu caráter manipulatório; e (4) para divulgar a *ideia* Anonymous.

Como já informamos, no dia 13 de junho, quando a repressão policial à manifestação convocada pelo MPL na capital paulista foi transmitida ao vivo e comoveu o país, das cinco páginas no Facebook que mais geraram repercussão sobre o tema, três eram relacionadas à Anonymous (PIMENTEL, SILVEIRA, 2013a), como pode-se conferir na imagem abaixo.

IMAGEM 13 – GRÁFICO REVELA PRINCIPAIS MOBILIZADORES NO FACEBOOK NO DIA 13 DE JUNHO



Grafo a partir das mensagens acerca das manifestações que mais geraram comentários no período das 16 horas do dia 13 até as 6h do dia 14 de junho de 2013 no Facebook. FONTE: SILVEIRA, PIMENTEL (2013a), 11 de julho de 2013.

A análise de Pimentel e Silveira (2013a) teve como intuito mapear os “perfis cujas postagens [acerca dos protestos] foram mais comentadas” e “detectar os agentes privilegiados no debate público nas redes, ainda no calor dos eventos das ruas”. Ou seja, ao invés de analisar os atores em si, essa metodologia se debruça sobre as *interações entre os distintos atores* envolvidos na mobilização. A pesquisa registrou um total de 63.494 mensagens públicas no Facebook que partiram de 52.843 perfis diferentes. Concluiu-se que “a mobilização contou com o padrão de **liderança distribuída**, bem diferente do que ocorre com **movimentos tradicionais**, com centros difusores de informação mais verticalizados e

concentrados” (ibid., grifo dos autores). Apesar disso, podemos identificar os Anonymous como importantes *nós de rede*, mais especificamente como *HUBs*, estabelecendo conexões entre vários agentes. Cabe destacar que a célula AnonymousBrasil, da qual iremos analisar, no quarto capítulo, um dos vídeos-comunicado de mobilização que disponibilizou durante as manifestações de junho, é o *HUB* que mais gerou repercussão no dia 13 .

Segundo os pesquisadores (2013b), um *nó* pode ser tanto um *HUB* quanto uma *Autoridade*. “Enquanto um bom **HUB** representa um nó que aponta para muitos ‘nós’ da rede, uma boa **Autoridade** é apontada por diversos outros **HUBs**” (ibid., grifo dos autores). Já no dia 20 de junho, quando disponibilizou o vídeo-comunicado que será analisado no último capítulo, a página AnonymousBrasil foi tanto o maior HUB quanto a maior Autoridade no Facebook em relação às manifestações. A análise aponta que os veículos de comunicação tradicionais atuam somente como Autoridades, pois não estão adaptados à dinâmica interativa das redes digitais.

A página do perfil do Estadão no Facebook apresentou-se como a maior **Autoridade** nas redes durante os 4 primeiros atos [entre 02 e 13 de junho em São Paulo]. Apenas no quinto e no sexto ato [17 e 20 de junho em São Paulo, respectivamente] ela perde relevância relativa. Mas é preciso destacar que os canais destes grandes veículos nas mídias sociais, embora de um modo geral apresentem-se como autoridades, configuram-se como péssimos HUBs. Isso se deve ao fato de que não dialogam nas redes, de que usam as redes à maneira do broadcast, não interagem com outros atores, citam apenas a si mesmos, não ecoam outras narrativas. Por não fazerem o jogo da rede são mera fonte de informação, mas sem capacidade de articulação. (Ibid., grifo dos autores).

E mesmo o posto de *Autoridade* da imprensa tradicional nas redes digitais foi disputado por atores engajados ao longo das manifestações, o que aponta para a crise de credibilidade da imprensa que se tornou evidente nesse processo (LOOSE, LIMA, 2014). “A crise de representação dirigiu-se não somente às instituições democráticas, mas estendeu-se aos meios de comunicação de massas” concluem Pimentel e Silveira (2013b). Eles acreditam que as “manifestações de junho mostraram o poder de pessoas, fora das instituições políticas, de criar redes de opinião distribuídas”, o que implica numa tendência de redes de opinião, cada vez mais, confrontarem outras redes de opinião. Assim, a mídia de massa, em alguma medida, vê ameaçado o seu poder de hegemonizar a formação da opinião pública no país – e as redes sociais digitais cumprem papel crucial nessa mudança.

Constatamos, então, que os Anonymous, e destacadamente a célula AnonymousBrasil, a partir das formas de atuação apontadas por Machado (2013, p. 29), contribuíram para *formar redes distribuídas, exibir as manifestações de junho* e, inclusive,

para que os protestos atingissem a proporção multitudinária que alcançaram ao longo do mês. Revelou-se também uma espécie de *evangelização*, que preferimos entender como a tentativa de, por meio do discurso de mobilização, conectar o *enquadramento de quem mobiliza com o quadro daqueles que visa mobilizar*; ou seja, efetivar *alinhamentos de quadros de interpretação coletiva* (TARROW, 2009, SNOW et al.; 2008; SNOW, BENFORD, 2000), como especificaremos no último capítulo.

Das quatro maneiras pelas quais os Anonymous costumam atuar indicadas por Machado (ibid.), faltou somente identificarmos uma, a *promoção do anonimato*, que pode-se reconhecer no fato de os *hackers* não terem assumido a autoria individual dos seus feitos apontados acima, mas atribuírem-no à rede. Essa forma de ação torna-se evidente também pela disseminação do uso da máscara de Guy Fawkes durante as manifestações de junho, o que analisaremos detidamente no último capítulo.

Antes disso, inseriremos as manifestações de junho e os recentes modelos de ação política dentro de um percurso mais amplo: numa perspectiva nacional, as mobilizações em torno da redemocratização e da destituição do primeiro presidente eleito democraticamente depois da ditadura, assim como recentes marchas que já antecipavam o formato das manifestações de junho; e, em âmbito mundial, a constituição de lutas sociais em rede nas últimas décadas e seu contexto contemporâneo. Deste cenário emergem questões que dizem respeito aos atuais desafios e potencialidades dos ativismos políticos em rede, sua relação com os movimentos sociais tradicionais e com a concepção e a prática democráticas.

2. A MULTIDÃO EM REDE: CONTEXTOS E PROBLEMÁTICAS

A maior onda de manifestações políticas no país em mais de duas décadas. Depois das Diretas Já e dos Caras Pintados, o Brasil novamente tornou-se cenário de ampla revolta coletiva. Desta vez, não foi pela redemocratização, como em 1984, nem pelo *impeachment* de um presidente acusado de corrupção, como em 1992. Em 2013, tudo começou com 20 centavos – o valor do ajuste da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo, a mais rica e populosa do país.

Os protestos se multiplicaram pelo Brasil. Com repertórios distintos dos que costumavam ser observados entre os movimentos sociais, a onda de manifestações surpreendeu as autoridades, a mídia de massa, os pesquisadores, a população em geral e os próprios movimentos. Contudo, não se trata de um fenômeno isolado no tempo, no espaço – e na história. Para compreender o seu sentido, é fundamental resgatar sua historicidade, a trajetória dos movimentos sociais a partir da redemocratização até chegar às marchas mobilizadas nos últimos anos (tais como a Marcha da Maconha, das Vadias e da Liberdade), que já apresentavam elementos característicos das manifestações de junho – como a ausência de lideranças explícitas, o protagonismo dos jovens, o espaço para a expressão individual e a hibridez entre atuação nas ruas e nas redes sociais digitais.

Essas mesmas características estão presentes em mobilizações que se destacaram ao redor do globo a partir de 2011. Revoltas que surgiram e se intensificaram no norte da África, se espalharam por outros continentes e se desdobram até o momento têm em comum a emergência de um ativismo político de características horizontais protagonizado por jovens que ocupam os espaços públicos e se utilizam de tecnologias digitais para se articular em redes, de maneira a ampliar sua atuação nas ruas e questionar a política institucional vigente⁴⁷ (HARVEY et al, 2012).

Mais do que sua capacidade de disputar o poder instituído, a potência dessas mobilizações parece estar em subvertê-lo e *instituir* outras formas de ação coletiva (PELBART, 2013; BRINGEL, ECHART, 2008): *hackear*. Mais do que seu potencial de

⁴⁷ Em artigo sobre o 15O, manifestação de 15 de outubro de 2011 que ocorreu simultaneamente em mais de 80 países, Eric Toussaint (2011) explica que “o movimento dos Indignados nasceu em Espanha em maio de 2011, após as rebeliões tunisinas e egípcias dos meses antecedentes (e após a espantosa manifestação de 12 de março em Portugal, que deixou toda a gente de boca aberta ao pôr na rua, num só dia, quase meio milhão de pessoas indignadas, ou seja, cerca de 4% da população portuguesa). Este movimento estendeu-se à Grécia em junho de 2011 e a outros países europeus. Atravessou o Atlântico Norte desde setembro de 2011. Evidentemente uma série de organizações políticas e de movimentos sociais organizados apoiam o movimento, mas não o conduzem. A sua influência é limitada. Trata-se de um movimento largamente espontâneo, jovem na sua maioria, com um enorme potencial de desenvolvimento que inquieta fortemente os governos, os dirigentes das grandes empresas e todos os polícias do mundo. Pode alastrar como fogo num molho de palha, ou morrer em cinzas. Ninguém sabe.”

disputar a institucionalidade, impondo demandas à agenda do Estado, seu principal trunfo é a mobilização popular a partir de um *sentimento comum de empoderamento* que subverte a lógica instituída (SANTOS, 2009; PELBART, 2013; HARDT, NEGRI, 2005; SZANIECKI, 2013; MARICATO et al., 2013).

Quando atores engajados conseguem compartilhar seus enquadramentos simbólicos amplamente (TARROW, 2009), uma multidão passa a se revoltar contra injustiças e exigir o reconhecimento dos *direitos e dos desejos* da diversidade de *indivíduos e coletivos* que a compõem (HARDT, NEGRI, 2005; PELBART, 2013; GOHN, 2013). Isso se dá atualmente por meio de uma *cultura de rede* que engendra mudanças na forma de as pessoas se organizarem politicamente e de se comunicarem, e até mesmo na ideia que se faz do que é de fato democracia.

Faremos, a seguir, essa discussão envolvendo o conceito de rede, desde uma perspectiva que integra comunicação, cultura e política, e sua relação com a democracia. Antes disso, inseriremos as manifestações de junho dentro de seu contexto histórico nacional (NOBRE, 2013; GOHN, 2011) e global, que envolve não só as lutas em rede mais recentes (CASTELLS, 2013; ZIZEK, 2013; HARVEY et al., 2013) como sua origem, atribuída à mobilização em torno do Exército Zapatista de Libertação Nacional e do movimento antiglobalização (BRINGEL, ECHART, 2010; MELUCCI, 1999; PRUDENCIO, 2006).

2.1. O 'TEXTO' EM CONTEXTO: ANTECEDENTES E CONTINUIDADES DE JUNHO DE 2013

A partir do entendimento de que as manifestações de junho são parte de um *processo* sociopolítico, situaremos esse momento dentro da *trajetória* recente dos movimentos sociais no Brasil desde a redemocratização e, dentro de uma perspectiva mundial, abordaremos a resistência à globalização em seu caráter neoliberal durante a década de 1990. Entendemos que o ocorrido no Brasil em junho de 2013 é resultado de um acúmulo, como pode ser notado na própria trajetória do Movimento Passe Livre (MARICATO et al., 2013) – e como vamos abordar a partir de um histórico das manifestações multitudinárias nas últimas décadas no país e em outros protestos que se destacaram ao redor do mundo que se assemelham, *no mínimo*, em formato e dinâmica ao caso brasileiro – ou seja, no que tange ao *repertório* de ação coletiva de confronto (Tarrow, 2009).

Após 20 anos de um regime civil-militar, em 1984 milhares de brasileiros foram às ruas pela redemocratização do país, o que culminou na abertura democrática e numa nova

constituente. Os movimentos sociais foram *mediadores* e *mobilizadores* cruciais nesse processo, do qual o Partido dos Trabalhadores surgiria como uma alternativa de esquerda para disputar a institucionalidade – e que, depois de 12 anos no poder, virou alvo dos protestos de junho de 2013. Entre esses dois momentos, os protestos que pediam o impeachment do então presidente Fernando Collor, que renunciou em 1992, revelaram a fragilidade de uma recente democracia que não rompeu com a concentração do poder político e econômico no país (NOBRE, 2013).

Mais recentemente, principalmente a partir de 2011, um modelo de marchas que se diferencia do modelo de organização e ocupação do espaço público dos movimentos tradicionais, adotado nos protestos de junho de 2013, já se destacava no Brasil. A Marcha da Maconha, da Liberdade e das Vadias são exemplos que permitiam entrever os repertórios que constituíram as manifestações de junho – e que seriam os indícios do que, segundo Gohn (2013), representa um novo ciclo de lutas sociais no país.

Esse histórico nacional nos ajuda a compreender os conflitos entre os movimentos sociais tradicionais e entre jovens ativistas que se desencadearam durante as manifestações de junho e, principalmente, as transformações na ação coletiva de confronto que revelam. Novos sujeitos políticos, articulados em rede, passaram a ocupar as ruas e contestar as ideologias tradicionais não só de direita mas também de esquerda, bem como o culto às lideranças, a hierarquização e a disciplina – características comuns aos movimentos sociais tradicionais.

Já no que tange à perspectiva global, movimentos, redes ativistas e mobilizações que emergiram na década de 1990 em meio ao *discurso único* do neoliberalismo (que se consolidou após a queda do muro de Berlim em 1989 e da União Soviética em 1991) mostraram que assim como o sistema financeiro passou a transitar com muito mais facilidade entre as fronteiras nacionais, o mesmo valeu para a resistência contra ele – e que outros discursos existem, mesmo que invisibilizados, e a internet pode ser uma excelente ferramenta para sua propagação, bem como para mobilizar e articular lutas transnacionais. Destacam-se nesse período a mobilização em torno do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o movimento antiglobalização. (BRINGEL, ECHART, 2010; MELUCCI, 1999; PRUDENCIO, 2006; CASTELLS, 2009).

Alguns anos depois, junto à crise do neoliberalismo, surge um outro tipo de mobilização social, que costuma ter suas raízes identificadas no caso da Islândia em 2008. A partir de 2010, seria a vez de, entre outras experiências, Tunísia, Egito, Marrocos, Portugal, Espanha, Grécia, Chile, Estados Unidos, México, Brasil e Turquia. Apesar de suas

peculiaridades, tais mobilizações possuem características em comum e se inspiram mutuamente. (CASTELLS, 2013; ZIZEK, 2013; HARVEY et al., 2013).

Essa contextualização a partir da trajetória de confrontos políticos, nacional e global, ajudará a compreender a explosão das manifestações de junho de 2013 no Brasil, suas problemáticas e desdobramentos, principalmente no que tange à dinâmica dos atuais ativismos políticos em rede e seu potencial democrático. É preciso situar o confronto político em questão, pois “se o significado é construído a partir da interação social e política entre apoiadores e opositores, precisamos perguntar como o 'texto' das mensagens do movimento se relaciona ao *contexto* dos interesses e conflitos em jogo” (TARROW, 2009, p. 141, grifo nosso).

Para isso, não podemos isolar os discursos e analisá-los fora de seu contexto. É preciso investigar os conflitos que fizeram emergir as manifestações de junho – o contexto sociopolítico brasileiro e a trajetória recente das lutas sociais articuladas em rede – para compreendermos, então, os conflitos que caracterizaram as manifestações de junho, o papel que os Anonymous tiveram nelas e suas implicações nas disputas em torno do sentido da ação política.

2.1.1. Mobilizações sociopolíticas no Brasil: das Diretas Já para além dos 20 centavos

IMAGEM 14 – CARTAZ DIGITAL COMPARA PROTESTOS DE 2013 E 1984.



Imagem retirada da página brasileira da Anistia Internacional no Facebook em 2014 que faz uma analogia entre as fotografias da ocupação da Esplanada em Brasília por manifestantes em 1984, durante as Diretas Já, e em junho de 2013. O cartaz digital faz parte de uma campanha para “dar fim à impunidade” de crimes de Estado durante o regime militar, aproveitando que se completavam 50 anos do golpe para dar fôlego à causa. FONTE: arquivo pessoal, 20 de maio de 2014.

Em 1964, militares destituíram o então presidente João Goulart. Após 20 anos de um regime ditatorial, de extermínio da resistência social por meio da criminalização de movimentos sociais – numa violenta censura que também agiu sobre a imprensa, as instituições de ensino, de pesquisa e o meio artístico e cultural –, amplas manifestações tomaram as ruas do país reivindicando não só a abertura democrática, mas eleições diretas para presidente. Eram as *Diretas Já*, mobilizadas por movimentos sociais que apostaram na transformação social por meio da esfera institucional.

Durante os movimentos que, na década de 1980, demandaram a reestruturação institucional do país, muita energia social foi mobilizada para canalizar a democracia formal num processo de “democratização material”, retomando aquele fio da meada que fora brutalmente cortado em 31 de março de 1964. O impulso era

uma ânsia de prestação de contas com a persistência das iniquidades sociais no Brasil, de modo a presentificar a promessa já antiga de um “país do futuro”. Para, dessa vez, não repetir as barbaridades dos surtos de desenvolvimento anteriores, pensou-se tal transformação da sociedade brasileira ainda no eixo reforma-revolução: não poderia deixar os pobres de fora porque dependia da sua participação política ativa. Foi assim que, aproveitando certas experiências do pré-golpe, partidos como o PDT e o PT investiram no trabalho de base, projetando uma situação política futura – hoje, um passado que parece não ter havido – em que a mobilização popular seria poderosa o suficiente para apoiar governos de esquerda mais ou menos radicais, comprometidos em desafiar nossas elites tradicionais. (BRITO, OLIVEIRA, 2013, p. 66-7).

Contudo, os mesmos grupos que compunham e sustentavam a ditadura somaram-se ao “pacto democrático”. No final da década de 1980 a emergência do neoliberalismo, junto à renovação dos laços entre as oligarquias do país com vistas à adequação ao formalismo democrático e às novas dinâmicas internacionais de mercado, fizeram com que as esperanças populares em torno de uma institucionalidade estatal que permitisse mudar a estrutura de poder do país esmorecessem.

Ao contrário do que se reivindicava nas *Diretas Já*, o primeiro presidente a suceder os generais foi eleito *indiretamente* em janeiro de 1985, pelos parlamentares, para conduzir o processo de *transição democrática*. Tancredo Neves faleceu em abril do mesmo ano, antes de assumir o cargo, circunstância que levou ao poder executivo nacional o vice José Sarney⁴⁸, “quadro histórico de sustentação da ditadura militar, indicado pelo PFL⁴⁹” (NOBRE, 2013, p. 4).

A primeira crise a ser enfrentada por tal pacto em torno da redemocratização, que incluía as remanescentes do regime civil-militar, foi a Constituinte. Movimentos sociais de base cristãos – inspirados na Teologia da Libertação –, sindicatos e organizações populares das mais diversas exigiam participar desse processo. Do ponto de vista institucional, era preciso evitar que radicalizações populares colocassem em risco o pacto em prol de uma redemocratização *segura e gradual*, ou seja, que não comprometesse os interesses das oligarquias institucionalmente representadas – e a atuação do PMDB foi fundamental nesse processo.

⁴⁸ A família Sarney é um exemplo concreto do coronelismo que perpetua desigualdades sociais, o que se explicita no “coronelismo eletrônico” que exerce no Maranhão, como indica a reportagem “Os donos da mídia” (HERZ, OSÓRIO, GÖRGEN, 2002). Os Sarney possuem o canal de TV de maior audiência (afiliado à Rede Globo) e o jornal de maior circulação do estado.

⁴⁹ Em 2007, o PFL (Partido da Frente Liberal) mudou seu nome para Democratas (DEM). Suas origens estão na ARENA, partido conservador criado logo após o golpe para dar sustentação à ditadura civil-militar. De 1965 a 1979, imperou no Brasil o bipartidarismo, cuja situação era exercida pela ARENA e a oposição pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), atualmente PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Sob o comando do chamado Centrão, bloco suprapartidário que contava com maioria de parlamentares do PMDB, o sistema político encontrou uma maneira de neutralizá-los [os movimentos sociais], apostando na ausência de uma pauta unificada e de um partido (ou frente de partidos) que canalizasse as aspirações mudancistas. Nasceu aí a primeira figura da blindagem do sistema político contra a sociedade [no regime democrático]. A esse processo de blindagem deu o nome de *pemedebismo*, em lembrança do partido que capitaneou a transição para a democracia. [...] Foi assim que o sistema se preservou sem mudar, fortalecendo sua lógica de travamento de grandes transformações, reprimindo as diferenças sob uma nova unidade forçada. (NOBRE, 2013, p. 5).

O termo *pemedebismo*, para o autor, denomina a lógica de alianças internas do sistema político brasileiro regida pela crença numa necessidade inquestionável de compor maiorias suprapartidárias que garantam a *governabilidade* (ibid.). Alheios a essa lógica, nas primeiras eleições diretas, em 1989, os movimentos populares de esquerda construíram a candidatura de Luís Inácio *Lula* da Silva, representante de um Partido dos Trabalhadores então socialista, classista e disposto a romper com as oligarquias que governavam o país⁵⁰. As pesquisas de intenção de voto às vésperas do segundo turno da eleição apontavam empate técnico entre os dois concorrentes, apesar da desvantagem relativa de 12% com que Lula terminara o primeiro turno. Mas quem venceu foi Fernando Collor, um jovem político de um pequeno partido à direita que apostava no “combate à corrupção” e associava seu principal oponente à uma ditadura comunista que implantaria o terror e o medo no Brasil⁵¹.

Como já destacamos, a mídia de massa exerce o monopólio da relação representante-representados – o que se intensifica durante o período eleitoral, especialmente no que tange à TV. Durante a disputa presidencial de 1989, um debate na Rede Globo marcou a história da relação entre política e mídia no país. A polêmica acerca da edição do debate do segundo turno transmitida em horário nobre, que teria favorecido Collor, ainda não foi totalmente esclarecida⁵². Três anos depois, essa mesma emissora de TV faria parte do coro que pedia o *impeachment* do presidente eleito, numa mobilização que levou milhares às ruas do país.

⁵⁰ Segundo Nobre (ibid., p. 13-4), o PT “pretendia unificar o país de baixo, a partir dos movimentos sociais e sindicais que combatiam a desigualdade em suas diversas formas. [...] E isso incluía combater de frente um sistema político dominado pelo *pemedebismo*, que busca apenas acomodar e gerenciar as desigualdades.”

⁵¹ Assim como a família Sarney no Maranhão, a família Collor é proprietária da emissora de TV afiliada à Rede Globo no estado do Alagoas – o que é mais um exemplo da trama entre poder político, econômico e midiático no Brasil.

⁵² “No dia seguinte ao debate, a Globo exibiu duas edições diferentes sintetizando o confronto entre os candidatos. A primeira foi ao ar no *Jornal Hoje*. É consenso que o material apresentado foi imparcial e bem equilibrado [...]. Já a edição da noite, no *JN* [Jornal Nacional], apresentou Collor como campeão do confronto. [...] Os depoimentos de todos os envolvidos deixam claro que houve manipulação em favor de Collor, mas a responsabilidade continua obscura.” (GOULART, 2008).

Inicialmente, o *Fora Collor* foi mobilizado pela UNE, a União Nacional dos Estudantes, que já havia se destacado no combate à ditadura nas décadas de 1960 e 70 e foi brutalmente reprimida durante o período, com torturas, assassinatos, prisões e exílio de seus integrantes. Em 1992, as ruas foram tomadas predominantemente por jovens que ficaram conhecidos como *caras-pintadas*, pelas tintas com as cores da bandeira nacional que levavam no rosto. A mobilização encontrou poucos adversários: seu plano econômico nada ortodoxo contribuiu para sua impopularidade, pois não atingiu o objetivo de controlar a hiperinflação, e denúncias de corrupção viriam a coroar seu descrédito frente à “opinião pública”. “Fincou-se como verdade indiscutível que Collor tinha caído porque não dispunha de apoio político suficiente no Congresso, porque lhe teria faltado 'governabilidade'” (ibid., p. 5).

Tanto nas *Diretas Já* quanto no *Fora Collor* a mobilização unificou-se em torno de *transformações na política institucionalizada*: seja a realização de eleições presidenciais diretas ou o impeachment de um presidente acusado de corrupção. Tais demandas concretas vinham acompanhadas de um sentimento de insatisfação popular – mais amplo e subjetivo que as reivindicações específicas que se destacaram – que diz respeito aos *anseios democráticos*. De acordo com Nobre (ibid., p. 10), “democracia não é apenas funcionamento de instituições políticas formais, não é apenas um sistema político regido formalmente por regras democráticas. Democracia é uma forma de vida que penetra fundo no cotidiano, que se cristaliza em uma cultura política pluralista.” Democracia, entendida sob esse prisma radical, não é meramente evento, tal qual são as eleições, mas processo, vivido coletiva e individualmente, no cotidiano. E o desejo pela radicalização democrática se reflete tanto nas *Diretas Já*, no qual os movimentos sociais demandavam participação social nos processos institucionais, quanto no *Fora Collor*, em que o voto direto não mostrou-se suficiente para suprir os anseios populares, revelando que a democracia *formal* não bastava.

Em 1984, organizações populares disputavam espaço na institucionalidade com a esperança de que o fim da ditadura pudesse abrir caminho para a construção de um Estado participativo; em 1992, via-se que tal demanda não se consolidou e que os avanços conquistados na Constituição de 1989 dificilmente saíam do papel – o que não anula, entretanto, as conquistas das lutas sociais no período. “O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988”, destaca Gohn (2011, p. 342). O desafio, que ainda se coloca, é *efetivá-los*.

Os *caras-pintadas* surgiram num momento em que se falava em *refluxo dos movimentos sociais* – acreditava-se numa crise de mobilização sociopolítica após a Constituinte devido à ausência de um inimigo comum, antes representado pela ditadura. Maria da Glória Gohn (op. cit.) aponta que, apesar de ter havido de fato uma ausência de confrontos de fôlego durante alguns anos após a Constituinte, outras formas de ação popular emergiram ao longo da década de 1990, mais institucionalizadas e articuladas nacionalmente que as anteriores, tais como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o de Participação Popular, entre outros. Além destes, destacaram-se movimentos de forte apelo cultural, como o feminista, ecologista, *hip hop*, negro e indígena. No mesmo período, multiplicaram-se as parcerias entre sociedade civil organizada e poder público, impulsionadas por políticas estatais: a experiência do Orçamento Participativo, a política de Renda Mínima, o Bolsa Escola etc. Outros atores sociais que se destacaram foram as ONGs, Organizações Não-Governamentais, que, junto aos movimentos ambientalistas, ganharam visibilidade a partir da Eco-92 e relevância nas parcerias com o Estado desde então. E claro, a todos esses se soma o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra⁵³, que protagonizou embates diretos contra o governo de Fernando Henrique Cardoso. (GOHN, 2011, 2013).

Após a renúncia de Collor, o vice Itamar Franco assumiu o cargo presidencial. Ele colocou em prática mais um plano para combater a inflação – trocando novamente a moeda do país, dessa vez para o Real –, coordenado pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique em 1994. Antes de terminar de executar o plano de transição econômica, Cardoso deixou o cargo para disputar a eleição presidencial pelo PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro), a qual venceu no primeiro turno, sendo ainda reeleito, novamente no primeiro turno, em 1998. Segundo Nobre, o Plano Real marcaria a transição do nacional-desenvolvimentismo, característico da ditadura militar, para o social-desenvolvimentismo⁵⁴, que atingiu seu ápice no governo Lula; ao se tirar a inflação do centro do debate político, destacaram-se as questões sociais.

Em 2002 “a esperança venceu o medo”, como dizia a campanha de Lula, que se candidatava pela quarta vez consecutiva ao cargo presidencial (ou seja, participou de todas as

⁵³ Ao mesmo tempo em que pressiona a institucionalidade para que implemente a Reforma Agrária, incluída na Constituição de 1988, o movimento realiza ocupações, se contrapõe ao agronegócio e se congrega a diversas outras lutas sociais (NOBRE, 2013). Não nos aprofundaremos nele por se tratar de um movimento social específico, e não de ondas de mobilizações multitudinárias que agregam diferentes setores da sociedade brasileira, como acreditamos ser os casos das *Diretas Já*, do *Fora Collor* e das manifestações de junho.

⁵⁴ Os governos de Collor, Itamar Franco e FHC foram caracterizados por uma política liberal de enxugamento do Estado e abertura ao mercado externo que evidência a migração de um nacional-desenvolvimentismo a uma inserção na globalização neoliberal (ibid. p. 15-6).

disputas à presidência desde a redemocratização). Contudo, apesar do feito histórico que significou sua vitória – a primeira vez que um operário, com origem no movimento sindical, assumia a presidência no país –, seus termos já indicavam suas limitações: a *Carta aos Brasileiros*, na qual o então candidato comprometeu-se tanto com o setor financeiro quanto com o agronegócio, e a escolha do conservador José Alencar para a vice-presidência, indicavam claros limites a qualquer possibilidade de mudança estrutural.

O PT apostou no crescimento econômico aliado à distribuição de renda. Em 2014, o país ocupa o sétimo lugar entre as economias do mundo e o Bolsa Família é, segundo o governo federal, o maior programa de distribuição de renda no planeta. Mas a “perversa aliança entre o que há de mais atrasado/excludente/prepotente no Brasil e os impulsos de mudança que conduziram o país na luta pela redemocratização [...] tem bloqueado o desenvolvimento de um país não apenas próspero, mas cidadão.” (ROLNIK, 2013, p. 8).

Durante a primeira década dos anos 2000, a distribuição de renda – e a esperança – falaram mais alto. Já a partir do governo Dilma, destacaram-se alguns indícios, ainda tímidos, do modelo de confronto político que viria a explodir nas manifestações de junho de 2013. Apesar do alardeado – e mundialmente reconhecido – progresso econômico experienciado pelo país, o projeto desenvolvimentista passou a ser criticado por novos atores sociais devido à desigualdade social, às constantes violações dos direitos humanos e à sobreposição do desenvolvimento econômico à sustentabilidade socioambiental, como evidenciaram mobilizações que tomaram as ruas e redes digitais no Brasil em 2011, entre elas a Marcha da Liberdade, a Marcha das Vadias e contra a construção da barragem da hidrelétrica de Belo Monte.

Tais marchas possuem características comuns a diversas mobilizações contemporâneas – denominadas “movimentos sociais em rede” por Castells (2013): não possuem líderes explícitos, articulam-se em redes, utilizam-se de plataformas digitais para mobilização e organização, ocupam espaços públicos para apresentar suas demandas e seus participantes são predominantemente jovens. Também é característico o repertório nas ruas: marchas geralmente sem carro de som, nas quais os manifestantes levam diversos cartazes muitas vezes feitos por eles mesmos, e com uma grande faixa com o tema central carregada à frente da caminhada.

IMAGEM 15 – MARCHA DA LIBERDADE EM CURITIBA



A Marcha da Liberdade percorreu ruas centrais da capital paranaense. À frente, temos um rapaz com um megafone usando uma camiseta do Movimento Zeitgeist; no centro, mais ao fundo, um garoto indígena e uma transexual, que, junto com a garota à esquerda da foto, compunha a Marcha das Vadias; à direita, uma cicloativista. A heterogênea composição revela a diversidade dos atores que constituíram a marcha. FONTE: a autora, 18 de junho de 2011⁵⁵.

A Marcha da Liberdade⁵⁶, em especial, antecipou alguns elementos que apareceriam nas manifestações de junho: surgiu em resposta à violenta repressão policial em São Paulo (no caso, à Marcha da Maconha realizada na cidade em maio de 2011) e congregou outras mobilizações temáticas – como a Marcha das Vadias e o Movimento Xingu Vivo Para Sempre – que exigiam a efetivação de direitos específicos⁵⁷, contudo solidários entre si. Mas o que congregava as diferentes frentes era a denúncia da brutalidade e do abuso de poder da polícia – assim como em junho de 2013 – e a garantia do direito à liberdade de expressão e de

⁵⁵ Esta imagem foi realizada para fins de midiativismo, não tendo sido especificamente elaborada para essa pesquisa. Por isso, ao contrário das outras imagens de minha autoria, apresentadas em preto e branco, essa é colorida – diferença que será problematizada adiante, ao tratarmos do uso da imagem na pesquisa sociológica.

⁵⁶ Participei da organização da Marcha da Liberdade em Curitiba em 2011 – por isso, muitas das informações trazidas aqui são fruto dessa vivência. Outro paralelo entre esses dois momentos é que várias das pessoas que se destacaram ao longo das manifestações de junho de 2013 em Curitiba, articulando o processo, também estavam na organização da Marcha da Liberdade na cidade em 2011.

⁵⁷ Direito ao próprio corpo e à diversidade sexual, no caso da Marcha das Vadias, e direitos indígenas e socioambientais, no caso do Movimento Xingu Vivo Para Sempre. Já a Marcha da Maconha, além de reivindicar direitos individuais e culturais, denuncia a insustentabilidade – e os interesses por trás – da guerra às drogas.

manifestação.

Articulada em rede, a Marcha da Liberdade aconteceu em mais de 40 cidades brasileiras (LELO, MAIA, 2013, p. 265). Mesmo contando com uma pauta clara e unificadora, questionava-se quais eram suas demandas concretas – pois ser contra a repressão policial e a favor da liberdade de expressão, sem ter uma estratégia definida, era considerado demasiado abstrato para os movimentos sociais tradicionais que costumam contar com estrutura, reivindicações, estratégias e procedimentos internos explícitos. O mesmo questionamento partiria desse setor – assim como de analistas da mídia e da academia – em junho de 2013. Não se conseguia compreender os novos formatos, atores e dinâmicas que ocupavam a arena dos confrontos políticos brasileiros: como tudo o que irrompe, essas duas ondas de manifestações não cabiam nos conceitos e categorias consolidados para compreender as ações coletivas de confronto.

A Marcha da Liberdade se apresentava como uma iniciativa independente de partidos – apesar de abrigá-los –, sem líderes, organizada de forma horizontal, autônoma e livre, e convocava a população a “sair do sofá” e tomar as ruas para lutar em nome de sua liberdade (ibid, p. 265). Contudo, sofreria de conflitos internos entre distintos grupos devido a acusações de tentativa de aparelhamento – o mesmo que aconteceria em junho de 2013. Disputas em torno de partidatismo e o receio de cooptação pairariam sobre esses dois momentos de mobilização política, em 2011 e 2013.

Revelou-se uma profunda desconfiança da juventude em relação à política hierarquizada, com lideranças determinadas, que se baseia em ideologias pré-estabelecidas e disputa o protagonismo nas ações coletivas. Tal postura, além de gerar crises internas – pois como se pode organizar senão das maneiras já consolidadas? –, assusta. “Não é bonitinho, não é 'caras-pintadas' [...]. Não se organiza de maneira clara, sob a forma de posições políticas nítidas, muito menos sob a forma de polarizações estruturadas. A grande maioria das pessoas não se identifica como de direita ou esquerda, mas rejeita essa divisão como inepta”, avalia Nobre (2013, p. 8) em relação às manifestações de junho.

Os jovens nascidos nos anos 1990 não testemunharam todo esse processo que descrevemos – desde as *Diretas Já*, passando pela mobilização social em prol da redemocratização e de uma constituinte participativa, a vitória de Collor, os *caras-pintadas*, a consternação em torno da inflação, os planos econômicos, o desânimo do início do início da década, as três derrotas consecutivas de Lula –, tudo pelo que a esquerda brasileira das gerações anteriores passou antes de

chegar à vitória do PT nas eleições presidenciais. A primeira crise política que provavelmente consta na memória da maioria desses jovens é o *mensalão* – que marcou a definitiva aliança do PT com o PMDB em 2005, o que contribuiu para a disseminação da noção bastante comum de que “político (e partido) é tudo igual”; ou seja, de descrédito em relação à política institucionalizada.

Por outro lado, muitos daqueles mais experientes nas lutas sociais parecem não levar esses jovens a sério. Martín-Barbero (2003, p. 235) traz uma reflexão acerca do processo de massificação das cidades que vale para o embate entre ativistas e militantes de diferentes faixas-etárias nas lutas sociais brasileiras a partir de junho de 2013: “Essa transformação, porém, não assumiu nem os traços nem a direção esperados pelos revolucionários, e portanto estes pensaram que não tinha ocorrido transformação alguma.” Por não atuarem das formas desenvolvidas e legitimadas pelos movimentos tradicionais, muito destes não reconhecem potencial de transformação social nos ativismos políticos que emergem.

Contudo, mesmo com os embates entre movimentos sociais tradicionais e os novos ativismos, as manifestações de junho favoreceram a mobilização sociopolítica no Brasil – inclusive para tais movimentos. Muitos deles interpretaram os protestos de junho como *oportunidade política* para colocar suas pautas nas ruas e nas mídias – no caso dos trabalhadores, houve casos de organização alheia aos sindicatos de suas categorias ou até mesmo contra elas (o que é mais um elemento revelador da crise de legitimidade das organizações políticas tradicionais, inclusive de esquerda), como foi o caso dos garis no Rio de Janeiro, que cruzaram os braços em pleno carnaval em 2014, inovaram no repertório e obtiveram conquistas.

Desde junho, greves e ocupações se multiplicaram pelo país. Professores deflagraram greve no Paraná, metroviários em São Paulo – que ocorreu às vésperas da Copa e foi criminalizada pelo governo do estado, terminando com dezenas de trabalhadores demitidos –, entre tantas outras categorias. O tema da Copa (que, ao invés de “Copa do Mundo”, foi denominada pelos ativistas de “Copa da FIFA”), que já aparecia nas manifestações de junho devido à Copa das Confederações, ressurgiu com a proximidade do evento – que, coincidentemente, começou em junho de 2014, um ano depois dos protestos multitudinários de 2013 – e mais uma vez tivemos uma disputa em torno do sentido dos protestos, a partir de distintos enquadramentos, na mídia de massa, nas ruas e nas redes sociais digitais.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) organizou marchas com

milhares de pessoas na cidade de São Paulo, chegando a adentrar o Itaquera, estádio que estava sendo reformado para a Copa, e ameaçou que voltaria durante o evento caso suas demandas por moradia popular não fossem atendidas. A resposta do poder público foi rápida e favorável. Segundo Guilherme Boulos, líder do movimento, as manifestações de junho foram fundamentais para mobilizar os movimentos sociais no país: “Qual foi o recado deixado? Na nossa avaliação, foi que quando o povo se mobiliza e vai pras ruas, tem resultado. Afinal, a passagem abaixou. A partir de julho e agosto começam a pipocar ocupações nas cidades brasileiras de forma espontânea. Não foram os movimentos que previram isso. Os movimentos foram levados, inclusive.”⁵⁸

Por que mobilizar durante a Copa? Porque, além de toda visibilidade que tal momento gera, os megaeventos intensificam a especulação imobiliária e aprofundam um modelo segregacionista de cidade, avalia Boulos. Uma mesma leitura de cidade, e da necessidade de democratizá-la para garantir direitos, que levou o MPL às ruas em junho de 2013 sob o lema da Tarifa Zero. Assim como a repressão policial foi a oportunidade política que o MPL abraçou em 2013, a Copa foi a do MTST em 2014 – e elas se transformaram de fato em *oportunidades* porque os atores engajados lhes atribuíram *sentido*, apresentando situações específicas como sintomas de uma problemática profunda de injustiça social. Desse modo, atores coletivos conseguem alinhar seu enquadramento com o de grande parte da população, “traduzindo” sua pauta para outros grupos e indivíduos e convencendo-os de sua legitimidade – de que se trata de interesses coletivos ou comuns que, por irem contra interesses privados de elites, são injustamente ignorados ou até combatidos pelo braço armado do Estado.

O MPL desencadeou o *master frame*, o *enquadramento abrangente* – “Não é só por 20 centavos” – que motivou outros atores a gerar diversos alinhamentos a partir desse quadro inicial, entre eles o MTST, mas também os Anonymous – e, a partir de sua popularização, até mesmo a imprensa e as autoridades. Evidentemente, a presidenta teve que se posicionar frente a explosão da população nas ruas, e convocou

às pressas um encontro com os 27 governadores e 26 prefeitos de capitais para anunciar “cinco pactos” entre todos os níveis de governo, relativos a transporte, educação, saúde, responsabilidade fiscal, reforma política e mesmo corrupção. Impressiona, sobretudo, que tenham obrigado a presidente a dar o passo de propor um plebiscito para a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte com o objetivo exclusivo de realizar uma reforma política. (NOBRE, 2013, p. 3).

⁵⁸ Disponível em: <http://blogdomorris.blogfolha.uol.com.br/2014/05/08/filosofia-lacan-e-mtst-no-campo-limpo/>.

Esta última proposta, apesar de prontamente rejeitada pelo Congresso, impulsionou mobilizações dos movimentos sociais para consolidá-la. Mas, transcendendo os resultados concretos a curto prazo, que extrapolam o âmbito desta pesquisa, entendemos que essa onda de confrontos que explodiu em junho de 2013 tem os seus antecedentes em uma longa trajetória de lutas no país, e já se anteviam características de seu repertório e estrutura de mobilização em marchas anteriores, destacadamente a Marcha da Liberdade. Essa retrospectiva das lutas sociais no Brasil desde a redemocratização, para além dos formatos e das dinâmicas organizativas, nos ajuda a compreender a negação à política institucionalizada que se destacou em junho de 2013 e os embates entre manifestantes “apartidários” e aqueles ligados a partidos e aos movimentos sociais tradicionais. As ideologias políticas são rejeitadas – como preconizam os próprios Anonymous (imagem abaixo). A polaridade entre esquerda e direita é vista como ultrapassada e reducionista – e a extrema-esquerda, assim como a extrema-direita, como autoritária.

IMAGEM 16 – CARTAZ “EU ESCOLHO O CAMINHO DO MEIO”



FONTE: arquivo pessoal, 27 de julho de 2013.

Como aponta Chauí (2013) e pode-se perceber pela imagem acima, evidencia-se um ideal de democracia direta e uma recusa das mediações institucionais – sejam elas de esquerda ou de direita. As formas conhecidas de se fazer política entram em descrédito – e o foco da mídia de massa no tema da “corrupção” contribui enormemente para isso. Segundo Tarrow,

“um crescente 'enquadramento interpretativo' da mídia é que a vida pública é corrupta, um ponto de vista que é confortável para os leitores ou telespectadores porque justifica a inação ou a desmobilização” (2009, p. 151).

No caso das manifestações de junho, seja pelo fato de a “opinião pública” ter se colocado em grande medida a favor dos protestos (e a interação nas redes digitais tiveram papel crucial nesse processo de disputa de enquadramento) ou devido aos critérios de noticiabilidade característicos da rotina jornalística ou, ainda, ao fato de jornalistas terem sido diretamente atingidos pela violência policial – e acreditamos que trata-se da combinação desses três elementos –, a mídia de massa foi forçada a alinhar seu enquadramento e passou a mobilizar as manifestações, contudo sob a vazia pauta do *combate à corrupção*, tão disseminada nos últimos anos pelos grandes veículos de comunicação de massa – principalmente no que tange ao PT e ao “mensalão” –, o que contribuiu para que tanto esquerda quanto direita fossem colocadas, por grande parte da população, no mesmo saco de “corruptos”.

Como já destacamos, isso fica ainda mais evidente entre os jovens que não acompanharam a trajetória dos movimentos sociais – e da esquerda brasileira – antes do PT chegar ao poder, e a mídia de massa tem influência também nesse quesito: seu enquadramento no que tange aos movimentos sociais costuma centrar-se na violência que os confrontos políticos frequentemente acarretam⁵⁹, não abrindo espaço para o discurso dos atores contestatórios, suas demandas e seus enquadramentos (TARROW, 2009).

Portanto, junho de 2013 traz à tona um confronto entre antigas e novas formas de ação coletiva, o que implica em divergências em torno dos métodos, da linguagem e até mesmo do sentido da ação política contestatória. A rede Anonymous é exemplar para compreender esse conflito: apresenta novas linguagens, novos métodos e uma outra concepção do porquê e do como se fazer política. A máscara que a simboliza, adotada como símbolo das próprias manifestações de junho, traz em si a recusa de liderança e do culto à personalidade, assim como uma postura irreverente, tão característica de novas formas de ação política que se difundem mundialmente.

Frente ao descrédito em relação às ideologias políticas clássicas, aos seus discursos,

⁵⁹ É importante destacar a frequente desproporção entre a violência oficial e aquela empreendida pelos rebeldes – vale aqui a analogia entre Davi e Golias. Tarrow (2009, p. 126) cita Tilly quando esse afirma que “as forças repressivas fazem a maior parte da matança e dos ferimentos, enquanto que os grupos que eles tentam controlar causam mais danos aos objetos”. Tal relação se verificou nas manifestações de junho: enquanto o “vandalismo” era capa da mais vendida revista do país, destacando a ação de grupos que quebram vitrines e se armam com pedras e rojões, a repressão oficial aos protestos incluía artilharia de guerra, o uso de munição letal e de tanques do exército.

métodos e estruturas, novas formas de se fazer e se pensar política emergem. Tal processo se tornou evidente no Brasil em junho de 2013, mas dialoga com toda uma trajetória de lutas sociais em rede ao redor do mundo – que, inclusive, já se engendrava nacionalmente.

2.1.2. Lutas sociais em redes globais

Para além da perspectiva nacional, entendemos que as manifestações de junho se inserem também num cenário mundial: a globalização neoliberal, que se impunha como a única alternativa possível ao totalitarismo (seja de esquerda ou de direita) na década de 1990, gerou uma nova dinâmica contestatória, conectada mundialmente. O movimento antiglobalização, cuja origem é atribuída à mobilização em torno do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) a partir de 1994, explodiria em 1999 e teria continuidade com o Fórum Social Mundial, realizado pela primeira vez em 2001, no Brasil – e, sintomaticamente, numa cidade então administrada pelo PT, antes do partido assumir o executivo federal. O neoliberalismo seria apontado também como a causa da revolta popular na Islândia em 2008, identificada por Castells (2013) como a origem da atual onda global de mobilizações, que se disseminou pelo norte da África, Europa e pelo continente americano, tanto no norte quanto no sul. Analisaremos brevemente essa trajetória global de lutas sociais, desde os zapatistas até as manifestações de 2013 na Turquia, e suas relações com os protestos de junho de 2013 no Brasil – destacadamente no que tange à *estrutura de mobilização em rede* e ao *impacto simbólico*.

Apesar de geograficamente situado no sul do México, o EZLN gerou uma mobilização em escala mundial na qual a comunicação em rede por meio da internet foi decisiva⁶⁰, que desencadeou o movimento que ficou conhecido como *antiglobalização*⁶¹ (BRINGEL, ECHART, 2010), *altermundista* (SANCHO, 2010) ou ainda *Movimentos por Justiça Global* (PRUDENCIO, 2006). A gênese dessa rede ativista mundialmente conectada

⁶⁰ Silveira (2010, p. 32) indica que o EZLN também está na origem do que denomina *desobediência civil eletrônica* e *hacktivismo*. Segundo o autor, em 1998, “o grupo autodenominado *Electronic Disturbance Theater* lançou uma série de ações de desobediência civil eletrônica contra o governo mexicano, em apoio ao movimento zapatista.” Além disso, os zapatistas compartilham diretamente de uma referência simbólica com os Anonymous: o uso de máscaras – no caso do movimento mexicano, os *pasamontañas*, panos negros de lã que cobrem a face, deixando somente os olhos de fora. Por meio deles, os zapatistas se protegem da repressão policial ao exercer o anonimato e repercurtem seu imaginário político, a partir do qual considera-se que, ao mesmo tempo que a máscara recobre a identidade individual, representa a todos (tal como o fazem os Anonymous).

⁶¹ Bringel e Echart (2010, p. 29) optam pelo uso do termo *antiglobalização* por compreender que essa é de fato a pauta comum do movimento – o que não implica necessariamente na construção de uma outra globalização, perspectiva que corresponde somente a uma parcela dos envolvidos. Compartilhamos dessa avaliação.

remete a 1996, quando o movimento mexicano convocou o 1o Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, do qual participaram cerca de 3 mil pessoas de mais de 40 países (ibid.). Na sequência, a partir de 1998, vieram os protestos *antiglobalização*, que assim como os atuais também foram mobilizados por jovens desvinculados de instituições políticas tradicionais, com o diferencial de que uma evidente pauta em comum os unia: a denúncia da globalização capitalista neoliberal. Além disso, a internet era usada de outras formas pelos ativistas: predominavam sites, blogs e a comunicação via e-mail; hoje a mobilização se dá principalmente pelas redes sociais digitais⁶².

Durante a década de 1990, o neoliberalismo era o projeto político e econômico hegemônico, contra o qual, até a chegada dos *neozapatistas*, poucas vozes ousavam se levantar. Anunciava-se definitivamente a vitória do capitalismo sobre o comunismo e até mesmo o “fim da história”. O movimento antiglobalização rompeu essa hegemonia discursiva e revelou que havia outros enquadramentos que não esse que se impunha de forma bem sucedida. Seu auge vai de 1999 – quando mais de 100 mil pessoas saíram às ruas de Seattle e impediram a realização da Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio (OMC) – a 2001, numa sequência de grandes manifestações realizadas simultaneamente a encontros internacionais que se tornaram símbolos da globalização neoliberal, como cúpulas do G8, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e União Europeia. Essa articulação de redes de coletivos, movimentos e indivíduos que criticavam a globalização capitalista culminaria na criação do Fórum Social Mundial (FSM) em 2001, em contraposição ao Fórum Econômico de Davos. (BRINGEL, ECHART, 2010).

O FSM, cujo lema é “um outro mundo é possível”, realizou-se pela primeira vez em 2001 na cidade de Porto Alegre – pioneira em práticas de governança participativa, cujo prefeito era Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores, quando o PT fazia oposição ao projeto neoliberal que se aplicava no país. Apesar de ser até hoje um importante espaço de convergência de distintas lutas sociais e de ter se espalhado pelos continentes, Bringel e Echart (ibid.) advertem que o Fórum passou a receber críticas, principalmente a partir de 2005, que o acusam de burocratização e estancamento – e ainda, como se passou a denominar, *onguismo*.

Os autores (ibid., p. 31) identificam dois polos dentro do movimento antiglobalização: o primeiro, mais aberto a disputas na institucionalidade, em torno do FSM; o segundo, mais radical, identificado com a Ação Global dos Povos; tal polaridade pode ser

⁶² Um dispositivo digital que já se destacava na década de 1990 e que continua sendo importante para a articulação ativista são os *chats*, as salas de bate-papo.

sintetizada pela dualidade *cooperação* versus *conflito*. Essa dicotomia foi o eixo da tensão interna que contribuiu para desmobilizar o movimento antiglobalização – o que, respeitados os contextos, também ocorreu no desenrolar das mobilizações sociais de 2013 no Brasil a partir de junho e consiste num desafio histórico das lutas sociais. Afinal, de um lado, até que ponto é possível (e desejável) abrir mão da institucionalidade para produzir mudanças sociais – e, de outro, em que medida se pode “mudar o sistema por dentro”, disputá-lo sem se deixar cooptar por ele?

O dilema pode ser essencialmente o mesmo, mas os contextos mudam, assim como as dinâmicas dos confrontos políticos. Depois de alguns anos de retração das lutas sociais globalmente conectadas, um novo período de lutas se abriria – de acordo com Castells (2013), na Islândia, justamente no auge da crise neoliberal em 2008. Diferentemente do movimento antiglobalização, que emergiu num momento de hegemonia quase incontestada do neoliberalismo, seria na sua crise que uma nova onda global de protestos surgiria – que contou, inclusive, com resultados institucionais bastante concretos, tanto na Islândia (em 2008) quanto na Tunísia e no Egito (em 2011)⁶³.

Mas foi só em 2011 que essa nova dinâmica de lutas sociais tomou dimensão mundial, como não acontecia desde o auge do movimento antiglobalização. Wall Street, o maior centro financeiro mundial, foi ocupado por jovens que protestavam contra a concentração do poder político e econômico; Europa Ocidental – berço e guardião do modelo democrático, copiado e imposto mundo afora – encontrava-se em recessão econômica, com altos índices de desemprego, e a população tomou as ruas em diversos países denunciando o sistema financeiro e a cumplicidade dos governos, principalmente em Portugal, Espanha e Grécia; no Chile, que se destacou como pioneiro e modelo de políticas econômicas liberais na América do Sul no período das redemocratizações no subcontinente, estudantes exigiram educação pública e enfrentaram o aparato de repressão de um Estado que acusam de dar continuidade a práticas ditatoriais⁶⁴; inclusive no Brasil várias marchas tomaram as ruas em 2011, ainda que sem mobilizar multidões. (CARNEIRO, 2012). Seria em 2013 que, à sua

⁶³ Nos dois últimos casos, ditaduras históricas foram derrubadas. Já a Islândia era apresentada como modelo do neoliberalismo, por seu rápido crescimento econômico em poucos anos, até entrar em profunda crise em 2008. Para Castells (2013, p. 32), “a ascensão e queda da economia islandesa condensam o fracassado modelo de criação de riqueza especulativa que caracterizou o capitalismo financeiro na última década”. Uma revolta popular se disseminou frente à postura dos políticos do país, de subserviência ao capital financeiro, em relação à crise. A resposta da institucionalidade foi rápida: as eleições ao Parlamento foram antecipadas e implementou-se uma reforma constitucional com ampla participação popular. (Ibid.).

⁶⁴ O diferencial do Chile nesse cenário é que havia uma pauta unificadora bastante concreta – a educação – e uma liderança se destacou: Camila Vallejo, líder estudantil e integrante do Partido Comunista, pelo qual foi eleita deputada em 2012.

maneira, o Brasil embarcaria definitivamente nessa onda global de lutas sociais em rede.

Tais confrontos mobilizaram, conectaram e potencializaram discursos dissonantes que questionam a versão oficial – e a internet foi importante elemento nesse processo. Além de facilitar que os ativismos políticos contemporâneos amplifiquem suas vozes, as tecnologias digitais favorecem a proliferação de outras relações comunicacionais que não a de massa, e com potencialidade de abrangência mundial. Assim como a estrutura de mobilização em rede se contrapõe ao esquema emissor-receptor no âmbito da comunicação, essa mesma dinâmica pode ser percebida na estrutura organizacional de tais mobilizações em diversas partes do mundo: o esquema vertical e centralizado que caracteriza as instituições políticas tradicionais é negado e uma outra maneira de se fazer política se ensaia.

O slogan dos protestos espanhóis – que foi apropriado pela Marcha da Liberdade (LELO, MAIA, 2013, p. 267) e tantas outras mobilizações a partir de 2011 – resume esse anseio: *democracia real já*. Apesar de reivindicações dos ativismos políticos contemporâneos dialogarem com a pauta da esquerda convencional, a estrutura partidária (e vertical) não consegue vesti-los. Esta característica, apontada como sua fragilidade (nega-se o modelo vigente, mas não há uma proposta alternativa de estrutura e método de gestão social [WALLERSTEIN, 2012, p. 76]), é também o cerne de seu potencial criativo, de possibilidade de criação de outras formas de ação coletiva, e, no limite, de outras institucionalidades (BRINGEL, ECHART, 2008). E essa experimentação se dá por meio da dinâmica de rede, em que a estrutura de mobilização e organização das lutas sociais não conta com um eixo centralizado, mas corresponde a uma teia, em que nós conectam distintos indivíduos e agentes (CASTELLS, 2009).

Enquanto a avaliação do saldo de tais mobilizações é controverso no que diz respeito à institucionalidade, e bastante variável a partir de cada caso, o que se reconhece de forma mais consensual são as similaridades em torno do repertório e da estrutura de mobilização em rede e, destacadamente, o trunfo de caráter simbólico-cultural dessa onda de revoltas em âmbito mundial: seus discursos, que perpassam as ruas e se disseminam e se recriam nas redes digitais, apontam que a história não acabou, como pretendiam os neoliberais da década de 1990. (WALLERSTEIN, 2012).

Não é que movimentos como o Occupy Wall Street, a Primavera Árabe e os Indignados tenham alcançado tudo o que esperavam. Mas conseguiram alterar o discurso mundial, levando-o para longe dos mantras ideológicos do neoliberalismo, para temas como desigualdade, injustiça e descolonização. Pela primeira vez em muito tempo pessoas comuns passaram a discutir a natureza do sistema no qual vivem. Já não o veem como inevitável. (Ibid., p. 74)

Por meio de seus enquadramentos, os ativistas apresentaram leituras da realidade que contestam hábitos socioculturais e estruturas de poder estabelecidas. Entendemos que essas revoltas não estão conectadas somente por semelhanças no repertório: há um conteúdo subjacente comum nos discursos desses rebeldes ao redor do mundo, como aponta Wallerstein. Zizek (2013) identifica que “todos lidam com uma específica combinação de pelo menos dois problemas, um econômico (da corrupção à ineficiência do próprio capitalismo); o outro, político-ideológico (da demanda por democracia à demanda pelo fim da democracia convencional multipartidária)”. Ou seja, há questões estruturais que estão ao fundo dos formatos e discursos ativistas, que dizem respeito à contestação do modelo político, econômico e *cultural* que exerce sua hegemonia globalmente na atualidade (que, evidentemente se manifesta de diferentes maneiras em cada lugar) – o que gera solidariedade entre lutas sociais mundo afora.

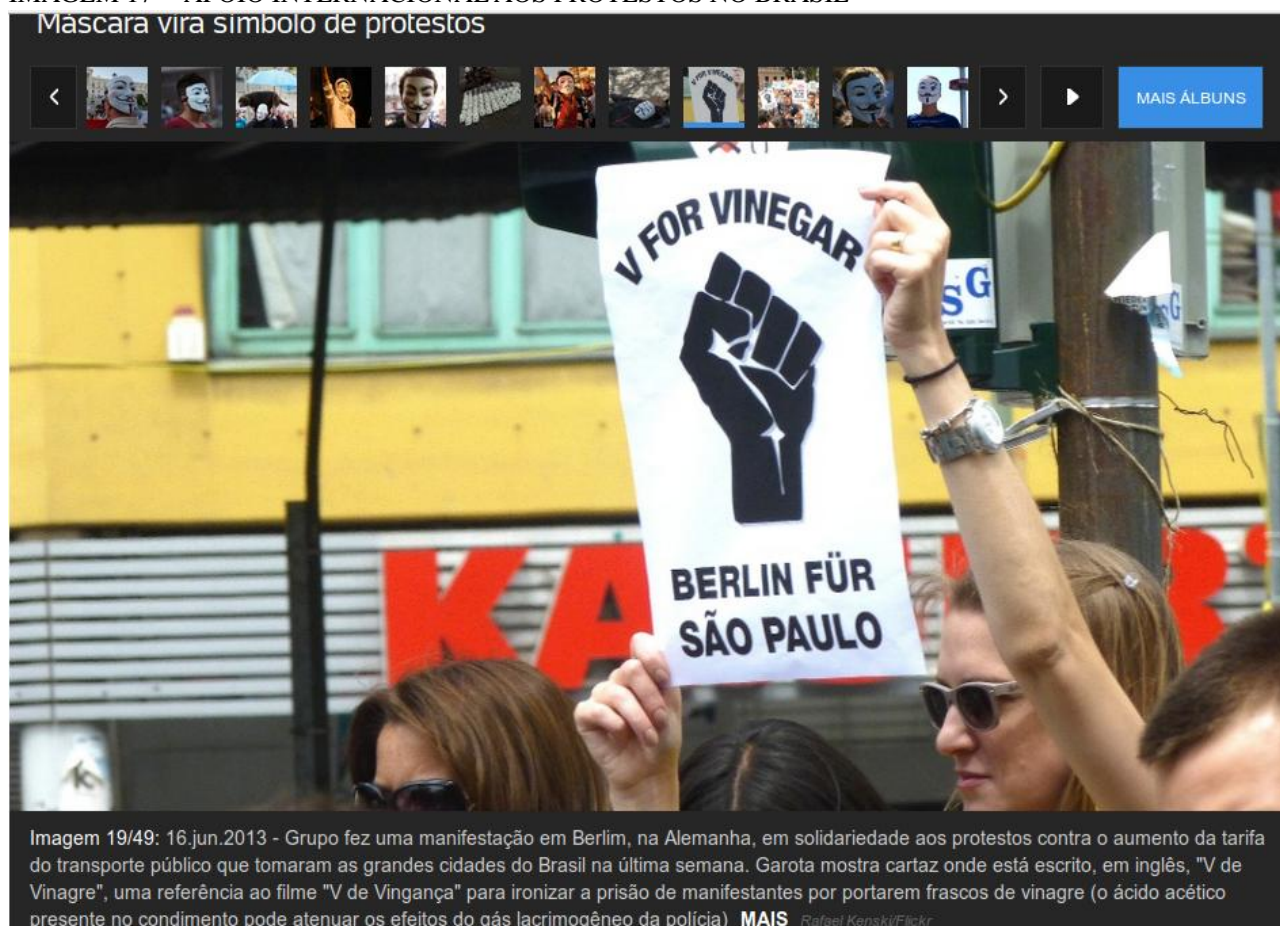
Paradoxalmente, a globalização hegemônica não diminui as desigualdades, mas as reforça, o que ajuda a compreender o papel ativo dos jovens tanto nos protestos antiglobalização na década de 1990 (FEIXA, 2000., p. 90) quanto nas mobilizações recentes. Eles têm protestado nas ruas, desenvolvido discursos alternativos, reinventado práticas de organização coletiva e utilizado amplamente as ferramentas digitais (CARNEIRO, 2012). Assim como um novo paradigma desenvolve-se na comunicação, outras formas de sociabilidade são geradas nesses movimentos políticos emergentes, inspirando-se em princípios comuns aos da cultura de rede – e da cultura *hacker* (SILVEIRA, 2010): descentralização, horizontalidade e colaboração.

Essas formas de sociabilidade também se constroem *online*, o que contribui para a conexão global entre as revoltas. Depois da Islândia, a Tunísia foi a primeira pedra de um dominó mundial que desencadeou uma onda de mobilizações com dinâmicas similares ao redor do mundo, tal como um maio de 68 contemporâneo. “O Brasil virou Turquia”, dizia-se nas manifestações nas ruas e nas redes digitais brasileiras em junho de 2013, em referência aos protestos que se originaram na praça Taksim. Lá, como aqui, um acontecimento pontual desencadeou uma grande revolta: o anúncio da destruição de um parque público para a construção de um shopping (MARICATO et al, 2013).

Segundo um mapeamento realizado *online* a partir de eventos marcados no Facebook, a indignação que movimentou o Brasil em junho de 2013 provocou mais de 3 mil

protestos entre 17 e 30 de junho, muitos deles realizados em solidariedade à multidão brasileira em outros 26 países e em mais de 73 cidades no exterior⁶⁵.

IMAGEM 17 – APOIO INTERNACIONAL AOS PROTESTOS NO BRASIL



A repressão aos protestos em São Paulo foi o mote para a mobilização de milhares de manifestações em outras cidades, não só no Brasil mas também no exterior, como revela essa imagem veiculada no site de notícias da UOL. O cartaz, no qual lê-se “V de Vinagre”, explicita a ressignificação da simbologia dos Anonymous pela multidão durante as manifestações de junho. FONTE: arquivo pessoal, 23 de maio de 2014.

Uma nova cultura política parece estar se constituindo entre esses jovens nas ruas, nas praças e nos meios digitais – e o conceito de *rede* é central nesse processo, tanto no que tange às estruturas políticas quanto de comunicação, que se inter cruzam. Contudo, enquanto alguns entendem que a multidão conectada e organizada em rede tem em comum o anseio democrático (HARDT, NEGRI, 2005), outros destacam a irresponsabilidade política de jovens que negam o que está posto mas não apresentam propostas – e, com isso, colocam em risco as conquistas obtidas historicamente pelas lutas sociais, as quais parecem ignorar (CHAUÍ, 2013).

⁶⁵ A lista completa com os eventos virtuais pode ser acessada aqui: <http://www.grunz.com.br/mapa-dos-protestos-no-brasil-pelo-mundo/>.

Nos deteremos no debate em torno da democracia especificamente no que tange à dinâmica de rede, tendo em vista que tal discussão é antiga e complexa, e não nos é possível aqui aprofundá-la em toda sua amplitude. Traçaremos os paralelos – ou melhor, as intersecções, os *nós* dessa rede analítica – entre cultura, comunicação e política, destacadamente no que tange à democracia, a partir da noção de rede.

2.2. POLÍTICA, CULTURA E COMUNICAÇÃO EM REDE: O SIGNIFICADO DE DEMOCRACIA EM DISPUTA

Nossa análise se dividirá, aqui, em duas etapas: na primeira, vamos investigar as origens e características dessa *cultura de rede*, que se potencializa na atualidade com as tecnologias digitais e implica em inovações nos modos de se organizar politicamente (HARDT, NEGRI, 2005; BEY, 2004; CASTELLS, 2009; SILVEIRA, 2010); a segunda diz respeito ao *potencial democrático da multidão* (HARDT, NEGRI, 2005) que saiu às *ruas* e se *comunica e atua em rede* (CASTELLS, 2013).

Parte-se da hipótese de que assim como novas formas de *mediação* surgem na *comunicação*, novas formas de *mediação política* são constituídas nos movimentos e reivindicadas aos governos – e o conceito de *rede* é fundamental para compreender as mudanças culturais nessas duas esferas e sua inter-relação. Para investigá-la, faz-se necessário analisar a dinâmica entre o digital, a perspectiva de rede e as novas formas de ação política (BEY, 1985; SILVEIRA, 2010; SANCHO, 2012; CASTELLS, 2009, 2013). Também será problematizada a relação dos ativismos políticos em rede com a construção democrática por meio do papel do conflito e da emoção, do consenso e da razão, nesse processo (BRINGEL, ECHART, 2008; SANTOS, 1989, p. 152-5; MOUFFE, 2003; MELUCCI, 1999; HARDT, NEGRI, 2005).

Frente à urgência de compreender e classificar o novo, não foram poucas as análises que questionaram a eficácia das manifestações de junho. Afinal, é possível contribuir para a democracia sem ter pautas unificadoras e estratégias definidas, ou assim corre-se o risco de deixar-se capturar por interesses conservadores (CHAUÍ, 2013)? A pergunta nos motiva a problematizar a noção de primazia do debate racional no que diz respeito à potência das lutas sociais e indagar acerca do papel da emoção e do conflito na ação coletiva (CASTELLS, 2013; SANTOS, 1989; MELUCCI, 1999; MOUFFE, 2003), pois talvez o que estejam chamando de *aprofundamento da democracia* se refira majoritariamente à capacidade de disputar mudanças institucionais, e não ao *desenvolvimento de uma cultura democrática*

(MELUCCI, 1999; BRINGEL, ECHART, 2008; NOBRE, 2013, p. 10).

Acreditamos, como indica Melucci (1999, p. 87), que o principal potencial da multidão engajada é a construção de significados que apresentam outras possibilidades para a vida individual e social, o que diz respeito a mudanças no entendimento acerca das *opções e perspectivas de vida*. Isso se dá por meio de processos de elaboração e disputa de enquadramentos interpretativos (TARROW, 2009) – e a partir dos confrontos entre os distintos enquadramentos durante as manifestações de junho, até mesmo o próprio conceito de democracia tornou-se alvo de disputa. Outra contribuição das lutas sociais contemporâneas é o desenvolvimento de estruturas de mobilização e organização em rede, sendo laboratórios nos quais outras formas de organização política que não as verticalizadas, centradas em lideranças e representantes – tão criticadas em mobilizações recentes ao redor do globo – são engendradas (TARROW, 2009; BRINGEL, ECHART, 2008).

2.2.1. Cultura de rede, política em rede

Quando o objetivo é imergir no imaginário e rememorar as origens das redes digitais, faz-se praticamente obrigatório remeter-se a Hakim Bey. Já em 1985, quando a internet era um esboço da que conhecemos hoje, ele escreveu sobre redes em “T.A.Z.: Zona Autônoma Temporária” (2004) e influenciou toda uma geração de *hackers* e adeptos da corrente libertária. Fazendo alusões à “ética pirata”, que se opunha à lógica colonialista de exploração e desenvolvia redes de colaboração nos mares interconectadas por povoados costeiros e ilhas, o profeta do caos traça elementos de uma dinâmica em rede que precede a internet e se potencializa com ela.

Bey contrapõe o termo *net*, pelo qual designa a “internet oficial”, ao termo *web*, uma espécie de submundo livre e criativo da internet⁶⁶. Ele acredita que a *web* seria a plataforma que propiciaria um suporte de conexão para as várias Zonas Autônomas Temporárias⁶⁷, termo que cunhou para identificar experiências de emancipação similares a levantes – pois ao

⁶⁶ Bragatto (2011), ao fazer um levantamento sobre a bibliografia a respeito da relação entre internet e política a partir de um histórico das distintas clivagens sobre o tema, aborda o surgimento científico-militar da internet e sua apropriação contracultural. “Embora a ARPANET, origem da internet, surja tendo fins acadêmicos, científicos e estratégicos, rapidamente a microinformática vai acentuar a democratização do acesso à comunicação, fazendo com que o novo meio se configure também a partir da apropriação social das tecnologias para além de sua funcionalidade técnica e finalidade econômica” (ibid., p. 132).

⁶⁷ Como explica Machado (2013, p. 67), “trata-se de uma operação anárquica de guerrilha que torna livre uma área, podendo esta ser de terra, de tempo, ou mesmo de imaginação. [...] Sua principal característica é a invisibilidade, pois o Estado não pode reconhecê-la e, com isso, destruí-la. Assim que desaparece, surge novamente noutro lugar, novamente invisível, novamente livre.”

contrário das revoluções, que derrubam um sistema institucionalizado e, por sua vez, institucionalizam-se também, os levantes simplesmente desconstróem a aparência de ordem do cotidiano tolhedor, geram uma mudança na percepção rumo à autonomia e depois se desfazem e se rearranjam a partir da recombinação de nós, para surgir sob outras formas em outros lugares. A potência dessas zonas, articuladas em rede, estaria justamente em não se institucionalizar, não existir oficialmente, e poder se desentrelaçar e se reagrupar em outras combinações de forma espontânea.

Pode-se aplicar essa perspectiva, analogamente, aos protestos brasileiros e aos Anonymous: os primeiros desempenharam um papel de Zona Autônoma Temporária, causando um imenso impacto simbólico, denunciando as estruturas vigentes, contudo não se institucionalizando e se dispersando novamente em diferentes redes; os Anonymous, apesar de adotarem um nome, escolheram justamente “um nome sem some”, anônimo, e recusam-se a ser chamados de grupo ou movimento – tais como as redes, sob a perspectiva de Bey, rejeitam a permanência e a estagnação e se rearranjam constantemente⁶⁸. Eles estão entre os novos atores que se destacaram na mediação⁶⁹ das manifestações de junho (PIMENTEL, SILVEIRA, 2013b), atuando como importantes *nós de rede*, termo fundamental para compreender a dinâmica de rede.

Segundo Castells (2009, p. 19-20), uma rede consiste numa determinada conexão de nós, e quanto mais informação relevante um determinado nó for capaz de absorver e mais eficientemente conseguir processá-la, mais importante será para a rede; contudo, o nó nunca existe de forma independente da rede. Construídas em torno de determinadas metas, as redes processam os fluxos de comunicação que circulam pelos nós. Possuem, ao mesmo tempo, unidade em torno de um propósito comum e flexibilidade de adaptação; são simultaneamente programadas e autoconfiguráveis e evoluem de acordo com sua capacidade de autoconfigurar-se de modo a atingir arranjos de rede mais eficientes.

O termo “rede”, aplicado à ação coletiva, significa, para além de uma dinâmica de articulação entre distintos agentes, uma maneira de analisar as lutas sociais, pois “permite extrapolar a exigência de delimitação do raio de ação dos atores sociais” (GOSS, PRUDENCIO, 2006, p. 82). Os movimentos sociais, junto a outros atores, passam a ser entendidos como *nós* de uma complexa rede, não só sociopolítica, mas *sociocultural*. A

⁶⁸ O que se corrobora em suas ações digitais no Brasil anteriores a junho de 2013, que também podem ser identificadas como Zonas Autônomas Temporárias (Machado, 2013, p. 114).

⁶⁹ De acordo com Melucci (1999, p. 100), os movimentos contemporâneos exercem o papel de mediador frente à sociedade, pois com sua postura comunicativa denunciam a existência de conflitos que dizem respeito a todos.

análise das *configurações das redes*, ou seja, quais atores se mobilizam, como e por quais motivações, passa a ser fundamental na investigação de ações coletivas.

Mas o conceito de rede, apesar de atual, não necessariamente remete a algo novo. Como indicam Hardt e Negri (2005, p. 191), “não é que não existissem redes anteriormente ou a estrutura do cérebro tenha mudado. É que a rede tornou-se uma forma comum que tende a definir nossas maneiras de entender o mundo e agir nele”. Antes das tecnologias digitais, as redes já se constituíam como estruturas comunicativas – e organizativas. O termo é comumente utilizado para representar algo inovador, referente aos processos informacionais das últimas décadas – mas as redes sempre estiveram aí: são inerentes à própria vida. Esse engano se dá porque, nos primórdios da nossa sociedade, consolidou-se uma subordinação da dinâmica de rede à lógica das organizações verticais (CASTELLS, 2009).

Segundo essa perspectiva, a histórica hegemonia do modelo vertical sobre o de rede se deve a questões sociopolíticas, mas não somente: diante do tamanho, do volume e da complexidade de determinados fluxos, a dinâmica de rede poderia demorar muito para processá-los, devido ao lapso de tempo que o *feedback* exigiria. Ou seja, tratava-se de uma questão, *também*, operacional – que se relaciona, sempre, com o aspecto político e social.

Sob tais condições, redes eram uma extensão do poder concentrado no topo de organizações verticais que moldaram a história da humanidade: estados, aparatos religiosos, senhores da guerra, exércitos, burocracias, e suas subordinadas encarregadas da produção, do comércio e da cultura. (Ibid., p. 22 [tradução nossa]).

Depreende-se daí que o modelo hegemônico de comunicação numa sociedade está intensamente relacionado ao modelo hegemônico de organização sociopolítica que nela se configura – o que permite entrever uma inter-relação entre modelos de comunicação e modelos sociopolíticos de uma forma geral. Em outras palavras, uma política de modelo piramidal pressupõe uma comunicação de modelo piramidal; uma política em rede pressupõe que a comunicação se estabeleça em rede.

As contemporâneas mobilizações em rede revelam que assim como o modelo político representativo, em que a ação é concentrada e delegada a poucos, entra em descrédito, a crise de legitimidade atinge também a mídia de massa, em que poucos detêm o poder de emitir mensagens a muitos – ou seja, hegemonomizam a construção coletiva de significados. Mas, ao mesmo tempo que a perspectiva de rede se apresenta como um desafio a essas duas esferas, ela pode, também, ser apropriada para a manutenção da estrutura de exploração.

Hoje o potencial operativo das redes é bem maior que em outros períodos históricos,

e assim como os *hackers* hackeiam o “sistema”⁷⁰ nas redes digitais, poderíamos dizer que o “sistema” hackeou a dinâmica de rede – pois essa se tornou a mais eficiente forma organizacional na atualidade (ibid.; SANCHO, 2012, p. 92; HARDT, NEGRI, 2005). Sendo assim, *uma sociedade em rede não é necessariamente uma sociedade democrática*.

Segundo Galloway (2004), redes podem ser centralizadas, descentralizadas ou distribuídas. Na lógica dos ativismos aqui abordados, as redes podem ser classificadas como distribuídas, por não possuírem um centro (CASTELLS, 2013). Já as redes que hegemonizam o poder (id., 2009, p. 22) seriam centralizadas ou descentralizadas (estas, mesmo contando com centros de poder plurais, estariam submetidas a um poder central). Castells adverte que o capital articula-se em rede e sempre desfrutou da premissa de um mundo sem fronteiras, e por isso o sistema financeiro não está suscetível às crises dos Estados nacionais (ibid., p. 36) e até se beneficiam com elas, como denunciam os movimentos *Occupy Wall Street* e 15M (HARVEY et al, 2012).

A globalização capitalista é um exemplo concreto da apropriação da dinâmica de rede para a perpetuação da exploração econômica. Devido ao seu caráter opressor, indivíduos e coletivos que se recusam a deixar-se absorver pela lógica dominante engendram formas de resistência no âmbito político e cultural (CASTELLS, 2009, p. 37). Para o geógrafo Milton Santos (2009), não se trata somente de negar a globalização, mas também de denunciar sua perversidade e disputar a criação de uma outra globalização, que abarque a pluralidade e a diversidade e assegure a dignidade dos povos e indivíduos⁷¹. A relação entre global e local é inerente ao conceito de rede mundial – o problema é a forma em que se dá. “Uma outra globalização é possível”, poderia-se afirmar a partir do lema do Fórum Social Mundial e da leitura de Milton Santos (2009).

Para Hardt e Negri (2005), é a multidão o sujeito político capaz de realizar essa outra globalização, antagônica à globalização oficial (que os autores denominam *Império*), por meio da “criação de novos circuitos de cooperação e colaboração que se alargam pelas nações e continentes” (ibid., p 12). Já para Mouffe (2003, p. 22), “é apenas opondo ao poder do capital transnacional uma outra globalização, informada por um projeto político diferente, que se

⁷⁰ “Sistema” aqui é entendido como “essa velha palavra que sintetiza o modo de produção econômico-político da sociedade” (ROLNIK, 2013, p. 12).

⁷¹ Bringel e Echart (2008) reconhecem a contribuição da geografia para as ciências sociais, com destaque para Milton Santos (2009) e a relação que estabelece entre o global e o local. O conceito de *glocalização* (ibid.) ajuda a compreender como uma ação pode partir de questões locais mas ao mesmo tempo fazer parte de uma dinâmica global – e como as problemáticas globais impactam nas distintas localidades. A relação entre ciências sociais e geografia também favorece a inclusão de questões espaciais e territoriais em análises de lutas sociais, abordagem encontrada em publicações recentes sobre a onda mundial de mobilizações em rede (HARVEY et al, 2012) e as manifestações de junho (MARICATO et al, 2013).

poderia ter a chance de resistir com êxito ao neoliberalismo”.

Para superar as problemáticas disputas que emergem da exploração globalizada, Castells (2009, p. 38) acredita ser necessário desenvolver protocolos⁷² de comunicação, sendo este o preceito que constituiria uma cultura de sociedade de rede. Entretanto, não se trata de uma cultura que compartilhe valores (a não ser a comunicação como valor em si), e dessa maneira se sobreponha às demais, mas justamente uma *cultura de comunicação*, que permita o diálogo entre as diferentes culturas em âmbito global, cada uma com seus valores.

Contudo, será possível estabelecer os preceitos para tal diálogo em âmbito global sem princípios básicos que garantam seu caráter democrático⁷³? A *cultura de comunicação*, em si, basta, para que tenhamos uma *política democrática*? Como impedir que a diversidade seja sufocada por interesses privados, como costuma ser? Como impedir apropriações conservadoras do potencial da multidão? Como mediar conflitos?⁷⁴

Não pretendemos responder essas perguntas, que, além do mais, certamente não possuem uma única resposta, mas oferecer elementos que contribuam para essa discussão a partir dos dilemas atuais das lutas sociais em rede, destacadamente as manifestações de junho. Nos contentamos, por ora, em formulá-las.

2.2.2. Rede e democracia

⁷² Galloway (2004, p. 7) aborda os protocolos sob a perspectiva do controle no ambiente digital e acredita que a resistência a esse controle também deve ser protocológica. De acordo com o autor, os protocolos governam o modo como “tecnologias específicas são acordadas, adotadas, implementadas e usadas pelas pessoas no mundo”. Tal seria o sentido do *hacktivismo*: subverter os protocolos. Para Machado (2013, p. 41-2), “os hackers não ignoram ou desejam a morte do protocolo, mas, em vez disso, são os arautos das principais possibilidades apresentadas por ele. [...] Com isso, o hacktivismo remaneja o protocolo para um novo sentido, sempre motivado por causas políticas.”

⁷³ O que remete ao debate entre técnica e mediação numa perspectiva emancipatória: não basta ter à disposição uma estrutura que permita a articulação em redes, é necessário desenvolver uma cultura de rede que permita utilizá-la de forma colaborativa, o que implica na construção de protocolos que possibilitem o florescimento de um ecologia de práticas e valores entre as redes (*ecoprotocolos*), que precisam ser fundados a partir de princípios democráticos. Além disso, é fundamental quando se visa soberania no uso de redes digitais questionar quem detém a infraestrutura física na qual a nossa internet está calcada, quem a gere e com que fins. (KONOPACKI, TORINELLI, 2012).

⁷⁴ Honneth (2003) se deparou com esse dilema ao tratar da luta pelo reconhecimento, e chegou à conclusão da necessidade de princípios abstratos universais que possam ser adaptados às realidades locais – e revisados de acordo com os contextos históricos. Já Habermas (1989) acredita que a ação coletiva democrática precisa ser guiada por uma consciência moral e constituída ao redor de consensos democraticamente construídos, o que não significa direcionar o conteúdo dos fluxos comunicacionais, mas simplesmente reconhecer as premissas que possibilitem que tal diálogo ocorra de maneira democrática. Mouffe (2003, p. 16) defende um modelo democrático que denomina “pluralismo agônico”, na qual “adversários” reconhecem a legitimidade de que haja conflitos e diversas perspectivas possam entrar em disputa – sendo que um adversário “é um inimigo legítimo, um inimigo com quem temos em comum uma adesão partilhada aos princípios ético-políticos da democracia. Mas nossa divergência diz a respeito ao seu significado e implantação, e não é algo que poderia ser resolvido através de deliberação e discussão racional; daí o elemento antagonístico na relação.”

A discussão acerca da relação entre organização política em rede e democracia pode se dar sob distintos *enquadramentos*. A partir de uma perspectiva estritamente racional, o eixo do debate tende a centrar-se nas possibilidades de tal dinâmica abarcar procedimentos democráticos de debate visando o consenso (HABERMAS, 1989, 2003). Segundo essa lógica, identifica-se que é característico dos ativismos políticos desnaturalizar práticas convencionais e questionar códigos legais em nome da justiça, mas cabe questionar até que ponto encontros e espaços (inclusive digitais) que reúnem atores sociais em prol de causas comuns promovem discussões participativas baseadas em informações compartilhadas, constituindo acordos democráticos (PAPACHARISSI, 2002).

Mas, transbordando o debate em torno do *consenso* democrático, entende-se que a dinâmica das lutas sociais se dá muito além (e aquém) de debates racionais: a *emoção* (e não só a *razão*) e o *conflito* (não somente o *consenso*) têm papel determinante no engajamento (CASTELLS, 2013; MELUCCI, 1999; SANTOS, 1989; MARTÍN-BARBERO, 2003; MOUFFE, 2003) – o que se evidencia também nas manifestações de junho (MALINI, 2013a; PELBART, 2013). Ao mesmo tempo que destaca o papel da emoção, Castells reconhece a importância do debate racional sob uma perspectiva que rompe com a dualidade razão-emoção, pois “indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente” (2013, p. 158)⁷⁵. E um importante combustível nesse processo é a raiva. “Em termos concretos, se muitos indivíduos se sentem humilhados, explorados, ignorados ou mal representados, eles estão prontos a transformar sua raiva em ação, tão logo superem o medo” (id., 2013, p. 19).

Para que esse processo individual se transforme em ação coletiva, os sentimentos de indignação precisam ser compartilhados. Sendo assim, a comunicação ocupa lugar estratégico e constitutivo nesse cenário de lutas sociais em redes. O ambiente digital é uma importante *brecha* para que os enquadramentos contestatórios ganhem visibilidade e adesão – e, além do mais, a lógica do digital está entramada com as mudanças nas formas de construção desses quadros simbólicos e até mesmo de linguagem e conteúdo dos discursos.

É preciso considerar também as críticas à ênfase ao consenso democrático que destacam o papel do dissenso e daquilo que não é dito (colocando em xeque a centralidade do debate lógico-argumentativo), dos silêncios e afastamentos, dos conflitos e crises, pois são importantes catalisadores de profundas mudanças (MELUCCI, 1999; SANTOS, 1989;

⁷⁵ Diferentemente de Castells (2013, p. 158), acreditamos que indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, *podem* transformar-se num ator coletivo consciente; trata-se de um *potencial*, não de algo dado, e que sempre implicará em tensões e conflitos.

MOUFFE, 2003). Segundo Boaventura de Souza Santos,

As várias comunidades de saber têm, assim, uma aptidão notável para negociar sentidos, encenar presenças, dramatizar enredos, amortizar diferenças, deslocar limites, esquecer princípios e lembrar contingências; é nisso que reside a sua dimensão utópica e emancipadora num mundo moderno saturado de demonstrações científicas, de necessidades técnicas e de princípios sem fim. (1989, p. 155).

Mouffe (2003, p. 16, grifo nosso) se contrapõe ao modelo de “democracia deliberativa”, que visa a constituição democrática de consensos, e propõe o “pluralismo agonístico”, segundo o qual “a tarefa primária da política democrática não é eliminar as paixões nem relegá-las à esfera privada para tornar possível o consenso racional, mas para mobilizar aquelas *paixões* em direção à promoção do desígnio democrático. Longe de pôr em perigo a democracia, a confrontação agonística é sua condição de existência.”

Nesse sentido, é importante relativizar a cobrança por impactos na institucionalidade, por meio da participação em espaços que visam construir consensos (BRINGEL, 2013), e considerar que mesmo que não incidam diretamente na democracia *instituída*, ativismos políticos em rede são mediadores dos significados da vida em sociedade e laboratórios de experiências democráticas que tencionam com as institucionalidades, e podem ser *instituintes* de novas formas de democracia (BRINGEL, ECHART, 2008, p. 465)⁷⁶, em grande medida por meio do *conflito*. De acordo com Martín-Barbero (2003, p. 17-8, grifo do autor),

A institucionalidade tem sido, desde sempre, uma mediação densa de interesses e poderes contrapostos, que tem afetado, e continua afetando, especialmente a regulação dos discursos que, da parte do Estado, buscam dar estabilidade à ordem constituída e, da parte dos cidadãos – maiorias e minorias –, buscam defender seus direitos e fazer-se reconhecer, isto é, re-constituir permanentemente o social. Vista a partir da *socialidade*, a comunicação se revela uma questão de *fins* – da constituição do sentido e da construção e desconstrução da sociedade. Vista a partir da *institucionalidade*, a comunicação se converte em questão de meios, isto é, de produção de discursos públicos cuja hegemonia encontra-se hoje paradoxalmente do lado dos interesses privados.

As transformações na socialidade remetem a movimentos [...] que se acham mais relacionados a mudanças profundas na sensibilidade e na subjetividade. A reconfiguração da *institucionalidade* não poderia ser mais forte, apesar dos paradoxos que apresenta: enquanto os partidos tradicionais (e vários dos novos também) se entrincheiram em seus feudos, as instituições estatais corrompem-se até o impensável e as instituições parlamentares se burocratizam até a perversão, assistimos a uma multiplicação de movimentos em busca de outras institucionalidades, capazes de dar *forma* às pulsões e aos deslocamentos da *cidadania* para o âmbito cultural e do plano da representação para o do *reconhecimento* instituinte.

⁷⁶ As duas formas de atuação (nos âmbitos *instituído* e *instituinte*) costumam coexistir, com predominância de uma ou outra. Os autores destacam que no Brasil os estudos contemporâneos acerca dos movimentos sociais costumam dar ênfase aos atores que exercem influência principalmente no âmbito da institucionalidade, marginalizando as experiências de democracia radical (ibid., p. 465).

A produção de códigos culturais, ou sua *ressignificação*, precisa ser considerada na análise dos ativismos políticos contemporâneos, levando em conta que sua principal incidência e sua condição de visibilidade, para Melucci (1999, p. 87), corresponde à elaboração de significados alternativos sobre os comportamentos individuais e coletivos – o que diz respeito à *socialidade*. O *desejo de mudança*, mesmo que ainda não se saiba exatamente *qual* mudança se quer, envolve enfrentamentos no que diz respeito a valores e paradigmas, formas de entender e estar no mundo, se relacionar com os outros – e, inclusive, enfrentar instituições que limitam essas possibilidades, que tolhem as *paixões e pulsões*.

Tal elaboração de significados coletivos se dá nas lutas sociais contemporâneas, em grande medida, em dinâmica de rede. O conflito entre os velhos modelos institucionais e as revoltas que apontam para a necessidade de superá-los tem como (um dos) eixo(s) a construção de estruturas organizacionais em redes distribuídas em detrimento das tradicionais estruturas sociopolíticas verticalizadas. Por meio da cultura de rede, a multidão exige a superação da *representação* em prol do *reconhecimento*, como sugere Martín-Barbero (2003, p. 18). Ainda não se sabe exatamente como, apesar de já aparecem algumas pistas (e uma delas é a dinâmica das redes distribuídas): trata-se de um processo de criação do novo, que nunca está dado, e que sempre envolve a reprodução de velhos paradoxos.

Por outro lado, restringindo-nos apenas aos antigos paradigmas não é possível conceber que uma multidão organizada em rede possa vir a criar outras institucionalidades que aprofundem a democracia. O desafio da própria multidão é descobrir como (HARDT, NEGRI, 2005), e aí o debate inicial em torno dos procedimentos democráticos reaparece – mas não isoladamente, nem segundo a lógica do consenso imposto, mas do conflito (em que os consensos são sempre temporários e passíveis de novos conflitos [MOUFFE, 2003]), e a partir de outros parâmetros que não o da democracia representativa tal como se dá (ibid.), cuja crise de legitimidade desencadeia mobilizações ao redor do mundo: demanda-se uma *democracia real*, que, ao mesmo tempo que *precisa ser criada*, o que aponta para o futuro, *está sendo criada* pela multidão (HARDT, NEGRI, 2005; SZANIECKI, 2007) – o que implica a compreensão de democracia como *processo* que ocorre por meio de interações conflitivas no presente (PRUDENCIO, SANTOS, 2011) e a multidão como sujeito constituinte (HARDT, NEGRI, 2005; SZANIECKI, 2007).

Ao analisar as manifestações de junho, Chauí (2013) defende que não basta negar a política, é preciso reinventá-la – mas sua perspectiva enfatiza a *institucionalidade dada*. Por outro lado, a filósofa destaca que os ativismos que irromperam em junho de 2013 não atuam

fora da política, como algumas vozes em meio à multidão de manifestantes sugeriram, mas estendem o seu campo para além da esfera estatal e institucional, inserindo a política no cotidiano e o cotidiano no debate político; mesmo que se declarem contra a política, ao ocupar as ruas e extravasar sua indignação, os manifestantes estão realizando um ato político, dizendo não ao modo como a política institucionalizada se dá.

A postura dos movimentos sociais tradicionais frente à multidão de junho de 2013, da qual a perspectiva de Chauí (2013) é exemplo, ao mesmo tempo que é legítima – pois a multidão precisa não só negar o que está dado, mas desenvolver seu potencial constituinte –, se dá sob as lentes de seus próprios modelos organizativos, frequentemente centralizados, que, justamente, foram rechaçados pela multidão.

Ao tentar enxergar a multidão sob seus próprios moldes, a esquerda tradicional ignora as transformações na realidade social que criaram esse sujeito político – e como ele recria as condições dadas. Sintoma disso é a ausência de uma liderança central nas manifestações de junho e em recentes mobilizações em rede em outros países, ao contrário de toda uma tradição de esquerda ao longo de séculos. A questão, então, não é “quem pode governar a multidão?”, mas “como a multidão pode governar a si mesma?”⁷⁷ (HARDT, NEGRI 2005). Eis a radicalidade democrática que se coloca, que dialoga diretamente com a criação de estruturas de mobilização (e organização) em rede. Segundo Tarrow, (2009., p. 167, grifo nosso). “tal modelo organizativo apareceu no movimento pelos direitos civis nos EUA e, posteriormente, nos 'novos' movimentos sociais europeus na década de 1970. Criando uma variedade de inovações organizacionais, eles *insistiram nas virtudes da descentralização contra o monopólio do poder* pelos partidos centralizadores de burocratas”.

Contudo percebe-se, pelos conflitos que permearam as manifestações de junho, que a multidão não abarca *somente* desejos democráticos (ROLNIK, 2013) – apesar de, inegavelmente, trazer à tona um intenso enfrentamento acerca do *sentido* da democracia. Sua diversidade implica, também, em tensões – e a criação do novo se dá em meio à reprodução de velhos conflitos e condicionamentos, e ainda desenvolve outros.

A dinâmica distribuída de rede, apesar de estabelecer-se sobre laços de cooperação por meio da comunicação, também é permeada por conflitos: a crise que se instalou entre os manifestantes em junho de 2013 no Brasil é exemplo disso. À medida que elementos conservadores ganharam destaque nos protestos, houve brigas entre aqueles que protestavam

⁷⁷ Segundo Hardt e Negri (2005 p. 140), “a definição conceitual de multidão representa um claro desafio para toda a tradição de soberania”, pois “uma das verdades recorrentes da filosofia política é que só aquilo que é uno pode governar, seja o monarca, o partido, o povo ou o indivíduo; sujeitos sociais que não são unificados, mas múltiplos, não podem governar, devendo pelo contrário ser governados”.

e muitos dos ativistas que inicialmente organizaram os atos se retiraram do processo. Nem só de consenso democrático se fazem as lutas sociais, mas também de disputas, conflitos e afastamentos; o desafio é descobrir como a democracia pode abarcar a diversidade da multidão – e as disputas e conflitos inerentes a ela.

3. ENQUADRAMENTO DE PESQUISA: TEORIAS E MÉTODOS

Manuel Castells (2013) denomina os levantes árabes de 2011, os “Indignados” da Espanha e o Occupy Wall Street de “movimentos sociais em rede”. Contudo, tal designação é bastante controversa: afinal, trata-se de movimentos sociais ou de *ações coletivas mediadas por movimentos sociais numa dinâmica de rede*? Quais categorias determinam o que são ou não movimentos sociais? Tal polêmica revela o desafio de investigar fenômenos tão recentes, apesar de que as divergências – ou, encarando de outro modo, as multiplicidades de abordagens possíveis – existem desde que a ação coletiva passou a ser analisada como tal. Assim como a realidade muda, as perguntas também se transformam, dialogicamente, o que implica na revisão dos conceitos que permitem interpretá-la. Por isso, farei um balanço da discussão sociológica a partir da década de 1980 acerca dos movimentos sociais, quando começou-se a falar de “Novos Movimentos Sociais”, até chegar aos ativismos políticos contemporâneos – e, a partir daí, poder delimitar as categorias propícias ao enfoque teórico e metodológico desta pesquisa (ibid.; MACHADO, 2007; MELUCCI, 1999; TOURAINE, 1984, 1988; SANTOS, 2001; TARROW, 2009).

O desafio está em formular perguntas que permitam investigar as *disputas em torno do significado* das manifestações de junho (a partir, por um lado, dos enquadramentos que os Anonymous deram às manifestações e, por outro, das apropriações que, simultaneamente, a multidão fez de sua máscara símbolo). O que pode ser constatado de antemão é que as multidões rebeldes estão globalmente conectadas (HARVEY et al, 2012; CASTELLS, 2013; MARICATO et al, 2013): num mundo onde a informação tornou-se o principal mediador e o produto mais valorizado, a conexão dos centros de poder político e financeiro a partir de uma estrutura comunicacional em rede coexiste, paradoxalmente, com a conexão entre lutas contra-hegemônicas por meio dessa mesma estrutura, o que se reflete em seus discursos e suas dinâmicas (MELUCCI, 1999, p. 84; CASTELLS, 2009; HARDT, NEGRI, 2005) – ou, a partir das categorias da teoria da mobilização política, em seus enquadramentos, estruturas de mobilização e repertórios (TARROW, 2009).

Melucci (1999, p. 59) defende que o foco da luta social na contemporaneidade desloca-se das disputas materiais e burocráticas para a disputa simbólica: seu impacto mais profundo está em revelar problemas ao resto da sociedade, atuando assim de forma profética, como uma espécie de “novo meio de comunicação social”. Sendo assim, os sujeitos engajados dedicam especial atenção às disputas de significado que se dão em meio aos conflitos sociais, o que se reflete em seus enquadramentos e repertórios, seus discursos e performances.

Entendemos os sujeitos de tais mobilizações como *redes de movimentos sociais*, *outras formas de ação coletiva e indivíduos* que juntos compõem uma *multidão* (HARDT, NEGRI, 2005). Seguiremos a perspectiva da teoria da mobilização política, que, ao invés de focar nos movimentos sociais, estende a sua abordagem para as *interações* entre diferentes atores nos confrontos políticos (TARROW, 2009).

3.1. O DEBATE TEÓRICO ACERCA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA AÇÃO COLETIVA

Apesar de algumas identificações discursivas comuns (“vem pra rua”, “Revolta do Vinagre”, “o gigante acordou”), depois de um mês do início dos protestos de junho de 2013 ainda não se havia consensuado um nome para defini-los (GOHN, 2013; CHAUI, 2013) – um sintoma que revela a dificuldade de categorizá-los. Seria um movimento social ou outro tipo de ação coletiva (GOSS, PRUDENCIO, 2004; MELUCCI, 1999)?

Para Tarrow (2009, p. 21, grifo do autor), movimentos sociais são “*desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada contra elites, opositores e autoridades*”; já a ação coletiva pode assumir muitas formas: “breve ou sustentada, institucionalizada ou disruptiva, monótona ou dramática” (ibid., p. 19). No caso das manifestações de junho, pode-se identificar desafios coletivos permeados por solidariedade em confrontos contra elites, opositores e autoridades, mas podemos dizer que há objetivos comuns e que trata-se de um confronto sustentado? De acordo com Gohn (2013),

as mobilizações adquiriram, nestes eventos, caráter de movimento de massa, de protesto, revolta coletiva, aglutinando a indignação de diferentes classes e camadas sociais, predominando a classe média. [...] São movimentos com valores, princípios e formas de organização distintas de outros movimentos sociais, a exemplo dos sindicais, populares (urbanos e rurais), assim como diferem dos movimentos identitários (mulheres, quilombolas, indígenas, etc.).

Na sequência dos protestos multitudinários de junho houve ocupações de assembleias legislativas estaduais, mobilizações contra a violência policial na periferia de grandes cidades, manifestações durante a visita do Papa e o encontro mundial da juventude católica no Rio de Janeiro, protestos contra o modo como os preparativos para a Copa estavam sendo implementados, entre várias outras ações. A pergunta que nos cabe é se de fato podemos falar de *movimentos sociais* em tais circunstâncias, como o faz Gohn (op. cit.) – discussão que é recorrente à temática em outros contextos e gerou adaptações do termo.

Em contraposição à noção marxista do conceito, caracterizada pela luta de classes

rumo a um futuro comunista, Touraine (1998, p. 262), a partir do conceito de Novos Movimentos Sociais (NMS), entende que “as novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas ‘mudar a vida’”. As manifestações de junho, tal como os movimentos abordados pelo autor, caracterizam-se pela desvinculação com processos e atores políticos institucionalizados e pelo imediatismo, ou seja, pela falta de um “projeto de futuro”, diferenciando-se da teleologia de esquerda que marca os movimentos sociais tradicionais.

Para Souza Santos (2001, p. 178), a maior novidade dos NMS está em criticar não só as formas de regulação social capitalista, mas também as de emancipação social socialista tal como foram definidas pelos marxistas. Assim, a denúncia de novas formas de opressão exige novas teorias, cujo

[...] esforço teórico [...] deve incluir uma nova teoria da democracia que permita reconstruir o conceito de cidadania, uma nova teoria de subjetividade que permita reconstruir o conceito de sujeito e uma nova teoria da emancipação que não seja mais que o efeito teórico das duas primeiras teorias na transformação da prática social levada a cabo pelo campo social da emancipação. (Ibid., p. 183).

Segundo o autor, os modelos políticos da modernidade falharam na combinação desses três elementos – cidadania, subjetividade e emancipação – de modo a implementar somente um ou dois deles. Essa tarefa talvez seja ainda mais difícil atualmente, já que não é possível identificar um inimigo concreto e específico – ou talvez justamente a necessidade de se forjar um adversário unívoco tenha contribuído para sufocar a construção de modelos de democracia radical, pois a questão esteve reduzida a dois ângulos... Hoje a diversidade interior à própria revolta revela uma insatisfação generalizada e uma vontade de mudança não direcionada por uma ideologia específica; a disputa se desloca, cada vez mais, do âmbito da política institucionalizada para o cultural, num vigoroso clamor que traz em si ânsias do campo da subjetividade.

Ainda no que diz respeito aos NMS, Sousa Santos alerta que não se trata de *negar* a exploração de classe, mas *reconhecer* que ela é aprofundada e complementada por outras formas de exclusão (ibid., p. 181-182). Nesse sentido, Chauí (2013) identifica uma debilidade no recente caso brasileiro, pois parece não haver consciência da problemática de classe, “isto é, os conflitos de interesses e de poderes econômico-sociais na sociedade”, o que faz com que os jovens manifestantes de junho ignorem “o campo econômico-político no qual estão se movendo quando imaginam estar agindo fora da política e contra ela”.

As manifestações de junho revelam diferenças não somente frente aos movimentos sociais tradicionais, mas também em relação aos movimentos feministas, ecológicos e

identitários (denominados NMS por Touraine), em especial a ausência de uma pauta evidente prioritária e unificadora. A demanda inicial das manifestações de junho, referente ao transporte público, foi atropelada pela abundância de reivindicações aparentemente desconexas que surgiram na sequência. Contudo, em meio à polifonia ativista, Zizek (2013) identifica um padrão na abundância de demandas em diferentes protestos ao redor do mundo com características comuns às manifestações de junho: a questão econômica (seja a corrupção, seja a crítica ao capitalismo) e a político-ideológica (clamores por democracia representativa em países com governos ditatoriais ou enfrentamento a esse mesmo modelo representativo nos lugares onde é vigente). Na perspectiva de Souza Santos (2001), esses dois problemas estão inter-relacionados, pois o poder político faz-se instrumento do econômico e vice-versa (como é evidente quando se trata de “corrupção”) – o que explica e corrobora o fato dos NMS não caírem na velha armadilha de uma “radicalidade fácil”, que vê no Estado um contraponto à lógica do mercado (ibid., p. 181).

Para Melucci (1999), é preciso designar o que há de *novo* nos movimentos sociais para que se fale em NMS. Apesar de usar outro termo mais abrangente, *ação coletiva*⁷⁸, o autor identifica que há uma transformação nos conflitos sociais que irrompem nas últimas décadas pela centralidade que a apropriação e reapropriação de alguns recursos comunicacionais assumem numa sociedade baseada na informação.

Esses mesmos processos geram novas formas de poder e oposição: o conflito só surge à medida em que seus protagonistas lutam pelo controle do potencial para ação coletiva que produz uma sociedade. Este potencial já não está exclusivamente baseado em recursos materiais ou em certas formas de organização, mas progressivamente se radica na capacidade de *produção de informação*. Os conflitos não se expressam, principalmente, mediante uma ação dirigida a obter resultados no sistema político, mas que representam um *desafio às linguagens e códigos culturais* que permitem organizar a informação. (Ibid., p. 85, tradução e grifos nossos).

Portanto, a novidade que explica o que é “novo” no conceito de NMS, segundo Melucci, é o deslocamento do campo político-institucional para o político-cultural: a centralidade da produção da informação na disputa social de sentidos assume a relevância que correspondia outrora às disputas pela institucionalidade. De acordo com Goss e Prudêncio (2004, p. 78), além de promoverem mudanças no enfoque classista e teleológico das lutas

⁷⁸ Melucci (1999, p. 41) entende que determinada ação coletiva se caracteriza como movimento social quando é baseada na solidariedade, implica num conflito e rompe os limites do sistema no qual ocorre a ação. Quando não comporta essas três variáveis, trata-se então de outra forma de ação coletiva. Segundo o autor, movimento social não é objeto, mas sistema de ação (ibid., p. 85): trata-se de transpor as generalizações empíricas que levam ao uso indiscriminado do termo *movimento* a partir do uso de categorias analíticas adequadas.

sociais, a “novidade” dos NMS também consiste em que o político passa a ser encarado como uma dimensão presente em toda prática social e não como um espaço específico. Já segundo Tarrow (2009, p. 258),

O “novo” nesses movimentos não é serem espontâneos em comparação com seus predecessores, que eram “organizados”, ou fazerem “reivindicações em torno da identidade” frente às reivindicações supostamente “instrumentais” dos “antigos” movimentos sociais ou até que usem rotineiramente formas de ação não-convencionais (de fato, eles usam principalmente petições convencionais e demonstrações pacíficas). O que é novo é terem mais recursos discricionários, terem acesso mais fácil à mídia, terem uma mobilidade geográfica e interações culturais são mais baratas e mais rápidas e poderem recorrer a colaboração de tipos diferentes de organizações ligadas a movimentos para campanhas temáticas organizadas rapidamente em torno de um tema. Neste sentido, o declínio do antigo movimentos de massa centralizado foi um benefício, mais que um custo, para o movimento social.

Ou seja, para Tarrow, tratar-se-ia de transformações no que diz respeito aos recursos, ao repertório e à própria estrutura dos movimentos sociais, o que viria a facilitar a “ocorrência de confrontos transnacionais” (ibid., p. 258).

Além de NMS, outros termos foram criados para designar recentes modos de organização política coletiva, tais como *Novíssimos Movimentos Sociais*⁷⁹ (GOHN, 2013) e *movimentos sociais em rede* (CASTELLS, 2013). Novíssimos Movimentos Sociais é uma atualização do conceito de NMS que considera a transição de movimentos identitários, agregados em torno de uma pauta específica, para movimentos de pautas múltiplas, que se organizam simultaneamente em estruturas presenciais e digitais e cuja origem remete ao movimento antiglobalização. “Suas bases sociais transcendem questões de geração, gênero, etnias e territórios”, e sua ação não se restringe aos âmbitos local, regional ou nacional, “pois eles estão situados em um grande espaço global em rede”, explica Machado (2013, p. 109-10).

Já o conceito de “movimentos sociais em rede” é empregado por Castells (2013). Ele entende que, “embora os movimentos [em rede] tenham em geral sua base no espaço urbano, mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência contínua tem lugar no espaço livre da internet” (ibid., p. 160). Contudo, não é só o uso da internet que os caracterizam: somam-se o fato de conformarem redes distribuídas, sem liderança formal ou um centro de controle; a sua relação entre as redes digitais e a ocupação do espaço público; a conexão de amplitude global com outras iniciativas correlatas; a autorreflexividade que permeia esses movimentos,

⁷⁹ Gohn (2013) denominou os atores envolvidos nas manifestações de junho provisoriamente como “novíssimos movimentos sociais dos indignados das praças, ruas e avenidas”.

que se autoquestionam e se autoavaliam constantemente; a indignação que impulsiona seu desencadeamento; a falta de programa político (exceto quando se encontram baixo regimes ditatoriais), entre outros quesitos.⁸⁰

Reconhecemos as categorias identificadas por Castells e avaliamos que a perspectiva dos Novíssimos Movimentos Sociais dialoga com as manifestações de junho. Entretanto, consideramos mais interessante estender a abordagem para as *interações* entre diferentes atores nos *confrontos políticos* (TARROW, 2009). Ao invés de movimentos sociais isoladamente, a teoria da mobilização política propõe analisar *ações coletivas de confronto* (ibid., p. 19), que consistem em enfrentamentos protagonizados por atores coletivos que juntam forças para se opor a elites, autoridades e adversários em torno de demandas suas ou daqueles que dizem representar.

Além disso, entendemos a soma dos atores contestatórios conectados em rede nas manifestações de junho como uma *multidão*⁸¹, a qual se distingue do conceito de povo, massa e classe operária; não se trata de um sujeito uniforme, nem indiferente e nem mesmo atrelado necessariamente à lógica industrial de produção de bens materiais – mas de uma multiplicidade que, em meio a diferenças que se reconhecem e se mantêm, age em comum (HARDT, NEGRI, 2005).

A multidão se diferencia dos movimentos identitários por tratar-se de “um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum” (ibid., p. 140). Segundo os autores, “a multidão substitui a dupla contraditória identidade-diferença pela dupla complementar partilha-singularidade” (ibid., p. 282). Ou seja, *a multidão não partilha uma mesma identidade*, tal como os denominados NMS.

A multidão toma forma por meio das conexões que constituem as *redes sociais*, que são “formas de cooperação produtivas – materiais e imateriais – que se dão entre os diversos atores sociais” (SZANIECKI, p. 127). Gohn (2008, p. 446) defende que o conceito de rede social é, concomitantemente, um modismo e uma questão de sobrevivência para a luta social,

⁸⁰ O autor chega a essas categorias a partir de uma breve análise dos movimentos recentes da Islândia e da Tunísia, que ele considera a origem dos movimentos sociais em rede, concentrando-se na análise da “revolução egípcia” (passando por outros países árabes), do movimento dos “indignados” da Espanha e do Occupy Wall Street, nos Estados Unidos. A edição brasileira conta com um posfácio do autor dedicado às manifestações de junho. (Ibid.).

⁸¹ Melucci (1999, p. 26-7) remete à abordagem conservadora do conceito empreendida por Tarde e Le Bon na Europa a finais do século XIX, que propõe uma imagem irracional e caótica da multidão, manipulada por minorias compostas de agitadores. Freud corroboraria essa tese: para ele, a ação coletiva responderia às necessidades primárias do inconsciente e estaria centrada na identificação com um líder. Já para Hardt e Negri, “multidão não é apenas uma multiplicidade fragmentada e dispersa” (2005, p. 145), mas “singularidades que age em comum” (ibid., p. 146).

pois permite “a leitura e a tradução da diversidade sociocultural e política existente, sem cair em visões totalizadoras da unicidade” pois as redes “realizam a articulação da multiplicidade do diverso”. O termo redes sociais é entendido, portanto, como algo anterior à internet, que diz respeito às interações sociais, mas que se potencializa com ela.

Sendo assim, ao invés de *movimentos sociais em rede* ou *Novíssimos Movimentos Sociais*, entendemos as manifestações de junho como uma *ação coletiva de confronto* (TARROW, 2009) e seus protagonistas como *redes de movimentos sociais, outras formas de ação coletiva e indivíduos* que juntos compõem uma *multidão* (HARDT, NEGRI, 2005). Sob a perspectiva do confronto político, é preciso inserir a ação coletiva num registro concreto da história e das interações políticas em sociedade (TARROW, 2009, p. 19-20); os atores políticos contestatórios enfrentam interesses de elites e Estados, e focar num determinado ator sem levar em conta as interações entrançadas nos conflitos que enfrenta fragmenta a análise. Por isso, inserimos a análise dos Anonymous⁸² num confronto político – as manifestações de junho –, em interação entre os outros atores que, tais como eles, compõem a multidão. Essa postura analítica pressupõe levar em conta os enfrentamentos da multidão com o Estado⁸³ (e, como evidencia-se na situação estudada, suas forças repressivas) e elites – como é o caso do oligopólio dos meios de comunicação de massa no Brasil, que hegemonizam a produção e circulação de significados, aspecto que se destaca nesta pesquisa.

3.2. O DESAFIO DE ABORDAR UMA IDEIA E UMA MULTIDÃO

As manifestações de junho ganharam imenso destaque em debates, especialmente em eventos de ciências sociais, desde que explodiram nas ruas do país – e muito se falou da falta de categorias que permitam analisar essa nova forma de ativismo político. Por isso, sua investigação é ao mesmo tempo um desafio, justamente por não caber nos moldes analíticos consolidados, mas também uma oportunidade de criatividade no campo científico, o que exige um esforço maior de contextualização – por se tratar de algo complexo e recente –, bem como ecletismo teórico e ousadia metodológica. “Com base em categorias e métodos sociológicos e políticos abstratos ou arcaicos demais, o risco de erro de interpretação é grande. Faz-se necessário então ir a campo com a mente aberta e o corpo alerta”, aconselha Szaniecki (2013).

⁸² A própria Anonymous extrapola o conceito de movimento social e suas atualizações, sendo compreendida como uma *ação coletiva de caráter político e cultural articulada em rede*.

⁸³ Mas, ao contrário de Tarrow, nosso foco não está nas disputas com a institucionalidade – apesar de avaliarmos ser necessário levá-las em consideração, pois nitidamente instituições políticas oficiais apareceram como adversários dos atores engajados nas manifestações de junho e influenciam diretamente na ação destes.

O mesmo vale para a Anonymous – que denominamos aqui também como uma rede ativista, mas que se apresenta como uma *ideia*. Sem líderes, com sua estrutura abrigada no ambiente digital e uma relação intrínseca com o anonimato, sua investigação é quase uma expedição ao desconhecido. Assumimos esse desafio teórico-metodológico, que exigiu uma intensa imersão na temática de pesquisa para a construção da abordagem. No campo teórico, além da problemática acerca da ação coletiva de confronto e dos movimentos sociais, que já discutimos no capítulo anterior, optamos por um enfoque cultural que relaciona política, comunicação e juventude – como detalharemos abaixo; já no aspecto metodológico, nossa mescla combina etnografia digital, observação participante com registro fotográfico, entrevistas complementares e análise de enquadramento⁸⁴.

Nos inspiramos em Martín-Barbero (2003) e seu *mapa noturno*, que valoriza os tateios que uma ciência não-ortodoxa pressupõe; trata-se de “um mapa que não sirva para a fuga”, nem para conclusões determinísticas a partir de categorias rígidas que mutilam o novo, “e sim para o reconhecimento da situação a partir das mediações e dos sujeitos” (ibid., p. 300). Como tudo o que é experimental, tal abordagem implica em riscos e não tem a pretensão de apresentar-se como fórmula ou roteiro, mas, com todos os seus limites, contribuir para a investigação das lutas sociais contemporâneas.

3.2.1. Cultura de comunicação, cultura política, cultura de juventude: uma convergência

Apesar da inquestionável legitimidade da abordagem sociológica da ação política que enfoca nos resultados institucionais, consideramos que as dinâmicas culturais precisam ser levados em consideração. A perspectiva cultural da ação política costuma ser negligenciada, o que prejudica a análise de iniciativas que questionam a institucionalidade ao invés de disputá-la (BRINGEL, ECHART, 2008). Mas não propomos aqui que uma abordagem deva se impor em detrimento da outra, pelo contrário: acreditamos que são complementares e que precisam ser levadas ambas em consideração, independentemente do foco em uma ou noutra – pois, como destaca Sidney Tarrow (2009), uma ação política contestatória necessariamente confronta interesses hegemônicos (e, portanto, de alguma maneira se relaciona com a institucionalidade), assim como não existe ação social sem sentido – sem a produção, reprodução e disputa de códigos culturais –, mesmo quando ignorado. Por

⁸⁴ A metodologia de análise de enquadramento (TARROW, 2009; SNOW et al.; 2008; SNOW, BENFORD, 2000; PRUDENCIO, 2006; SILVA JUNIOR, 2014) será problematizada e implementada em detalhes no último capítulo.

isso, nos esforçamos em trazer o contexto e os embates políticos dos quais as manifestações de junho surgiram no país, apesar de concentrarmos nossa análise no aspecto simbólico que as apropriações e enquadramentos da máscara-símbolo dos Anonymous implicam nesse processo.

Além do aspecto cultural da ação política, outras duas problemáticas culturais se mesclam nessa abordagem da atuação dos Anonymous nas manifestações de junho: de comunicação e de juventude. Do mesmo modo que a juventude protagonizou esse momento político no Brasil, uma outra forma de comunicação se destacou na construção e na disputa de sentido no período: a comunicação em redes digitais. E tal dinâmica não é exclusiva ao caso brasileiro: mobilizações que contam com atuação de jovens nas redes digitais e nas ruas, de maneira simultânea e convergente, se proliferam pelo planeta desde 2011 (HARVEY et al., 2012), algumas com maior impacto na institucionalidade, destacadamente as que se deram em meio a regimes ditatoriais, mas todas com enorme incidência no debate acerca do *sentido* da política. Para Pelbart (2013), possivelmente

uma outra subjetividade política e coletiva esteja (re)nascendo, aqui e em outros pontos do planeta, para a qual carecemos de categorias. Mais insurreta, de movimento mais do que de partido, de fluxo mais do que de disciplina, de impulso mais do que de finalidades, com um poder de convocação incomum, sem que isso garanta nada, muito menos que ela se torne o novo sujeito da história.

Talvez, como indica Morin (2008) referindo-se às revoltas de 1968, a “função” desses movimentos seja mais trazer à tona uma crise do que apresentar suas soluções pragmáticas – o que dialoga com a importância do *percurso* destacada por Sallas e Bega (2006). As autoras propõem que não se encare os anseios aparentemente divergentes da juventude como um paradoxo, mas como parte de um processo.

A procura por autonomia e diferenciação, por um lado, e de cooperação e integração, por outro, não pode ser vista como expressão de processos antagônicos ou paradoxais. São apenas faces de um mesmo processo que tem marcado a vida dos jovens nas modernas sociedades industriais. Esses elementos poderiam ser pensados, aqui, como algo constitutivo da juventude, marcados por aquilo que Simmel definiu como próprio de um espírito aventureiro, em que, mais do que se chegar a qualquer ponto, importa o caminho, o percurso do aventureiro. (SALLAS, BEGA, 2006, p. 49).

Mais do que propostas pragmáticas e objetivas, os jovens costumam trazer à tona enfrentamentos culturais que dizem respeito às perspectivas de vida, aos padrões de comportamento, aos desejos e aos modelos de relações sociais que se reproduzem no cotidiano. E tais enfrentamentos estão intrinsecamente relacionados ao modo com que eles se

comunicam – ou seja, dizem respeito não só ao conteúdo, mas ao formato e à dinâmica das comunicações que constituem as relações sociais.

Feixa (2000) reflete sobre como o consumo cultural e as mudanças de percepção do tempo relacionam-se com a mudança na cultura juvenil nas últimas décadas (elementos que contribuem na constituição do que o autor denomina *geração @*). Para isso, utiliza como metáfora a evolução do mecanismo que mede o tempo – o relógio – em suas versões de areia, analógica e digital. Ao contrário da primeira – originária de um período em que não havia diferenciação entre tempo e espaço e a cultura de juventude correspondia à da sociedade como um todo –, a segunda, característica da era industrial, representa uma concepção linear do tempo num momento em que a juventude passa a construir uma cultura própria de âmbito predominantemente nacional (que, de acordo com Morin [2008], realizava uma transição para conexões que ultrapassam os limites das nações por meio da cultura de massa); já atualmente as tecnologias digitais permitem o deslocamento temporal-espacial de maneira rápida e global, assim como o surgimento cada vez maior de micro-culturas juvenis que se prospectam, se mesclam e se reproduzem em escala planetária⁸⁵.

O documentário que conta a história dos Anonymous (WE ARE LEGION, 2012) é bastante ilustrativo nesse sentido: jovens que dialogam em redes sociais digitais em escala global vão criando todo um universo de referências comuns, até mesmo uma linguagem comum, e acabam descobrindo que são muitos. Em alguns casos eram adolescentes que se sentiam solitários e, quando os Anonymous se constituíram como rede, deram-se conta de que faziam parte de uma grande comunidade. Além disso, descobriram que suas habilidades no uso das tecnologias digitais, até então voltadas basicamente para entretenimento e aprofundadas pela curiosidade, tinham poder num mundo em que os mais relevantes fluxos financeiros e comunicacionais são intermediados pelas tecnologias que eles, esses jovens, em alguma medida dominam.

Assim como o personagem V, eles têm acesso a *Destino* – o computador que guarda todas as informações do “sistema” –, e podem, em determinado aspecto, lutar de igual para igual com grandes Estados e corporações (ibid.; MOORE, LLOYD, 2012; COLEMAN, 2014), pois “se o poder nas sociedades complexas se baseia cada vez mais no controle privilegiado de informação, é potencialmente um poder muito frágil, porque a simples aquisição de informação situa os atores no mesmo plano”, acredita Melucci (1999, p. 91). A partir disso, a questão que se coloca é *como* esse poder é utilizado, pois não basta ter acesso às

⁸⁵ Contudo, essa juventude vive o acúmulo desses três períodos históricos – o digital se dá em continuidade e concomitantemente ao natural e ao linear (FEIXA, 2000).

informações: é preciso (re)significá-las, ou seja, *conferir-lhes sentido*.

A postura dos Anonymous muitas vezes parece ser irresponsável⁸⁶ (WE ARE LEGION, 2012; COLEMAN, 2011, 2014), e essa mesma crítica também é comum aos jovens que participaram das manifestações de junho. Chauí (2013) questiona a postura deles em junho de 2013, tendo em vista as diferentes apropriações das forças das ruas que a estrutura difusa das manifestações permite:

Assinalamos anteriormente o risco de apropriação das manifestações rumo ao conservadorismo e ao autoritarismo. Só será possível evitar esse risco se os jovens manifestantes levarem em conta algumas perguntas:

1. Estão dispostos a lutar contra as ações que causam o inferno urbano, e portanto enfrentar pra valer o poder do capital de montadoras, empreiteiras e cartéis de transporte, que, como todos sabem, não se relacionam pacificamente (para dizer o mínimo) com demandas sociais?
2. Estão dispostos a abandonar a suposição de que a política se faz magicamente sem mediações institucionais?
3. Estão dispostos a se engajar na luta pela reforma política, a fim de inventar uma nova política, libertária, democrática, republicana, participativa?
4. Estão dispostos a não reduzir sua participação a um evento pontual e efêmero e a não se deixar seduzir pela imagem que deles querem produzir os meios de comunicação?

Apesar dos acontecimentos recentes no país sugerirem que parcela significativa dos jovens que se mobilizaram em junho de 2013, de fato, desconsideram a dinâmica das relações de poder que permeiam a sociedade, como aponta Chauí (2013), parece mais plausível, de acordo com Pelbart (2013), encarar as circunstâncias atuais como parte de um *processo* de empoderamento político. Antes de simplesmente descartar o potencial transformador desses jovens brasileiros, é preciso levar em conta o momento da trajetória política nacional e internacional em que tal revolta emerge, e os desafios que colocam até mesmo aos atores tradicionais engajados nas lutas sociais: entra em xeque o próprio sentido da palavra *transformação* (assim como do conceito de *democracia*, como já explicitamos). Afinal, o que se entende por transformação social? As manifestações de junho revelam um descrédito não só frente à política institucionalizada do Estado, tal como a conhecemos hoje, mas questionam algumas lógicas dos próprios movimentos sociais de esquerda. O modelo de luta social que se apresenta não visa constituir uma vanguarda e não tem o objetivo de tomar o poder a partir de uma ideologia de esquerda determinada, como se deu ao longo do século XX. Como

⁸⁶ A chacota é característica dos Anonymous, que em suas origens promovia ações digitais simplesmente “*for the lulz*”. *Lulz* significa *laugh out loud*, “rir bem alto”, às gargalhadas, em tradução livre. A sigla usada para definir essa expressão é *LoL*, sendo *lulz* uma forma diferente de escrevê-la, pela sonoridade, o que frequentemente acontece na linguagem *online* – que, para Martín-Barbero (2012) se assemelha mais à linguagem oral que à escrita. Portanto, “*for the lulz*” pode ser traduzido como “pela zoeira” ou “pela diversão”. Mesmo com um viés que viria a ser mais politizado, essa continua sendo uma importante faceta dos Anonymous: a transgressão pelo humor, frequentemente de forma ácida, simplesmente pela diversão.

sintetizam Hardt e Negri, “não se trata de tomar o poder e comandar os exércitos, mas de destruir sua própria possibilidade” (2005, p. 435).

O fato de haver muitas demandas e pouca estratégia pode ser interpretado, também, como algo distinto de imaturidade política, mas como uma insatisfação mais profunda e generalizada, não traduzível em uma demanda pontual. Para Honneth (2003), não é possível pensar os conflitos coletivos apenas sob o prisma de fins objetivos, ou de questões materiais – que são inerentes, em maior ou menor grau. Costuma-se negligenciar que grande parte da motivação das lutas sociais se deve a “sentimentos morais de injustiça, em vez de constelações de interesses dados” (ibid., p. 255). Esses sentimentos de desrespeito são vivenciados no cotidiano, de forma individual, e se transformam em luta social a partir do momento em que se reconhece que tal experiência é típica de um grupo inteiro (ibid., p. 257).

Um vídeo dos Anonymous, *Fase 1*, que inspirou muitos jovens a se apropriarem da *ideia* – inclusive Sati, a quem entrevistei – reproduz um trecho retirado do filme Matrix que reflete essa sensação individual apontada por Honneth: “Você está aqui porque você sabe algo. O que você sabe você não consegue explicar, mas você *sente*. Você sentiu isso sua vida toda. De que há algo errado no mundo, você não sabe o que é, mas isso está aí, como um esguicho na sua mente, te deixando louco.” (2011, 1m24s, grifo e tradução nossa). O vídeo convoca a transformar esse descontentamento solitário em uma luta coletiva contra o *sistema*.

De fato, muitos dos jovens que tomaram as ruas em junho não se sentem representados pelos políticos que estão no poder, sejam do partido que forem: não se sentem representados pelo sistema político (GOHN, 2013). E essa juventude, que frequentemente não encontra espaço para expressar suas opiniões na escola, na família e no sistema hegemônico como um todo (ibid.; SALLAS, 2009), encontrou dois espaços para extravasar sua rebeldia, que ultrapassam seu círculo de convívio imediato: a grande rede digital, na qual grupos locais podem se articular em redes globais (e que abre espaço para o surgimento de novas redes), e a rua⁸⁷.

A juventude está exigindo seu espaço e, “como condição simbólica, adianta a possibilidade e o direito à redefinição, à variabilidade, à reversibilidade das opções de vida”, questões que dizem respeito não só aos jovens, mas à sociedade em seu conjunto (MELUCCI, 1999, p. 94). Elemento constituinte desse enfrentamento, na contemporaneidade, é a apropriação das tecnologias digitais de comunicação. Tal apropriação potencializa discursos

⁸⁷ Esses dois ambientes compõem *uma mesma* realidade (MALINI, 2013b) que contempla uma relação dialógica entre o digital e o material, pois “nas ruas e nas redes as formas analógicas e digitais demonstram que não são antagônicas e sim complementares” (SZANIEKI, 2013).

comumente marginalizados que não têm espaço na mídia de massa, o que impacta na capacidade de atuação desses jovens. De forma evidente os jovens manifestantes de junho de 2013 (que, apesar de contarem com o protagonismo nas manifestações, se articulam a outros atores também negligenciados) conseguiu inverter o fluxo de comunicação de maneira eficaz, exigindo novas maneiras de solucionar velhos problemas: sem desconsiderar o poder que a mídia de massa e o Estado exercem e exerceram especificamente durante os protestos de junho, é preciso reconhecer que as ruas e as redes digitais também pautaram a mídia de massa e o poder público.

Essa mudança imposta pela juventude na dinâmica de mediação comunicativa se reflete no campo da ação política. Segundo análise de Pimentel e Silveira (2013a), “partidos e sindicatos perderam no mês de junho o posto de intermediário privilegiado de convocação e organização de multidões, e a mídia de massas perdeu o monopólio de interpretação dos acontecimentos”, o que sugere que novos intermediários se destacaram nas ruas e nos meios digitais, no âmbito político e comunicacional – entre eles a Anonymous (ibid.). E assim os jovens, que historicamente nas sociedades modernas impõem mudanças no contexto em que vivem (SALLAS, BEGA, 2006), indicam por meio de sua cultura que a comunicação e a política já não são mais como eram antigamente, desafiando a lógica da mediação nesses dois âmbitos.

3.3. MAPA NOTURNO: TATEANDO ABORDAGENS E MÉTODOS

A partir da proposta teórica explicitada até aqui, lançamos mão de diversos métodos – eleitos e direcionados à medida em que o recorte da pesquisa foi sendo construído. Tudo começou com uma amplo acompanhamento nas redes sociais digitais da interação ativista acerca da onda global de protestos que se disseminou por vários países a partir do levante tunisino de 2011. Somente em meio ao primeiro semestre de 2013 definiu-se que a investigação se debruçaria sobre os Anonymous – entre outros motivos, por ser uma rede globalmente conectada, com atuação em diversas mobilizações ao redor do mundo, inclusive no Brasil.

Em junho desse ano, *boom*: milhões de pessoas tomaram as ruas brasileiras em milhares de cidades a partir da mobilização contra o aumento da tarifa do transporte público, impulsionada pela solidariedade que surgiu como resultado da repressão policial em São Paulo. Nesse momento iniciou-se a etnografia digital, concentrando-se nesses dois focos – Anonymous e manifestações de junho –, e principalmente na interseção entre os dois, ou seja,

a atuação e influência dos Anonymous durante as manifestações de junho, cuja maior evidência⁸⁸ é a apropriação da máscara de Guy Fawkes por parte da multidão.

Simultaneamente à pesquisa no meio digital, se deu a observação participante nas manifestações, com registro fotográfico e textual (por meio de diário de campo). Destacaremos o uso da imagem na pesquisa porque permeou tanto o processo de observação-participante quanto de etnografia digital, constituindo elemento central para nossa análise das disputas de enquadramento dos Anonymous em meio à multidão. Mas começemos com o método do qual partiu nossa investigação: a etnografia digital.

3.3.1. Etnografia digital

Esse método contemporâneo faz uma adaptação da etnografia tradicional para o ambiente digital, destacando-se seu caráter parcial “contra a pretensão da etnografia tradicional que postula a descrição de informantes, lugares e culturas delimitadas no espaço e no tempo e apreendidas em sua totalidade” (MURILLO, 2006, p. 11). Tal adaptação exige um planejamento não-dogmático e uma re-tradução das técnicas qualitativas clássicas, sendo que a combinação de diferentes técnicas pode proporcionar uma abordagem mais satisfatória no ambiente digital (HINE, 2004; CABRANES, 2006, p. 22).

A partir desse método, encara-se a internet, sob a perspectiva de Christine Hine (2004), simultaneamente como *cultura* e como *artefato cultural*, ou seja, como uma maneira de interagir – que conta com uma determinada linguagem, demanda conhecimento e pressupõe certos parâmetros de conduta – que se dá em meio a uma plataforma técnica, que é, por sua vez, suporte para a interação cultural. Contudo, segundo a autora, essa própria plataforma (a internet, vista sob o parâmetro tecnológico) é construída socialmente, e o seu sentido vai depender não só das motivações e circunstâncias de sua produção, mas das apropriações que se dão durante o seu uso. O desenvolvimento da internet foi historicamente permeado de apropriações para que ela chegasse a ser tal como a conhecemos hoje, e ela continua sendo constantemente reinventada. Os inesperados usos – inclusive políticos – das redes sociais digitais na atualidade são exemplo concreto dessa dinâmica social de ressignificação tecnológica.

Grande parte do material coletado durante esta investigação se deve à etnografia digital: notícias, artigos, pesquisas e, destacadamente, os enquadramentos da multidão nas

⁸⁸ Concordamos com Guran (2002, p. 105) quando afirma que, em pesquisas científicas, vale mais a documentação de ações e atitudes que se repetem do que o flagra do “momento curioso”.

redes digitais. Inicialmente, em maio de 2013, passou-se a acompanhar páginas brasileiras relacionadas aos Anonymous no Twitter e no Facebook. A partir de junho de 2013, o espectro de acompanhamento se ampliou para coletivos e indivíduos ativistas que integraram as manifestações⁸⁹, assim como para pesquisadores que compartilhavam, também nas redes digitais, suas impressões desse processo (o que rende uma análise epistemológica do impacto da comunicação em redes digitais na produção de conhecimento, a qual nos restringiremos em esboçar adiante). Páginas dos maiores veículos de comunicação de massa do país e de autoridades políticas que se posicionaram a respeito das manifestações também foram acompanhadas. Especificamente em Curitiba, acompanhou-se o perfil pessoal de organizadores dos atos contra o aumento da tarifa e os eventos criados para mobilizá-los no Facebook – e o mais importante, as interações por meio de comentários nesses eventos e perfis que revelaram as disputas de sentido em torno dos protestos em meio à diversidade da multidão.

Foi-se catalogando material ao longo do período, em que o recorte de pesquisa ainda estava sendo construído – e a etnografia digital contribuiu substancialmente para sua definição. Em um arquivo de texto, elencou-se *hiperlinks* com vídeos, entrevistas, análises e reportagens sobre as manifestações de junho, destacadamente as relacionadas aos Anonymous, acompanhados de breves anotações descritivas e analíticas. Imagens relevantes, como fotografias e cartazes digitais, foram arquivados numa pasta específica, com catalogação de data e referência da página onde o material foi postado. Além disso, discussões, comentários ou postagens relevantes foram salvos por meio de captura de tela – tais como as imagens referentes ao *hacking* que coletivos ligados aos Anonymous fizeram nas contas do G1 e da Veja no Twitter (apresentadas no primeiro capítulo).

Justamente por não se tratar de mera coleta quantitativa de dados, mas de uma intensa imersão nas redes digitais, principalmente em junho de 2013 – que se estendeu para os meses subsequentes em menor intensidade e com o foco nos Anonymous e na máscara –, é que usamos o termo *etnografia*. Os protestos de junho se deram de forma híbrida entre o ambiente digital e o material – e tão importante quanto ir para as ruas observar as manifestações foi analisar as atribuições de significado que se deram a elas e as disputas que constituíram esse processo nas redes digitais. Além do mais, a atuação política dos Anonymous se dá em grande medida *online*, seja por meio de *hacking* ou ativismo *online*. Por meio do acompanhamento de diversas páginas Anonymous, pode-se reconhecer os

⁸⁹ Entre as páginas acompanhadas estão várias indivíduos engajados e de coletivos – MPL, Mães de Maio, Mídia Ninja, MTST etc.

enquadramentos que esses coletivos deram às manifestações e, através dos comentários, aos enquadramentos que a multidão deu aos Anonymous. Nesse último quesito, foram fundamentais o arquivamento de imagens que continham a máscara de Guy Fawkes, coletadas em diversas páginas e perfis – elemento que viria a ser central para nossa análise das distintas apropriações que o objeto-símbolo sofreu durante as manifestações. Também por meio do acompanhamento das publicações nas redes sociais digitais é que se teve acesso ao vídeo-comunicado dos Anonymous sobre os protestos, que constituirá nosso último ponto de análise.

Do ponto de vista epistemológico, a etnografia digital contribuiu para o caráter de *rede* do processo dessa pesquisa: a troca de informações no meio digital, e a guinada rumo à democratização do conhecimento que o uso da internet possibilita, impacta diretamente, também, na produção científica. A abordagem se constrói colaborativamente – e o envolvimento em discussões entre pesquisadores, ativistas e pesquisadores-ativistas de diversos cantos do país merece destaque, pois permitiu acompanhar os embates que se revelaram durante a trajetória da multidão.

3.3.2. O sentido da imagem na pesquisa sociológica

Além da etnografia digital, foi realizada uma observação participante nos protestos de 14, 17 e 20 de junho de 2013 em Curitiba. No ato do dia 17 – que foi o primeiro a contar, nesse período, com uma quantidade de participantes bastante acima do usual na capital paranaense –, registrou-se a manifestação fotograficamente, com foco especial nas dinâmicas discursivas do protesto. Cartazes, máscaras, palavras de ordem, as faces dos manifestantes, sua postura corporal – dados objetivos e subjetivos que surgem da estética da multidão, enquadrados nas fotografias sociologicamente, documentalmente e subjetivamente pelo olhar por trás das lentes.

Um elemento que facilita o registro de manifestações de rua é que só por estar ali um manifestante já está assumindo publicamente uma postura, se manifestando em relação a algo, o que propicia uma aceitação em ser fotografado, mesmo por desconhecidos – porque o registro, possivelmente, amplificará o seu protesto. E, ao mesmo tempo em que está “continuamente posando”, esse posar é atenuado, naturalizado, dissolvido pela longa duração que as marchas costumam ter – com exceções deliberadamente performáticas. De qualquer maneira, há uma naturalização do registro porque ele *faz parte* do acontecimento – são muitas as câmeras em meio à multidão, quase tantas quanto indivíduos.

Apesar dessa facilidade, o registro fotográfico em campo exige, sempre, um esforço de sensibilidade, pois “fotografar é efetivar um reconhecimento antecipado: aquilo que é visto não pode mais ser fotografado, porque já passou” (GURAN, 2002, p. 17). Como sintetizou Barthes (1984), a fotografia é um apontar para o passado – “isso foi” – mas, paradoxalmente, no momento do registro, o fotógrafo precisa se antecipar à imagem, lançar-se alguns fragmentos de segundo ao futuro – intuir. Mesmo com o seu eterno remeter-se ao que já foi, a fotografia nunca é algo dado, estático, pois fotografar é enquadrar, significar – e ela é ressignificada a cada novo olhar, num amálgama único entre o que foi fotografado, a mediação técnica do equipamento, o sujeito por trás da câmera e aquele que, de acordo com seu arcabouço cultural e emocional, suas referências e suas singularidades, vê a imagem e a interpreta.

A fotografia possui, ao mesmo tempo, enorme potencial de mobilização do emocional e compreensão racional de um determinado fato (GURAN, op. cit., p. 11). Barthes (op. cit.) denomina esses dois aspectos, respectivamente, de *punctum* e *studium*⁹⁰: o primeiro se refere a tudo o que na fotografia não contextualiza, não situa objetivamente, mas sensibiliza, atrai, punge, fere – o que costuma ser relacionado à estética, à faceta artística da fotografia; já o segundo abarca seu viés informativo – um determinado objeto ou sujeito retratado num dado local, inserido num contexto histórico, político e cultural –, perspectiva característica do fotojornalismo. Já nas ciências sociais, “a função da fotografia é a de destacar um aspecto de uma cena a partir do qual seja possível se desenvolver uma reflexão objetiva sobre como os indivíduos ou os grupos sociais representam, organizam e classificam as suas experiências e mantêm relações entre si” (GURAN, op. cit., p. 103). Nem só estética, nem só informação: a fotografia sociológica problematiza as *relações sociais*, voltando-se para seus *significados*.

Guran (op. cit, p. 19-20, grifo nosso) remete a Cartier-Bresson, o grande fotógrafo, mestre em conjugar *punctum* e *studium*, que sintetiza a condição do fotógrafo em meio à concretude e à ambiguidade do mundo; para ele, “fotografar é – simultaneamente e numa mesma fração de segundo – reconhecer o fato em si e organizar rigorosamente as formas visuais percebidas para expressar o seu *significado*. É pôr numa mesma linha cabeça, olho e coração”; fotografia é *encruzilhada*. O intuito do meu registro fotográfico foi transmitir, para além de dados objetivos, um pouco da emoção pungente do atuar em multidão, do estar na

⁹⁰ O *punctum* é poesia, “picada, pequeno buraco, pequena mancha, pequeno corte – e também lance de dados” (ibid., p. 46). O *studium* é factual e racional. O *punctum* se lança sobre o espectador, o *studium* precisa ser buscado a partir de seu arcabouço cultural. Mas não se trata de uma dicotomia excludente, mas de categorias que podem se sobrepor.

multidão – do *ser multidão*, que, em meio à diversidade e às individualidades que o atravessam, é o *agir em comum* (HARDT, NEGRI, 2005; SZANIECKI, 2007).

Para além (e aquém) da própria estética da fotografia em si, como produto final, e da experiência de fotografar, importa a estética da multidão fotografada, explícita em seus cartazes, suas feições, gestos, na distribuição interativa dos corpos nas ruas; no seu singular aspecto desafiador – e, às vezes, até mesmo assustador. “Aquilo que distingue a estética da multidão das representações do poder hegemônico [...] é o 'tom'; em suas 'apropriações' das representações do poder, a multidão recorre à ironia para efetivar a subversão” (SZANIECKI, 2007, p. 126). E assim o “V de Vitória”, lema da campanha inglesa liderada por Churchill na Segunda Guerra Mundial, depois de virar “V de Vingança” nos quadrinhos e cinema, torna-se “V de Vinagre” nas ruas e nas redes digitais; o *vandalismo*, que sai da boca de autoridades e é reverberado na mídia de massa em referência aos manifestantes, se transforma em alvo de chacota e subversão; o comercial de TV relativo à Copa das Confederações é ressignificado, transformado em palavra de ordem. É possível perceber essa dinâmica, essa cadência entre hegemonia e resistência e seus múltiplos enquadramentos e reenquadramentos, tanto nas fotografias em que a multidão é sujeito documentado como nas imagens produzidas por ela. Utilizamos ambas – e, por isso, lançamos mão de um elemento estético para marcar essa diferença: a cor (ou sua ausência).

As imagens em cores e as fotografias em preto e branco estão divididas de maneira que as primeiras foram recolhidas a partir do Facebook e do Twitter por meio de etnografia digital; são expressões *da* multidão, ou seja, imagens produzidas por pessoas engajadas. Já as segundas, sem cores, resultaram da documentação feita intencionalmente para essa pesquisa durante a manifestação do dia 17 em Curitiba; podemos dizer que são expressões, simultaneamente, *sobre a* e *da* multidão: ao mesmo tempo em que contêm uma *intenção sociológica*, elas são fruto de uma observação *participante*, cujo caráter participativo se destaca por meu envolvimento ativista junto às lutas sociais – apesar de não ter participado da organização dos atos de junho e nem ter envolvimento direto com a Anonymous.

De qualquer maneira, mais que uma postura complacente, por meio da qual buscariase *comprovar* algo pré-estabelecido – uma pré-noção (e o envolvimento direto com os Anons e/ou com a organização dos atos de junho não necessariamente implicaria nesse posicionamento), essa pesquisa surge de questionamentos que emergiram na relação dialógica entre prática e teoria sobre o agir político, suas disputas e seus sentidos na atualidade – o que se reflete diretamente na escolha do recorte de pesquisa. Por um lado, a Anonymous: uma polêmica rede conhecida por sua atuação no meio digital cujos participantes são,

simultaneamente, tachados de radicais por alguns e de “coxinhas” por outros; eles apresentam, exemplarmente, a potência e as ambiguidades de grande parte dos jovens que se rebelam. Mas, para além de seu aspecto de *studium*, o que me levou a essa escolha foi o *punctum*: Anonymous me *intriga* – e a máscara, por si só, *fere*, *punge*. Já a escolha das manifestações de junho vem da observação de experiências semelhantes em outros países, quando os protestos surgiram como um tsunami no cenário político brasileiro – e nos quais a máscara também se destacou.

Como só ocorre nos grandes acontecimentos sócio-históricos, esse fenômeno demandou das pessoas que assumissem posição política, por mais difícil que seja compreender o novo que se ensaia – o que implica em uma abundância de posicionamentos de autoridades políticas e acadêmicas a respeito do assunto e leva a debates apaixonados aos quais nem mesmo a ciência está imune. Os protestos provocaram análises conservadoras que constataam, com frustração e até rancor⁹¹, o que é evidente – que as lutas sociais já não são como costumavam ser –, assim como outras, entusiastas, em contraponto às primeiras, encaixam os sujeitos e as situações nas suas categorias para legitimar aquilo que já apontavam, cegos para o que de fato irrompe. A ambas escapam as complexidades – pois, mais que apresentar as respostas, acreditamos que é hora de rever as perguntas. E a fotografia pode ser um excelente aliado para romper com o conformismo teórico e epistemológico, por meio da observação, do esforço interpretativo, da relação direta, corpórea, com o campo de pesquisa e da necessidade de *elaboração de perguntas* e, ao mesmo tempo, de *busca por respostas*⁹² que o fotografar implica (GURAN, op. cit., p. 98).

De acordo com Guran, pela sua própria natureza, a fotografia “obriga a uma percepção do mundo diferente daquela exigida pelos outros métodos de pesquisa, dando assim acesso a informações que dificilmente poderiam ser obtidas por outros meios”, podendo trazer valiosas contribuições *mesmo quando não é possível enquadrá-las no discurso científico* (ibid., p. 99). Digamos que, apesar de ser discurso e, como todo discurso, construído, em alguma medida as fotografias falam por si, e trazem elementos que escapam tanto ao sujeito que fotografa quanto ao que é fotografado; às vezes elas sussurram diferentes histórias e provocam distintas sensações em cada um que as contempla. A fotografia transcende o discurso do fotógrafo, assim como transborda os limites da ciência, favorecendo uma multiplicidade de interpretações; a interatividade é, definitivamente, bastante anterior à

⁹¹ Vide Maria da Conceição Tavares, renomada economista que carrega nos adjetivos aos falar dos “*black blocs*, esses garotos de merda” (2014, p. 27).

⁹² Mais do que busca por respostas, achamos mais adequado encarar esse processo como uma modelagem do *enquadramento interpretativo* do pesquisador.

internet.

A utilização da imagem⁹³ nessa pesquisa é manejada das duas maneiras que, segundo Guran (ibid., p. 95-108), se dão comumente no campo das Ciências Sociais: 1. com o objetivo de se obter informações; 2. para demonstrar ou enunciar conclusões. Na verdade, essas duas facetas se confundem – são fases de um mesmo processo de pesquisa, podendo se alternar no movimento de ir e vir da teoria para o campo. A primeira se dá, prioritariamente, no período de investigação, quando é necessário recolher informações e deixar que a situação abordada guie a pesquisa: “o pesquisador tem, a essa altura, mais perguntas do que respostas, e as fotografias vão refletir essa situação” (ibid., p. 96). A segunda surge quando o discurso do pesquisador ganha corpo, utilizando imagens “para destacar com segurança aspectos e situações marcantes da cultura estudada e desenvolver sua reflexão apoiado nas evidências que a fotografia pode apontar” (ibid., p. 96).

Contudo, as fotos utilizadas na primeira fase, de “reconhecimento do território”, podem vir a adquirir sentido e serem utilizadas depois, na segunda fase, para enunciar ou explicitar conclusões – que foi o que aconteceu com algumas fotos produzidas na manifestação em Curitiba e com imagens recolhidas durante a etnografia digital. Segundo Guran (ibid., p. 96), “embora estejam aqui classificados didaticamente em tempos diferentes, estes dois tipos de trabalho fotográfico tornam-se mais e mais concomitantes à medida que a pesquisa de campo avança”; assim, a imagem pode ser, ao mesmo tempo, “o ponto de partida e o resultado final” (ibid., p. 98).

Outro importante elemento a considerar é o processo de produção das imagens utilizadas: quem a fez, em qual contexto, sob qual suporte técnico, respondendo a qual demanda; e, evidentemente, se foi feita pelo sujeito pesquisado ou pelo pesquisador.

No primeiro caso, quando ela foi produzida ou assumida pela comunidade estudada, encontra-se forçosamente impregnada da representação que a comunidade ou seus membros fazem de si próprios e, por consequência, expressa de alguma maneira a identidade social do grupo em questão. Já a fotografia feita pelo pesquisador [...] é sempre uma hipótese a se confirmar com base no conjunto de dados recolhidos ou por meio de outros procedimentos de pesquisa. (Ibid., p. 96).

As imagens produzidas pela multidão que tomou as ruas em junho de 2013 foram recolhidas por meio da etnografia digital: algumas são ou se baseiam em fotografias, trazendo registros de manifestações e apropriações da máscara de Guy Fawkes no período; outras são o que denominamos *cartazes digitais*, e têm caráter mobilizador direto, de propaganda.

⁹³ Guran concentra seu foco na fotografia; aqui nós estendemos sua análise para as imagens em geral.

Contudo, trata-se de uma propaganda regida por uma outra lógica que não a do mercado, mas engajada – diferente da propaganda comercial, profissionalizada, crucial ao modo de vida consumista da sociedade capitalista. A primeira tem seu eixo no compartilhamento, na colaboração e na viralização; a segunda é regida pela lógica do mercado, no qual imperam a competição e a busca do lucro; a estética dos cartazes reflete essa diferença – mas também sua permeabilidade, sendo que elementos comerciais são frequentemente ressignificados ou reproduzidos pela multidão, como vemos no caso do cartaz da Revolta do Vinagre que apresentamos no primeiro capítulo, que conta com frascos de marcas populares de vinagre, bem como o grito de “vem pra rua, vem”, inspirado num comercial televisivo – e a própria máscara de Guy Fawkes, objeto difundido a partir de um filme bem-sucedido de Hollywood. Paradoxalmente, por trás do engajamento que resulta no uso da máscara há todo um mercado de produção de bens simbólicos, como filmes e histórias em quadrinhos, e esse engajamento dá resultados para a indústria e para o comércio por meio da fabricação e venda da máscara.

Situações na brecha.

Usamos o adjetivo *digital* porque os cartazes engajados de junho aos quais nos referimos são produzidos por meio de ferramentas digitais com o intuito de viralizá-los nas redes sociais digitais. Szaniecki (2007) focou sua pesquisa na análise do que denomina *cartaz político*, uma categoria ampla que abarca desde retratos de autoridades monárquicas e presidentes a cartazes produzidos por ativistas durante maio de 1968 na França e na mobilização internacional contra a Guerra no Iraque em 2003. No nosso caso, acreditamos que vale ressaltar o caráter digital das imagens porque diz respeito ao seu *processo de produção e veiculação*, e até mesmo à sua própria *natureza*. Nossa reflexão acerca do conceito de *rede* aplica-se também às imagens que utilizamos – que, não à toa, conduzem essa pesquisa –, nos seus dois aspectos, que se interpermeiam nesse contexto: tanto o de rede social, que pressupõe uma lógica articulada e de produção comum (ibid.), quanto o de rede digital, que indica a dinâmica de comunicação e compartilhamento característica da internet.

A relação, pensando o digital em contraposição ao analógico, é outra. O suporte físico, tanto das fotografias quanto dos cartazes produzidos de forma digital, frequentemente torna-se secundário – quase um luxo. O custo é diminuído, o processo é facilitado – mas seu potencial de alcance continua sendo favorecido quando reúne, além da motivação política, destreza técnica e sensibilidade artística. Mas é a criatividade a prova dos novos, e o caráter sarcástico dos protestos salta dos cartazes: o riso é a grande arma que subverte o discurso hegemônico e mobiliza contra os abusos do poder. Cabe reconhecer que os “novos” repertórios, que surgem com a popularização da internet e se intensificam com o seu uso cada

vez mais disseminado e corriqueiro, se misturam àqueles clássicos, tão característicos das lutas sociais: marchas, cartazes rudimentares feitos à mão em cartolinas, faixas, palavras de ordem, *sit ins*, jogral. É importante destacar que várias intervenções urbanas, em suporte físico (muitas vezes o próprio corpo), coexistem com a dinâmica digital (SZANIECKI, 2013).

O analógico incorpora elementos do digital e o digital *remixa* o analógico; os cartazes da internet utilizam registros e inspirações das ruas e as ruas reverberam o que se disseminou nas redes digitais. E, permeando esses dois espaços, está o discurso hegemônico, tão presente na mídia de massa e nos posicionamentos de suas fontes oficiais, as autoridades. O novo nunca é inteiramente novo, mas reordena o velho e agrega alguns elementos, assim como resistência e hegemonia são partes de uma mesma dinâmica de confronto, que não só se opõem, mas se inter-constituem.

Utilizaremos essa abordagem da imagem também na análise de produtos culturais que constituem *o imaginário e a simbologia* Anonymous, com foco na máscara: a HQ e o filme *V de Vingança*. O objetivo é compreender como essa rede ativista combina e ressignifica elementos da cultura de massa em seu *enquadramento interpretativo* – que, por sua vez, foi *realinhado* de distintas maneiras pela multidão mobilizada em junho de 2013. Posteriormente, analisaremos a fundo essa relação entre a máscara e a multidão a partir de fotografias que revelam as diversas apropriações que o objeto sofreu e um vídeo-comunicado da Anonymous mobilizando para os protestos de junho, assim como dos distintos *reenquadramentos* sobre o vídeo que a multidão realiza nos comentários. Nesses casos, a análise imagética também será fundamental.

3.3.3. Entrevista

Para complementar as impressões e dados coletados durante a etnografia digital e a observação participante, foram realizadas entrevistas semiestruturadas presenciais com ativistas. A primeira entrevista foi com André Feiges, ativista da pauta da mobilidade urbana, cujo foco foi compreender a trajetória das manifestações de junho em Curitiba desde o ponto de vista dos organizadores dos atos; a segunda foi com o jovem *hacktivista* que se apresenta como Sati, cuja trajetória passou pela Anonymous de 2011 a 2013; e a terceira entrevistada foi Morgana, que atuou intensamente enquanto Anonymous durante as manifestações de junho em Curitiba. As entrevistas tiveram uma média de duração de duas horas e foram eventualmente complementadas via internet com perguntas e informações adicionais.

4. A MÁSCARA E A MULTIDÃO: O SIGNIFICADO DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO E DOS ANONYMOUS EM DISPUTA

IMAGEM 18: A MÁSCARA E A ESTÉTICA DA MULTIDÃO



FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.

Durante as manifestações de junho, a máscara de Guy Fawkes tornou-se um símbolo dos protestos e sofreu as mais distintas apropriações. A máscara, símbolo informal da *ideia* Anonymous – uma complexa forma de atuação política baseada no anonimato que não impõe pressupostos ideológicos nem procedimentos associativos para quem queira dela participar (COLEMAN, 2014) – permite apropriações que repercutem em distintos enquadramentos tanto sobre a Anonymous quanto sobre as manifestações de junho.

A máscara-símbolo já havia sofrido múltiplas (re)significações antes de junho de 2013 – os autores da história em quadrinhos (LLOYD, MOORE, 2012) se inspiraram num rebelde inglês do século XVII para concebê-la e posteriormente a HQ foi transformada em filme de sucesso (V DE VINGANÇA, 2006), que passou a integrar o imaginário popular contemporâneo, especialmente dos jovens.

Analisaremos a dinâmica identitária da rede Anonymous (COLEMAN, 2014; MACHADO, 2013), a trajetória de sua principal referência simbólica, a máscara (V DE VINGANÇA, 2006; LLOYD, MOORE, 2012), e sua relação com o imaginário, a estética e a

ética dos Anonymous e das manifestações de junho, considerando o caráter carnavalesco da multidão (MARTÍN-BARBERO, 2003, SZANIECKI, 2007, 2013, BAKHTIN, 1987; HARDT, NEGRI, 2005). Esses elementos se revelam nos discursos e enquadramentos, que dizem respeito não somente ao que é dito e intencionalmente divulgado, mas também a seus aspectos simbólicos e estéticos (SZANIECKI, 2007, 2013).

Artefato de disfarce, a máscara é pressuposto para a manutenção do anonimato em situações presenciais e simboliza-o nas redes digitais – e, quando utilizada em caráter político, inverte a lógica que reina na política representativa e nas organizações tradicionais, que se dedicam à construção de lideranças com nome e rosto não só identificáveis, mas propagandeados. Além disso, a máscara de Guy Fawkes, especificamente, diz respeito a uma cultura carnavalesca de protesto que une o analógico ao digital, a internet às ruas, e que faz da paródia sua principal arma de luta. Mas sua simbologia e seus usos também incorrem em ambivalências, em que as fronteiras entre hegemonia e contra-hegemonia estão constantemente em disputa. Por isso, a máscara nos conduz à análise das diferentes apropriações que sofreu pela multidão, os significados que lhe foram atribuídos e os conflitos que desencadeou.

As apropriações do mais conhecido símbolo da rede Anonymous por parte da multidão implica em enquadramentos a respeito não só desta *ideia*, mas das próprias manifestações. O significado dos protestos, assim como da Anonymous, entra em disputa por meio da máscara – disputa que será abordada por meio da análise de enquadramento (PRUDENCIO, SANTOS, 2011; SILVA JUNIOR, 2014; SNOW, BENFORD, 1986, 2000; BENFORD, 1993), a qual detalharemos adiante.

A aplicação do método se dará em três etapas: 1. breve análise do trecho do filme *V de Vingança* (2006) no qual o personagem *V* hackeia o canal de TV oficial e veicula seu discurso à população; 2. análise do vídeo-comunicado *Copa das Manifestações 2013 #ManifestationsCup – Anonymous*, publicado pela célula Anonymous Brasil no YouTube no dia 20 de junho de 2013 em mobilização aos protestos; 3. análise dos comentários em resposta ao vídeo tendo como recorte aqueles que se referiram ao uso da máscara. Pretende-se, assim, problematizar o sentido das disputas de enquadramento em torno da máscara durante as manifestações de junho e sua relação com a disputa em torno do sentido dos protestos em si, levando em consideração o imaginário político embutido no objeto.

4.1. ANONYMOUS, ANONIMATO E IDENTIDADE COLETIVA

Aqui identificaremos, brevemente, como o anonimato e a contestação da liderança

revelam a dinâmica identitária da rede Anonymous (MACHADO, 2013; COLEMAN, 2011, 2014). A rede é fundamentalmente baseada numa lógica anti-líder e anti-celebridade, em que o reconhecimento individual e personalizado dá lugar ao reconhecimento coletivo em prol de uma *ideia*; a autoria dos atos e produções da rede é atribuída a uma *legião*⁹⁴. Essa postura também revela-se no fato de que “muitos se dizem Anonymous, mas ninguém se diz *do(a)* Anonymous” (MACHADO, 2013, p.22), como via de regra fazem integrantes de organizações políticas. Neste caso, você não *participa da* ideia, você *é* a ideia.

Ainda segundo Machado (ibid., p. 97), “quando colocam a máscara de Guy Fawkes, os rostos por trás dela são sobrepujados por todo o ideário por ela carregado. Não obstante, ela valeria muito pouco sem essa atuante multiplicidade de rostos” – ou, ainda, nem existiria. O autor conclui que “é por meio de uma renitente invisibilidade individual que os Anonymous conseguem, em diversos momentos, alcançar uma visibilidade coletiva imensa – o que sugere que, tendo em vista o ideário Anonymous, agir politicamente é, antes de qualquer coisa, agir anonimamente.” (ibid., p. 98). Contudo, não se trata de um anonimato que anula as singularidades pessoais, uma máscara que esmaga as individualidades – como ocorre em ações coletivas extremistas centralizadas por uma forte liderança à qual os adeptos devem obedecer sem questionamentos. Ao contrário, no caso da Anonymous, a liberdade e o conflito estão no centro da ação coletiva: liberdade no sentido de qualquer um poder se assumir como Anonymous – e, conseqüentemente, ninguém poder negar a identidade Anonymous a um grupo ou indivíduo; conflito porque questionamentos, discussões e dissidências são parte essencial da dinâmica da ação coletiva da rede.

Apesar da multiplicidade inerente ao potencial de ser apropriada de diversas maneiras, para Coleman (2014, p. 26) a rede não é simplesmente aleatória ou caótica. Segundo a antropóloga, ser Anonymous implica em ter um certo tipo de humor e utilizar determinadas tecnologias para se comunicar; além disso, a *ideia* está baseada numa ética anti-celebridade e intervém politicamente de modos variados e até mesmo surpreendentes. Portanto, como havíamos assinalado anteriormente, o que conecta os Anonymous não é um programa político objetivo, mas hábitos, valores e referências compartilhadas; antes de ser um movimento político, se é que podemos usar o termo *movimento* aqui⁹⁵, trata-se de uma *cultura comum*.

⁹⁴ Desde o primeiro vídeo lançado nas redes digitais, convocando a combater a Igreja de Cientologia, esse revelou-se um dos principais slogans da rede: “Nós somos Anonymous. Somos legião. Não esquecemos. Não perdoamos. Nos aguarde.” O vídeo pode ser conferido aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=JCbKv9yiLiQ>.

⁹⁵ Como explicitamos, sociologicamente acreditamos não tratar-se de uma movimento – mas vários adeptos da rede dizem tratar-se, também, de um movimento político (WE ARE LEGION, 2012).

Como costumam dizer seus adeptos, *Anonymous is not unanimous*⁹⁶. Segundo um deles, como relata Coleman (ibid., p. 57), não se pode negar que se adote o nome Anonymous, mas nunca foi estipulado que os Anonymous precisam ficar unidos ou até mesmo gostar uns dos outros. Pelo contrário, animosidades e conflitos internos fazem parte da cultura Anonymous, e há um compromisso não-oficial (como tudo entre os Anons) com a diferença, a pluralidade e o dissenso (ibid., p. 322). No que tange ao repertório de ação, ao invés de “*weapons of the weak*”⁹⁷, termo cunhado por James Scott para designar as táticas de ação direta frequentemente violentas utilizadas por populações marginalizadas, e que numa avaliação superficial não parecem ter caráter político, a autora sugere o termo “*weapons of the geek*”⁹⁸ no caso dos Anonymous (ibid., p. 114-5), pois trata-se de uma política exercida por uma classe de atores privilegiados e visíveis que frequentemente se encontram no centro da vida econômica (ao contrário dos marginalizados).

Coleman acredita que Anonymous pode ser entendida como o que a antropóloga Chris Kelty denominou, em tom bem humorado, de *superalternos* – em contraposição aos subalternos: são *geeks* com alto grau de instrução, que não somente falam por si mesmos, mas retrucam alto e agressivamente àqueles que se propõem a falar em nome deles (ibid., p. 57). Aqui voltamos à questão da ética anti-liderança: os Anonymous não querem líderes que falem em seu nome ou em nome de ninguém, mas apostam no empoderamento de cada um. “Seja a ideia e faça dela o que você quiser, mas faça”, poderia ser mais um lema informal da Anonymous.

Ao invés de contar com um poder central, e com uma personalidade que fale em nome da rede, Anonymous é “composta por múltiplos grupos que competem entre si”; sendo assim, “poder de curto prazo pode ser atingido por breves momentos, enquanto dominação de longo prazo por parte de um único grupo ou indivíduo é virtualmente impossível” (ibid., p. 403, tradução nossa). Ou seja, não é que a liderança em si esteja ausente entre os Anonymous, mas ela é temporária e alternada, além de geralmente não estar atrelada a uma “identidade real”, mas a um codinome utilizado para ocultar o nome oficial do indivíduo. Tal lógica se contrapõe diretamente a das organizações políticas tradicionais, tanto de direita quanto de esquerda, que focam grande parte de seus esforços na criação de “quadros”, ou seja, na construção de lideranças. Essa diferença é crucial para compreender, por um lado, a dificuldade dos atores políticos tradicionais em dialogar com as inovadoras formas de ação

⁹⁶ “Anonymous não é unânime”.

⁹⁷ “Armas dos fracos”.

⁹⁸ “Armas dos *geeks*”. Geek é uma expressão que designa pessoas inteligentes, solitárias e ligadas às tecnologias; algo como um *nerd* da era digital.

política que se forjam e, por outro, a disseminada rejeição aos partidos, movimentos e ideologias políticas que se revelou durante o auge das manifestações de junho. Tal rejeição pode ser percebida entre a rede Anonymous, apesar de que posturas mais alinhadas à esquerda também a permeiem.

A partir das informações e problemáticas aqui apresentadas, podemos ter uma ideia de como funciona a dinâmica identitária entre aqueles que se identificam como Anonymous. Contudo, um fenômeno cada vez mais frequente a partir de 2011 é a disseminação do uso da máscara de Guy Fawkes em protestos de rua ao redor do mundo – muitas vezes por pessoas que não tem muito ou qualquer conhecimento sobre a rede; a máscara sobrepassou os atores que a tornaram popular no meio ativista e veio a simbolizar uma postura de protesto de modo geral. Essas diversas apropriações têm uma influência na percepção que o público em geral – e a mídia de massa em especial – faz da ideia Anonymous e, conseqüentemente, no que a Anonymous é de fato.

Como destaca Coleman (ibid., p. 291-2, tradução nossa) referindo-se à máscara de Guy Fawkes, “mesmo que todos os símbolos sejam abertos à interpretação, alguns são mais elásticos que outros. Enquanto o símbolo da paz só pode significar um posicionamento, esse homem de sorriso silencioso desencadeou, ao longo dos anos, uma multiplicidade de significados antes de se estabelecer como a face da dissidência popular”; e que continua a se desencadear, num processo de constantes hibridizações e atualizações de seu significado, muitas vezes simultaneamente e em conflito entre si – pois a dissidência popular possui inúmeras e distintas faces.

4.2. IMAGINÁRIO E AÇÃO POLÍTICA: ORIGENS, VERSÕES E SIGNIFICADOS DA MÁSCARA

Para entender um pouco o porquê de justamente essa máscara se transformar em símbolo da rebeldia juvenil por todo o mundo – e, especificamente, da rede Anonymous e durante as manifestações de junho – vamos investigar a trajetória da criação desse artefato simbólico, suas referências e apropriações, para então chegarmos ao seu significado contemporâneo e sua relação com o anonimato. A máscara de Guy Fawkes foi criada pelo desenhista David Lloyd para a HQ *V de Vingança* (2012), elaborada em parceria com o escritor Alan Moore. A ideia surgiu quando eles estavam no processo criativo de definição dos elementos que constituiriam a personagem a partir do argumento inicial; as referências da

obra iam de Aldous Huxley e George Orwell a David Bowie, *O Sombra*, *Batman*, *Fahrenheit 451* e *Blade Runner*.

A história foi publicada por trechos de 1982 a 1985, em preto e branco, e em 1988 foi colorida e disponibilizada na íntegra. O enredo consiste numa distopia situada no final da década de 1990, após a Guerra Fria ter culminado numa tragédia nuclear em escala global: continentes inteiros teriam sumido do mapa – entre eles, a África e a Europa continental. A Inglaterra teria escapado ao extermínio, mas um partido totalitário aproveitaria o clima de pânico para tomar o poder. V é um prisioneiro submetido a pesquisas hormonais que consegue explodir a prisão, fugir e executar seu elaborado plano de vingança contra o sistema. Ele resgata uma garota, Evey, das garras de policiais corruptos; ela se oferece para ajudá-lo em sua vingança – mas sofre de dilemas éticos quanto ao uso da violência, assim como traumas emocionais. V respeita sua índole pacífica e ajuda-a, de forma brutal, a “libertar-se” de seus medos e condicionamentos. (MOORE, LLOYD, 2012).

Mas por que a inspiração em Guy Fawkes? A ideia partiu de Lloyd, que no processo de criação imagética da personagem escreveu em carta para Moore: “por que não retratamos o cara como um Guy Fawkes ressuscitado, no qual não faltaria nada, desde aquelas máscaras de papel machê, capa e chapéu cônico? Ele pareceria muito bizarro e isso daria a Guy Fawkes a imagem que ele merece. Nós não deveríamos queimar o sujeito todo 5 de novembro, mas celebrar seu atentado ao parlamento!” (MOORE, 2012, p. 277)⁹⁹. Aí revela-se o primeiro *reenquadramento* na trajetória da máscara, nesse salto do imaginário histórico para os quadrinhos: o carrasco é transformado em herói – e a máscara é criada por Lloyd a partir das feições do rebelde inglês que tentou explodir o parlamento em 1605. “Súbito, os vários fragmentos desconexos em minha cabeça começaram a se encaixar, organizados pela imagem da máscara de Guy Fawkes”, relata Moore (ibid., p. 277).

Contudo, a relação dessa história de ficção com fatos reais não se restringe a uma revolta num passado distante, mas abarca também o momento socio-histórico em que foi elaborada. Moore estabelece essa conexão explicitamente na introdução à HQ, escrita em 1988: ele cita que naquele ano Margaret Thatcher (que governou de 1979 a 1990) assume seu terceiro mandato

e um jornal tablóide acalenta a ideia de campos de concentração para pessoas com AIDS. Os soldados da tropa de choque usam visores negros, bem como seus cavalos; e suas unidades móveis têm câmeras de vídeo rotativas instaladas no teto. O

⁹⁹ Coleman (2014, p. 291-2) explica que o “*Guy Fawkes’ Day*”, ou o “Dia de Guy Fawkes”, comemora o fracasso da Revolta da Pólvora e a vitória (e continuidade) da monarquia britânica.

governo expressou o desejo de erradicar a homossexualidade até mesmo como conceito abstrato. Só posso especular sobre qual minoria será o alvo dos próximos ataques. [...] Boa noite, Inglaterra. Boa noite, BBC local e V de Vitória. Olá, Voz do Destino e V DE Vingança. (MOORE, LLOYD, 2012, p. 8).

Do final desse trecho é possível estabelecer duas relações: acerca do *V de Vitória*, lema da Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial, do qual *V de Vingança* é uma subversão; e entre a *Voz do Destino*, a narrativa oficial midiática do regime totalitário da HQ, e a BBC local, o popular canal público inglês – analogia que critica o poder da mídia de massa de criar “a versão oficial” da realidade. Podemos inferir desse fragmento que, mesmo se tratando de uma obra de ficção num formato característico da cultura *pop*, a HQ tem caráter político contestatório – o que se destaca no reconhecimento de traços totalitários no regime democrático, explícito na referência aos policiais com visores negros, à vigilância e à “caça às minorias” na Inglaterra naquele momento.

Após a introdução, essa observação se confirma ao longo da narrativa, inclusive a partir de elementos da *cultura hacker*: na fase final do seu plano, V desconecta todas as câmeras e escutas do sistema por três dias e comunica sua façanha à população por meio da *Voz do Destino*, a rádio oficial, *hackeando-a* – ou seja, ele usa a própria emissora do governo para difundir sua mensagem, ocultando sua identidade.

Boa noite, Londres. Essa é a Voz do Destino. Cerca de quatrocentos anos atrás, esta noite, um grande cidadão deu uma enorme contribuição para a cultura popular inglesa. Foi uma contribuição forjada na surdina, no silêncio e no segredo, embora seja melhor lembrada com barulho e muita luz. Para celebrar a mais gloriosa das noites, o governo de Sua Majestade sente-se feliz em devolver os direitos de segredo e privacidade a todos vocês, seus leais súditos. Durante três dias, seus movimentos não serão observados. Suas conversas não serão ouvidas... E “faça o que quiser” será a única lei. (Ibid., p. 188-9)

Com isso, várias pequenas ações ilegais passam a acontecer, como furtos em estabelecimentos comerciais e pichações. A repressão oficial enrijece e uma mulher é assassinada pela polícia por roubar uma lata de feijão, em meio a uma pequena multidão. A partir daí, a revolta contra o “sistema” se desencadeia. Evey questiona V se seria isso a anarquia, ao que V responde: “Não. Esta é a *terra do pegue o que quiser*. Anarquia significa *sem líderes*, não *sem ordem*. [...] Isto não é *anarquia*, Evey. Isto é *caos*.” O mesmo caos preconizado por Hakim Bey (2004) para desestabilizar a ordem autoritária, muitas vezes enrustida de democracia, por meio das Zonas Autônomas Temporárias. “A ordem involuntária gera *insatisfação*, mãe da *desordem*, prima da *guilhotina*. Sociedades autoritárias são como a formação de crostas de gelo. Intrincadas, mecanicamente precisas e, acima de tudo, *precárias*.”

Sob a frágil superfície da civilidade, o caos se convulsiona...” (MOORE, LLOYD, op. cit., p. 199).

Podemos estabelecer, por ora, algumas relações entre a HQ e as manifestações de junho, para além da máscara, a partir do trecho acima: a violência policial desencadeia a indignação popular e, apesar da violência dos manifestantes ser ínfima se comparada à oficial¹⁰⁰, o caos emergiu explicitamente durante as manifestações em casos de depredações e furtos em lojas, principalmente ao final dos protestos. Apesar de acreditar não haver relação direta entre Anonymous e *V de Vingança*, Sati estabelece uma analogia entre o filme e as manifestações de junho: “a ideia do *V de Vingança* é perfeita. O cara explode a parada e **faz com que o povo adira à ideia dele. Na real, tudo o que aconteceu no filme tá acontecendo agora. A galera que usa a máscara tá sendo presa.** No filme, uma criança, uma menina, leva um tiro só porque ela tá com a máscara, porque o governo proibiu o uso da máscara. É o que tá acontecendo, na real” (grifo nosso).

Vemos aqui como o imaginário do filme, além de se inspirar numa cultura de protesto, a retroalimenta e atualiza, atualizando-se também. Ao mesmo tempo em que o filme dá sentido aos protestos (do passado e do futuro; da Inglaterra de 1605, da Turquia e do Brasil de 2013, para citar alguns exemplos que dão noção do poder de abrangência da cultura de massa), os protestos ressignificam o filme. Além disso, embora não houvesse uma ideologia que unisse a diversidade de pessoas mobilizadas, o anarquismo foi a que mais dialogou com as manifestações, e era possível ver bandeiras e outros símbolos anarquistas em meio aos protestos, assim como vários coletivos anarquistas ganharam destaque durante o período¹⁰¹.

Outro importante elemento para a nossa abordagem é a *vigilância*: *V hackeia Destino*, a estrutura informática que vigia a população e concentra as informações do sistema. Na realidade atual, podemos entender a internet como uma mistura de *net*, o projeto científico-militar por meio do qual surgiu a internet, e a *web*, que, como designou Bey (2004), é a subversão que os *hackers* fizeram do projeto oficial, que possibilita que várias Zonas Autônomas Temporárias se conectem em rede – de forma análoga aos ativismos articulados em redes globais desde 2011 analisados por Castells (2013). Mas, ao mesmo tempo que permite a conexão entre as “ilhas piratas” subversivas, a internet é instrumento de vigilância¹⁰². No caso brasileiro, além de ter facilitado, num primeiro momento, uma

¹⁰⁰ Como indica o relatório da organização internacional de direitos humanos Artigo 19 (2014) acerca dos protestos de 2013 no Brasil.

¹⁰¹ Mas até bandeiras anarquistas foram hostilizadas pelo coro “sem bandeira, sem partido”, que passou a ecoar nas manifestações quando elas atingiram seu ápice.

¹⁰² Machado (2013), Silveira (2011) e Galloway (2004) indicam que, para além da possibilidade de

articulação ágil e uma mobilização multitudinária, por meio dessa mesma rede ativistas foram identificados e monitorados, para serem, muitas vezes, arbitrariamente encarcerados. De acordo com Machado (2013, p. 30),

À medida que as sociedades contemporâneas constroem e adotam novas tecnologias digitais de comunicação, despontam, por um lado, formas de comando e de controle cada vez mais precisas e sofisticadas e, por outro, formas inovadoras por meio das quais se resiste a esse controle. A crescente digitalização das informações pessoais, profissionais, culturais, financeiras etc. habilita um rápido e fácil manejo sobre esses dados, o que mantém os indivíduos potencialmente controlados a todo momento. Da mesma maneira, contudo, as ferramentas técnicas que possibilitam tamanho controle não raro são apropriadas com a finalidade de bloqueá-lo, transpô-lo e, frequentemente, hipertrofiá-lo.

E o *anonimato* é um poderoso instrumento nas *reapropriações subversivas das redes de controle*. Em junho de 2013, milhões de pessoas se apropriaram de ferramentas proprietárias, tais como Facebook e Twitter, utilizando-as para algo que não foram programadas: contestar o poder. Mas, da mesma maneira, a reação se adapta às inovações da resistência. “Quando uma nova forma é 'descoberta', sua adequação a uma nova situação torna-se imediatamente óbvia, é amplamente adotada, espalha-se rapidamente e dá a impressão de ser uma inovação dramática”, afirma Tarrow (2009, p. 136) em relação aos repertórios de confronto da ação coletiva.

Pudemos experienciar o desconcerto que o caráter de novidade das manifestações de junho causou, inclusive nas autoridades, e o quanto o uso da internet foi considerado um elemento central desse processo; contudo, passado o “susto”, o poder se rearticula e passa a absorver as novas dinâmicas apresentadas pelas lutas sociais. Eis o desafio da resistência: estar constantemente inovando e driblando a repressão mas, ao mesmo tempo, fazer com essa inovação possa ser assimilada pela “opinião pública”, dialogando com seus valores e suas referências culturais – mesmo que seja para transformá-los. Entretanto, a reação das autoridades poderia ter sido evitada, ao menos parcialmente, por meio do uso do anonimato nas redes digitais – como faz o personagem V e como preconizam os Anonymous, nas redes digitais e nas ruas.

monitoramento dada a vulnerabilidade de dados pessoais, a própria estrutura lógica da internet fomenta o controle – por meio dos formatos, das linguagens de programação e dos protocolos de rede. Linguagens e *softwares* proprietários, assim como protocolos restritivos, condicionam a rede para que seja utilizada como um serviço, em que o indivíduo não tem poder algum a não ser consumir algo pré-programado pelas empresas de *software*. É por meio do desenvolvimento de formatos e linguagens abertos e, principalmente, da subversão dos protocolos, que uma internet “pirata” coexiste com a internet oficial – e esse é o sentido do *hacktivismo*: subverter a lógica do controle.

Contudo, o objetivo aqui não é estabelecer relações diretas – ou causais – entre a HQ e as manifestações de junho, nem mesmo entre o filme e os Anonymous, mas reconhecer conexões que nos permitam fazer uma incursão nesse imaginário comum que se revela por meio da máscara; de acordo com Martín-Barbero (2003, p. 197), “existe uma articulação fundamental e precisa entre conflito e dramaturgia, entre ação e linguagem narrativa, porque as aventuras, as mil peripécias e os golpes teatrais não são exteriores aos atos morais”. Ou seja, entendemos que há uma conexão, por meio do imaginário e da estética, entre a *moral* de V de Vingança e a dos jovens manifestantes – e, evidentemente, há ambiguidades tanto em relação à trama ficcional quanto entre os jovens engajados em junho de 2013.

Foi a adaptação da HQ para o filme (2006) que transformou *V de Vingança* em uma referência cultural compartilhada pelos jovens na atualidade. O roteiro e a produção ficaram a cargo dos irmãos Wachowski, que, anteriormente, escreveram e dirigiram a trilogia *Matrix*, outro ingrediente fundamental da *cultura hacker* contemporânea. Contudo, Moore, conhecido por seu caráter reservado e avesso às badalações da imprensa, em uma das raras entrevistas que concede, disse estar feliz com as manifestações no Brasil, que trata-se de algo maravilhoso e que espera que a população consiga transformá-las em vitória, mas que a HQ não é o meio pelo qual se conecta com elas. Ele não recebe pelos direitos autorais, que ficaram com a DC Comics, prefere não falar sobre a obra, a qual diz que foi tirada dele “por grandes corporações”, e sugere que entrevistem “o artista que ilustrou” a obra – Lloyd, que recebe pelas vendas da máscara e do filme, com o qual contribuiu – para saber sobre a relação dos protestos com a máscara.¹⁰³

Trazemos esses elementos para problematizar a complexa transição desde a HQ, inspirada tanto na trajetória mitológica dos heróis de quadrinhos quanto em fatos históricos e dinâmicas sociopolíticas, para o filme – e daí para o imaginário juvenil e para manifestações políticas ao redor do mundo. A HQ, ao mesmo tempo que é um trabalho autoral e, em alguma medida, politicamente engajado, está inserida num processo de produção e em disputas econômicas e de poder inerentes ao mercado do entretenimento – e consiste, mesmo que com inovações e rupturas, numa narrativa dramática característica dos quadrinhos. No caso do filme, esse processo se acentua, o que pode ser percebido nas mudanças quanto ao conteúdo da história que tal adaptação gerou.

A ênfase dada ao anarquismo na HQ desloca-se ao par romântico Evey e V no filme. Nos quadrinhos, tal romance não existe. V assume uma postura paternal em relação à sua

¹⁰³ Disponível em: <http://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/29/o-que-estao-fazendo-e-maravilhoso-diz-allan-moore-sobre-protestos-no-brasil.htm>

discípula – e quando a imatura Evey pergunta para V porque ele nunca tentou nada com ela, sugerindo uma relação romântica, ele a solta novamente no mundo, a abandona. Já o filme começa e termina com a ênfase no romance.

Disseram-nos que devemos nos lembrar da ideia e não do homem, porque um homem pode falhar: pode ser apanhado, pode ser morto e esquecido. Mas quatrocentos anos depois, uma ideia ainda pode mudar o mundo. Assisti em primeira mão a força das ideias. Vi pessoas matar em nome delas e morrer defendendo-as. Mas não se pode beijar uma ideia. Não se pode tocá-la, nem abraçá-la. As ideias não sangram, não sentem dor. Não amam. (V DE VINGANÇA, 2006, 1min15s – 2min).

Esse texto é narrado por Evey durante a primeira cena do filme (que não existe na HQ), na qual Guy Fawkes está sendo enforcado. A última coisa que ele faz é lançar um intenso olhar para uma mulher em meio à multidão que assiste à execução, que olha para ele e chora. A mensagem romântica do filme é oposta àquela transmitida na HQ, na qual V defende que a adesão à ênfase sociocultural dada à busca por uma vida feliz a dois é uma maneira de estar preso ao sistema. “A felicidade é uma prisão, Evey. A felicidade é a mais insidiosa das prisões. [...] Essa felicidade vale mais do que a liberdade?”, questiona-lhe V (2012, p. 171). A personagem Evey é mais jovem na HQ, mas mais conservadora no filme. Na primeira cena da HQ, que corresponde à segunda do filme, ela está se preparando para se prostituir pela primeira vez; já no filme, ela vai encontrar um colega de trabalho.

Ao mesmo tempo que destaca o romance a dois, tão característico das produções de Hollywood, alguns temas polêmicos que aparecem na HQ são ocultados da trama. Entre eles, o papel social a que as mulheres são submetidas em função dos homens. No filme, é V quem mata o Líder (o governante totalitário da história); já na HQ, é uma mulher – cujo marido, que a maltratava, morre, e que precisa trabalhar num cabaré para se sustentar. Além disso, em meio à intensa e longa busca para conseguir chegar a V, o dedicado detetive vai à prisão, então abandonada, onde a trajetória do (anti) herói começou e usa substâncias lisérgicas para tentar entrar na mente do seu adversário, o que muda sua percepção sobre o caso e sobre sua própria vida; isso acontece na HQ, mas não no filme.

A partir dessa análise da transição da HQ para o filme podemos problematizar as ênfases que as duas distintas narrativas revelam. Concebido para ser um sucesso de público, há certos elementos que o filme agregou e outros que dispensou; apesar de ser algo natural no processo de adaptação de uma obra de uma linguagem para outra, tal escolha não é aleatória. Dos temas menos convencionais, somente um se manteve: a homossexualidade, que é bastante abordada tanto na HQ quanto no filme. As diferenças mais gritantes que percebemos

na adaptação dos quadrinhos para a tela são a retirada da doutrina anarquista e a criação de um romance entre as duas personagens principais, como podemos inferir da análise das últimas cenas do filme.

O final é sensivelmente diferente nas duas versões: na HQ, V cumpre sua função de *destruir* o sistema – o que exige sua morte – e deixa seu legado para Evey, que deve ajudar a *construir* um novo mundo (enquanto V representa a face destrutiva da anarquia, Evey representa a potência criadora). Numa sequência bastante simbólica e imagética, Evey passa do estado de desespero para o de consciência: com V morto à sua frente, ela não sabe o que fazer. Pensa em retirar sua máscara e ver quem está por detrás. Imagina o rosto de seu pai, um ativista que foi morto pelo “sistema”. Imagina seu ex-amante, um traficante que também foi morto pelo “sistema”. Imagina diversas possibilidades para o rosto que está por detrás da máscara, até que... imagina seu próprio. “E finalmente sei. Eu sei quem V *deve* ser” (MOORE, LLOYD, 2012, p. 252). Ela desiste de desmascará-lo, caminha, vai até um espelho e olha a si mesma. O seu sorriso, refletido, é igual ao da máscara.

Já no filme, Evey também ajuda V a cumprir seu desígnio, contudo o beija, eles declaram seu amor um para o outro antes de se despedirem para sempre e ela *não* assume a máscara para si. Na última cena, observando a multidão de cima, ela repete a mensagem da primeira: *ideias não amam*. Já a mensagem da HQ é de que *ideias são à prova de bala*. Mas, apesar da adaptação do filme, pelos elementos aqui apresentados, indicar uma certa despolitização e romanticização em comparação ao caráter original da história, foi em grande medida *essa* a versão que tocou a atual geração de jovens – não a da HQ. Evidentemente, o amplo alcance da indústria cinematográfica em comparação aos quadrinhos é um importante fator para explicar tal diferença, mas o fato é que o filme dialogou com o imaginário político-cultural de milhões de pessoas ao redor de todo o mundo, destacadamente os jovens.

A cena final do filme é bastante ilustrativa da influência que a obra cinematográfica exerceu sobre os jovens manifestantes: mesmo com toda a repressão do governo, a população responde ao chamado de V e comparece no dia cinco de novembro, em celebração à Revolta da Pólvora, em frente ao parlamento inglês. São tantas pessoas e o “sistema” já está num caos tão grande (todas as lideranças autoritárias foram assassinadas) que os policiais abrem mão de sua postura repressiva. Mas o mais importante é como essas pessoas aparecem: todas vestidas como V, com a máscara de Guy Fawkes sobre a face. Todos *são* V, pois V é uma *ideia* (assim como a Anonymous, que se apresenta como uma *ideia*). O parlamento explode junto com fogos de artifício e as pessoas, maravilhadas, começam a tirar suas máscaras para ver o espetáculo. Na medida em que as máscaras vão caindo, aparece o rosto de várias personagens

que, ao longo da narrativa, morreram lutando contra o “sistema”. A máscara, ao mesmo tempo que não representa ninguém, representa a todos.

Na HQ, a população também atende ao chamado de V, mas somente Evey se apodera da máscara, e faz um discurso para a multidão, de cima de um prédio:

Boa noite, Londres. Eu gostaria de me apresentar, mas verdade seja dita, eu não tenho nome. Podem me chamar de 'V'. Desde a aurora da humanidade, um punhado de opressores assumiu a responsabilidade sobre nossas vidas. Responsabilidade que *nós* deveríamos ter. Ao fazer isso, eles tomaram o poder. Ao nada fazermos, nós o entregamos. Nós vimos onde seus caminhos levaram, através de campos e guerras, rumo a matadouros. Na anarquia, há *outro* caminho. Com a anarquia, dos destroços vem vida nova, esperança renascida. Dizem que a anarquia está morta, mas vejam... As notícias de minha morte foram... *exageradas*... [...] Hoje vocês irão escolher entre uma vida própria ou o retorno aos *grilhões*. Escolham com cuidado. *Adieu*. (Ibid., p. 260).

Na sequência, a população se lança como um enxame contra a polícia (que, ao contrário do que acontece no filme, não recua). É interessante que, apesar de o caráter político-ideológico ter sido, em alguma medida, retirado do filme, é justamente uma cena que não existe na HQ que pode ser interpretada como a influência mais nítida da história sobre a atuação dos Anonymous nas ruas – e, também, em revoltas populares ao redor do mundo: o uso da máscara pela multidão (WE ARE LEGION, 2012, 39min). Aqui voltamos ao dilema que os atores socialmente engajados encaram, explicitado por Tarrow (2009, p. 140): “desenvolver símbolos dinâmicos que criarão novas identidades e realizarão mudanças e oferecer símbolos que sejam familiares às pessoas e baseados em suas próprias culturas”.

A influência do filme V de Vingança (2006) sobre os jovens e os protestos revela esse dilema na prática: o reenquadramento que o filme efetua a partir dos quadrinhos, ao mesmo tempo que apresenta elementos de adaptação a valores hegemônicos, dialoga com os jovens e os incita politicamente: desperta uma postura crítica e um desejo de mudança – mesmo que, de certa forma, *romântica e heróica*. Afinal, quem bola o plano e o executa é o sujeito por trás da máscara, a partir de *sua* interpretação da realidade – de *seu enquadramento* –, de *sua capacidade pessoal*, o que pode ser interpretado com uma postura individualista, meritocrática e, no limite, autoritária (e aqui caberia o debate em torno dos *procedimentos democráticos*, ou melhor, sua ausência, nesse processo). Segundo a perspectiva heróica, tudo dependeria de um indivíduo traçar um plano infalível contra os detentores do poder e executá-lo.

Por outro lado, o caráter heróico não é exclusivo da cultura de massa, mas remete aos mitos ancestrais que acompanham a humanidade ao longo da história e, possivelmente,

segundo Martín-Barbero (2003, p. 249), “diante de heróis que rompem com o paradigma narrativo ao caírem vitimados por um sistema social injusto, surge uma reinterpretação por parte das massas de leitores e espectadores que torna possível o reconhecimento da crise, da cisão que se está operando na sociedade e na vida”. Aí reside o trunfo político de *V de Vingança*, que conecta a história com as manifestações: propiciar que, a partir da trama, espectadores interpretem e questionem sua própria realidade. Ainda de acordo com Martín-Barbero, é uma característica da cultura popular que a estética esteja em continuidade com a ética, em que um “reconhecimento entre narrativa e vida deslancha, conectando o leitor [ou espectador] com a trama até alimentá-la com sua própria vida” (ibid., p. 197). E a cultura de massa se apropria de elementos da cultura popular: ao mesmo tempo que é ressignificada por ela, a ressignifica.

A partir dessa ambiguidade, questionamos em que medida, afinal, a ficção permite ver outras possibilidades da realidade ou, por outro lado, se distancia dela por meio de sua estrutura mítica, que não abarca as ambivalências e desafios do real. Nas narrativas presentes na cultura de massa, “o surpreendente e inesperado invade o campo das soluções, naturalizando assim as fantasias e produzindo uma sensação de movimento que encobre a ausência de verdadeiras mudanças” (ibid., p. 199-200); mas, simultaneamente, tais produtos dialogam diretamente com uma matriz cultural popular “que não opera por conceitos e generalizações, mas sim por imagens e situações” e que “sobrevive no mundo da indústria cultural, onde permanece como um poderoso dispositivo de interpelação do popular” (ibid., p. 258). É uma faca de dois gumes.

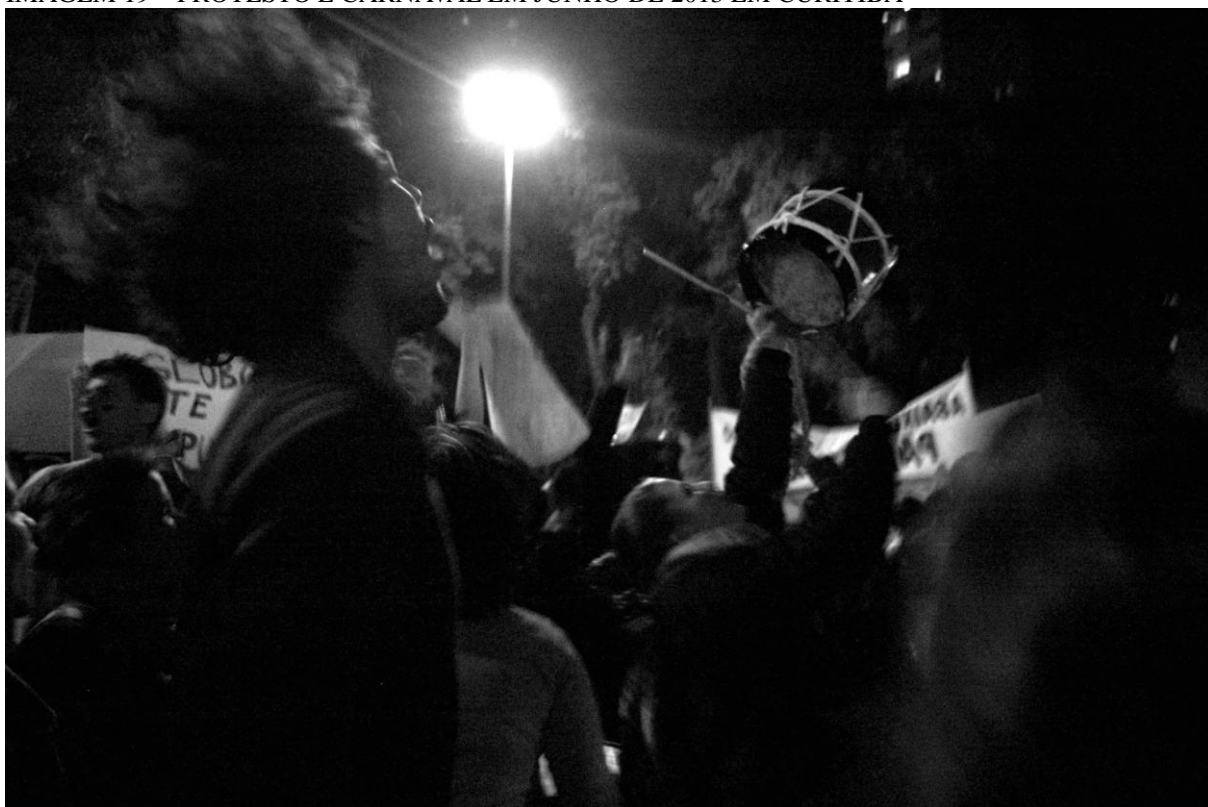
A influência de *V de Vingança* (2006; LLOYD, MOORE, 2012) nos Anonymous e nas manifestações de junho é, portanto, eminentemente *simbólica*, contribuindo com elementos para a construção do *imaginário* dos jovens e das lutas sociais – o que pode ser reconhecido não só em inovações no repertório e na estrutura da ação coletiva de confronto (destacadamente, o uso da máscara e a ausência de lideranças explícitas), mas nos valores que motivam o engajamento e que permitem a criação de laços de solidariedade entre os grupos e indivíduos, colocando-os lado a lado num confronto contra elites e autoridades.

Contudo, as tramas ficcionais, construídas por seres sociais em meio a estruturas culturais, políticas e econômicas, revelam as mesmas ambiguidades do real – portanto, necessariamente, sua influência na realidade sempre será uma faca de (no mínimo) dois gumes. Isso não deslegitima a importância dos atores engajados nas lutas sociais na transformação da realidade, mas se reflete nas incoerências e multiplicidades de sua atuação: ao mesmo tempo em que se revoltam contra práticas, estruturas e valores hegemônicos, esses

mesmos valores, práticas e estruturas podem ser reproduzidos em maior ou menor grau por aqueles que os contestam. A influência, mesmo que indireta, do filme sobre manifestantes, é exemplo concreto da complexa trama do real em que ficção e realidade, contestação e cumplicidade, engajamento e consumo, se justapõem. E as distintas apropriações da máscara nas manifestações, as disputas em torno de seu significado, revelam essa ambiguidade.

4.3. A MÁSCARA COMO ALEGORIA POLÍTICA: APROPRIAÇÕES E SIGNIFICADOS EM JUNHO DE 2013

IMAGEM 19 – PROTESTO E CARNAVAL EM JUNHO DE 2013 EM CURITIBA



FONTE: a autora, 17 de junho de 2013.

Nesta etapa do trabalho, as diversas apropriações da *ideia* Anonymous durante as manifestações de junho serão problematizadas a partir de fotos e cartazes compartilhados nas redes sociais digitais que permitem explorar o modo como a máscara propicia múltiplos enquadramentos. Iniciaremos abordando a relação da máscara com a estética e a postura carnavalesca da multidão – e na subversão e ambivalências que tal postura implica (SZANIECKI, 2007, 2013; BAKHTIN, 1989; MARTIN-BARBERO, 2003).

Em “A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François

Rabelais”, Bakhtin (1987) analisou a estética do realismo grotesco por meio do riso e do carnaval, elementos que revelam o potencial subversivo da cultura popular em seu duplo aspecto – tanto contestatório quanto regenerador, ou seja, destrutivo e construtivo. Assim como “esse riso é ambivalente: alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente” (ibid., p. 10), o carnaval da Idade Média, ao contrário das festas oficiais, era o

triunfo de uma espécie de liberação *temporária* da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus. Era a autêntica festa do tempo, a do futuro, das alternâncias e renovações. Opunha-se a toda perpetuação, a todo aperfeiçoamento e regulamentação, *apontava para um futuro ainda incompleto*. (Ibid., p. 8-9, grifos nossos).

O humor carnavalesco, de acordo com Bakhtin, se opunha às hierarquias e normas oficiais e criava um tempo no espaço público em que a separação entre atores e espectadores era suspensa – e, com as regras do cotidiano sendo ridicularizadas ou deixadas de lado, abria-se todo um campo para o contato interpessoal e a inovação. “Nessa circunstância a festa convertia-se na forma de que se revestia a segunda vida do povo, o qual penetrava *temporariamente* no reino utópico da universalidade, liberdade, igualdade e abundância” (ibid., p. 8, grifo nosso), o que dialoga com o conceito de Zona Autônoma Temporária de Hakim Bey (2004).

As ações dos Anonymous e os protestos de junho de 2013 podem ser compreendidos como Zonas Autônomas Temporárias carnavalescas, nos quais leis e convenções são subvertidas e pode-se *vislumbrar* o novo – sempre imperfeito, inacabado e ambivalente. Tal ambivalência reside na capacidade de negar e denunciar mas também de agir e criar. De acordo com Bakhtin, essa dupla característica foi abalada na posterior apropriação do grotesco pela estética romântica¹⁰⁴: ainda que também apontasse para “a possibilidade de uma ordem totalmente diferente de mundo” (ibid., p. 30), ao dar ênfase à sua força liberadora em detrimento da força regeneradora, o grotesco perdeu “o seu tom jocoso e alegre” (ibid., p. 34) – e assim, seu potencial constituinte, crítica frequente em relação às manifestações de junho e

¹⁰⁴ Segundo Bakhtin, “o grotesco romântico foi um acontecimento notável na literatura mundial” que “representou, em certo sentido, uma reação contra os cânones da época clássica e do século XVIII”, mas que, “ao contrário do grotesco da Idade Média e do Renascimento, diretamente relacionado com a cultura popular e imbuído do seu caráter universal e público, o grotesco romântico é um grotesco de *câmara*, uma espécie de carnaval que o indivíduo representa na solidão, com a consciência aguda do seu isolamento” (p. 33). Levamos em consideração o que Bakhtin entende como degeneração romântica do grotesco mesmo que as manifestações de junho tenham sido um processo eminentemente coletivo, protagonizado por uma multidão, devido ao fato de estarem inseridas numa sociedade cada vez mais individualizada – o que certamente tem relação com a ação coletiva contemporânea e, eminentemente, com a perspectiva heroica-individualista de V de Vingança (MOORE, LLOYD, 2012; V DE VINGANÇA, 2006).

aos Anonymous, os quais, apesar de conservarem esse “tom jocoso e alegre”, muitas vezes o substituem por outro ameaçador. Afinal, além de negar e denunciar, além de *destruir*, o que propõem-se a *construir*?

Como já explicitamos (mas entendemos ser importante enfatizar novamente), compreendemos que a política deve ser encarada como processo que, como tudo o que é vivo, é permeado de ambiguidades – e que o novo nunca está dado, mas se faz a partir do passado, trazendo em si suas históricas contingências: o presente realiza a mediação entre as conquistas, insatisfações e conflitos pretéritos e os sonhos e utopias que residem no horizonte futuro. Trata-se de reconhecer as ambiguidades e limitações das ações políticas contemporâneas, mas também suas potencialidades, entendendo-as como *percurso*, como parte de um processo político que, mais do que resultar em saldos objetivos, é constituído por transformações políticas, sociais e culturais – e que, em contrapartida dialógica, as constitui. Processo perceptível também na estética da multidão, pois como indica Szaniecki (2013), “os discursos não apenas são múltiplos como estão, eles também, em movimento”.

Indubitavelmente, mesmo em meio a conflitos, reproduções e desencantamentos, os protestos de junho de 2013 possuem uma faceta geradora, que pode ser facilmente reconhecida nas inovações referentes ao repertório de ação, seu aspecto mais visível, e no que Szaniecki denomina *estética de potência*, que “não se limita à representação crítica do poder, mas constitui novas linguagens através do trabalho da multidão” (2007, p. 98). A autora entende que “a estética parte do olhar, mas não se restringe ao campo do visível e ainda menos à produção de imagem. Quando falamos em estética, a introdução do corpo e da voz é fundamental” (2013).

As inovações constituintes são perceptíveis na estética e na ética, assim como nos repertórios, enquadramentos, posturas e relações que constituem as estruturas de mobilização da multidão. Ou, em outras palavras, no formato e no conteúdo dos discursos, assim como nas práticas – e como já assinalamos, o conceito de *rede*¹⁰⁵ é crucial para compreender essas entramadas transformações, o que nos remete às inovações referentes às estruturas de mobilização da multidão. A partir de Hardt e Negri (2005, p. 274, grifo nosso), podemos perceber como o tom carnavalesco dos protestos ultrapassa o âmbito do repertório e da linguagem, apesar de contê-los:

¹⁰⁵ Ainda segundo a autora (ibid., p. 119), referindo-se a Negri, “dar à multidão uma forma política, que não seja de alienação da potência produtiva e da liberdade dos sujeitos, significa analisar os dispositivos de cooperação que se formam e se estendem através das redes”.

Numa concepção polifônica da narrativa, não existe um centro que determine o significado, surgindo este exclusivamente das trocas entre todas as singularidades em diálogo. Todas as singularidades expressam-se livremente, e através de seus diálogos elas criam juntas as estruturas narrativas comuns. Em outras palavras, a narração polifônica de Bakhtin coloca em termos linguísticos uma noção da produção do comum numa estrutura em rede aberta e disseminada.

[...] os protestos também são festivais de rua nos quais a indignação dos manifestantes coexiste com sua alegria carnavalesca. Mas os protestos não são carnavalescos apenas em seu clima, *mas também em sua organização*. É aqui que entra Bakhtin. Na organização política, como na narração, existe um constante diálogo entre sujeitos diversos e singulares, uma composição polifônica entre eles e um enriquecimento geral de cada um deles através dessa constituição comum. A multidão em movimento é uma espécie de narração que produz novas subjetividades e novas linguagens.

A linguagem, o formato e as dinâmicas organizativas não estão desassociados, mas são elementos de uma mesma trama e se inter-constituem, *dialogicamente*. O “carnaval político em rede”, tal como o carnaval medieval visto desde a ótica política por Bakhtin (1987, p. 9), incorre na “eliminação provisória, ao mesmo tempo ideal e efetiva, das relações hierárquicas entre os indivíduos” e cria na praça pública “um tipo particular de comunicação, inconcebível em situações normais” que implica na elaboração de “formas especiais do vocabulário e do gesto da praça pública, francas e sem restrições, que aboliam toda a distância entre os indivíduos em comunicação, liberados das normas correntes da etiqueta e da decência”, o que produziu, na Idade Média, o aparecimento de uma linguagem carnavalesca típica – e, entre a multidão de junho de 2013, de uma linguagem, uma estética e uma cultura de protesto típica, da qual a máscara, além de ser acessório, tornou-se *símbolo*.

A linguagem carnavalesca grotesca “caracteriza-se, principalmente, pela lógica original das coisas 'ao avesso', 'ao contrário’”, construindo-se, “de certa forma como *paródia* da vida ordinária, como 'um mundo ao revés’” (ibid., p. 10, grifo nosso), assim como a linguagem carnavalesca de protesto de junho de 2013, que subverteu e parodiou a mídia de massa, o poder político e o mercado por meio dos seus reenquadramentos, dos quais “V de Vinagre”, “vem pra rua”, “o gigante acordou” e “vândalo é o Estado” são exemplos.

Essa linguagem faz parte (não só *representa*, mas também *cria*, retroalimenta) uma ética e uma prática política que, justamente, se coloca contra qualquer forma de *representação* (SZANIECKI, 2007). Estabelecendo mais uma relação com a análise de Bakhtin (1987, p. 17), para quem “o traço marcante do realismo grotesco é o relaxamento, isto é, a transferência ao plano material e corporal, o da terra e do corpo na sua indissolúvel unidade, de tudo o que é elevado, espiritual, ideal e abstrato”, durante as manifestações de junho a multidão arrancou a política do plano abstrato – em que os representantes eleitos se comunicam com os eleitores por meio da televisão e do jornal de forma espetacularizada, evidenciando a delimitação

palco/plateia entre representantes e representados –, para o espaço público, para a vida das pessoas. Durante o carnaval rebelde de junho de 2013, a política foi retirada do pedestal e levada às ruas – foi *encarnada* pela multidão.

Essa corporificação da política se dá a partir de uma estética e de uma linguagem interconstituídas na materialidade das ruas e na internet, numa *mixagem* entre o digital e o analógico, que são completamente diferentes, senão opostas, àquelas da política institucionalizada. A oratória formal individual, o tom sério e limpo e o sorriso publicitário que constituem a estética de palco do poder são diametralmente opostos aos gritos, cartazes e máscaras da multidão, na qual os corpos se esbarram e se misturam sem formalidades na rua, num mesmo plano sem palco e sem plateia onde todos são atores. (SZANIECKI, 2007).

Szaniecki (2013) observa que a estética da multidão faz a ponte entre o digital e o analógico, sendo “visível, nos cartazes das redes, um uso mais acentuado dos recursos *high tech* (imagens realizadas com softwares de imagem e de composição tipográfica) se comparados aos recursos *low tech* e gambiarras dos cartazes das ruas (os cartões e cartolinas com escritas à mão [...]). Mas o tom caricatural, carnavalesco e antropofágico é frequente em todos.” E, muitas vezes os cartazes das ruas inspiram os da internet e vice-versa. Outra prática frequente durante as manifestações foi o compartilhamento nas redes digitais de vídeos e fotos realizados não só pela mídia de massa, mas pelos próprios manifestantes e coletivos ativistas voltados para a produção midiática (*mediativistas*, como frequentemente se denominam). Os registros das ruas eram digitalizados e compartilhados pelas redes digitais, muitas vezes simultaneamente aos protestos, mobilizando mais gente para ir para às ruas – ou, a partir dos conflitos entre manifestantes e as denúncias de “vandalismo” nas manifestações, desmobilizando, provocando o esvaziamento dos atos – práticas e formatos que também constituem a *estética da multidão* (ibid.).

Não por acaso, uma máscara que simboliza a recusa da delegação do poder a lideranças, que burla da autoridade e a desafia por meio de seu sorriso e que protege a carne da multidão da vigilância oficial virou símbolo da revolta popular. Uma máscara que, assim como os protestos de junho, realiza a hibridização entre as ruas e as redes digitais, entre cultura e política, por meio da irreverência e da indignação popular. De acordo com Coleman (2014, p. 409, tradução nossa), “ao adotar a máscara, a qual o sociólogo Richard Sennett nota que é 'um dos artefatos culturais mais antigos que conecta o palco e a rua', Anonymous levou a dinâmica de traquinagem teatral da internet para o cotidiano da resistência”. Eis, em grande parte, o sentido da apropriação que os jovens rebeldes fizeram da máscara de Guy Fawkes em junho de 2013 no Brasil, que se insere numa simbologia muito mais ampla:

O motivo da máscara é [...] o mais complexo, mais carregado de sentido da cultura popular. A máscara traduz a alegria das alternâncias e das reencarnações, a alegre relatividade, a alegre negação da identidade e do sentido único, a negação da coincidência estética consigo mesmo; a máscara é a expressão das transferências, das metamorfoses, das violações das fronteiras materiais, da ridicularização, dos apelidos; a máscara encarna o princípio de jogo da vida, está baseada numa peculiar inter-relação da realidade e da imagem, característica das formas mais antigas dos ritos e espetáculos. O complexo simbolismo da máscara é inesgotável. [...] É na máscara que se revela com clareza a essência profunda do grotesco. (BAKHTIN, 1987, p. 35).

E, tal como o riso, Bakhtin acredita que o grotesco romântico descaracteriza, em parte, o potencial emancipador da máscara, que “empobrece-se e adquire várias outras significações alheias à sua natureza original” quando “dissimula, encobre, engana”. Para ele, no Romantismo, “a máscara perde quase completamente seu aspecto regenerador e renovador, e adquire um tom lúgubre. [...] Pelo contrário, no grotesco popular, a máscara recobre e natureza inesgotável da vida e seus múltiplos rostos”. (Ibid., p. 35). Podemos perceber tanto características que Bakhtin atribui ao grotesco romântico quanto ao popular na significação que os Anons dão à máscara de Guy Fawkes: de fato, ela dissimula, encobre e engana – mas não entendemos esse processo *só* como empobrecimento, mas também como uma importante tática para driblar o controle e as leis, o que possibilita a instalação temporária de “carnavais políticos” – além de, definitivamente, recobrir múltiplos rostos. A partir de Bakhtin, Martín-Barbero (2003, p. 107-8) alude aos dois aspectos da máscara. Para ele,

A máscara, [...] dispositivo do cômico e do carnaval, exprime ainda mais plenamente a negação da identidade como univocidade. A máscara está na mesma linha de operação que [...] os apelidos: ocultação, violação, ridicularização da identidade, e ao mesmo tempo realiza o movimento das metamorfoses e as reencarnações, que são o movimento da vida. Mas a máscara joga também sobre um outro registro de sentido, é estratégia de encobrimento e dissimulação, de engano da autoridade e inversão das hierarquias.

Reconhecemos o caráter de encobrimento e dissimulação que a máscara proporciona, mas não o entendemos, necessariamente, como algo *degenerador* – e nem o faz Martín-Barbero. Assim como a máscara compõe a estética carnavalesca dos protestos (SZANIECKI, 2013), ela permite que, por meio do anonimato, se burle as artimanhas repressivas do sistema, além de agregar um tom lúdico e performático às manifestações. Justamente por encobrir e dissimular, a institucionalidade tem dificuldade em lidar com a máscara – dificuldade que revela que o encobrimento que proporciona, de fato, tem o poder de *hackear* a ordem vigente.

Vários projetos de lei surgiram após junho de 2013 para proibir o uso de máscaras

em manifestações – inclusive no Rio de Janeiro, cidade que abriga o carnaval mais famoso do país, situação na qual há máscaras em abundância. Como diferenciar o que é protesto e o que é celebração? Torna-se cada vez mais difícil, porque os protestos, mesmo sob intensa repressão, fazem do riso, da chacota, da subversão por meio do humor, sua maior arma. *O protesto muitas vezes é também uma celebração*, e vice-versa.

A discussão em torno do anonimato, frequente na esfera digital¹⁰⁶, ganhou ênfase no âmbito material a partir dos protestos de junho, e acalorou discussões jurídicas sobre o tema (COSTA, 2014). A máscara permite driblar as artimanhas de controle – e por isso passou a ser encarada pelas autoridades como uma *ameaça à ordem*. Contudo, manifestantes argumentam que policiais, que são funcionários públicos, ocasionalmente utilizavam visores negros – tal como na Inglaterra em que vivia Moore na década de 1980 – e não apresentavam identificação em seus uniformes durante os protestos de junho, a partir dos quais a violência oficial brasileira virou manchete em todo o mundo. Aqui reside um ponto atual do debate político: das liberdades que devem ser resguardadas aos indivíduos e das obrigações às quais os governos devem se submeter para que sejam *realmente* democráticos. De acordo com Machado (2013, p. 98, grifo nosso),

Ao mesmo tempo que optam por esconder suas identidades, colocando-as a serviço de uma identidade coletiva totalmente anônima e difusa, os Anonymous exigem transparência e rigor por parte dos mais variados governos e corporações espalhados pelo mundo – o que leva a outro de seus lemas não oficiais: *transparência para eles; privacidade para nós*. Nesse sentido, para os Anons, o anonimato é válido como ferramenta política unicamente para os que não estão no poder. Por sua vez, quaisquer Estados ou empresas que tentarem se valer dele para qualquer propósito serão alvos em potencial.

Num mundo em que a privacidade individual é cada vez mais violada por empresas e governos em nome de uma suposta segurança, em que dados de usuários das redes sociais digitais são transformados em mercadoria (o que remete ao recente ditado popular “se você não paga pelo produto, você é o produto”), em que câmeras de vídeo registram os movimentos dos indivíduos nos espaços públicos, em que escândalos de vigilância de governos sobre seus cidadãos e de governos entre si são denunciados por indivíduos e coletivos que passam a ser duramente perseguidos devido às suas revelações (COLEMAN, 2014), em que a instituição que deveria zelar pela segurança pública utiliza-se do anonimato para reprimir o direito de manifestação de civis, o anonimato vinculado à resistência política é

¹⁰⁶ De acordo com Machado (2013, p. 98), o anonimato nas redes digitais permite “iludir os sistemas de vigilância online implementados sistematicamente por governos e corporações em todo o mundo, empoderando os cibercidadãos ao possibilitar-lhes mais liberdade de ação”.

uma legítima e eficaz arma de contra-poder. A máscara e o anonimato confundem todo um aparato jurídico-burocrático, baseado na identidade dos indivíduos, assim como as autoridades políticas, que perdem grande parte do seu poder de cooptação quando são impossibilitadas de negociar com lideranças a partir de pautas específicas – pois o que a multidão deseja, em grande medida, não pode ser negociado nos balcões, não há um líder que as represente, e a máscara simboliza justamente essa faceta da multidão. A apropriação da máscara de Guy Fawkes por jovens rebeldes surge desse contexto, no qual revela-se instrumento para driblar o poder e manifestar revolta de uma forma, sobretudo, irônica. Ela recobre múltiplos rostos, que não são esmagados pela máscara, mas se fundem a ela, adotando alguns de seus traços e atribuindo-lhes outros, caso a caso.

A máscara-símbolo dos Anonymous traz em si os elementos de encobrimento e desafio disseminados pelo imaginário contido no filme *V de Vingança* (2006), mas por outro lado é preenchida com as características individuais (ou também coletivas, como no caso dos Anons) de quem a adota. Eis a *elasticidade simbólica* à qual Coleman (2014, p. 292) se refere, e que podemos inferir a partir das imagens de distintas e até mesmo antagônicas apropriações da máscara durante e após as manifestações de junho (o que reforça que entendemos as manifestações de junho como um processo, cujos embates e estética se prolongam) que apresentamos a seguir:

IMAGEM 20 – ALDEIA MARACANÃ VESTE A MÁSCARA



FONTE: arquivo pessoal, 18 de outubro de 2013.

IMAGEM 21 – MASCARADO PEDE INTERVENÇÃO MILITAR



FONTE: arquivo pessoal, 10 de julho de 2013.

IMAGEM 22 – MÁSCARA DE GUY FAWKES ENTRE BLACK BLOC



FONTE: arquivo pessoal, 7 de outubro de 2013.

Nestes três exemplos, o que há em comum é uma revolta contra o que está dado, contra os governos atuais¹⁰⁷ – mas sob perspectivas inteiramente distintas. Na primeira imagem (20), duas meninas indígenas posam com a máscara em postura de desafio, com os braços cruzados e adereços indígenas na cabeça, frente a um letreiro que diz “Aldeia resiste contra ditaduras – 1964 – 2013”. Trata-se de uma ocupação indígena no antigo Museu do Índio, ao lado do Maracanã, lendário estádio de futebol no Rio de Janeiro, então ameaçada de desocupação pelo Estado devido a obras para a Copa do Mundo. A foto foi tirada por um ativista dentro do prédio ocupado, e pode-se perceber pela danificada parede ao fundo que o imóvel esteve abandonado. A luta da Aldeia Maracanã se somou às diversas outras pautas durante os protestos de junho e contou com apoio direto da célula Anonymous Rio¹⁰⁸. A máscara-símbolo foi customizada para difundir a luta indígena e transformada em foto de perfil pelos Anons cariocas no Facebook:

IMAGEM 23 – ARTE GRÁFICA DA ANONYMOUSRIO EM SOLIDARIEDADE À ALDEIA MARACANÃ



FONTE: arquivo pessoal, outubro de 2013.

¹⁰⁷ Usamos o plural para enfatizar as três esferas, pois os protestos estiveram inseridos em contextos, além de nacional, estaduais, municipais e locais.

¹⁰⁸ Publicação no Facebook da Anonymous Rio solicitando doações para a Aldeia Maracanã em agosto de 2013: <https://www.facebook.com/anonymousrio/posts/596424430407909>.

Aqui a máscara, cuja concepção na HQ remete a um rebelde inglês do início do século XVII, que dos quadrinhos foi transformada em filme, posteriormente em símbolo dos Anonymous, na sequência em símbolo de revoltas multitudinárias pelo mundo e, ainda, das manifestações de junho de 2013 no Brasil, ganha mais um elemento: o da luta dos povos indígenas pelos seus direitos no país. Tal como os protestos de junho e a rede Anonymous, a máscara, esse símbolo tão híbrido e tantas vezes apropriado, tem o potencial de absorver múltiplos significados, ao mesmo tempo que agrega seu imaginário às lutas pelas quais é incorporada. Nessa imagem especificamente, vemos um interessante *remix* que mescla cultura tradicional indígena (Aldeia Maracanã), cultura de massa (*V de Vingança*) e cultura digital (Anonymous).

Na segunda imagem (21) um homem branco, que caminha ao lado de uma faixa em que se lê “contra o comunismo” (o que remete à frequente associação conservadora que associa o governo do PT ao comunismo), leva um pano preto no rosto, a máscara de Guy Fawkes suspensa na parte de trás da cabeça e carrega um cartaz que reivindica intervenção militar. Diferentemente das outras duas, essa foto possui uma estética *voyeur*, como se o fotógrafo tivesse feito o registro de maneira dissimulada, para não ser reconhecido – ao contrário das outras duas imagens. Infere-se que, enquanto aquelas foram feitas sob o intuito de propaganda-ativista, com o consentimento dos fotografados (o que percebe-se pelo ângulo frontal das imagens, que denota um contato visual direto entre fotógrafo e fotografado), essa parece ter objetivo de denúncia, de registrar a apropriação “indevida” da máscara – o que verifica-se pelo enquadramento que soa improvisado e apressado e pelo fato de o sujeito fotografado estar de perfil, aparentemente alheio ao ato do registro.

Essa apropriação da máscara exemplifica como sua popularização pode arrastá-la para longe do imaginário de sua origem, até mesmo para seu contrário – afinal, V lutava *contra* um regime militar (MOORE, LLOYD, 2012; V DE VINGANÇA, 2006). A captura reacionária da máscara também pode ser percebida a partir de outro exemplo: segundo o site de notícias do jornal O Globo (2013), um policial infiltrado (“P2”, no jargão ativista) em meio a manifestantes no Rio de Janeiro utilizou-se da máscara de Guy Fawkes para disfarçar-se em meio à multidão. Fica claro que, assim como a resistência *hackeia* o poder, o poder *hackeia* a resistência, explicitando o jogo de estratégia e contra-estratégia entre luta popular e institucionalidade.

Já na terceira (22), um rapaz de capacete usa a máscara ao lado de anarquistas negros que têm a cara tapada com panos e integra o cordão *black bloc*, que costumava posicionar-se na linha de frente das manifestações de junho enfrentando a violência policial quando

necessário, além de destruir símbolos capitalistas, tais como vitrines de agências bancárias (o que se percebe pela utilização de capacete e por um bastão que aparece no segundo plano na foto)¹⁰⁹. Também pode-se ver ao fundo um punho levantado, gesto clássico da simbologia política de esquerda, assim como bandeiras anarquistas e do Brasil. Como indica Cava (2013), em “defesa” do uso de máscaras nas manifestações,

Você caminha no meio do black bloc e vê de tudo. Tem gente que se define anarquista, socialista, anticapitalista, autonomista, anarcocomunista, anarcoinsurrecional... longo etcétera. Tem também quem diga: “Eu? eu sou favela”. Ou “Eu sou Amarilda”, partilhando a indignação pelo sumiço de tantos Amarildos e Amarildas nas mãos do estado¹¹⁰. Ou ainda, eu já ouvi, “Eu sou ninguém”. Estão unidos menos por uma causa ou bandeira do que por uma ética. Uma ética que também é uma estética. A revolução, já dizia Gláuber, é uma *eztetyka*.

E tem gente, entre eles, que carrega a máscara de Guy Fawkes sobre o rosto. Uma máscara que compõe essa ética e estética da rebelião carnavalesca – mas que, de fato, tem um tom lúgubre: a marca da revolta, da indignação, que implica, também, em violência. Tal ambivalência está presente não só no enquadramento dos Anonymous sobre as manifestações e nas apropriações que a multidão fez da máscara de Guy Fawkes, mas até mesmo na origem do objeto nos quadrinhos e no cinema. O personagem V, ao mesmo tempo em que prega peças e utiliza-se de um tom lúdico, poético e teatral – o que se destaca nas suas frequentes citações de Shakespeare e nas encenações que assume no seu comportamento cotidiano –, assassina seus oponentes com brutalidade e sangue frio – e não perde o humor ao fazê-lo, pelo contrário: transforma cada assassinato em um *ato* (e não deixa de ser interessante que os protestos de junho foram convocados sob essa nomenclatura teatral, que não é nova, mas tradicional de esquerda – *ato* – evidenciando assim o caráter *performático* das marchas). Mesmo permeada de humor sarcástico, a HQ, assim como o filme, é imagetivamente sombria, noturna e misteriosa. Seu protagonista revela uma revolta profunda, violenta e, ao mesmo tempo, extremamente irônica. (MOORE, LLOYD, 2012; V DE VINGANÇA, 2006).

Referindo-se aos *horríveis* mascarados de junhos de 2013, Cava (ibid.) defende que “a *eztetyka* da revolução não é bonitinha e é bom que não seja. Não esperem marchas

¹⁰⁹ Num dos escudos de proteção do cordão *black bloc*, lê-se uma frase atribuída a Joseph Campbell que diz (tradução nossa): “Se compararmos o estado com uma máquina, deveríamos nos perguntar: ‘a máquina vai esmagar a humanidade ou servir à humanidade?’. A humanidade não vem da máquina, vem do coração. Os homens não deveriam submeter-se aos poderes externos”. Em outros escudos lê-se “*black bloc*” e vê-se o símbolo do anarquismo.

¹¹⁰ Trata-se do desaparecimento de Amarildo Dias de Souza durante uma operação policial na Rocinha (Rio de Janeiro) em 14 de julho de 2013, tema que passou a integrar as manifestações. “Cadê o Amarildo?” virou um *quadro* de protesto, relacionado aos desaparecidos da ditadura militar e à violência policial brasileira na atualidade.

anódinas de 200 cupinchas com bandeiras vermelhas. Não aguardem procissões corporativistas comandadas por carros-de-som pedindo salário. Nem pessoas distribuindo flores em nome da redenção pela paz”. Na verdade, os protestos incluíram tudo isso, novos e velhos atores e formatos – os movimentos sociais tradicionais também se levantaram e compuseram a multidão, mesmo que com uma estética desgastada e sob uma ética que foi contestada nas ruas¹¹¹. Mas foi o grotesco que trouxe o tom de desafio e de novidade – um grotesco não só alegre mas horrível, que, além de disseminar uma risonha rebeldia, assusta e, assim, desestabiliza e confunde.

Não sabemos aqui se podemos usar o termo revolução, o que por si só daria um longo estudo (afinal, o que é revolução? É evento? É processo? Se sim, quais características o delimitam, ou a história é uma revolução contínua?) – o fato é que a palavra foi ressuscitada do arcabouço político-popular e esteve nas bocas e cartazes de manifestantes. Mas a multidão como um todo, para além do *black bloc*, justamente pela diversidade que abarca, tão ampla quanto o público do filme *V de Vingança* (2006), é não só festiva mas também horrível – tão horrível que coloca lado a lado um movimento indígena que insinua que a atual democracia é uma outra forma de ditadura e um sujeito que clama pela volta dos militares que tomaram o Estado brasileiro de assalto em 1964; não é horrível somente para a ordem dominante, mas até mesmo para os ativistas, pois sua abrangência permite as mais diversas apropriações, inclusive fascistas, além de envolver conflitos violentos. A multidão é tão horrível quanto a realidade social contra a qual se rebela – afinal, emerge e faz parte dela.

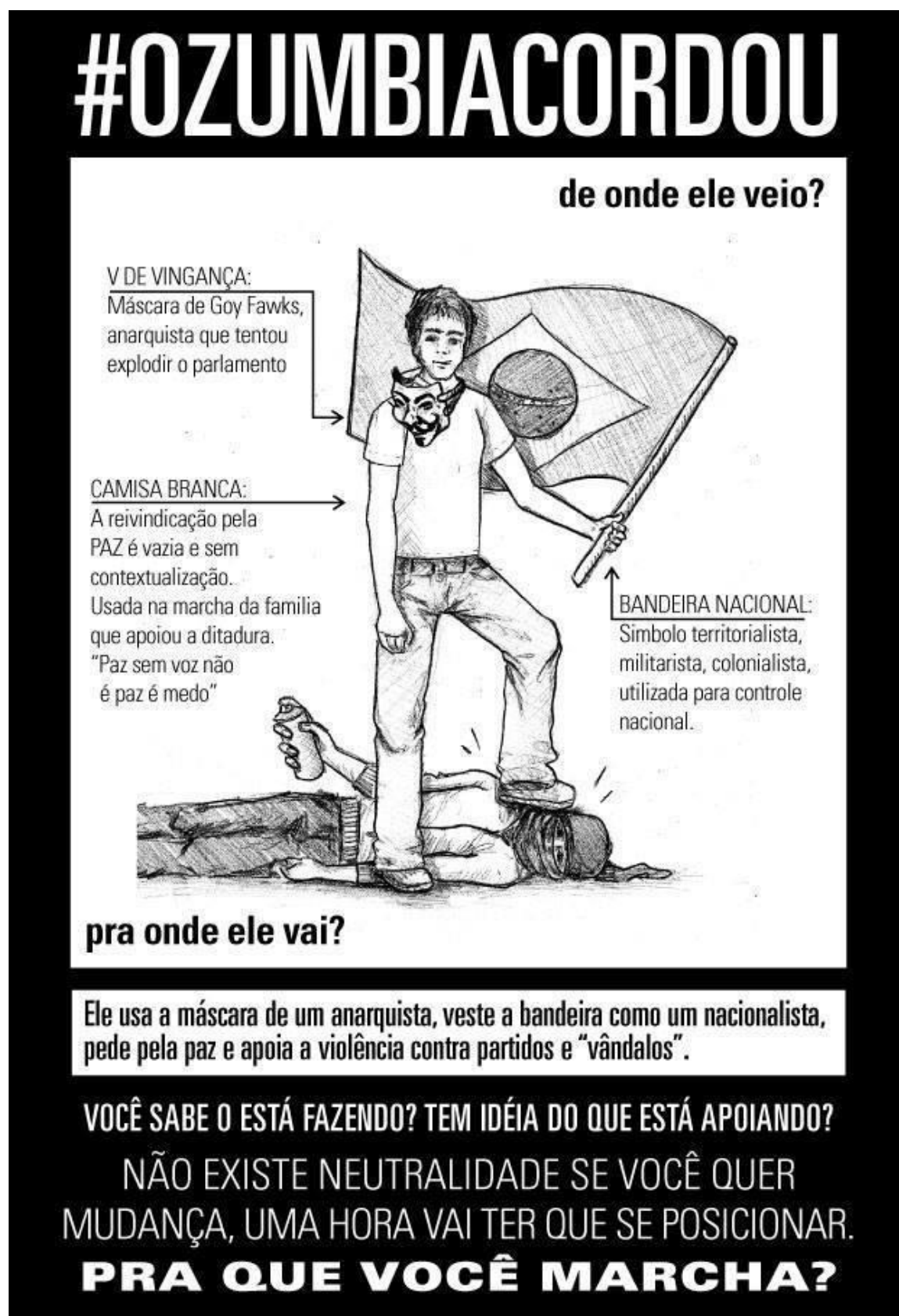
O fato é que a máscara tornou-se símbolo abrangente de revolta em junho de 2013 – tanto à esquerda, à direita quanto entre aqueles que não se identificam com nenhuma ideologia política. Por isso este objeto-símbolo permite problematizar a vasta ambiguidade presente nas manifestações de junho e os diversos conflitos que se instalaram nelas (e a partir delas). Além disso, a multiplicidade de apropriações da máscara recaiu sobre a imagem pública da rede Anonymous, como podemos verificar no cartaz abaixo.

Em contraposição ao popular lema das manifestações de junho, “o gigante acordou”, este cartaz político digital o reenquadra e indica que “o zumbi acordou”, apresentando um manifestante jovem que utiliza-se da máscara de Guy Fawkes (relacionando-a ao anarquismo), uma bandeira do Brasil (relacionando-a ao nacionalismo) e uma camiseta branca (relacionando-a às marchas pela paz e contra a corrupção). Esse jovem pisa em outro

¹¹¹ Na esteira dos protestos de junho, “o 'Dia Nacional de Luta', promovido pelo movimento sindical e outros movimentos sociais no dia 11 de julho de 2013, com carros de som, falas intermináveis, lutas por inscrições dos representantes [...], apenas mostrava que os formatos tradicionais das lutas precisavam ser radicalmente repensados” (2015, p. 17).

manifestante “mascarado” (não com a máscara de Guy Fawkes, mas com uma camiseta enrolada no rosto), que segura uma lata de *spray* na mão – o que alude à intensa condenação pública que os adeptos da tática *black bloc* e de práticas de ação direta ilegais sofreram durante o período (os “vândalos” aos quais os veículos de comunicação de massa se referiam). “De onde ele veio? Pra onde ele vai? Pra quê você marcha?”, questiona o cartaz.

IMAGEM 24 – CARTAZ QUESTIONA AMBIGUIDADES DE MANIFESTANTES, ENTRE ELAS O USO DA MÁSCARA



FONTE: arquivo pessoal, 24 de junho de 2013.

Trata-se, nitidamente, de um enquadramento de esquerda que critica a ambiguidade política das manifestações de junho – crítica da qual os Anonymous foram um dos principais alvos. O cartaz aponta que não existe neutralidade e que é preciso se posicionar – isso num cenário em que se arrancavam bandeiras de integrantes de movimentos sociais nas manifestações, que foram até mesmo agredidos fisicamente – como descrevemos no relato a partir da observação participante no primeiro capítulo. Este cartaz é uma resposta de esquerda aos clamores de “sem bandeira” e “sem partido” – que tomaram as manifestações a partir da “virada da mídia” que, por sua vez, está diretamente relacionada à massificação dos protestos –, muitas vezes atribuídos aos Anonymous pelos militantes de esquerda.

A imagem revela o enquadramento que parte da esquerda atribuiu à multidão, entendendo-a como um conjunto composto por uma maioria de indivíduos confusos e manipuláveis. Tais indivíduos e mesmo vários coletivos que não se identificam com a esquerda tradicional rechaçaram essa postura política que apresenta respostas e soluções a partir de determinadas ideologias – e que procura *adeptos*. Esse conflito entre novos e consolidados modos de ação política teve como um dos principais alvos os Anonymous, que incorporam mudanças na ética e na prática política presentes nas novas formas de ação coletiva. Afinal, você não pode *aderir* aos Anonymous, não há processo de filiação, procedimentos formais, estatutos com os quais deve-se compactuar, nada; você simplesmente pode *ser* Anonymous, seja lá o que você entender por isso – o que entra em choque com uma tradicional postura de esquerda baseada numa ética em que se deve *assumir lado*, e que exige disciplina, comprometimento ideológico e respeito a hierarquias.

O carnaval rebelde nas ruas reuniu uma multidão diversa, que contou tanto com novas formas de ação coletiva como tradicionais, além de indivíduos de alguma maneira incomodados com a atual situação das coisas, mobilizados a partir de diversos enquadramentos, disseminados na mídia de massa, nas ruas e nas redes sociais digitais. E assim como o carnaval foi historicamente apropriado por movimentos estéticos (tais como o Romantismo, ao qual Bakhtin se refere), pelo mercado, pela mídia de massa e pelas instituições – e o espetáculo carioca no sambódromo é o maior exemplo disso –, o mesmo se deu com o “carnaval político”. Mas tal apropriação não aniquilou a face popular do carnaval – assim como não extinguiu o potencial constituinte dos protestos¹¹².

De forma semelhante, a máscara de Guy Fawkes, apesar de sua “elasticidade

¹¹² Referindo-se a Bakhtin, Hardt e Negri (2005, p. 273) apontam que “a narrativa carnavalesca, dialógica e polifônica, naturalmente, pode muito facilmente assumir a forma de um naturalismo cru que se limita a refletir a vida cotidiana, mas também pode tornar-se uma forma de experimentação que liga a imaginação ao desejo e à utopia”.

simbólica”, é instrumento de inovações que geram uma outra forma de fazer política, em sintonia com o desejo de *democracia real* presente na multidão. Mas, indiscutivelmente, também serve para o encobrimento de posturas conservadoras e reacionárias – e aqui, novamente nos remetemos às *brechas na situação e situações nas brechas* (MARTÍN-BARBERO, 2003).

Podemos verificar, a partir da análise das imagens acima, coletadas no Facebook por meio da etnografia digital, que distintos sentidos foram dados à máscara durante as manifestações de junho. E isso, evidentemente, afetou a rede Anonymous, que foi atravessada pelos variados significados que lhe foram atribuídos a partir dos diferentes usos da máscara. Ao mesmo tempo em que foi importante mediadora do significado dos protestos, disseminando seu enquadramento entre a multidão e constituindo a estética (e a ética) carnavalesca das manifestações por meio da máscara-símbolo, o próprio significado da rede entrou em xeque a partir das diversas apropriações que o artefato simbólico sofreu.

4.4. DISPUTAS DE ENQUADRAMENTO ENTRE OS ANONYMOUS E A MULTIDÃO

Finalizaremos nosso trabalho analisando a disputa de enquadramentos interpretativos entre os Anonymous e a multidão a partir de um vídeo-comunicado publicado *online* (enquadramento da AnonymousBrasil sobre as manifestações de junho) e os comentários que geraram (enquadramentos da multidão sobre os Anonymous), utilizando para isso o método de análise de enquadramento a partir de uma micromobilização (PRUDENCIO, SANTOS, 2011; SILVA JUNIOR, 2014; SNOW, BENFORD, 1986, 2000; BENFORD, 1993) – no caso, um recorte específico de mobilização dentro do amplo processo de mobilizações das manifestações de junho. Para avaliar como o imaginário de *V de Vingança* (2006) e, conseqüentemente, da máscara de Guy Fawkes, dialogou com essa dinâmica de enquadramentos, analisaremos também o discurso mobilizador que o protagonista do filme faz para a população na TV. Desse modo avaliaremos as confluências e embates envolvidos na relação entre os Anonymous, o imaginário contido em *V de Vingança* (2006) e a multidão que saiu às ruas em junho de 2013 no Brasil, com destaque para a influência da máscara e as disputas em torno de seu significado.

Cabe esclarecer, primeiramente, que, assim como é impossível falar de *um* discurso da multidão, é impossível falar de *um* discurso dos Anonymous. Trata-se de um recorte analítico, a partir de uma célula Anonymous que produziu o vídeo – que, por sua grande repercussão nas redes digitais acaba contribuindo consideravelmente para a imagem pública

dos Anons no Brasil –, e a partir de pessoas que se manifestaram em relação ao vídeo no YouTube, dando uma *amostra* dos conflitos que permearam a multidão. Tal como os Anonymous, a multidão caracteriza-se por abarcar a diversidade – coletivos e indivíduos guiados por distintos interesses, sentimentos e ideologias, apesar de terem *algo em comum* que os incita a manifestarem-se juntos e compartilharem alguns *quadros de significado*, ao mesmo tempo em que disputam outros. Além do mais, entendemos que os Anonymous compõem a multidão: trata-se de analisar a disputa de enquadramentos “interna” à multidão de manifestantes – dos Anonymous com o “resto” da multidão –, que, por sua vez, é diretamente influenciada por fatores “externos”, como o posicionamento das autoridades e da mídia de massa.

O vídeo que será analisado, disponibilizado no YouTube em 20 em junho de 2013 sob o título de *Copa das Manifestações 2013 #ManifestationsCup – Anonymous*¹¹³, é uma convocatória que conclama a população a, do mesmo modo que fez em 17 de junho de 2013, tomar as ruas durante o evento, que ocorreu ao longo da segunda quinzena de junho do mesmo ano. O ato de produzir vídeos mobilizacionais é um elemento de repertório de ação coletiva que se popularizou entre as lutas sociais ao longo do século XX, e que tem se tornado cada vez mais comum devido ao crescente uso das tecnologias de comunicação, destacadamente as digitais, entre a sociedade em geral. A transição do analógico para o digital tem impacto não somente na facilidade de produzir e consumir vídeos – ou seja, no acesso, na distribuição e na quantidade –, mas no *modo* em que os vídeos são produzidos, distribuídos e consumidos, assim como na linguagem e na interatividade que possibilitam (SZANIECKI, 2007, p. 122).

Nossa opção metodológica se dá pelo fato de que a análise de enquadramento “permite estabelecer a ambivalência dos discursos dos atores e diferenciar suas orientações” (PRUDENCIO, SANTOS, 2011, p. 16) e, no nosso caso, as disputas que se deram em torno do significado das manifestações de junho, da máscara de Guy Fawkes e, conseqüentemente, da própria rede Anonymous. Trata-se de reconhecer o enquadramento dos AnonymousBrasil, ou seja, o significado que deram às manifestações de junho, e como, nesse processo, o próprio significado da rede Anonymous passou a ser contestado por meio de disputas em torno da máscara. Ao final, nos cabe problematizar o *significado* de tais conflitos simbólicos.

Assim como Prudêncio e Santos (op. cit., p. 6) o fazem a partir de Melucci, entendemos que “a tarefa da análise sociológica é desvendar o campo além dos *frames*

¹¹³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nSTp3Pa_g0A.

particulares dos atores e revelar suas tensões internas. Ou seja, a análise pode detectar a ambivalência desses discursos e reconhecer o campo de conflito comum aos adversários”. Desse modo, a utilização teórico-metodológica de categorias deve auxiliar a problematizar sociologicamente, a partir de casos específicos, questões complexas que dizem respeito aos constantes embates, construções e transformações que se dão na realidade social.

Tal como Mills (1982, p. 240) indica, buscamos fugir do “fetichismo do método e da técnica” empregando modelos e adaptando-os de maneira que façam sentido para a investigação da situação pesquisada – para trazer à tona, por trás dos fatos, os processos sociais que lhes dão significado e suas ambiguidades. Acreditamos que os embates entre os Anonymous e a multidão a partir das disputas de enquadramento que iremos analisar revelam problemáticas sociais que dizem respeito à *cultura política* e ao *sentido das lutas sociais* – seus princípios, objetivos, dinâmicas e práticas – no contexto contemporâneo.

4.4.1. Considerações sobre análise de enquadramento e proposta de aplicação

Partiremos de algumas propostas metodológicas de análise de enquadramento (tradução para *frame analysis*) que partem da teoria da mobilização política (PRUDENCIO, SANTOS, 2011; SILVA JUNIOR, 2014; SNOW, BENFORD, 1986, 2000; BENFORD, 1993). De acordo com Snow e Benford (2000, p. 611-3), até meados dos anos 1980 as pesquisas em torno dos movimentos sociais¹¹⁴ em grande medida ignoraram a luta em torno da produção de ideias mobilizadores (e *desmobilizadoras*) e seus significados. Na segunda metade da década o cenário se reverteu, e os processos de enquadramento simbólico passaram a ser reconhecidos, junto aos processos de mobilização de recursos e de oportunidade política, como uma dinâmica central para compreender a ação coletiva. Assim, reconheceu-se que “o que está em questão nos processos de mobilização não é apenas a presença ou a ausência de queixas, mas a maneira com que estas queixas são interpretadas e como estas interpretações são generalizadas e difundidas” (SILVA JUNIOR, 2014, p. 150).

Segundo Snow e Benford (op. cit., p. 13), os atores coletivos não simplesmente reproduzem ideias externas, que surgem automaticamente dos arranjos estruturais e das ideologias pré-estabelecidas. Ao contrário, tais atores são entendidos como agentes simbólicos ativamente engajados na produção e consolidação de significados por meio da negociação de quadros compartilhados. Entende-se *quadro* (tradução de *frame*), no que diz respeito à ação

¹¹⁴ Os autores se concentram no que denominam Organizações de Movimentos Sociais (OMS), mas aqui estendemos a análise para a ação coletiva de confronto como um todo.

coletiva, como “a forma pela qual os atores coletivos organizam e expressam os significados da ação” (PRUDENCIO, SANTOS, 2011, p. 5). Por meio de seus quadros os ativistas nomeiam seus descontentamentos, e é durante o confronto político aberto que esses quadros ficam visíveis (ibid., p. 7; TARROW, 2009).

Para elaborar quadros coletivamente, Snow e Benford (2000) apontam que ocorre um processo de negociação de um entendimento compartilhado que permite: nomear um problema e a possibilidade de confrontá-lo; definir culpas e culpados; e apresentar perspectivas de ação frente ao problema que estimulem outros a envolverem-se no confronto. Três conceitos são utilizados para definir as operações que acontecem no núcleo desses processos de construção de quadros de significado da ação coletiva: [1] enquadramento de diagnóstico, [2] enquadramento de prognóstico e [3] enquadramento motivacional. Segundo Silva Junior (2014, p. 152), “o primeiro refere-se à identificação de problemas e determinação de culpados, o segundo envolve a articulação de uma proposta de solução para o problema, ou, pelo menos, um plano de ataque, e as estratégias para realização do plano, já o terceiro visa motivar ações para a efetuação das mudanças propostas.”

Além destes três aspectos, Snow e Benford (2000) consideram que outras três dinâmicas são inerentes à elaboração dos quadros de ação coletiva: *discursiva*, *estratégica* e de *confronto*. A primeira diz respeito ao ato de combinar fragmentos observados, experienciados ou arquivados da realidade – e o que dá a um quadro caráter de novidade não é tanto a originalidade ou os elementos ideológicos que apresenta, mas a maneira pela qual eles são combinados e articulados, de modo que um novo ponto de vista ou interpretação é apresentado. Contudo, entendemos que esses elementos não são todos conscientes ou escolhidos estrategicamente, mas combinados a partir de um arcabouço cultural e de fatores emotivos e psicológicos (GOODWIN, JASPER, 1999) – o que nos leva a considerar a importância do *imaginário* nesse processo.

A dinâmica de *confronto* relaciona-se às disputas de enquadramento com o adversário em questão, com a mídia ou mesmo entre diferentes atores coletivos, assim como entre participantes de uma mesma iniciativa. É justamente por meio das disputas de enquadramento que um determinado confronto político ganha sentido – que não é dado, mas constantemente reconstituído ao longo da ação. Trata-se de uma batalha por seu próprio *significado*, e assim, em torno de sua natureza, como destacou Zizek (2013), que se dá *durante* o confronto.

Já para convencer outras pessoas a se engajarem em prol de sua causa, ou simplesmente angariar o seu apoio, os atores coletivos realizam um processo *estratégico* que

se dá por meio de *alinhamento de quadros interpretativos*, em que “os movimentos ou atores de movimentos sociais procuram aumentar a abrangência de seus enquadramentos sobre determinada questão para além dos limites do próprio movimento” (SILVA JUNIOR, 2014, p. 151).

Esse processo pode ser subdividido em quatro tipos (SNOW, BENFORD, 1986, p. 467-76): ligação de quadro (*frame bridging*), em que se conectam quadros que tratam de um mesmo tema e são ideologicamente congruentes, mas estruturalmente desconectados¹¹⁵; amplificação de quadro (*frame amplification*), quando se reforça ou se esclarece determinados valores e crenças de um quadro; expansão de quadro (*frame extension*), em que se amplia o alcance de um quadro primário para outras questões às quais inicialmente não se aplicava; e transformação de quadro (*frame transformation*), que ocorre quando muda-se a perspectiva de um quadro primário, dando-lhe uma nova interpretação, e assim, no que tange às lutas sociais, “algo que era percebido como problemático, mas era tolerado passa a ser enquadrado como indefensável, injusto e imoral” (ibid., p. 151), processo que identificamos em nossa análise como *reenquadramento*.

Desses três processos – discursivo, de confronto e estratégico – o que mais nos interessa é o de *confronto*, mas entendemos que eles são complementares. Primeiramente abordaremos um pouco mais o aspecto de confronto, para então explicar porque os consideramos complementares.

Benford (1993) dedica-se à análise específica do confronto entre distintas organizações que compõem um mesmo movimento acerca de seus quadros de ação, o que ele denomina de análise interorganizacional de disputa de enquadramento. O autor entende que os participantes de determinada ação coletiva nem sempre chegam a um consenso acerca de seus quadros simbólicos, e assim se trava uma *disputa* em torno deles, ou seja, um confronto que pode dizer respeito ao objetivo da ação coletiva, a como operacioná-la e/ou divulgá-la. Mas, como indica Benford (op. cit., p. 678) a partir de Goffman, o que costuma estar no centro dessas divergências são os significados que se dá aos fatos. Assim, versões e visões sobre os eventos, cristalizadas em *quadros*, entram em disputa para definir o que de fato aconteceu ou está acontecendo. Nesses casos, a realidade precisa ser negociada, e aí se dá a disputa de enquadramento.

Apesar de esse ser o eixo da nossa análise – as disputas de enquadramento que se

¹¹⁵ Snow e Benford (1986, p. 467-8) indicam que esse é o processo de alinhamento de quadro mais comum entre as OMS, que costuma consistir em disseminação de informação e convocatórias por meio de listas de e-mails, telefones, mídia de massa e plataformas de redes em geral para convencer pessoas que compartilham de uma ideologia congruente a aderirem a uma causa específica, ou à OMS em si.

deram durante as manifestações de junho entre a multidão a partir dos Anonymous e, mais especificamente, a partir da máscara –, entendemos que esse processo de confronto se dá juntamente a processos discursivos e estratégicos. No caso em questão, a célula AnonymousBrasil constrói seu discurso a partir de diversas referências – sendo que algumas possuem ampla ressonância cultural, pois dialogam com o arcabouço de grande parte da população –, e buscam canalizá-lo de modo que se alinhem com as visões de mundo de seu público-alvo. Entendemos que esse processo nem sempre é consciente, mas muitas vezes se dá a partir de referências compartilhadas. Entre elas, a máscara de Guy Fawkes se destaca.

Ao mesmo tempo em que é elemento discursivo, ela se alinha ao imaginário de uma grande quantidade de pessoas, tendo em vista o sucesso do filme *V de Vingança* (2006). A máscara constitui não só o imaginário, a estética e a ética da rede Anonymous, mas possui ressonância de abrangência massiva e mundial. De acordo com Tarrow (2009, p. 157, grifo nosso), “o simbolismo precisa ter *ressonância cultural* para inflamar a mente das pessoas”, justamente o que se dá a partir da máscara. Esse elemento, que carrega em si a *moral* dessa história mítica protagonizada por V, inflama a mente de jovens que *sentem* que alguma coisa está errada. Mas, por outro lado, ela frequentemente é alvo de disputa, como podemos perceber a partir dos conflitos em torno do sentido da ação política durante as manifestações de junho.

Por isso a máscara é tão importante para que possamos abarcar na análise aspectos discursivos, estratégicos e de confronto da interação simbólica entre os Anonymous e a multidão durante as manifestações de junho – o que justifica nossa escolha de partir da análise da referência simbólica mais evidente do vídeo-comunicado da AnonymousBrasil: o discurso televisivo de V em *V de Vingança* (2006), filme responsável pela popularização da máscara de Guy Fawkes.

Na sequência analisaremos o vídeo-comunicado da AnonymousBrasil (2013a), levando em consideração [1] o enquadramento que dá ao confronto político em questão (qual é o problema, quem são os culpados, o que deve ser feito, a partir de qual oportunidade política e qual o público que a mobilização visa atingir), [2] os processos de alinhamento que realiza para aproximar seu quadro interpretativo com o do seu público-alvo e [3] os reenquadramentos, ou transformações de quadro, que realiza (ou seja, o que confronta e como ressignifica).

Portanto, buscaremos identificar no vídeo-comunicado os três tipos de enquadramento apresentados acima (diagnóstico, prognóstico, motivacional), os processos de alinhamento de quadro que realizam frente aos quadros simbólicos já popularizados nos

protestos e, finalmente, os reenquadramentos efetivados. O mesmo modelo de análise será aplicado ao discurso de V, mas de maneira simplificada, que permita estabelecer uma relação entre os dois enquadramentos. Finalmente, analisaremos os comentários em resposta ao vídeo no YouTube que dizem respeito ao uso da máscara de Guy Fawkes nos protestos de junho, e os confrontos em que implicam.

Nossa análise não se debruça, portanto, nos embates internos da célula AnonymousBrasil na construção do seu enquadramento, e nem se centra na sua disputa com os adversários, mas sim no papel de seu enquadramento na disputa simbólica entre os distintos movimentos, coletivos e indivíduos que compõem a *multidão* (HARDT, NEGRI, 2005; SZANIECKI, 2007, 2013), a qual encaramos como o sujeito coletivo que protagonizou as manifestações de junho. Mas, como destaca Tarrow (2009), os atores engajados dedicam grande parte de seus esforços na criação de seus quadros interpretativos da realidade e na sua disseminação – e, por esse processo se dar em meio a *confrontos políticos*, tal esforço implica em *contestar* os quadros de seus adversários. Essa batalha simbólica se dá através da mídia, seja por meio da produção e circulação de materiais comunicativos por parte dos próprios atores engajados (mídia ativista [PRUDENCIO, 2006]), seja pela tentativa de agendar a mídia de massa ou confrontá-la.

De qualquer modo, é impossível para os ativistas simplesmente ignorar a mídia de massa. Para Prudêncio e Santos (2011, p. 6), trata-se da “única instituição capaz de espalhar os *frames* da ação coletiva de modo a construir uma imagem unificadora para os atores engajados naquela ação”. A comunicação ativista nas mídias digitais pode representar uma importante brecha, mas o poder de alcance e de legitimidade da mídia de massa é incomparável – e no Brasil, especificamente, há um gargalo em que poucos hegemonomizam a mídia de massa (HERZ, OSÓRIO, GÖRGEN, 2002). Frente a esse cenário, os ativistas podem [1] acusá-la e negar-se a dialogar com ela, esforçando-se por desqualificá-la (como vimos nas imagens dos protestos em Curitiba, em que lia-se nos cartazes frases como “sorria, você está sendo manipulado” e “fodace a Globo”), [2] fazer um esforço de alinhamento interpretativo com o código noticioso (PRUDENCIO, 2006; LIMA, LOOSE, 2014), esforçando-se para *virar notícia*, ou, ainda, [3] podem *hackeá-la*, como foi feito em nome da *ideia* Anonymous na conta da Veja e da Globo no Twitter, e como fez V em seu discurso (V DE VINGANÇA, 2006). Neste caso, trata-se de reenquadrar os códigos da mídia de massa, ocupando o seu espaço (da mídia de massa) com seu próprio enquadramento (de quem ocupa).

Portanto, apesar de não nos dedicarmos à análise do enquadramento da mídia de

massa, ela permeia nossa análise do enquadramento dos Anonymous e da multidão, pois [1] seus elementos podem ser reconhecidos no discurso ativista; [2] ela costuma ser considerada na construção da estratégia de ação dos manifestantes; e, [3] frequentemente, seus enquadramentos são diretamente confrontados pelos atores engajados.

4.4.2. Quadro de referência: o discurso televisivo de V

IMAGEM 25 – DISCURSO DE V



Mensagem do protagonista do filme sendo transmitida num telão no centro de Londres. FONTE: V DE VINGANÇA, 2006.

Antes de analisar o vídeo-comunicado da célula AnonymousBrasil, nos deteremos no *quadro de referência* do qual ele parte: o discurso do protagonista de *V de Vingança* (2006) transmitido em rede televisiva. No filme, V toma o prédio do canal de TV oficial, rende seus funcionários e obriga-os a transmitir uma mensagem no canal de emergência, que atinge todas as telas de Londres, chegando a (quase) toda a população da cidade. Nas imagens, pode-se ver a marca de V (um círculo com um V no meio) acompanhada das letras “TV” (formando VTV) no canto inferior da tela, de maneira análoga às logomarcas de empresas televisivas. V está sentado, vestindo sua máscara e seu traje de sempre (mas sem o chapéu), enquadrado pela câmera do busto para cima, com os braços sobre uma mesa, em postura e enquadramento de câmera que remete aos âncoras dos noticiários televisivos. Ao fundo há uma cortina vermelha, referência ao teatro.

Boa noite, Londres. Primeiramente, devo me desculpar por essa interrupção. Tal como muitos de vocês, aprecio o conforto da rotina cotidiana, a segurança familiar, a tranquilidade da repetição... Aprecio-os tanto como qualquer um. Mas, no espírito de comemoração de importantes acontecimentos do passado, geralmente associados à morte de alguém ou fim de alguma luta terrível e sangrenta, celebrada com um belo feriado, pensei que poderíamos marcar esse 5 de novembro – um dia que, tristemente, já não é recordado – tirando algum tempo da nossa vida cotidiana para nos sentarmos e termos uma conversinha. É claro que há quem não queira que conversemos. Suspeito que neste instante ordens estão sendo gritadas por telefone e homens armados já vêm a caminho. Por quê? Porque embora o cacete seja utilizado ao invés do diálogo, as palavras sempre reterão sua força. As palavras oferecem formas de significado, e para os que as escutam, o enunciado da verdade. E a verdade é que há algo terrivelmente errado com este país, não há? Crueldade e injustiça, intolerância e opressão. E enquanto antes você tinha a liberdade de se opor, de pensar e falar como lhe agradasse, agora temos censores e sistemas de vigilâncias, coagindo-o à conformidade e solicitando sua submissão. Como isto aconteceu? A quem culpar? Certamente há alguns mais responsáveis que outros, e esses terão que prestar contas, mas mais uma vez, verdade seja dita, se você está procurando um culpado, você só precisa olhar no espelho. Eu sei porque você fez isso. Eu sei que você tinha medo. Quem não teria? Guerra, terror, doença. Miríades de problemas conspiraram para corromper sua razão e roubar seu bom senso. O medo arrancou o seu melhor e, no seu pânico, você se virou para o agora Alto Chanceler, Adam Sutler. Ele prometeu ordem, ele prometeu paz. E só pedia em troca o seu consentimento silencioso e obediente. Ontem à noite procurei por fim a esse silêncio. Ontem à noite, destruí o *Old Baley*¹¹⁶ para recordar a este país o que ele esqueceu. Há mais de quatrocentos anos, um grande cidadão quis gravar o cinco de novembro para sempre na nossa memória. A sua esperança era lembrar o mundo que equidade, justiça e liberdade são mais do que palavras: são perspectivas. E assim, se você não enxerga nada, se os crimes deste governo permanecem desconhecidos para você, então eu sugiro que você deixe o cinco de novembro passar sem celebração. Mas se você vê o que eu vejo, se você se sente como eu me sinto, e se você procura, como eu procuro, então peço que me acompanhe, daqui a um ano nesta mesma noite, junto aos portões do Parlamento, e juntos, nós lhes daremos um cinco de novembro que nunca, jamais, será esquecido. (Ibid., 18min40s – 21min55s).

O discurso termina, a imagem de V desaparece e surge a da sua marca (o V contornado por um círculo), ao centro da tela, ainda com a cortina vermelha de fundo. Entrecortando as imagens de V durante seu discurso, surgem outras de várias pessoas assistindo comovidas e/ou intrigadas – no asilo, bar, casas de família etc. As que não estão comovidas, mas preocupadas e/ou iradas, são justamente aquelas consideradas inimigas, que “não querem que a conversa aconteça” e “que estão a caminho com armas”: os governantes e as forças de segurança pública.

Não nos interessa fazer uma análise aprofundada do trecho do filme, pois o confronto político em questão são as manifestações de junho, sob a perspectiva dos Anonymous e da multidão. Mas consideramos relevante destacar alguns elementos desta trama que compõe o imaginário da máscara, e que serve como inspiração para que os Anonymous façam vídeos-comunicados, pois entendemos que o discurso de V é um *quadro de referência* essencial do vídeo da célula AnonymousBrasil que analisaremos na sequência.

¹¹⁶ Tribunal de Justiça inglês.

Podemos identificar os dois campos antagônicos do confronto político em questão a partir do discurso de V: “nós”, a população em geral; “eles”, o governo. O quadro de *diagnóstico* é que as pessoas abriram mão de sua liberdade por medo e a entregaram a um tirano. O cenário apresentado é de vigilância e opressão. A personagem assume a autoria da explosão do Tribunal de Justiça inglês e rememora o feito de Guy Fawkes há cerca de quatrocentos anos, o que serve para *motivar* o engajamento da população, ao mesmo tempo em que atesta sua *legitimidade* para estar fazendo essa convocatória. Como *prognóstico*, V convoca as pessoas a se manifestarem frente ao parlamento dentro de um ano¹¹⁷, para dar aos governantes “um belo espetáculo”, o que é um final *motivacional*. Mas talvez o principal *quadro motivacional* seja o fato de V apontar não só os governantes como culpados – apesar de serem encarados como os principais responsáveis e reconhecer-se a necessidade de puni-los –, mas a própria população, que é convocada a olhar-se no espelho e agir, rompendo o silêncio e a obediência. Importante frisar o caráter *emotivo* dessa convocatória: se você não concorda com o diagnóstico de V, continue sua rotina; mas se você *vê e sente* as opressões e *procura* transformar a realidade, é sua obrigação agir.

Outro elemento a se destacar é o uso estratégico que V faz dos meios de comunicação de massa para difundir suas mensagens – aliado a outras estratégias, que envolvem ação direta, terrorismo poético (BEY, 2003) e, até mesmo, guerrilha. Além de *hackear* o sistema informático, ele *hackeia* veículos de comunicação de massa, transmitindo de maneira performática sua mensagem para a população – mas fazendo-se entender, dialogando com as pessoas por meio da subversão de quadros já compartilhados. Ele utiliza o formato jornalístico, conhecido e assimilado por todos, mas o *reenquadra*, ou seja, confere-lhe elementos e significados que o subvertem. Nesse processo de reenquadramento (*re-frame*), ao mesmo tempo em que se utiliza de vários elementos da estética do jornalismo televisivo, os padrões noticiosos de *objetividade e imparcialidade* são substituídos por *subjetividade e parcialidade*: o “âncora” fala diretamente com a população, faz um *diagnóstico* apontando problemas e culpados, apresenta um *prognóstico*, propondo uma atitude a ser tomada para enfrentar a questão, e *motiva* seu público a aderir a seu plano – o que subverte o código jornalístico (PRUDENCIO, 2006), a partir do qual entende-se que a

¹¹⁷ Tarrow (2009, p. 156) cita um fato histórico análogo à convocatória de V: o líder do *Movimento Solidarnosc* na Polônia, “Lech Wałęsa ganhou notoriedade pela primeira vez na demonstração, em 1979, no estaleiro Lenin. Fugiu da prisão para ir à demonstração e surgiu em cena exigindo a construção de um monumento para honrar os mortos de 1970 [em que vários trabalhadores foram mortos num conflito com o governo]. ‘Cada um deveria voltar no próximo ano, no mesmo lugar e na mesma hora’, ele disse, ‘e cada um carregando uma pedra’. Se as autoridades se recusassem a construir um monumento, eles mesmos o fariam com as pedras em seus bolsos” (p. 156, grifo nosso).

notícia, calcada em informações, deve ser produzida e transmitida de maneira objetiva e imparcial.

Além de o filme ser elemento crucial do imaginário Anonymous, é possível perceber as similaridades de formato, estratégia e até mesmo no conteúdo do discurso de V com o discurso do vídeo *Copa das Manifestações 2013 #ManifestationsCup – Anonymous* (2013), como exploraremos adiante, após a análise do vídeo e de seus comentários.

4.4.3. Vídeo-comunicado: enquadramento da AnonymousBrasil sobre as manifestações

Por meio dessa análise, poderemos perceber o enquadramento que a AnonymousBrasil deu às manifestações de junho – e, conseqüentemente, a narrativa que a multidão passou a atribuir à máscara. Trata-se de delimitar a imagem pública dos Anonymous e buscar identificar a partir de que elementos ela foi questionada de diversas formas pela multidão ao longo das manifestações de junho.

O vídeo *Copa das Manifestações 2013 #ManifestationsCup – Anonymous* foi publicado no YouTube pelo usuário AnonymousBrasil no dia 20 de junho de 2013. No dia 03 de março de 2015, o vídeo contava com 260.044 visualizações, sendo quase todas relativas aos primeiros dias em que esteve disponibilizado (o gráfico de visualizações é uma inclinada curva acendente inicial que se estabiliza quase em linha reta na sequência, como pode-se verificar através das estatísticas¹¹⁸). O repositório de vídeos tem uma ferramenta interativa que permite aos usuários “gostar” ou “não gostar”, informação que fica disponível na página do vídeo. Neste caso, 5.810 pessoas “gostaram” e 35 “não gostaram”. Até esta data, o vídeo contava com 869 comentários.

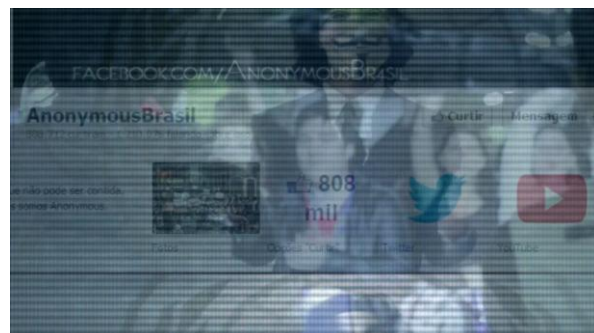
¹¹⁸ Basta ir em “estatísticas” abaixo do vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=nSTp3Pa_g0A.

IMAGEM 26 – VÍDEO-COMUNICADO: VINHETA



FONTE: ANONYMOUSBRASIL, 2013a.

IMAGEM 27 – VÍDEO-COMUNICADO: ÂNCORA 1, MULTIDÃO E FACEBOOK



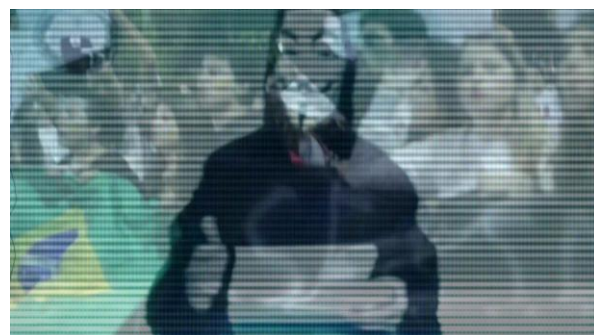
FONTE: ANONYMOUSBRASIL, 2013a.

IMAGEM 28 – VÍDEO-COMUNICADO: MANIFESTANTES E GIGANTE



FONTE: ANONYMOUSBRASIL, 2013a.

IMAGEM 29 – VÍDEO-COMUNICADO: ÂNCORA ENCAPUZADO E MULTIDÃO



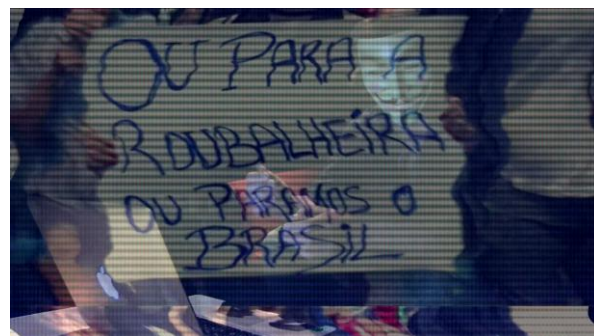
FONTE: ANONYMOUSBRASIL, 2013a.

IMAGEM 30 – VÍDEO-COMUNICADO: APRESENTADOR NO COMPUTADOR E MANIFESTANTE DANÇANDO



FONTE: ANONYMOUSBRASIL, 2013a.

IMAGEM 31 – VÍDEO-COMUNICADO: CARTAZ



FONTE: ANONYMOUSBRASIL, 2013a.

A peça audiovisual alterna imagens produzidas provavelmente pela célula AnonymousBrasil, que mostram um sujeito com a máscara de Guy Fawkes que atua como “apresentador” do vídeo (imagem 27); imagens de outro “âncora” mascarado e de capuz, provavelmente retiradas de outro vídeo sob a “marca” Anonymous (imagem 29); imagens de

um comercial publicitário que foi reenquadrado durante os protestos (imagem 28)¹¹⁹; e imagens das manifestações que circularam pelas redes sociais digitais, capturadas pelos manifestantes ao redor do Brasil, dando destaque a algumas que viralizaram, como a de um rapaz dançando para desviar das balas de borracha que os policiais atiravam (imagem 30). De modo geral, estas últimas imagens que citamos, realizadas por indivíduos e coletivos que compõem a multidão, apresentam os manifestantes andando pelas ruas com seus cartazes e suas faixas, gritando juntos, assim como de pessoas manifestando apoio desde as janelas dos prédios e de confrontos com a polícia. Pode-se reconhecer várias cidades pelas imagens dos protestos, inclusive Curitiba.

O vídeo abre com a imagem (26) de uma “logomarca” Anonymous, que tem como elemento central um símbolo usado desde os primórdios da rede: um homem de terno e gravata com um ponto de interrogação no lugar da cabeça. Há uma voz narrativa feminina, que como é usual nos vídeos dos Anonymous, foi obtida em um programa digital de tradução, em que é possível digitar textos e obtê-los em formato verbal a partir de uma voz padronizada. Após a vinheta com a “logomarca” Anonymous, aparece um sujeito de terno e gravata com a máscara de Guy Fawkes, que gesticula como se estivesse falando, enquanto a voz feminina narra. A imagem do sujeito com a máscara é semi-transparente, sobreposta a imagens das manifestações (imagem 27). A trilha sonora utilizada é dramática e rendeu vários comentários questionando qual era a música, e outros em resposta – trata-se de uma música que compõe a trilha de dois grandes sucessos cinematográficos.

Abaixo, disponibilizamos a íntegra do texto da narração do vídeo. Na sequência, analisaremos os enquadramentos do texto por partes, apresentando o trecho correspondente ao texto **em negrito** e a descrição imagética *em itálico*, seguidos da nossa análise.

Saudações. Anonymous vem agradecer pela crescente e pelo avanço da ideia no Brasil. Um trabalho coerente em prol da ideia vem sendo desempenhado por uma equipe que apenas tem o comprometimento de levar material informativo ao povo do país e do mundo. Faz algum tempo que estamos na luta, na certeza de que os trabalhos renderiam frutos. E baseados nisto, mantemos sempre nosso foco e viemos aqui afirmar categoricamente que a hora chegou. Dezoito de junho de 2013 já faz parte da história do Brasil. O dia em que o gigante acordou. O dia em que milhares de pessoas saíram pelas ruas do país por diferentes cidades exigindo melhorias de um modo geral. Não é, não foi e nem nunca vai ser apenas por 0,20 centavos. Temos um histórico longo de desvios públicos de dinheiro, roubos, afrontas à justiça, desigualdade social, maus serviços públicos. Somos um dos países mais ricos do mundo e um dos mais desiguais. Somos um dos países mais injustos do mundo onde políticos levam vida de rei às custas do povo brasileiro e eles não fazem sequer

¹¹⁹ A peça publicitária da Johnnie Walker mostra as famosas montanhas cariocas se transformando em um gigante de pedra que levanta e caminha. “O gigante não está mais adormecido”, lê-se ao final da propaganda. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Onp_fQ5awSk.

questão de retribuir isso à sociedade. Queremos destacar que todos os protestos existentes se deram devido às forças da internet estarem unidas em prol de um objetivo comum: mudança. Estamos diante de um evento que tem cobertura mundial: Copa das Confederações 2013. Mas este não é o nome ideal. Mudaremos para Copa das Manifestações 2013. Sejam todos bem-vindos. A imprensa mundial está aqui e vem dando atenção aos protestos ao redor do Brasil. Em diferentes continentes temos grandes redes de TV e sites conhecidos dando destaque para a força do povo brasileiro nos protestos. E vamos aumentar isso cada vez mais. Compartilhe todo o material que puder na internet, ajude a mostrar as verdades de seu país, de sua região. Temos em nossas mãos uma das maiores e melhores armas de todos os tempos: as redes sociais. Vamos fazer bom uso dela. Outros países conseguiram grandes feitos através da internet, como base nós faremos o mesmo no Brasil. O povo acordou, o povo decidiu, ou para a roubalheira ou paramos o Brasil.

Saudações. Anonymous vem agradecer pela crescente e pelo avanço da ideia no Brasil.

Imagens mostram que a página AnonymousBrasil no Facebook contava com 808 mil “curtidas” (imagem 27). Infere-se o caráter mundial da rede, pois se agradece o avanço da ideia no Brasil, o que pressupõe que ela já avançou em outros lugares. Destaca-se seu poder de alcance nas redes sociais digitais – o que contribui para sua legitimidade perante seu público-alvo.

Um trabalho coerente em prol da ideia vem sendo desempenhado por uma equipe que apenas tem o comprometimento de levar material informativo ao povo do país e do mundo. Faz algum tempo que estamos na luta, na certeza de que os trabalhos renderiam frutos. *Imagens do âncora mascarado com protestos ao fundo.* Deste trecho em que, tal como no anterior, AnonymousBrasil se apresenta visando ter sua legitimidade reconhecida pelo público, avaliamos que esta célula Anonymous assume como sua missão o *ativismo online*, que, como sugere Machado (2013, p. 44), consiste em atividades de “disseminação de informações, publicação de cartas-protesto, envio em massa de e-mails, blogagem coletiva, que raramente envolve as habilidades presentes no *hacking* de computador”. Assumem-se como mobilizadores de lutas sociais e se utilizam das ferramentas digitais para difundir distintas causas. Informa-se que o trabalho é desempenhado por uma *equipe*, ou seja, uma célula, um coletivo – a AnonymousBrasil.

E baseados nisto, mantemos sempre nosso foco e viemos aqui afirmar categoricamente que a hora chegou. Dezoito de junho de 2013 já faz parte da história do Brasil. O dia em que o gigante acordou. O dia em que milhares de pessoas saíram pelas ruas do país por diferentes cidades exigindo melhorias de um modo geral. *Imagens das manifestações mescladas com trechos da propaganda a partir da qual a frase “o gigante acordou” foi*

apropriada (imagem 28). Os protestos do dia dezessete, que “entrou para a história”, são entendidos como oportunidade política. Percebemos também um trabalho de alinhamento de quadro com a multidão, de modo a amplificá-lo, a partir da frase que foi reenquadrada pelos manifestantes a partir de uma peça publicitária – “o gigante acordou”, referindo-se ao Brasil – , o que funciona como motivação. Identifica-se que milhares de pessoas saíram às ruas exigindo melhorias de um modo geral. Motiva-se dizendo que “a hora chegou”, ou seja, é hora de agir.

Não é, não foi e nem nunca vai ser apenas por 0,20 centavos. *Continuam as imagens das manifestações mescladas com trechos da propaganda a partir da qual a frase “o gigante acordou” foi apropriada. Aqui temos o master frame, o quadro abrangente das manifestações de junho que permitiu que a luta específica em torno da tarifa do transporte público se estendesse para todas as demais. Portanto, o quadro referente à luta do MPL sofreu realinhamento e foi expandido, tornando-se o quadro abrangente de protestos com múltiplas pautas. No vídeo, alinha-se o quadro da AnonymousBrasil com o dos manifestantes em geral por meio da amplificação do quadro – ou seja, reforça-se a crença de que não se trata de 0,20 centavos –, o que acaba tendo caráter motivacional.*

Temos um histórico longo de desvios públicos de dinheiro, roubos, afrontas à justiça, desigualdade social, maus serviços públicos. Somos um dos países mais ricos do mundo e um dos mais desiguais. Somos um dos países mais injustos do mundo onde políticos levam vida de rei às custas do povo brasileiro e eles não fazem sequer questão de retribuir isso à sociedade. *Imagens, ao que tudo indica retiradas de outro vídeo anterior da rede, de outro “âncora Anonymous” – também com a máscara mas encapuzado –, mescladas com imagens das manifestações (imagem 29). A partir deste trecho de diagnóstico, podemos perceber quem são considerados os adversários desse confronto: os “políticos”. Na sequência, a narração pausa e o áudio dos protestos é introduzido, destacando-se o trecho em que um manifestante anuncia que “o Congresso foi invadido” e há uma comoção geral entre a multidão, que comemora efusivamente. Identifica-se também um processo de expansão de quadro: apesar de os protestos iniciais focarem-se na questão do transporte público, da mobilidade urbana e do direito à cidade, o quadro “Não é só por 0,20 centavos” expandiu a pauta inicial e permitiu que outros quadros alheios fossem inseridos sob esse grande “guarda-chuva” – como a mobilização contra a corrupção.*

Queremos destacar que todos os protestos existentes se deram devido às forças da internet estarem unidas em prol de um objetivo comum: mudança. *Cenas da multidão nos protestos mescladas à imagem de um jovem mascarado vestido com roupas casuais em frente a um computador (imagem 30)*¹²⁰. Eis, o *prognóstico* do que une a multidão, de seu suposto objetivo, que antes havia sido referido como “melhorias de modo geral, e aqui, como “mudança”. E um papel central é atribuído à internet no processo de mobilização.

Estamos diante de um evento que tem cobertura mundial: Copa das Confederações 2013. Mas este não é o nome ideal. Mudaremos para Copa das Manifestações 2013. Sejam todos bem-vindos. *Imagens do “âncora Anonymous encapuzado” mescladas com imagens das manifestações e de uma página digital em se lê “/AnonymousBr4sil”, “Brazil”, “Manifestantions Cup”, revelando o apelo internacional da campanha.* Trata-se do reconhecimento de uma oportunidade política a ser aproveitada: a *Copa das Confederações*. Esse *quadro* é contestado e *reenquadrado* para *Copa das Manifestações*.

A imprensa mundial está aqui e vem dando atenção aos protestos ao redor do Brasil. Em diferentes continentes temos grandes redes de TV e sites conhecidos dando destaque para a força do povo brasileiro nos protestos. *Imagens do “âncora Anonymous encapuzado” seguidas de imagens do sujeito mascarado em frente ao computador, mescladas com imagens das manifestações.* Continua-se o reconhecimento da oportunidade: a presença da imprensa internacional é indicada, assim como o destaque que dá aos protestos. Percebe-se desse trecho que a cobertura da mídia de massa internacional é entendida como o motivo pelo qual a Copa das Confederações é uma *oportunidade política* – porque é *notícia* mundial. Ou seja, reconhece-se aqui que a mídia de massa é elemento fundamental para difundir as lutas e causas sociais, e que deve ser considerada de forma estratégica – apesar do papel central atribuído à apropriação popular da internet no trecho anterior.

E vamos aumentar isso cada vez mais. Compartilhe todo o material que puder na internet, ajude a mostrar as verdades de seu país, de sua região. Temos em nossas mãos uma das maiores e melhores armas de todos os tempos: as redes sociais. Vamos fazer bom uso dela. Outros países conseguiram grandes feitos através da internet, como base

¹²⁰ Pode-se ver a marca do *notebook*, trata-se da Apple, que costuma ser atacada por *hackers* e adeptos de *hardwares* e *softwares* livres por basear-se em formatos estritamente fechados. Este detalhe serviu como elemento de deslegitimação dessa célula Anonymous em alguns comentário do vídeo.

nós faremos o mesmo no Brasil. Redes de TV e sites conhecidos estão dando destaque para a força do povo brasileiro nos protestos. *Imagens do “âncora Anonymous encapuzado” seguidas de imagens do âncora inicial vestido de terno e gravata, mescladas com imagens das manifestações.* Aqui, por outro lado, o potencial da mídia ativista é reconhecido como complementar ao poder de difusão da mídia de massa. Destaca-se o papel das redes sociais digitais e a internet como um todo, entendida como importante arma de luta, como estrutura de mobilização estratégica, da qual deve-se aproveitar o potencial – *fazer bom uso*. Indica-se que lutas em outros países que se utilizaram da mobilização em redes digitais conseguiram grandes feitos – o que possui também caráter *motivacional*, pois são citadas como exemplo a ser seguido, o que leva ao *prognóstico* de que o mesmo deve ser feito no Brasil.

O povo acordou, o povo decidiu, ou para a roubalheira ou paramos o Brasil. *Imagens do sujeito mascarado em frente ao computador mescladas com uma imagem das manifestações nas ruas que mostra um cartaz que contém esta frase, a mesma que é narrada neste trecho do vídeo, escrita (imagem 31).* Aqui temos um quadro motivacional com uma palavra de ordem que foi elaborada pelos manifestantes, disseminada nas ruas e nas redes digitais. A disputa atribuída ao confronto fica nítida: trata-se de uma luta do povo contra os “políticos”, que roubam o Brasil. E entende-se os protestos como uma maneira de ameaçá-los: se eles não pararem de roubar, o país vai parar. Ou seja, continuar os protestos é um *prognóstico*. Percebe-se ainda, novamente, o *processo de realinhamento por meio de expansão* do quadro inicial dos protestos, em torno da tarifa, para o de *combate à corrupção*.

A narrativa oral termina. Na sequência, para finalizar o vídeo, o endereço virtual das páginas da AnonymousBrasil no Twitter, no Facebook, no YouTube e de seu site é passado em formato de texto, seguidos da seguinte mensagem, também em formato de texto: “*Nós somos muitos e estamos em todos os lugares! Todos queremos mudanças! Nós somos Anonymous! Nós somos legião! Nós não esquecemos! Nos aguardem!*”. O famoso lema dos Anonymous é mesclado a um *quadro* apresentado no vídeo, que refere-se às manifestações: *Todos queremos mudanças*. Também percebemos aqui a apropriação da perícia jornalística e publicitária: além de efeitos gráficos serem utilizados para apresentar o texto, o vídeo finaliza apontando para os veículos de comunicação através dos quais se pode acompanhar o trabalho da célula e, como qualquer boa peça de propaganda, com o seu *slogan*.

Podemos reconhecer, resumidamente, os quadros de [1] diagnóstico, [2] prognóstico

e [3] de caráter motivacional do vídeo. 1. *Diagnóstico*: Os protestos de dezessete de junho, que entraram para a história do Brasil, não são somente por 0,20 centavos, mas por melhorias em geral. Há um longo histórico de roubos públicos, desvios de dinheiro, afrontas à justiça, desigualdade social e falta de qualidade dos serviços públicos. Os “políticos”, que roubam descaradamente, vivem como reis e não retribuem isso à sociedade. Os protestos se deram devido às forças da internet estarem reunidas e revelam um clamor por mudança. 2. *Prognóstico*: deve-se aproveitar a presença da imprensa internacional por causa da Copa das Confederações para continuar os protestos e dar sequência ao trabalho que está sendo feito nas redes digitais para repercuti-los, assim poderemos alcançar grandes feitos, realizar “mudanças”. 3. *Motivacional*: se outros países lograram conquistas ao utilizar a internet em suas lutas, nós também podemos conseguir. É hora de agir. Não é só por 0,20 centavos, o gigante acordou, ou para a roubalheira ou paramos o Brasil. Somos Anonymous, queremos mudanças e estamos em todos os lugares. Nos aguardem.

De qualquer maneira, entendemos que o vídeo, de um modo geral, tem caráter *motivacional*, pois visa *mobilizar* para os protestos – o que pode-se concluir, também, a partir das imagens que o compõem. Sua proposta geral (ou seja, o *quadro* geral) é fazer com que as pessoas continuem os protestos em prol de mudanças – pois o dia dezessete de junho já marcou a história e é hora de agir –, que adotem o termo “Copa das Manifestações”, aproveitando-se da presença da imprensa internacional em torno do evento futebolístico, e utilizem as redes digitais para disseminar informação acerca das manifestações. Só assim se poderá mostrar para os “políticos” que, se eles não “pararem a roubalheira”, “o povo” vai “parar o Brasil”.

Podemos concluir que o quadro “Copa das Confederações” foi contestado e reenquadrado, transformado pelos ativistas em “Copa das Manifestações”. Este evento foi entendido pela célula AnonymousBrasil como oportunidade política para captar a atenção da imprensa internacional e difundir os protestos, por isto conclama o “povo” a agir. As redes digitais são compreendidas por eles como estrutura de mobilização fundamental para disseminar suas lutas e lograr conquistas. Considerando-se que, para haver um confronto político, precisa haver a definição de um “nós” contra um “eles”, ou não haveria confronto, identificamos que o vídeo aponta para o “povo” como “nós” e para os “políticos” como “eles”. Identificamos também a expansão do quadro inicial dos protestos contra o aumento da tarifa, a partir do quadro “Não é só por 0,20 centavos”, para a pauta do combate à corrupção.

4.4.4. Enquadramentos da multidão sobre os Anonymous: a máscara em xeque

Agora vamos avaliar os comentários em resposta ao vídeo, disponíveis no YouTube, buscando problematizar as disputas de enquadramento que se deram. A partir de uma proposta de análise qualitativa, em meio a mais de 800 comentários, estabelecemos nosso recorte de acordo com a temática de pesquisa: os comentários em torno do uso da *máscara* pelos Anonymous ou pelos manifestantes, que resultam em doze. O que nos interessa nesses comentários é o modo como contestam o enquadramento dos Anonymous ou o amplificam.

Destacamos que grande parte das centenas de comentários amplifica o enquadramento do vídeo: parabenizam os Anonymous, repetem alguns de seus quadros motivacionais (tais como “vamos pra rua”, “o gigante acordou!”, “#CopaDasManifestações), sugerem ações etc – o que denota o sucesso dos Anonymous em alinhar seu enquadramento com o da multidão. Contudo, nos interessa o *conflito em torno da máscara*, o que justifica nosso recorte.

O YouTube aponta a data dos comentários selecionados como de “mais de um ano atrás”. Pelo gráfico de acessos, pressupomos que foram feitos logo após o lançamento do vídeo. Enumeramos os comentários na sequência cronológica em que aparecem para facilitar a análise – mas cabe destacar que eles estão espalhados entre os comentários como um todo, não estabelecendo uma sequência direta entre si.

1. *ANONYMOUS, FICA O AVISO: Todo video q eu vejo do "anonymous" prega o anti-vandalismo. Voces são burros ou o que? Fica usando essa porra de mascara aí pra vim falar merda? Vão se foder, enfia essa mascara no cu e vá estudar historia, pesquise sobre o Guy Fawkes*

2. *Parem de fazer royalties para a Warner Bros, tire essa mascara de coruja seca e deixem de ser bossai\$, vão pra pra rua de cara limpa. V de v...*

3. *(Em resposta à 2) a mascara é para caracterizar não uma pessoa ali e sim um ideal a e falando nisso mostra a cara kd a foto do perfil !!! estude, e conheça primeiro para depois criticar ...*

4. *E verdade e eles ainda usam a mascara do V que fala que se vc que protesta ã se deve esconder*

5. Marcos feliciano está se aproveitando dos manifestos e falou que se não aprovarem a cura gay, a parte evangélica do governo vai "protestar", só que essa parte é que vale a 70% ou seja, vai se informar mais, cada um defendendo o que quer para mudar o país, e o que esses anonymous estão fazendo não é nada mais nada menos do que uma espécie de fascismo...SE INFORMEM E VÃO AS RUAS PELOS SEUS MOTIVOS E NÃO SEJAM MAIS ALIENADOS COM A "MASCARA DO PROTESTO"!

6. só eu que fico com medo dessa mascara com essa voz ? AHEUAHEUHE

7. Quero essa mascara ...

8. pesquise sobre george soros e os rothschilds e voce vera que eles já financiaram e orquestraram diversos protestos, terrorismos e derrubadas de regimes que se obstaram a agenda sionista deles. A Warner Bros (illuminatis) ganha dinheiro com direitos autorais com a venda da mascara do anonymous. Eu creio que o escopo do anonymous é derrubar governos que atrapalhem de alguma maneira a sionista nova ordem mundial, tal como fazem no oriente medio com a primavera arabe.

9. Sou totalment a favor d toda manifstacao pacifica,ms devmos ficar muito atentos e esprtos a respeito dessa"legiao de anonymous",porq uma mascara?O povo nao precisa se esconder,estamos lutando plo que eh nosso de direito,agora qualqr um pod se manifestar como um anonimus?cmo saberemos qm comeco tudo isso?qual interesse final?ond querem chegar?de ond vem?Sou um patriota e quero todas essas mudancas,ms pessoal,cuidado com a manipulacao,nao podem ns usar para,interesse d uma d alguem q esta oculto

10. Acorda povo estão manipulando vocês contra a Presidente. Anonymous não pode nos representar, isso é armação política. Pq não fazem movimento contra o PSDB que o partido que mais prejudicou e prejudica esse País. É fácil falar por traz de uma máscara... O PT cometeu erros sim, mas se não fosse o PT nosso país estaria falido e o povo na mais profunda miséria.

11. Máscara????????!!!!!!!!!!!!!! Eu vou para rua, escrevo cartazes, levo meus filhos de cara limpa!

12. (Em resposta à 11) Se prestar atencao com cautela e detalhe, chegara a conclusao que nao poderia falar com a cara limpa. Voce conhece a estoria do Chico Buarque de Holanda, Milton Nascimento, Ivan Lins, MPB 4, suas composicoes? Nao podiam falar sem a mascara metaforica. Voce sabe e entende metaforica? Certo? Se nao, por favor, Aprenda Literatura da Lingua Portuguesa, "querida" ou "querido".

Primeiramente, destacamos a linguagem característica das interações digitais, que como afirma Martín-Barbero (2009), apesar de ser frequentemente textual, se aproxima da linguagem oral informal. Outro elemento que ressalta é o clima de confronto e a agressividade que imperam nessa interação. Dos doze comentários, nove contestam o enquadramento da AnonymousBrasil e três o amplificam – trata-se do comentário número 3, que reintera que os Anonymous utilizam a máscara para caracterizar um *ideal*, do 7, que revela a intenção de se apropriar da máscara e do 12, que defende o uso da máscara para proteção. Já os comentários 2, 4, 9 e 11 contestam o uso da máscara: afirmam que se deve ir pra rua “de cara limpa” (2 e 11), que a máscara pode manipular, pois como saber quem são e o que querem as pessoas por trás da máscara?¹²¹ (9), e aponta para a incoerência de os Anonymous utilizarem a máscara de V, que diz (a partir da sua leitura acerca da personagem) que quem protesta não deve se esconder¹²² (4).

No comentário 10 afirma-se que “é fácil falar por trás de uma máscara” e que “Anonymous não pode nos representar”¹²³. Já o comentário 8 associa Anonymous aos Rothschild, sionismo e “illuminatis” por meio da Warner Bros, a qual indica que recebe *royalties* pela venda da máscara, e alerta que os Anons podem estar contribuindo para planos sionistas de estabelecer uma nova ordem mundial. No comentário 6, indica-se que a voz e a máscara no vídeo causam medo. No comentário número 5, acusa-se os Anonymous de fascistas e indica-se que os manifestantes devem deixar de ser “alienados com a 'máscara do protesto’” e lutar por causas específicas. Já o autor do comentário 1 reclama que os Anonymous sempre, em seus vídeos, se colocam contra o “vandalismo”¹²⁴, xinga-os e

¹²¹ O autor desse comentário alinha seu enquadramento ao dos Anonymous, ao afirmar-se como patriota e favorável à manifestação – contudo destaca-se o *pacífica*, ponto que não foi mencionado no vídeo – mas, ao mesmo tempo, o contesta, apontando para a possibilidade de manipulação.

¹²² Identificamos um paradoxo na afirmação do autor do comentário, pois o próprio V usa a máscara e utiliza-se do anonimato, fazendo uso apenas de um codinome. Mas, de qualquer maneira, trata-se de uma contestação do uso da máscara nos protestos e um exemplo de que o filme possibilita infundáveis e inesperadas leituras.

¹²³ O autor do comentário acusa os autores do vídeo de manipulação da multidão contra a presidente, sugere que seus autores deviam fazer um movimento contra o PSDB e defende a atuação do PT na política nacional. Ou seja, apesar de o vídeo apontar os “políticos” em geral como culpados, e não de um partido em específico, o autor do comentário propõe um outro diagnóstico (outro inimigo, no caso o PSDB).

¹²⁴ Não identificamos enquadramento da AnonymousBrasil sobre “vandalismo” no vídeo analisado.

recomenda que estudem a história de Guy Fawkes (insinuando o fato de Guy Fawkes ser lembrado por tentar explodir o parlamento inglês, o que seria um ato de “vandalismo”). Tanto o comentário 1 quanto o 8, o 4 e o 2 remetem a Guy Fawkes, ao personagem V ou à Warner Bros.

Os comentários 5, 9 e 10 se dirigem ao “povo” ou às outras pessoas que também comentaram de um modo geral, o que deixa explícita as disputas de enquadramento que se deram entre a multidão em junho de 2013, inclusive nas redes sociais digitais. Vários sentidos, muitas vezes em confronto, foram atribuídos às manifestações de junho. Estabeleceu-se uma batalha em torno do *significado* dos protestos.

Nos focamos em como os comentários contestaram o uso da máscara pelos Anonymous, o que implica em questionar o modo da ação – *como* atuar. Defendemos que, ao fazer isso, os confrontantes (os autores dos comentários analisados, com exceção dos comentários 3, 7 e 12, que amplificam o enquadramento do vídeo) vão mais além: estão questionando a legitimidade de quem produziu o vídeo, pois questionar o sentido da máscara é, em alguma medida, questionar o sentido da própria *ideia* Anonymous. E, ao se questionar a legitimidade de quem produziu o vídeo, desconsidera-se ou confronta-se, dependendo do caso, o diagnóstico (a avaliação do confronto político – no caso, as manifestações de junho) e o prognóstico (as propostas de ação) que foram apresentados.

Em outras palavras: ao se confrontar o uso da máscara (*como* agir), questiona-se a própria ideia Anonymous e do enquadramento apresentado sob seu nome (o *por que*, ou seja, o *sentido* atribuído à ação coletiva da qual o quadro está em disputa). Ao deslegitimar o uso da máscara, os confrontantes estão deslegitimando a célula AnonymousBrasil no que tange à apropriação que faz da máscara de Guy Fawkes, ao uso de máscaras na ação política, seu diagnóstico (análise de conjuntura) e/ou seu prognóstico (propostas). Por extensão, já que é o uso da máscara que está sendo questionado ou condenado, a deslegitimação atinge à rede Anonymous e àqueles que a utilizam nos protestos como um todo. Essas disputas em torno da máscara de Guy Fawkes durante as manifestações de junho representam um triplo confronto: em torno do anonimato na ação política, da ideia Anonymous e até mesmo do sentido dos protestos de junho. Afinal, para que se protesta, a partir de quais interesses?, questiona-se.

4.4.5. Ação coletiva, imaginário e disputas de enquadramento: o discurso de V, o vídeo-comunicado da AnonymousBrasil e os comentários da multidão

Assim como o personagem V, os Anonymous usam da estratégia de realizar

convocações por meio de produtos audiovisuais. No caso do vídeo-comunicado *Copa das Manifestações 2013 #ManifestationsCup – Anonymous* (2013), várias relações podem ser estabelecidas a partir do discurso de V, que entendemos como um quadro de referência fundamental para o vídeo-comunicado. Quanto ao *diagnóstico*: o público-alvo, em ambos os casos, é “o povo”; os inimigos são, no caso de V, “o governo”, e no do vídeo-comunicado, “os políticos”; em ambos afirma-se que há algo de errado que precisa ser mudado, de forma genérica, sem especificar o que exatamente. Quanto ao *prognóstico*: os dois convocam as pessoas a tomar as ruas, entendendo esse ato em si como ameaça ao adversário identificado. Em ambos a população é *motivada* a partir de ações que foram realizadas (no caso de V, a explosão de um prédio oficial; no caso brasileiro, as manifestações de 17 de junho), que atestam que o confronto é possível e, segundo os mobilizadores, precisam ter continuidade. Assim, novas ações são convocadas.

Cabe destacar que o diagnóstico do vídeo é vago – e, consequentemente, o prognóstico também. As categorias analíticas da disputa de enquadramento, oriundas de análises objetivistas de quadros da ação coletiva, precisam ser flexibilizadas frente a iniciativas como os Anonymous e processos como as manifestações de junho, em que as propostas pragmáticas são genéricas e/ou difusas. No caso do vídeo-comunicado, o diagnóstico é que as coisas precisam mudar e o prognóstico é que se continuem as manifestações.¹²⁵

Para além do que podemos avaliar a partir do texto, vários elementos estéticos socialmente compartilhados são apresentados tanto no filme como no vídeo-comunicado, contra-balanceando a *estranhez* de sua postura ousada. E, como se trata, nos dois casos, de um produto comunicacional, nada mais natural do que utilizar os códigos do ator que hegemoniza as mediações sociais de comunicação – a mídia de massa – para fazer-se entender. Vários elementos que são socialmente compartilhados, ou seja, que podem ser assimilados pelas pessoas por estarem embutidos no formato dos produtos informativos consumidos cotidianamente pela grande maioria da população, são mobilizados: a vinheta, a “logomarca”, o fato de haver um apresentador, o enquadramento de câmera, todos elementos que reproduzem uma maneira compartilhada de se comunicar uma notícia através de meios de

¹²⁵ Como já explicitamos, entendemos que a falta de unidade e o conflito em torno de quais seriam de fato as pautas prioritárias das manifestações revelam um processo em que o modo tradicional de se fazer política é contestado (apesar de não se saber exatamente como poderia ser diferente) e que mobilizou milhares de pessoas sem experiência de organização política e participação em confrontos (sendo que muitas saíram para protestar nas ruas pela primeira vez). O fato de não haver um líder, uma pauta ou uma instituição centralizadora intensifica a aparente dispersão dos protestos – o que se revela na falta de precisão do diagnóstico e do prognóstico da AnonymousBrasil.

comunicação de massa – que reproduzem o código noticioso (PRUDENCIO, 2006).

No caso do vídeo-comunicado, além do formato jornalístico, um outro quadro simbólico de grande alcance é compartilhado: o próprio filme *V de Vingança* (2006). Esses elementos, combinados com outros já popularizados em torno das manifestações de junho (como as palavras de ordem e os comerciais de TV reenquadrados pela multidão), permitem que a célula AnonymousBrasil traduza seu discurso para a população em geral, se faça entender – em outras palavras, obtenha sucesso no processo de *alinhamento de quadro interpretativo*.

Contudo, entendemos que, mais do que serem combinados de forma estratégica, tais elementos são mobilizados porque compõem o arcabouço cultural daqueles que produziram o vídeo; trata-se de seu repertório cultural – dos símbolos, códigos e discursos que têm à disposição, que compõem sua maneira de entender, interpretar e ressignificar o mundo. Frequentemente eles não são trazidos à tona de forma consciente, mas fazem parte do comportamento das pessoas e são recombinaos de maneira *intuitiva*. Por isso acreditamos que a máscara tornou-se um símbolo das manifestações de junho – porque é um quadro compartilhado, que remete a um *imaginário* comum, *sensibiliza* as pessoas e motiva-as a protestarem. Já o formato jornalístico permite a assimilação generalizada das informações disponibilizadas – ou seja, é um formato compartilhado que possibilita a leitura por meio dessa *linguagem* comum e a compreensão do conteúdo da mensagem pela população em geral. Afinal, a TV aberta chega a mais de 91% dos domicílios do país e 65% dos brasileiros assistem televisão diariamente por mais de três horas (BRASIL, 2014), o que faz do código noticioso presente na mídia de massa um elemento de fácil absorção popular.

Como indica Szaniecki, “o Império não tem 'fora', portanto, mesmo os instrumentos da crítica são instrumentos construídos dentro do sistema. A subversão pela multidão dos mitos hollywoodianos é um exemplo disso” (2007, p. 127), e do código jornalístico presente na mídia de massa também. Trata-se de parodiar a linguagem das indústrias de comunicação para a crítica do poder global que ela mesma, essa linguagem, representa (ibid., 128).

Do mesmo modo, a utilização de imagens dos protestos do dia 17 permite que o enquadramento do vídeo seja alinhado a quadros populares entre a multidão, por dois motivos: tanto por trazer as imagens das pessoas protestando na rua, tal como se conclama no vídeo que continuem fazendo (o que permite àqueles que estiveram nos protestos se reconhecerem ali e transmite aos que não foram um pouco da emoção dessa experiência

coletiva, motivando-os a se somar); quanto por absorver a representação¹²⁶ que a multidão fez de si mesma por meio desses vídeos – capturados no calor do momento não de fora, sob uma mirada objetiva, mas desde dentro –, e de assimilar em seu discurso diversos discursos que compõem a multidão. Assim, do mesmo modo que o vídeo repercute a estética da multidão (SZANIECKI, 2007) por meio da articulação de vários de seus fragmentos, ele é mais um elemento que compõe essa estética.

Mas, ao mesmo tempo que subverte o formato jornalístico para transmitir seu comunicado a um grande número de pessoas, o discurso de protesto é subvertido por elementos que constituem o discurso da mídia de massa – e o tema da *corrupção* é um deles. Trata-se da ambivalência do discurso carnavalesco (BAKHTIN, 1987), da permeabilidade que faz com que o movimento entre hegemonia e contra-hegemonia esteja sempre em construção (MARTÍN-BARBERO, 2003). Esse tema, tão frequente na imprensa, contribui para enquadrar a política em si como sendo corrupta (TARROW, 2009, p. 151), o que corrobora para a negação de qualquer forma de organização política – e, de fato, durante as manifestações de junho até anarquistas foram hostilizados a partir da massificação dos protestos por indivíduos e coletivos que defendiam que as marchas deviam ocorrer “sem partidos”. Não à toa, a partir do momento em que as manifestações viraram *notícia*, sendo transmitidas com destaque nos meios de comunicação de massa, extrapolando os compartilhamentos nas redes digitais, o tema da corrupção passou a se destacar na mobilização das protestos e nas marchas em si. O enquadramento da corrupção, que não aparecia nos protestos iniciais, passou a disputar o foco do confronto, que antes pertencia à pauta do transporte público.

Contudo, não se trata de uma dinâmica unilateral: isso não aconteceu somente porque a relação entre corrupção e protestos passou a ser disseminada pelos grandes veículos de comunicação de massa, mas porque o entendimento da corrupção como o grande problema da política nacional já estava profundamente consolidado na visão de mundo de uma considerável parcela da população brasileira. Trata-se de um processo complexo e ambivalente, que se retroalimenta, e que pode ser sintetizado no seguinte dilema: a mídia de massa fala de corrupção porque as pessoas a entendem como um problema, ou as pessoas entendem a corrupção como um problema porque a mídia de massa fala de corrupção?

¹²⁶ Szaniecki (2007, p. 133) questiona esse termo para tratar da produção da multidão, pois “se a multidão não é representável politicamente, seria representável esteticamente? Intuímos que não deveríamos procurar ‘representações’, mas ‘manifestações’ da multidão”. Compartilhamos do questionamento, mas utilizamos o termo dadas as limitações da linguagem – outras formas políticas exigem outras formas linguísticas (e analíticas).

Portanto, ao enfatizar a relação dos protestos com o combate à corrupção, a mídia de massa está alinhando seu quadro ao da população em geral – mesmo que ela tenha sido responsável em grande medida por gerá-lo.

Concluimos que entre aqueles que têm o discurso contra a corrupção introjetado, que a entendem como o grande problema nacional a ser combatido e o motivo da rebeldia que tomou as ruas do Brasil em junho de 2013, estão os AnonymousBrasil. No vídeo comunicado, eles diagnosticam “a roubalheira dos políticos” como a causa dos protestos – e ameaçar o poderio desses políticos por meio da demonstração da força popular nas ruas é o plano de ação que apresentam ao seu público-alvo, o “povo brasileiro”. Por consequência, esse é – além do código jornalístico e do quadro de referência que constitui o filme *V de Vingança* (2006) –, mais um elemento que permite que o enquadramento do vídeo seja alinhado ao enquadramento de seu público-alvo. E a ampla difusão do vídeo, assim como a amplificação de seu quadro por meio de centenas de comentários e milhares de “curtidas”, permite concluir que a corrupção é, de fato, um *master frame*, um quadro abrangente dos protestos, que levou milhares de pessoas às ruas.

A relação com a mídia de massa aparece no vídeo não só através da apropriação que se fez do código jornalístico: a presença da imprensa mundial é apontada como a oportunidade política a ser aproveitada durante a Copa das Confederações – que foi reenquadrada para *Copa das Manifestações*, sendo essa a principal *transformação de quadro* que podemos reconhecer no vídeo.

Não identificamos no vídeo-comunicado a acusação de manipulação dirigida à mídia de massa – ao contrário do que fizeram iniciativas Anonymous ao *hackear* as contas da Veja e da Globo no Twitter (como demonstramos no capítulo 1). Mas, ao mesmo tempo em que aponta para a importância do fato de a imprensa internacional estar cobrindo os protestos, o vídeo-comunicado afirma que os protestos só ocorreram pelo fato de “as forças da internet” estarem unidas, e que é preciso dar continuidade a esse trabalho, disseminar o máximo possível de informações acerca dos protestos nas redes digitais. Enfatiza-se, ainda, que outros países conseguiram grandes feitos através da internet, e que o mesmo pode ser feito no Brasil.

Contudo, entre os comentários em resposta ao vídeo-comunicado, identificamos 19 que se referem à Rede Globo, sendo todos contrários a ela. Desses, oito sugerem que os Anonymous *hackeiem* a Globo. “VAMOS HACKEAR A GLOBO!!!!!! ESTILO O FILME V DE VINGANÇA”, diz um deles. Podemos perceber aqui, novamente, como o imaginário do filme permeia a rede Anonymous, o entendimento que se tem dela (sua imagem pública) e, até mesmo, os protestos de junho de 2013 no Brasil. De fato, o *hacktivismo* é um importante

elemento da rede Anonymous, mas não destacadamente da célula AnonymousBrasil, que se dedica principalmente à disseminação de informações que considera relevante por meio das redes digitais – o que entendemos, a partir de Machado (2013), como *ativismo online*. Fazer vídeo-comunicados e disseminá-los é uma das maneiras de efetivar sua missão.

No filme *V de Vingança* (2006), a mídia de massa é diretamente controlada pelo governo, e entra na lista de inimigos de V. Assim como a AnonymousBrasil, V a encara de maneira estratégica – como um meio eficaz, senão necessário, para disseminar sua mensagem para a população de forma geral. Mas enquanto a estratégia de V diz respeito a *hackear* esses canais, utilizando-os para transmitir a *sua* mensagem a partir de seu próprio *enquadramento*, a estratégia apontada pela célula Anon é assimilar os critérios de noticiabilidade (PRUDENCIO, 2006; LIMA, LOOSE, 2014) para virar notícia na mídia de massa.

Portanto, a mídia é considerada sob esses dois aspectos pela AnonymousBrasil: de um lado, a *mídia de massa* é vista como um elemento estratégico para difundir a mensagem dos protestos, ao qual deve-se buscar alinhar; por outro, entende-se a *mídia ativista nas redes digitais* como causa dos protestos e elemento fundamental para dar continuidade a eles e obter conquistas. Se, por um lado, a AnonymousBrasil assume a função de mobilizar por meio das redes digitais, produzindo e divulgando conteúdo, em *Copa das Manifestações 2013 #ManifestationsCup – Anonymous* (2013) a célula propõe que se manifeste durante o evento justamente para transformar os protestos em notícia na mídia de massa. A célula Anonymous considera, portanto, esses dois aspectos da mídia (ativista nas redes digitais e de massa) como elemento central da ação coletiva em questão – as manifestações de junho.

O diagnóstico da célula AnonymousBrasil no vídeo-comunicado indica que a causa dos protestos é o desejo por *melhorias de um modo geral*, e que os protestos só ocorreram porque as forças da internet estiveram unidas em prol de *mudanças* – uma palavra bastante ampla que, ao mesmo tempo que possibilita abarcar a diversidade de desejos e demandas da multidão, permite as mais diversas apropriações – assim como foram múltiplas e diversas as apropriações da máscara de Guy Fawkes nos protestos. Entendemos que o discurso da AnonymousBrasil, assim como os fatos de a Anonymous se considerar uma *ideia* e de seu símbolo, a máscara, possuir uma impressionante “elasticidade simbólica” (COLEMAN, 2014), permitem que ela seja apropriada por posturas divergentes e até mesmo opostas entre si – como é possível perceber por meio das imagens que analisamos anteriormente (20, 21 e 22), em que indivíduos com enquadramentos diametralmente distintos compartilhavam duas coisas: o ato de estar protestando contra algo e o uso da máscara de Guy Fawkes.

É essa característica dos Anonymous (e da máscara) que permite que seus

enquadramentos sejam confrontados da maneira que podemos observar por meio da análise dos comentários em resposta ao vídeo-comunicado. Eles são acusados de manipuladores (afinal, como confiar numa máscara? Quem fala, de onde, com qual objetivo?), de covardes (quando o uso da máscara é atribuído ao medo de ser reconhecido ou ao oportunismo), burros (por considerar-se que se desviam da sua própria referência simbólica, a história de Guy Fawkes), ingênuos (dando *royalties* à Warner Bros), golpistas (supostamente por quererem derrubar a presidente, serem fascistas, trabalharem para os “illuminati”), entre outras coisas. Por outro lado, a AnonymousBrasil alcançou uma audiência considerável, centenas de comentários, milhares de “curtidas” e o símbolo da *ideia* sob a qual atua transformou-se num símbolo de protesto das manifestações de junho. Revela-se portanto, no contexto das manifestações de junho, que, realmente, o fato de qualquer um poder se apropriar da *ideia* é sua maior força e sua maior fragilidade – como diz um ativista Anon no documentário *We Are Legion* (2012). Ao mesmo tempo em que dialoga com o imaginário mundial por meio da famosa máscara, que inflama a mente dos jovens e os leva para as ruas, tamanho alcance implica em ambiguidade e, conseqüentemente, em desconfiança quanto à sua legitimidade.

A máscara também representa uma transformação no modo de se fazer política, apresentada sobretudo pelos jovens: a construção de lideranças com nome e rosto, elemento central nos movimentos sociais tradicionais, é não só deixada de lado, mas confrontada. “Seja seu próprio líder”, sugere a máscara. Essa postura gera conflitos, como vimos a partir dos comentários no vídeo-comunicado. Afinal, quem está convocando a ação, com que fins, a partir de quais princípios? É de esquerda, é de direita? Responde aos interesses de algum partido? A máscara bagunça toda a lógica da estrutura da política institucionalizada, e sua ambiguidade nos ajuda a refletir sobre a ambiguidade dos protestos de junho e os desafios que colocam à ação coletiva.

Tal como a máscara de Guy Fawkes, as palavras de ordem “Vem pra rua”, “O gigante acordou” e “Não é só por 0,20 centavos” permitem as mais diversas apropriações, desde anarquistas, socialistas, partidos, movimentos sociais, ONGs, grupos neonazistas, pessoas saudosas dos tempos da ditadura, indivíduos mobilizados pelo discurso contra a corrupção, adeptos da tática *black bloc* – e a máscara vestiu todos esses enquadramentos. Justamente por isso, a Anonymous passou a sofrer acusações de todos os tipos por todos os lados, afinal, a *elasticidade* da máscara-símbolo o permite.

No caso da AnonymousBrasil, ela é confrontada, inclusive por outras células – entre elas, a Anonymous Curitiba, que contesta o enfoque que a AnonymousBrasil dá ao combate à corrupção e acusa-a de deturpar a *ideia* (TORINELLI, 2015). A Anonymous Curitiba publicou

uma nota no Facebook em que afirma que a corrupção é apenas o sintoma de um problema muito maior e que, mais do que buscar “seguidores” (referindo-se ao modo de se obter público no Facebook), deve-se buscar ter pessoas que lutem lado a lado (ibid., p. 76). Desse modo, o sentido da estratégia da AnonymousBrasil, de alinhar o seu enquadramento com um grande público, foi contestado por um outro coletivo da *rede*.

A partir dessa disputa específica entre duas células Anonymous, bem como dos comentários em resposta ao vídeo-comunicado analisado, podemos perceber uma problemática que diz respeito às manifestações de junho e às lutas sociais como um todo: se, por um lado, para envolver grande parcela da população e convencê-la da legitimidade de sua causa é preciso construir um enquadramento interpretativo abrangente, por outro, tal abrangência permite reenquadramentos que podem colocar em xeque o próprio sentido da ação coletiva iniciada. Tarrow (1999, p. 193) aborda esse dilema:

os símbolos de revolta não são retirados de um armário cultural como uma vestimenta antiquada e exibidos ao público. Nem os significados são feitos a partir do nada. As vestimentas da revolta são tecidas com uma mistura de fibras herdadas e inventadas em quadros interpretativos da ação coletiva em confronto com oponentes e elites. E, uma vez introduzidas, não são propriedade exclusiva dos movimentos que as produziram, mas [...] ficam disponíveis para que outros possam vestir.

Assim ocorreu com a máscara, e assim ocorreu com o quadro “Não é só por 0,20 centavos”. Ficaram disponíveis para todos que foram sensibilizados e estimulados a saírem às ruas para protestar por... mudanças. Cada um com o seu desejo de mudança – seja individual, ou do movimento do qual participam, da *ideia* que encarnam –, alguns sem saberem até qual mudança queriam, mas foram. Ao permitirem apropriações tão distintas entre si, abriram espaço para a participação das mais diversas pessoas, que encheram as ruas do país e as redes digitais com sua indignação, mas, por consequência, também para as mais variadas críticas e confrontos, a partir de inúmeras perspectivas. O conflito, inerente à dinâmica interna da rede Anonymous, também mostrou-se como inevitável após a popularização das manifestações de junho de 2013 no Brasil.

4.5. A máscara e a disputa do sentido da ação coletiva

As lutas coletivas envolvem diversos fatores objetivos – tais como oportunidades, estratégias e recursos. Mas, inegavelmente, elas só são criadas, reconhecidas e adquirem *carne* a partir do imaginário das pessoas. É por meio dos *símbolos* que os elas conectam suas

impressões subjetivas e os problemas que reconhecem no cotidiano com dinâmicas sociais mais amplas; somente a partir do momento em que é *sensibilizado* o indivíduo se propõe a agir em prol de uma causa coletiva. Para além de tomadas de decisão estratégicas e racionais a partir de fatos – o que também faz parte do processo da ação coletiva de confronto: apontar que há um problema a ser enfrentado e uma possibilidade de ação –, trata-se do sentido dado a esses fatos, o que propicia conectá-los a partir de entendimentos e *sentimentos* comuns. A máscara de Guy Fawkes cumpre esse papel em várias lutas sociais contemporâneas e destacou-se durante as manifestações de junho – e por isso foi apropriada por tantas pessoas, tão diferentes entre si.

A máscara propicia, por meio da sua imagem, esse *sentimento comum* de rebeldia por compor o imaginário de milhões de pessoas ao redor do mundo. Muitas viram o filme, muitas outras já ouviram falar dele e reconhecem a máscara – eis o poder de difusão da cultura de massa que, inevitavelmente, compõe o imaginário contemporâneo e, conseqüentemente, seu imaginário político. Mas a máscara de Guy Fawkes vai ganhando novos significados, seja pela atuação dos Anonymous, sob os múltiplos e diversos coletivos e indivíduos que adotaram para si a *ideia*, seja pela apropriação que se fez dela em protestos ao redor do mundo – no Brasil, na Espanha, no Egito, nos Estados Unidos, na Turquia, na Grécia, no México e em tantos outros lugares, destacadamente a partir de 2011. Em todos os casos ela representa a revolta, a insubordinação; o desafio, irônico e mordaz.

Mas o poder dessa máscara de dar *sentido político aos sentimentos do cotidiano* traz *outros sentidos* para além da revolta em si. Entre eles, algo que podemos aproximar do que Marilena Chauí (2013) denominou “pensamento mágico”. V representa a faceta destruidora da revolução – acabar com a opressão da ordem estabelecida; a criação fica para depois. Mas a realidade não é assim. Não existe vazio no poder, não há como deixar para construir a alternativa “depois”. Esse “pensamento mágico” também caracterizou as manifestações de junho a partir do momento que tomaram dimensões massivas – o que se deu a partir do dia 17 de junho de 2013 – e aparece de maneira evidente no vídeo-comunicado analisado. Propõe-se ir para as ruas para acabar com a corrupção, mas, a partir da perspectiva de Chauí (op. cit.), algumas perguntas surgem: qual caminho poderia levar à efetivação do objetivo? Existe essa preocupação, ou a manifestação tornou-se um fim em si mesmo? Pondera-se assim a (falta de) estratégia, mas outras perguntas antecedem a essas: é a corrupção a causa das manifestações? Deveria ser? O que é corrupção? Por que ela acontece? Essas perguntas põem em xeque, de maneira *objetiva*, o *sentido* que a AnonymousBrasil dá às manifestações de junho.

Contudo, ao contrário dos jovens manifestantes a quem Chauí dirige suas críticas, V

não optou pelo “caminho do meio”. Sua leitura é ideologicamente de esquerda: a partir de sua doutrina anarquista, entende que há opressores e oprimidos e é preciso tomar lado – mas a personagem enfatiza em seu discurso televisivo que os oprimidos também têm responsabilidade por seu destino, que estão acomodados e precisam começar a agir. Algumas células e indivíduos que atuam como Anonymous se alinham a essa perspectiva de esquerda libertária – mas, nitidamente, esse não parece ser o caso da AnonymousBrasil nem de milhares de jovens que se apropriaram da máscara durante as manifestações de junho. Esse elemento do imaginário da máscara foi deixado de lado, e outros foram adicionados. Entre eles se destacam o *combate à corrupção* e a *negação da política* – afinal, “os políticos” são os inimigos. E assim, bandeiras vermelhas e movimentos sociais como um todo foram rechaçados nas multitudinárias manifestações de junho.

Podemos avaliar que, como aponta Martín-Barbero (2003), o movimento entre hegemonia e contra-hegemonia é mais complicado do que uma batalha entre o bem e o mal, como apresentam as mitologias dos heróis. Justamente um elemento político foi deixado de lado nessa transição da máscara do cinema para as ruas do Brasil. Apesar da formatação *hollywoodiana* que o filme sofreu quando, dos quadrinhos, foi levado às telas, ele manteve, em alguma medida, seu caráter ideológico. Mesmo que de forma menos acentuada que na HQ, V identifica, no filme, as relações de poder por trás das formalidades da ordem vigente. No enredo, o governo está diretamente relacionado à mídia, à igreja, à indústria farmacêutica, aos interesses dos poderosos, constituindo uma complexa trama de relações. Relações de poder que, segundo Chauí (2013), muitos dos jovens que foram às ruas em junho de 2013 parecem não identificar.

Por outro lado, o filme dá um grande peso à figura totalitária do chefe do executivo – e, em seu discurso, V aponta “o governo” como culpado. Similarmente, o vídeo-comunicado da AnonymousBrasil aponta “os políticos”. Como seria de se esperar, elites que disputam o poder identificaram aí uma oportunidade política e passaram a engrossar o coro por “mudanças”, “Fora, Dilma” e “contra a corrupção” durante os protestos de junho. O principal adversário do PT nas eleições presidenciais de 2014, o PSDB, identificado frequentemente como de centro-direita, adotou o *slogan* “#MudaBrasil” em sua campanha (destacamos o formato de *hashtag*, característico da internet e popular entre os jovens); já o PT apostou no *slogan* “Muda Mais”, dando a entender que o partido já realizou mudanças em seus mandatos nos últimos anos. Não só o sentido, mas a linguagem das manifestações sofreria tentativas de captura por todos os lados – assim como aconteceu com a máscara.

Mas mesmo com todas as apropriações que o objeto-símbolo sofreu, seja à direita ou

à esquerda, pelo mercado ou pelo Estado, algo nele se manteve – e se mantém. Uma simbologia que precede a conjuntura, que é atemporal, ancestral. Segundo Bakhtin, “a máscara conserva traços da sua indestrutível natureza popular e carnavalesca” e, até mesmo “na vida cotidiana contemporânea, a máscara cria uma atmosfera especial, como se pertencesse a outro mundo. *Ela não poderá jamais tornar-se um objeto entre outros.*” (1987, p. 35, grifo nosso). A máscara fere. Punge.

No caso do sentido contemporâneo dado à máscara de Guy Fawkes, ela arranca da política a sua formalidade, o seu afastamento, a sua intangibilidade, e a coloca ao alcance de qualquer um. Basta vesti-la. E, como é característico de sua ambivalência, ao mesmo tempo que dá à política um caráter material, palpável, tangível, *carnal*, a máscara a reveste de maneira lúdica, teatral, *mágica*. Se o “pensamento mágico” de Chauí denota uma falta de maturidade política que não leva em consideração as disputas políticas e as tramas do poder, permitindo apropriações que podem resultar em retrocessos, por outro lado, o sentido mágico dá vida à política, questiona seu estatuto burocrático, restrito, elitizado e a põe a alcance da *intuição*, dos saberes tradicionais, imemoriais, tão renegados pela racionalidade dominante (SANTOS, 1989; MARTÍN-BARBERO, 2003).

A política do poder não consegue levar a cultura a sério, exceto onde ela se encontra institucionalizada, explica Martín-Barbero (ibid., p. 298). Mas em junho de 2013, os gritos foram muito altos para poderem ser simplesmente ignorados. E transformaram-se em oportunidade política para todos os tipos de interessados. Abriu-se a temporada de caça ao sentido dos protestos: quem, afinal, vai fazer constar seu enquadramento na narrativa da história?

Paradoxalmente, as manifestações de junho denunciavam essa postura política do *uno*, mas se deixam apropriar por ela. Ela permeia a sociedade, pois o poder permeia tudo – *não existe “fora”* (HARDT, NEGRI, 2005; SZANIECKI, 2007, 2013). Mas não há *só* cooptação. Não há *só* reprodução. Outras formas de se entender e de fazer política se constroem, entre a multidão, entre as máscaras, *em meio ao carnaval*. “Máscaras que desmascaram, alegorias que revelam a indignação política do povo”, lia-se sobre o concreto duro da urbe. Era uma das frases que o Coletivo Projetação passou a expor com luz sobre a superfície urbana em suas intervenções “artistas” em 2014, dando sequência às lutas de junho.

Junho de 2013 consolidou e expandiu uma temporada de lutas festivas que já se anunciava e que se perpetua e se renova, constantemente. Junho foi o carnaval da revolta, o carnaval que desvia de tiros das tropas oficiais e seus corpos rígidos, dançando em frente à câmera de um celular – imagens capturadas por alguém que também arriscava levar tiro, mas

que empunhava sua arma simbólica. A revolta se faz luz, a revolta se faz dança, a revolta se transmite em *bits* pelas redes digitais. É a estética de uma ética calcada na subversão da ordem vigente, na violação de regras, na ausência de hierarquias, na paródia que desafia os poderes naturalizados no cotidiano (BAKHTIN, 1987). Uma estética e uma ética que, na contemporaneidade, se mesclam a elementos da cultura *pop* e da cultura digital, das quais os jovens são seus *experts* e arautos. Uma estética do *remix* que dialoga com uma ética do *remix* que constituem a política do *remix*: tudo pode ser misturado e ressignificado. O carnaval não tem limite.

EM BUSCA DO SIGNIFICADO DAS DISPUTAS DE SIGNIFICADO

*“Há tanta coisa errada que não cabe neste cartaz.”*¹²⁷

*“Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.”*¹²⁸

As ruas foram tomadas por corpos e gritos. As pessoas, cotidianamente estranhas entre si, ensimesmadas na rotina, se identificaram como “nós”. Um “nós” onde cabem muitos “nós”, onde cabe “eu”, onde cabe “ele”. Nós de afetos, nós de redes. Havia algo em comum. Uma revolta em comum. Uma revolta que pula, grita, que vem das entranhas e, simultaneamente, assusta e encanta. Confunde e fascina. Reúne e aparta.

Junho de 2013 sacudiu o país, não só materialmente, a partir da carne das pessoas nas ruas, mas, sobretudo, *simbolicamente*. Despertou sentimentos, provocou reações. Impossível foi ficar alheio. Vinte centavos foram a gota d'água. Era por causa do aumento da tarifa do transporte público, mas não só. Era pelas horas cotidianas passadas no aperto do ônibus, entre corpos sufocados pelo circuito produtivista diário em meio ao caos urbano. Era em denúncia à promiscuidade entre poder público e iniciativa privada, que nega ao transporte coletivo o estatuto de ser direito, não negócio. Era pelo direito de usufruir da cidade, cada vez mais privatizada, capitalizada, amendrontada, militarizada. Era, enfim, pela liberdade de poder escolher como viver – “por uma vida sem catracas”, como diziam os manifestantes. A carga subjetiva da revolta, desde o início, era imensamente maior que o confronto objetivo em torno do aumento da tarifa.

Mas a democracia formal ainda não sabe lidar com o dissenso, e a resposta do poder público às demandas da juventude veio armada. A diferença é que dessa vez foi transmitida ao vivo, no Facebook e na TV. Não atingiu só estudantes e ativistas, mas também jornalistas. A repressão, ao invés de abafar a revolta, a inflamou. “Não foi, não é e nunca será por 0,20 centavos”, reiterou a AnonymousBrasil em seu vídeo-comunicado (2013a), abrindo simbolicamente os protestos para todos aqueles que compartilhavam da sensação de que *as coisas precisam mudar*.

V de Vingança, V de Vinagre, V de Vândalo. A subversão da ordem se deu por meio

¹²⁷ Mensagem em cartaz na manifestação de 20 junho de 2013 em Recife.

¹²⁸ Frase escrita em cartaz no protesto de 17 de junho de 2013 em Curitiba, em referência ao poema “A flor e a náusea”, de Carlos Drummond de Andrade.

de uma cultura irreverente, que desafia as autoridades através da paródia dos elementos simbólicos que compartilha, que todos compartilhamos, que todos conseguem entender. A revolta sorri, debochada, e a política passa a falar a língua das ruas. Se faz carne. Dança. Quebra. É linda. É chula. É poética. É horrível. Usa máscara. Traz um sorriso silencioso na face que dispara: “eu sou ninguém”.

A máscara de Guy Fawkes não tem dono, veste a todos, sempre com a mesma risada desafiadora. Foi apropriada nas ruas e nas redes digitais, materializou e codificou a revolta. Ela é, em si, um *master frame*, um quadro abrangente da indignação contemporânea. Não só no Brasil, mas por todo o mundo. A máscara não tem fronteiras, se faz entender sem precisar de palavras. Ela desafia a lógica da representação, da liderança – o que diz respeito a uma crise de legitimidade da democracia representativa que ultrapassa fronteiras nacionais.

No Brasil de junho de 2013, os quadros simbólicos do cotidiano foram reenquadrados, transformaram o normal em inaceitável, a passividade em indignação. “Novos” repertórios somaram-se a “velhos”: performances, máscaras, cartazes de cartolina, cartazes digitais, eventos *online*, assembleias em praça pública, transmissão simultânea por meio de celulares, viralização digital, faixas, palavras de ordem, jogral, blocos político-carnavalescos, projeções *artistas*, marchas, *sit in's*. Outras formas de se fazer política se destacaram em meio às estruturas tradicionais: quem são os líderes? Quais as pautas? Não. Não é possível colocar o carnaval político num único quadro. Não é possível representá-lo.

Transformações sociopolíticas se mostraram, se construíram e se multiplicaram durante os protestos de junho. Inovações simbólicas, estéticas, discursivas, organizativas. Que dizem respeito à linguagem, aos repertórios, às estruturas de mobilização mas, permeando tudo isso, à *cultura política* (TARROW, 2009). Trata-se de um processo profundo, que não se resume ao que está na superfície, em que *o próprio sentido da ação política de confronto é colocado em xeque*: questiona-se a política institucionalizada, desde representantes políticos, partidos e Estado, chegando até mesmo aos movimentos sociais de esquerda. Entra em crise uma tradição de lutas sociais que se volta para a formação de “quadros”, para a construção de lideranças e para a disputa da institucionalidade, comumente a partir de uma ideologia definida que se reproduz de cima para baixo. Nega-se a vanguarda.

Agora, *qual o sentido desse desafio imposto pela multidão?* Diverso. *São múltiplos sentidos*. No processo multitudinário desencadeado pelas manifestações de junho,

a História não teria um único embaixado-sujeito carregando-a até um destino final previamente definido (a revolução, o poder, uma reforma constitucional). Em Junho, a história perderia o H maiúsculo. Longe da transcendência e do universal, as

manifestações produziriam um enxame de redes e afetos, nem sempre encolumnados numa subjetividade do Um e dos relatos clássicos da emancipação. A história caminharia na cidade e se conectaria com florestas e territórios indígenas, com corpos periféricos e desviantes, subverteria as gramáticas tradicionais das identidades fixas e fixadas, se desconectaria das instituições, não mais lugar exclusivo da política. Uma política corajosa e até então desconhecida, encontraria vetores de transformação e ar fresco em histórias outras, no espaço do comum que encontros novos abririam. (MORAES et al., 2015, p. 11).

O *remix* característico das redes digitais se manifesta em transformações políticas de ordem cultural (assim como o *remix* de uma nova cultura política dá sentido às apropriações das redes digitais), que estabelece conexões entre referências tão distintas como o cinema *hollywoodiano*, o carnaval, a publicidade comercial, o código noticioso, as culturas populares e a tradição revolucionária. A máscara de Guy Fawkes é um exemplo concreto disso – síntese e símbolo de uma forma de fazer política que não é totalmente nova, mas está em processo, se perpetua ciclicamente e se transforma, nesse movimento tão característico da vida que envolve, simultaneamente, continuidade e mudança.

Sempre há reprodução, mas a inovação também emerge, limitada pelas possibilidades e contingências de um determinado tempo e espaço. Porém o espaço atravessa, dribla o tempo por meio das interações digitais, que colocam o mundo cada vez mais em conexão; surge um *trans-espaço*, mediado pelas tecnologias de comunicação e pelo sentido que é dado a elas. Dá-se pulos no espaço, inseridos digitalmente numa cultura de rede atravessada pela fragmentação, pelo narcisismo, pela ansiedade, pela agressividade; pela criatividade, pelo *remix*, pela zoeira, pela irreverência; por todas as características presentes no nosso cotidiano social, cada vez mais acelerado e onde as identidades são cada vez mais constituídas por múltiplos aspectos, que se cruzam, chocam, complementam e modificam constantemente.

Os Anonymous demonstram isso de maneira exemplar: de uma cultura de comunicação que se forja, em grande medida, entre jovens nas redes digitais, surge uma inusitada forma de se fazer política. Sem líderes, sem pautas, cuja estrutura de mobilização é basicamente digital, calcada, mais do que numa ideologia comum, numa *cultura* comum. (COLEMAN, 2011, 2014; MACHADO, 2013). Ao colocar a máscara de Guy Fawkes, pode-se assumir a *ideia* para si, vesti-la – uma ideia que aponta que esse mundo está muito errado, que o poder opressor precisa ser destruído para que outra sociedade, melhor, possa surgir.

Em alguma medida, algumas bandeiras simbólicas se mantêm ao longo da trajetória das lutas sociais: “um outro mundo é possível”, dizia-se já em 2001 no Fórum Social Mundial em Porto Alegre. O conflito talvez surja, principalmente, da maneira de se compreender o

poder opressor que precisa ser superado em prol desse *outro mundo*: trata-se de pessoas (“os políticos”)? Estruturas (o mercado, o Estado)? Ou ainda, *relações*? Os embates a partir das múltiplas maneiras de se compreender o confronto para além dos “vinte centavos” desencadearam o conflito em torno de objetivos e estratégias entre a multidão, divergências que tomaram conta das ruas, às vezes de forma violenta, e contribuíram decisivamente para desmobilizar as manifestações – o que pode-se inferir da análise das apropriações que a máscara de Guy Fawkes sofreu durante os protestos.

Contudo, cabe destacar que nessa disputa de enquadramentos *entre* a multidão, um outro ator tem papel central: a mídia de massa. É ela quem detém a legitimidade, os recursos e o poder de alcance para influenciar de forma decisiva a formação da “opinião pública” (PRUDENCIO, 2006). Portanto, os ativistas não podem simplesmente ignorá-la, mas disputam com ela, seja diretamente, buscando influenciá-la ou *hackeá-la*, seja indiretamente, por meio de sua deslegitimação – como demonstramos em nossa análise. A impossibilidade de ignorar a mídia de massa ocorre porque os significados que ela imprime aos confrontos políticos repercutem decisivamente não só na “opinião pública”, mas no enquadramento que os adversários, e até mesmo os próprios ativistas, dão ao confronto.

Nesse movimento ambíguo, ao mesmo tempo em que a mídia de massa foi deslegitimada a ponto de alguns de seus profissionais serem agredidos nos protestos de junho, ela influenciou decisivamente o enquadramento da multidão. Por outro lado, a comunicação ativista nas redes digitais em junho de 2013 teve impactos diretos na rotina da mídia de massa e contribuiu para a contestação da sua legitimidade (LIMA, LOOSE, 2014; MARICATO et al., 2013). Os protestos desequilibraram a dinâmica do agendamento social – em que enquadramentos da mídia de massa e dos ativistas (e de outros atores, tais como o Estado), disputam o significado dos problemas sociais. Essa disputa se dá *em situação de desigualdade*, em que o poder de nomear as coisas ainda pende predominantemente para a mídia de massa: a apropriação subversiva que se faz das mídias digitais aparece, então, como uma *brecha* (MARTIN-BARBERO, 2003).

A comunicação em redes digitais também é fundamental em outro quesito das lutas sociais contemporâneas: a sua conexão para além das fronteiras nacionais. Entendemos que, assim como as estruturas que concentram o poder político, econômico e de produção de significado estão conectadas globalmente, as iniciativas de resistência também estão (CASTELLS, 2009; HARDT, NEGRI, 2005). Elas questionam, a partir de suas localidades e especificidades, institucionalidades imbrincadas numa dinâmica de poder cada vez mais globalizada. Contudo, reconhecemos que essa conexão é, no que diz respeito à recente onda

global de mobilizações em rede¹²⁹, em grande medida *simbólica*. Trata-se de uma *cultura global de protesto* permeada por uma solidariedade internacional, transmitida através de uma linguagem compartilhada, predominantemente por meio das tecnologias digitais, que revela *quadros de significado em comum*. Esses significados dizem respeito a valores, sentimentos e sensações que dão sentido à revolta.

Mas, embora de modo restrito, a conexão global também se dá sob o viés organizativo, no sentido de que não só enquadramentos, mas repertórios são compartilhados e se influenciam mutuamente por meio das redes de comunicação em escala global. Para Žižek (2013, p. 108), contudo, não nos podemos contentar com efeitos simbólicos, mesmo que a nível mundial, pois, “talvez, o próprio futuro dos protestos em curso dependa da capacidade de se organizar essa solidariedade global. Está claro que não vivemos no melhor mundo possível. Os protestos globais devem servir de lembrança ao fato de que temos a obrigação de pensar em alternativas.” Esse mesmo dilema se coloca no caso brasileiro. Para além do impacto simbólico, o que ficou das manifestações de junho?

Primeiramente, entendemos que, mesmo que se apontem profundas mudanças institucionais como objetivo das lutas sociais, a partir de uma leitura histórica vemos que elas não ocorrem com a frequência e a velocidade desejadas pelos atores engajados. Portanto, tachar um processo como *fracasso* por não as ter conquistado é, no mínimo, precipitado. Assim como se critica o “pensamento mágico” dos jovens que tomaram as ruas no Brasil (CHAUÍ, 2013), não se pode esperar que eles, *magicamente*, transponham todas as contradições sociais e, coerentemente, implementem soluções pragmáticas para os problemas históricos da humanidade.

A resposta de Fernando Sabino a Clarice Lispector em entrevista logo após maio de 68, ao ser questionado sobre o que achava que aqueles jovens estavam querendo, é bastante ilustrativa nesse sentido: “estão querendo o mesmo que eu queria quando era jovem — e continuo querendo: repudiar um mundo errado que os mais velhos lhes querem deixar como herança. Estão querendo acertá-lo e não sabem como — mas nós muito menos” (LISPECTOR, 2007, p. 33). Destacamos, aqui, novamente, a noção de *percurso* (SALLAS, BEGA, 2006), em que mais do que os resultados mensuráveis, importa a *trajetória* — o que nos leva a compreender as manifestações de junho como parte de um *processo político* em

¹²⁹ Mobilizações às quais Castells [2013] refere-se como *movimentos sociais em rede*, incluindo sob esse escopo a “Primavera Árabe”, o 15M espanhol, o “movimento *occupy*” nos Estados Unidos, o levante turco, entre outros.

que os jovens, por meio de sua cultura, contestam e renovam práticas e valores estabelecidos, ao mesmo tempo que reproduzem outros. São duas faces de um mesmo processo.

Assim como a realidade é ambígua, complexa e multifacetada, as lutas sociais também o são. No caso de junho de 2013, muitos se antecipam em decretar seu fracasso, tendo como medida os desdobramentos na política institucionalizada – destacadamente, o Estado – desde então. Contudo, compreende-se que, se por um lado os manifestantes correm o risco de “apaixonarem-se por si mesmos”, contentarem-se em “curtir o momento” e viver um efêmero carnaval libertário (ZIZEK, 2013, p. 107), por outro lado as transformações em curso não podem ser medidas apenas a partir da régua da política institucionalizada contra a qual se revoltam. Zizek (op. cit., p. 107) aponta ainda que “os carnavais saem barato, mas a verdadeira prova de seu valor é o que permanece no dia seguinte, o modo como nosso cotidiano se transforma”. Mas como se avaliam as transformações que se dão no cotidiano? Como elas podem provocar uma ruptura na institucionalidade vigente, de modo a confrontá-la sem serem engolidas por ela – como costuma acontecer com os movimentos e partidos de esquerda que se dispõem a aceitar as regras do jogo para avançar dentro dos seus limites, como se revela especificamente no caso do PT e de sua “governabilidade”, um dos alvos das manifestações de junho? Não se sabe. Há de se inventar.

O carnaval, com sua característica temporária, de romper com a ordem cotidiana, faz parte do *processo* de criação do novo, que sempre se dá em meio ao velho. Tal perspectiva dos protestos de junho como *trajetória* dialoga com a leitura abaixo, que se contrapõe às noções predominantemente objetivistas:

A distância entre a energia que circula nas ruas e nos imaginários dos protestos e, do outro lado, a tentativa de tradução em termos de organização política é sempre abissal. [...] O Termidor sempre se apresenta na volta da esquina. É nesse momento que os apressados do desencantamento sempre dirão: “a revolta fracassou”, “a ordem foi estabelecida”, “não deu em nada”.

Os acontecimentos que se relacionam e reverterem o tempo político são reconhecidos apenas como momentos “efêmeros”, os desejos e vontades se reduzem a “impulsos imaturos da juventude”, “utopia” ou “falta de sensatez”. “Está na hora de voltar pra casa”, algumas vozes disseram em Junho, “concordamos com vocês, mas as reformas que vocês querem não são possíveis”. Nesse momento, se impôs também uma leitura reducionista, onde os protestos eram lidos como antiprogressistas, como golpistas até – em algumas versões que circularam nas imprensas de países vizinhos – na tentativa apressada de devolver ao Estado a iniciativa, no que seria o espaço exclusivo da política. Continuar nas ruas era desestabilizar a democracia e questionar a legitimidade das instituições como lugar natural onde todo protesto deve se desvanecer. (MORAES et al., 2015, p. 14-5).

Tal como Martín-Barbero (2003), Bringel e Echart (2008) apontam para as iniciativas políticas de cunho cultural que, ao mesmo tempo que tencionam com as

institucionalidades, propiciam a criação de *outras institucionalidades*, sendo laboratórios democráticos que, por meio de *outras formas de socialidade*, criam *outras modos de ação política* – que, necessariamente se controem em relação com a ordem dominante e implicam em conflitos e contradições. De acordo com Hardt e Negri (2005, p. 275), é preciso compreender que “a multidão não surge espontaneamente como forma política, e que a carne da multidão consiste numa série de condições que são ambivalentes: poderiam levar à libertação ou ser apanhadas num novo regime de exploração e controle”. Tal *libertação* implica na construção de um projeto político que não está dado – o que se complexifica num momento em que as noções clássicas em torno de direita e esquerda são frequentemente consideradas anacrônicas – e que se constrói *durante* os confrontos políticos e *simultaneamente* a “experiências de novas formas de exploração e controle”. Nas manifestações de junho, as forças de segurança aprenderam a mapear as redes digitais, e o policial infiltrado também vestiu a máscara de Guy Fawkes. *Situações na brecha*.

O projeto da esquerda tradicional para a construção de “outro mundo” entrou em crise. Na imagem 16 (p. 98), esquerda e direita são colocadas como dois lados de uma mesma forma autoritária de se fazer política, e um desejo de *democracia direta*, baseada no que é *certo* e contra o que está *errado*, é apresentado como modelo a ser implementado – o tal do “caminho do meio”. Mouffe (2003) aponta que tal obscuridade das fronteiras entre esquerda e direita costuma ser avaliada como sintoma de amadurecimento nas sociedades ocidentais, o que a autora considera temerário, pois tal indefinição política revela a fraqueza da esfera pública e abre oportunidades para projetos populistas de direita. Contudo, Mouffe defende que tal indistinção político-ideológica se dá, em grande medida, porque os partidos democráticos não sabem lidar com paixões e dissensos. Segundo a autora, “quando as paixões não podem ser mobilizadas pelos partidos democráticos porque eles privilegiam um 'consenso ao centro', essas paixões tendem a encontrar outras saídas, em diversos movimentos fundamentalistas, em volta de demandas particularistas, questões morais não negociáveis ou em partidos populistas anti-establishment”. Para a autora urge desse cenário a necessidade de “entender que a distinção esquerda/direita não deveria ser abandonada, mas reformulada”. (Ibid., p. 20).

“A multidão precisa de um projeto político para passar a existir”, defendem Hardt e Negri (2005, 275), e a democracia é o seu desafio. Mas a multidão já existe, não é só ideal; é carnal. Traz em si as contradições da realidade em que emerge. Entende-se assim a democracia, ao mesmo tempo, como *objetivo* e como *processo* – ambivalência sintetizada no lema espanhol “democracia real já”. A partir dele, compreende-se que a democracia, tal como

se apresenta hoje, não é real. Mas ela precisa acontecer, agora. Ser experimentada. Ser criada. O que, necessariamente, implica em contradições e conflitos. Como mediá-los? Como criar *um* projeto da multidão, que, para abarcar sua diversidade, precisaria ser *um projeto de muitos projetos*? Um projeto que não imponha consensos e que canalize paixões (MOUFFE, 2003)¹³⁰? Não é um desafio fácil e, evidentemente, não seriam alguns protestos, entendidos como eventos, que poderiam respondê-lo; mas, compreendidos como parte de um *processo*, eles *apontam alguns indícios*.

Justamente isso que buscamos analisar por meio das disputas de significado que envolveram os Anonymous nas manifestações de junho, destacadamente a partir da máscara: *indícios* de um *processo* que diz respeito a transformações culturais no âmbito da política e da comunicação, protagonizadas por jovens, em que a dinâmica das redes distribuídas tem papel central. Somente levando em consideração o *sentido de tais conflitos* que permearam as manifestações de junho poderemos reconstruir as trilhas que levam a seu *significado* – que certamente, também não é um só, e está em constante construção e disputa.

A centralidade de tais disputas em torno da definição do que de fato ocorre na realidade por meio dos significados destaca a importância crucial que a comunicação assume na sociedade contemporânea e, especialmente, na ação política (MARTIN-BARBERO, 2003; PRUDENCIO, 2006). É por meio da comunicação que se produzem e circulam significados, e é a partir deles que a realidade social é enquadrada, que adquire sentido. Sendo assim, a dinâmica distribuída das redes articula processos que dizem respeito à mediação nos âmbitos da comunicação e da política: porque a comunicação é, irremediavelmente, política – pois enquadra a realidade a partir de determinadas percepções de mundo, atribuindo-lhe significados que passam a defini-la; já a política, invariavelmente, se dá por meio de processos comunicativos, em que seu próprio sentido é construído (não se trata apenas de *suporte* para o discurso político, pois a política é *discurso em si*¹³¹). Em outras palavras, que a política passa necessariamente pela construção e articulação de significados por meio da linguagem, pois trata-se de um processo comunicativo de construção simbólica da realidade.

Portanto, a dinâmica das redes distribuídas diz respeito a uma cultura de comunicação que desafia a lógica piramidal da produção social de significados, hegemonizada pela mídia de massa, e a lógica vertical das organizações políticas tradicionais – e que, por sua vez, engendra outras formas de se comunicar e de se fazer política. Contudo,

¹³⁰ A autora formula uma proposta nesse sentido em torno do conceito de “pluralismo agonístico” (2003, p. 16).

¹³¹ Esclarecemos que entendemos que a política é (também), discurso em si. Não só. Evidentemente, ela envolve outras formas de ação, mas que são diretamente influenciadas pelo discurso político: é ele que *lhes dá sentido*.

essas duas esferas se permeiam – há *brechas na situação e situações nas brechas* –, como nos revelou a análise das distintas apropriações da máscara de Guy Fawkes nas manifestações de junho e a disputa de enquadramentos entre os Anonymous e a multidão.

A máscara sintetiza e simboliza as complexidades que atravessam o momento político contemporâneo. Nela se cruzam a cultura do entretenimento, a cultura subversiva e a cultura digital; o anonimato e o desafio que impõe à lógica das organizações políticas tradicionais; a estética e a ética carnavalizada de uma multidão rebelde. A popularidade da máscara nos protestos revela, também, esse grande dilema das lutas sociais: ao mesmo tempo que se tenta ganhar a adesão “das massas”, da maior quantidade possível de pessoas, para dar legitimidade às lutas e transformá-las em temas de interesse público, por outro lado, tal feito, quando atingido, implica em lidar com apropriações, distorções e oportunismos e a enfrentar os reenquadramentos que os adversários e a mídia de massa indeferivelmente fazem quando um confronto político vira manchete. Nessa dinâmica, entra em xeque o próprio sentido do confronto político e da atuação dos atores nele envolvidos.

A pauta da manifestações deixou de ser definida pelos grupos que inicialmente as organizavam. A máscara se destacou justamente nesse momento de transição de protestos relativamente modestos em torno do transporte público para protestos massivos com pautas múltiplas. O poder de mobilização dos Anonymous nas redes digitais contribuiu efetivamente para que esse *reenquadramento* dos protestos ocorresse – mas passaram a ser, eles mesmos, *reenquadrados*. As disputas em torno da sua máscara-símbolo, que por sua “elasticidade simbólica” permite as mais inusitadas apropriações, traz à tona processos que entendemos ser cruciais para a compreensão dos conflitos que emergem nas lutas sociais contemporâneas.

A máscara de Guy Fawkes, por meio de seu imaginário, incita as pessoas a questionarem a realidade tal como está dada. Contudo, esse questionamento é canalizado por vários enquadramentos – e a máscara, em si, já carrega uma série de possíveis significados, que foram se alinhando ao objeto a partir das adaptações que sofreu ao longo de sua trajetória, e que são remodelados através da interpretação que os sujeitos lhe atribuem. A revolta pode ser apropriada para os mais diversos fins. Até para, na medida do possível, deixar tudo como está.

Reside aí a ambiguidade, a grande força e fraqueza que a máscara representa para as lutas sociais. Uma coisa é certa: não há como ignorá-la. Ela faz parte da dinâmica política da atualidade, simboliza e materializa o desafio à representatividade que impulsiona revoltas ao redor do mundo. Como disse Bakhtin (1987), *ela nunca será um objeto como outro qualquer*. De forma similar, mesmo com todas as divergências em torno do seu significado e

implicações, é impossível ignorar o que aconteceu em junho de 2013 no Brasil. Um novo ânimo, somado a novos conflitos, tomou conta do cenário político brasileiro; uma flor brotou do cimento – pode ser feia, mas é uma flor.

* * *

“Desaprender 8 horas por dia ensina os princípios”

Manoel de Barros

Utilizar os protocolos para subvertê-los. As normas para transformá-las. Que me desculpem os apegados às coisas tais como elas são, mas seria mentira se eu dissesse que acredito na produção de conhecimento científico como fim em si mesma. Como disse Brecht, trata-se de investigar a realidade para entender suas lições, porque apenas assim poderemos transformá-la. Sob esse ponto de vista, a atuação na academia só faz sentido se for para *hackeá-la*. Muitos já o fazem, graças a eles (e *elas*, tantas vezes invisibilizadas) me decidi a adentrar o universo da pesquisa sociológica – onde, apesar das críticas que tenho ao ensino formal e à lógica hegemônica de produção científica, inserida numa dinâmica produtivista de bens materiais e imateriais, muito (des)aprendi, por meio de teorias e métodos que auxiliam a pensar o mundo para além das pré-noções, do senso comum, de maneira crítica – e de pessoas que me ajudaram a conhecê-los e apropriar-me deles.

Acredito que a grande contribuição científica a uma perspectiva engajada é a *desromantização* das lutas sociais, por meio de uma abordagem realista e fundamentada. Contudo, entre a desromantização e o *desencantamento*, morada do fatalismo, existe uma tênue linha que frequentemente é ultrapassada. A tendência, a partir dos valores predominantes em nossa sociedade, é a associação do amadurecimento a um crescente individualismo e um pragmatismo reducionista que se limita ao que está dado. “Querer transformar a realidade é coisa de jovens sonhadores, quando criarem família e tiverem que pagar suas contas, se renderão aos imperativos do cotidiano”, dizem. Ainda bem que tantos sonhadores e sonhadoras experientes e com os pés bem fincados no chão desdizem tal conformismo.

Foram dúvidas, muitas dúvidas relativas às práticas, estratégias e ao sentido das lutas sociais, que me levaram a querer estudá-las. São tantas bandeiras necessárias e legítimas que a reflexão, tão essencial à ação, costuma ser atropelada. A mudança urge e assim, entre

tropeços, os ativistas se deslocam de uma reunião a outra, de uma manifestação a outra, que concorrem com atividades pessoais e aquelas necessárias à sobrevivência. E, nesse atribulado percurso, muitas vezes o sentido se perde.

A dúbia relação com o Estado (meio para reconhecer e garantir direitos ou o primeiro a feri-los e, portanto, adversário?), os conflitos internos, as disputas de poder, a dificuldade de construir estratégias comuns, tudo isso me levou a querer ver as lutas sociais sob uma outra abordagem, que me ajudasse a refletir sobre seus desafios e seu potencial na contemporaneidade. Tal trajetória pode ser acompanhada ao longo do texto, desde a observação participante às análises finais de enquadramento, em que o lugar de pesquisa ia sendo descoberto e lapidado.

Entre inseguranças de se estar fazendo algo novo e do cansaço frente a certas formalidades e, principalmente, do questionamento acerca do *sentido* da produção científica, o entusiasmo não se apagou – também devido à escolha do tema. A complexidade dos ativismos políticos em rede, as ambiguidades das manifestações de junho e dos Anonymous, suas inovações e irreverências, fizeram desta pesquisa uma verdadeira (e divertida) aventura. A máscara foi minha desafiadora e debochada guia. Me ajudou a desaprender um pouco as pré-noções que tinha sobre os Anonymous e a atuação dos jovens nos conflitos contemporâneos, mas não só: a trajetória de pesquisa, como um todo, contribuiu para uma crescente auto-crítica, enquanto pesquisadora e enquanto ativista. Uma auto-crítica que *desromantiza*, mas não *desencanta*; cujo lugar não é a amargura, mas a busca do *sentido* – que, permanentemente, se refaz.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDE, A., SANTOS J. G. B.. As manifestações de junho: estratégia em rede para resistência civil. In: **COMPÓS**, XXIII Encontro Anual, UFPR, Curitiba, p. 1-15, 2014.

ALDE, A.; XAVIER, G.; BARRETOS, B.; CHAGAS, V.. Critérios jornalísticos de noticiabilidade: discurso ético e rotina produtiva. In: **ALCEU**, v. 5, n. 10, p. 186-200, jan/jun, 2005.

ANONYMOUS: "O PLANO" 1 FASE: INICIADA GUERRA CONTRA O SISTEMA [BR]. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8c1ua7szp1U>>. Acesso: maio de 2014.

ANONYMOUSBRASIL. **Copa das Manifestações 2013 #ManifestationsCup** – Anonymous. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nSTp3Pa_g0A. Acesso: junho de 2013.

_____. **Sobre.** Disponível em: <<http://www.anonymousbr4sil.net/p/sobre.html>>. Acesso: maio de 2013.

ARTIGO 19. **Protestos no Brasil 2013.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.artigo19.org/protestos/>>. Acesso: junho de 2014.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:** o contexto de François Rabelais. São Paulo, HUCITEC; Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1987.

BARTHES, R.. **A câmara clara:** nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENFORD, R. D.. Frame disputes within nuclear disarmament movement. In: **Social Forces**, v. 71, n. 3, p. 677-701, 1993.

BEY, H.. **T.A.Z.: Zona Autônoma Temporária.** São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2004.

_____. **CAOS:** terrorismo poético e outros crimes exemplares. São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2014:** hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014.

BRASILINO, L.; GODÓI, R.; NAVARRO, C.. O junho de 2013. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1447>>. Acesso em: julho de 2013.

BRAGATTO, R.. 2011. Democracia e internet: apontamentos para a sistematização dos estudos da área. **Compólitica**, n. 2, vol. 1, p. 132-62, ed. set-out, 2011.

BRINGEL, B.. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. In: **Insight Inteligência**. Ano XV, 3o trimestre, p. 42-51, 2013.

BRINGEL, B.; ECHART, C.. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n 54, p. 457-475, set-dez. 2008.

_____. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. In: **Ciências Sociais Unisinos**, p. 28-36, jan/abr. 2010.

BRITO, F.; OLIVEIRA, P. R.. Territórios transversais. In: [MARICATO, E., et al]. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, Carta Maior, 1a ed., p. 65-70, 2013.

CABRANES, L. G. Tras la huellas de los e-nómadas: reflexiones metodológicas en torno a una experiência de etnografía digital em foros sobre Extremadura. In: [ESTALELLA, A; ARDEVOL, E; DOMÍNGUEZ, D.; CRUZ, E. (cord.)]. **Etnografías de lo digital**. III Congreso Online - Observatorio para la Cibersociedad, p. 15-24, 2006.

CARNEIRO, H. S.. Rebeliões e ocupações de 2011. In: [HARVEY, D., et al]. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo Editorial, Carta Maior, 1a ed., p. 7-14, 2012.

CASTELLS, M.. **Communication Power**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVA, B.. Os horríveis vestem máscara. **Quadrado dos loucos**, 2013. Disponível em: <http://www.quadradosloucos.com.br/3905/os-horriveis-vestem-mascara/>. Acesso: agosto de 2013.

CHAUÍ, M.. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. **Teoria e debate**, edição 113, 27 jun. 2013. Disponível em: <http://www.teoriadebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>>. Acesso em: junho de 2013.

COLEMAN, G. Anonymous: from the lulz to collective action. **The new everyday: a media commons project**. 2011. Disponível em: <http://mediacommons.futureofthebook.org/tne/pieces/anonymous-lulz-collective-action>>. Acesso em: dezembro de 2013.

_____. Anonymous in Context: The Politics and Power behind the Mask. **Internet Governance Papers**. Centre for International Governance Innovation, n. 3, p. 1-22, 2013.

_____. **Hacker, hoaxer, whistleblower, spy: the many faces os Anonymous**. London/New York: Verso, 2014.

COSTA, G. **A proibição do uso de máscaras durante os protestos**. 2014. Disponível em: <http://guilhermesobral.jusbrasil.com.br/artigos/112330344/a-proibicao-do-uso-de-mascaras-durante-os-protestos>>. Acesso: agosto de 2014.

FEBBRO, E.. Anonymous e a guerra de informação digital. **Carta Maior**, São Paulo, 21 fev.

2012. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19644>. Acesso em: jul. 2013.

FEIXA, C.. Generación @: la juventud en la era digital. In: **Nômadass**, Universidad Central de Colombia, n. 3, p. 75-91, 2000.

GALLOWAY, A.. **Protocol: how control exists after decentralization**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2004.

GOHN, M. G. 'Após atos, governo não tem interlocutores'. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 jul. 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,apos-atos-governo-nao-tem-interlocutores,1053152,0.htm>>. Acesso em: jul. 2013.

_____. Movimentos Sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-61, maio/ago, 2011.

GOODWIN, J., JASPER, J.. Caught in a winding, sanrling vine: the structural bias of political process theory. In: **Sociological Forum**, v. 14, n. 1, 1999.

GOSS, K. P.; PRUDENCIO, K.. O conceito de movimentos sociais revisitado. In: Florianópolis, **Revista Em Tese**, Vol. 2, no 1, p. 75-91, 2004.

GOULART, A. A mais polêmica edição do Jornal Nacional. In: **Observatório da Imprensa**. São Paulo, 19.02.2008. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_mais_polemica_edicao_do_jornal_nacional>. Acesso: julho de 2014.

GURAN, M. **Linguagem fotográfica e informação**. Rio de Janeiro: Gama Filho, 3 ed., 2002.

G1. Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. **G1**, São Paulo, 24 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: junho de 2013.

HABERMAS, J.. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Vol. II. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2a ed., 2003.

HARDT, M.; NEGRI, T.. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

HARVEY, D., et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo Editorial, Carta Maior, 1a ed., 2012.

HERZ, D.; OSÓRIO, P.L.; GÖRGEN, J. Quem são os Donos. **Carta Capital** nº 179, ano 8, p. 17-19. São Paulo: Confiança, 2002.

HINE, C.. **Etnografia virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

HONNETH, A.. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KONOPACKI, M. A., TORINELLI, M. C.. **Soberania digital e o debate dos ecoprotocolos**. 2012. Disponível em: <<http://migre.me/b8w7O>>.

LEAL, A.. Quase 2 milhões de brasileiros participaram de manifestações em 438 cidades. **Agência Brasil**, 21 de junho de 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-21/quase-2-milhoes-de-brasileiros-participaram-de-manifestacoes-em-438-cidades>>.

LELO T. V., MAIA R. G. Redes sociais, experiência pública e política do dissenso. In: **Revista Comunicação Midiática**, v. 8, n. 3, p. 254/271, set/dez, 2013.

LIMA, V. A.. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: [MARICATO, E., et al]. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, Carta Maior, 1a ed., p. 89-94, 2013.

LIMA, M. D. V., LOOSE E. B.. Metamorfoses no jornalismo: aspectos da cobertura dos protestos de rua de junho de 2013. In: **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 13, n. 25, p. 35-53, jan/jun, 2014.

LISPECTOR, C.. **Entrevistas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

MACHADO, J. A. S.. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, no 18, p. 248-85, jul/dez, 2007.

MACHADO, M.. **Por dentro dos Anonymous**. Santo André: UFABC, 2013.

MALINI, F.. **A Batalha do Vinagre**: por que o #protestoSP não teve uma, mas muitas hashtags. 2013. Disponível em: <<http://www.labic.net/cartografia-das-controversias/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/>>. Acesso em: agosto de 2013.

_____. **O que pode ser o #ProtestoBR?** post#1. Disponível em: <<http://www.labic.net/cartografia-das-controversias/o-que-pode-ser-o-protestobr-post1/>>. Acesso em: agosto de 2013.

MARICATO, E., et al.. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, Carta Maior, 1a ed., 2013.

MARTIN-BARBERO, J.. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: 2a ed., Editora UFRJ, 2003.

_____. As formas mestiças da mídia. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ed. 163, set. 2009. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2009/09/01/as-formas-mesticas-da-midia/>>. Acesso: maio de 2013.

MELUCCI, A.. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México: El Colegio de

México, 1999.

MILLS, C. W.. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 6a ed., 1982.

MORAES, A., et al.. **Junho: potência das ruas e das redes**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 1a ed., 2015.

MOORE, A.; LLOYD, D.. **V de Vingança**. Barueri: Panini Brasil, edição especial, 2012.

MORIN, E.. "O Maio de 68 é uma manifestação da crise de civilização", diz Edgar Morin. **Instituto Humanitas Unisinos**, 09 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/13828-o-maio-de-68-e-uma-manifestacao-da-crise-de-civilizacao>>. Acesso em: julho de 2013.

MOUFFE, C.. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In: **Revista Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. v. 1 n. 3. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

MURILLO, L. F. R.. Linguagem, Política e Virtualidade: a proposição de um modelo para análise de comunidades de software livre e código aberto. In: [ESTALELLA, A; ARDEVOL, E; DOMÍNGUEZ, D.; CRUZ, E. (cord.)]. **Etnografías de lo digital**. III Congreso Online - Observatorio para la Cibernsiedad, p. 4-14, 2006.

NOBRE, M.. **Choque de democracia: razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O GLOBO. Policial à paisana em meio ao grupo de manifestantes usa máscara de Guy Fawkes. **O Globo**. 22 de junho de 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/policial-paisana-em-meio-ao-grupo-de-manifestantes-usa-mascara-de-guy-fawkes-9132306>. Acesso: junho de 2013.

ORTELLADO, P.. Os Black Blocs e a violência. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 06 de março de 2014. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1603>. Acesso: março de 2014.

PAPACHARISSI, Z.. The Virtual Sphere: the Internet as a Public Sphere. In: **New Media & Society**, Londres, v. 4, n. 1, p. 9-27, 2002.

PELBART, P. P.. "Anota aí: eu sou ninguém". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/119566-quotanota-ai-eu-sou-ninguemquot.shtml>>. Acesso em: junho de 2013.

PIMENTEL, T.; SILVEIRA, S. A.. Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de 13 de junho de 2013. **Interagentes**, São Paulo, 11 jul. 2013. Disponível em: <<http://interagentes.net/?p=62>>. Acesso em: julho de 2013.

_____. Cartografia de redes: um mapeamento das manifestações de 13 de junho de 2013. **Interagentes**, São Paulo, 22 jun. 2013. Disponível em: <<http://interagentes.net/?p=76>>. Acesso em: junho de 2013.

PRUDENCIO, K.. **Mídia ativista**: a comunicação dos Movimentos por Justiça Global na internet. Florianópolis: UFSC, 2006.

PRUDENCIO, K.; LEITE, W. D.. Comunicação e mobilização política na campanha Fora Ana de Hollanda. In: **Rev. Estud. Comun.**, Curitiba, v. 14, n. 35, p. 445-462, set/dez/ 2013.

PRUDENCIO, K.; SANTOS, J. J.. Mídia e movimentos sociais: um esboço metodológico a partir da *frame analysis* de Erving Goffman. In: **IV Encontro da Compolítica**, Rio de Janeiro, abr. 2011.

ROLNIK, R.. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: [MARICATO, E., et al]. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, Carta Maior, 1a ed., p. 7-12, 2013.

ROVAI, R., BIRUEL, M.. Saiba quem são os Anonymous. <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/06/saiba-quem-sao-os-anonymous/>>. **Revista Fórum**, São Paulo, 22 jun. 2013. Acesso em: julho de 2013.

SALLAS, A. L. F.. Imaginários juvenis latino-americanos. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Rio de Janeiro, jul. 2009.

SALLAS, A. L. F.; BEGA, M. T. S.. Sociologia da juventude: releituras contemporâneas. In: **Política e Sociedade**, v. 5, n. 8, p. 31-58, 2006.

SANCHO, G. R.. Movimientos sociales y comunicación: la red como paradigma. In: **Anàlise**, n. 45, p. 91-104, 2012.

SANTOS, B. S.. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

_____. Los nuevos movimientos sociales. In: **OSAL – Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, n. 5, p. 177-88, setembro 2001.

_____. O preço do progresso. **Carta Maior**, São Paulo, 2013. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=6151>. Acesso em julho de 2013.

SANTOS, M.. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: 18a ed, Editora Record, 2009.

SAVAZONI, R.; MACHADO, M.; SILVEIRA, S. A.. **As múltiplas faces dos Anonymous: hacking político nas redes digitais**. ANPOCS, 36o encontro anual, p. 1-17, 2012.

SECCO, L.. As Jornadas de Junho. In: [MARICATO, E., et al]. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, Carta Maior, 1a ed., p. 71-8, 2013.

SILVEIRA, S. A.. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 86, p. 28-39, junho/agosto 2010.

SNOW, D.; BENFORD, R.. Framing processes and social movements: an overview and

assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 26, p. 611-39, 2000.

SNOW, D.; ROCHFORD, E. B.; WORDEN, S.; BENFORD, R.. Frame alingment processes, micromobilization and movement participation. **American Sociological Review**, v. 51, n. 4, p. 464-81, 1986.

SZANIECKI, B. **Estética da Multidão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Monstro e multidão: a estética das manifestações. Entrevista especial com Barbara Szaniecki. **Instituto Humanitas Unisinos**, 15 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521910-monstro-e-multidao-a-estetica-das-manifestacoes-entrevista-especial-com-barbara-szaniecki>>. Acesso em: julho de 2013.

TARROW, S.. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVARES, M. C.. A era das distopias. In: **Insight Inteligência**. Ano XVI, 1o trimestre, p. 20-8, 2014.

TORINELLI, M. C.. Junho de 2013 desde Curitiba: a juventude em rede nas ruas. In: MORAES, A., et al.. **Junho**: potência das ruas e das redes. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 1a ed., 2015.

TOURAINE, A.. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O retorno do actor**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

TOUSSAINT, E.. **15 Outubro 2011: grande vitória dos Indignados**. CADTM (Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo), Liège, 2011. Disponível em: <<http://cadtm.org/15-Outubro-2011-grande-vitoria-dos>>. Acesso: maio de 2012.

V DE VINGANÇA. Direção: James McTeigue. Estados Unidos da América/Alemanha: Warner Bros, 2006. 1DVD (132 minutos), NTSC, son., color.

VIANA, S.. Será que formulamos mal a pergunta? In: [MARICATO, E., et al]. In: **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, Carta Maior, 1a ed., p. 53-8, 2013.

ZIZEK, S.. A caminho de uma ruptura global. **Outras Palavras**, 30 jun. 2013. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/zizek-a-caminho-de-uma-ruptura-global/>>. Acesso: julho de 2013.

WALLERSTEIN, I.. A esquerda mundial após 2011. In: [HARVEY, D., et al]. In: **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo, 1a ed., Boitempo Editorial, p. 73-6, 2012.

WE ARE LEGION. Direção: Brian Knappenberger. Luminant Media. 2012.